

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM**  
**DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE - CPDA**

**DISSERTAÇÃO**

**RESISTÊNCIA E AUTO-ORGANIZAÇÃO DE TRABALHADORES**  
**RURAIS DO SERTÃO FLUMINENSE NO PRÉ-1964**

**Jéssica Andrade Costa**

**Rio de Janeiro**

**2020**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM**  
**DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE - CPDA**

**RESISTÊNCIA E AUTO-ORGANIZAÇÃO DE TRABALHADORES**  
**RURAIS DO SERTÃO FLUMINENSE NO PRÉ-1964**

**JÉSSICA ANDRADE COSTA**

**Orientação**

**Andrey Cordeiro Ferreira**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

**Rio de Janeiro**

**2020**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C837r Costa, Jéssica Andrade, 1995-  
RESISTÊNCIA E AUTO-ORGANIZAÇÃO DE TRABALHADORES  
RURAIS DO SERTÃO FLUMINENSE NO PRÉ-1964 / Jéssica  
Andrade Costa. - Rio de Janeiro , 2020.  
256 f.: il.

Orientador: Andrey Cordeiro Ferreira.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM  
CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E  
SOCIEDADE , 2020.

1. Insurgência camponesa. 2. Resistência  
camponesa. 3. Trabalhadores rurais. 4. Sertão  
fluminense . I. Ferreira, Andrey Cordeiro, 1978-,  
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE III.  
Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal  
de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

# UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,  
Agricultura e Sociedade (CPDA)

## **JESSICA ANDRADE COSTA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 18/09/2020.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

---

Prof. Dr. ANDREY CORDEIRO FERREIRA (CPDA/UFRRJ)  
(Orientador)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr. MANOELA DA SILVA PEDROZA (UFF)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> DEBORA FRANCO LERRER (CPDA/UFRRJ)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> ELI DE FATIMA NAPOLEAO DE LIMA (CPDA/UFRRJ)



Emitido em 18/09/2020

**DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 10484/2020 - CPDA (12.28.01.00.00.00.80)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 03/11/2020 21:21)*

ANDREY CORDEIRO FERREIRA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)

Matricula: 1489081

*(Assinado digitalmente em 03/11/2020 17:12)*

DEBORA FRANCO LERRER

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)

Matricula: 1923291

*(Assinado digitalmente em 03/11/2020 17:10)*

ELI DE FATIMA NAPOLEAO DE LIMA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)

Matricula: 387276

*(Assinado digitalmente em 03/11/2020 17:17)*

MANOELA DA SILVA PEDROZA

ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 074.268.267-67

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/documentos/> informando seu número: **10484**, ano: **2020**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **03/11/2020** e o código de verificação: **e0a0f82e**

## **AGRADECIMENTOS**

Diversas pessoas foram essenciais para que esse trabalho acontecesse, sendo muito importante agradecer a cada uma delas e muito difícil mensurar o significado que cada uma possuiu para mim, durante a realização dessa dissertação.

Em primeiro lugar agradeço a toda a minha família, sobretudo minha mãe, que sempre foi exemplo. Obrigada por sempre desejarem o melhor para mim.

Agradeço também ao Ewerton por todo o companheirismo, carinho, paciência e incentivo durante esse período.

Aos meus amigos, Glau e João por estarem sempre presentes e torcendo por mim e também a Thamires, Bruna e Anne por me acompanharem por tantos anos. Esse agradecimento também se estende a Priscila por todo o incentivo e pelo carinho que me proporciona.

Ao meu orientador, Andrey, por aceitar orientar esse trabalho, pela confiança e pelo incentivo para que eu seguisse abordagens “menos comuns”.

Aos colegas da turma de Métodos II, Lucas, Daniel, Guerreiro, pois a contribuição de cada um de vocês se faz presente nesse trabalho. Um agradecimento especial a Luísa e Bernardo, por sempre se colocarem a disposição para ler, reler, revisar e opinar sobre essa dissertação. As trocas que obtive na realização dessa disciplina foram de extrema importância para o amadurecimento das ideias aqui presentes.

Também agradeço a todos os professores do CPDA que de alguma forma, direta ou indireta, contribuíram para que eu chegasse até aqui. Agradeço com todo o carinho a Eli, por toda a ajuda que deu nas aulas de metodologia e também depois delas. Sou grata também as professoras Débora e Leonilde, por se mostrarem sempre disponíveis para debater, oferecer ideias e ajudar na construção desse trabalho.

Ao Fabrício Teló, por todas as vezes que se fez disponível para tirar dúvidas, dar ideias, compartilhar materiais e também ao Nilson Venâncio, sempre muito simpático e disposto a me receber para contar sobre suas memórias.

A todos que me auxiliaram nessa jornada, direta ou indiretamente, meu muito obrigada.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a insurgência camponesa no Rio de Janeiro, no pré-1964, a partir de suas formas de resistência e da auto-organização dos trabalhadores rurais. A análise se concentrou na existência de formas cotidianas de resistência, nas resistências públicas e também no uso de violência militar, presente nos levantes armados que se iniciaram a partir de 1961. Para tanto, analisamos fontes materiais a respeito de três processos insurrecionais ocorridos no sertão fluminense: São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu, no Núcleo Colonial de Santa Alice, em Itaguaí e em Pedra Lisa, no município de Nova Iguaçu. De forma mais detalhada, analisamos também a resistência e a auto-organização dos lavradores de Xerém, em Duque de Caxias, área que se destacou pela grande quantidade de levantes camponeses durante os primeiros anos da década de 1960. A insurgência camponesa surge, no sertão fluminense, a partir de um contexto de expropriação de terras, causado por instituições públicas e privadas, figuras políticas, entre outros atores, o que levou ao estabelecimento de organizações camponesas formais e informais e de distintas formas de reivindicar a desapropriação das terras, tendo esse processo de lutas sido interrompido com o golpe civil-militar de 1964.

**Palavras chave:** insurgência camponesa, resistência cotidiana, trabalhadores rurais.

## ABSTRACT

This paper aims to understand the peasant insurgency in Rio de Janeiro, in pre-1964, of its forms of resistance and self-organization of rural workers. The analysis focused on the existence of everyday forms of resistance, public resistance and also the use of military violence, present in the armed uprisings that began in 1961. To this end, we analyzed material sources regarding three insurrectional processes that occurred in the sertão of Rio de Janeiro: São José da Boa Morte, in Cachoeiras de Macacu, at Núcleo Colonial de Santa Alice, in Itaguaí and Pedra Lisa, in the city of Nova Iguaçu. In more detail, we also analyzed the resistance and self-organization of the farm workers of Xerém, in Duque de Caxias, an area that stood out for the large number of peasant uprisings during the early 1960s. The peasant insurgency appears in the sertão of Rio de Janeiro from a context of expropriation of lands, caused by public and private institutions, political figures, and other players, which led to the establishment of formal and informal peasant organizations and different ways of claiming the dispossession of lands, and this process of struggles was interrupted with the civil-military coup of 1964.

**Key-words:** peasant insurgency, everyday resistance, rural workers.



## **LISTA DE SIGLAS**

ALF – Associação dos Lavradores Fluminenses  
CPC – Centro Popular de Cultura  
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social  
FALERJ – Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro  
FNM – Fábrica Nacional de Motores  
FeNeMe – Fábrica Nacional de Motores  
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística  
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária  
INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização  
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais  
IPM – Inquérito Policial Militar  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PSD – Partido Social Democrático  
PST – Partido Social Trabalhista  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
SORPE- Serviço de Orientação Rural de Pernambuco  
SUPRA – Superintendência de Política Agrária  
UDN – União Democrática Nacional  
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

## ÍNDICE DE FIGURAS, MAPAS E QUADROS

Figura 1 - Manifestação de lavradores de Magé, em junho de 1963.....	104
Figura 2 - Policiais nas terras da fazenda São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu. ....	115
Figura 3 - Lavradoras armadas na Fazenda São Lourenço, em 1961.....	159
Figura 4 - Lavradores armados na Fazenda São Lourenço, em 1961. ....	159
Figura 5 - Lavradores entrincheirados na Fazenda São Lourenço .....	160
Figura 6 - Capa do jornal Última Hora, noticiando conflito armado na Fazenda São Lourenço .....	161
Figura 7- Anúncio da desapropriação da Fazenda São Lourenço, após o levante, em 1961.....	165
Figura 8 – Conflito armado em Piranema e Capivari (1963).....	172
Figura 9 - Jornal noticia que policiais estariam indo para Piranema conter o levante. ....	174
Mapa 1 - Localização dos núcleos coloniais criados no século XX.....	71
Mapa 2 - Áreas/municípios do sertão fluminense com incidência de conflitos por terra. ....	92
Mapa 3 - Localização do município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro. ....	125
Mapa 4- Distritos de Duque de Caxias.....	125
Mapa 5 - Mapa com a localização das Fazendas São Lourenço, Capivari, Piranema e da Fábrica Nacional de Motores, em Xerém, 4º Distrito de Duque de Caxias. ....	152
Mapa 6 - Rota de ligação entre as fazendas Piranema, Capivari, São Lourenço e Fábrica Nacional de Motores. ....	153
Gráfico 1 - Criação dos núcleos coloniais no Rio de Janeiro.....	71
Gráfico 2 - Tamanho das Propriedades (Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Itaguaí e Nova Iguaçu).....	77
Gráfico 3 - Tamanho das propriedades, segundo a condição do responsável (Estado e Guanabara)...	77
Gráfico 4 - Número de estabelecimentos de acordo com a condição do responsável (Estado e Guanabara) .....	78
Gráfico 5 - Despejos realizados no sertão fluminense, entre 1950 e 1960.....	90
Gráfico 6 - Formas de organizações presentes nos conflitos do Rio de Janeiro .....	110
Gráfico 7 - Uso de resistência armada nos conflitos.....	111
Gráfico 8 - Condição legal das terras em Duque de Caxias .....	127
Quadro 1 - Pesquisa do IBOPE a respeito da reforma agrária, em 1964. ....	48
Quadro 2 - Pesquisa do IBOPE a respeito da reforma agrária, em 1963. ....	49
Quadro 3 - Pesquisa do IBOPE a respeito da reforma agrária, em 1963. ....	50
Quadro 4 - Pesquisa do IBOPE a respeito da reforma agrária, em 1963. ....	51
Quadro 5 - Pesquisa do IBOPE a respeito da reforma agrária, em 1963. ....	52
Quadro 6 - Pesquisa do IBOPE a respeito da reforma agrária, em 1964. ....	53
Quadro 7 - Projetos de reforma agrária no pré-1964.....	58
Quadro 8 - Condição dos responsáveis pelas terras em Cachoeiras de Macacu, Itaguaí, Nova Iguaçu e Duque de Caxias. ....	74
Quadro 9 - Condição legal das terras em Itaguaí, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Cachoeiras de Macacu (número de estabelecimentos) .....	74
Quadro 10 - Condição legal das terras em Itaguaí, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Cachoeiras de Macacu (hectare).....	74

Quadro 11 - Propriedade das Terras em Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Itaguaí e Nova Iguaçu (número de estabelecimentos).....	75
Quadro 12 - Propriedade das terras em Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Itaguaí e Nova Iguaçu (hectare).....	75
Quadro 13- Despejos ocorridos no sertão fluminense, entre 1950 e 1960.....	80
Quadro 14 - Conflitos por terra no Estado do Rio de Janeiro .....	109
Quadro 15 - População urbana e rural de Duque de Caxias (1940 -1960).....	126
Quadro 16 - Formas de expropriação levantadas pela pesquisa.....	143
Quadro 17 - Despejos ocorridos no sertão fluminense e pessoas/instituições envolvidas. ....	143
Quadro 18 - Formas de resistência públicas e cotidianas levantadas na pesquisa. ....	146
Quadro 19 - Desapropriações ocorridas no sertão fluminense, no pré-1964.....	174

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1: OS CONFLITOS POR TERRA NA PERSPECTIVA DA SOCIOLOGIA DAS INSURGÊNCIAS.....	15
1.1 As grandes linhas de estudo sobre o campesinato.....	16
1.2 Auto-organização e a abordagem da sociologia das insurgências aplicadas ao estudo do campesinato.....	21
CAPÍTULO 2: O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 COMO DESARTICULADOR DAS INSURGÊNCIAS NO SERTÃO FLUMINENSE .....	40
2.1 Reforma Agrária, desenvolvimento e cultura: os discursos de contrainsurgência .....	46
2.2 Os militares e a contrainsurgência: o lugar do Rio de Janeiro e dos sertões fluminenses.....	62
CAPÍTULO 3: AUTO-ORGANIZAÇÃO E FORMAS DE RESISTÊNCIA NO SERTÃO FLUMINENSE .....	69
3.1 A luta pela terra e a insurgência nos Sertões Fluminenses.....	69
3.2 Formas de organização do campesinato e a representação política: partidos e associações .....	93
3.3 A ação insurrecional.....	107
CAPÍTULO 4: UM BARRIL DE PÓLVORA? RESISTÊNCIA CAMPONESA EM XERÉM, DUQUE DE CAXIAS .....	124
4.1 Formas de dominação e expropriação de terras .....	127
4.2 O processo de auto-organização.....	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	180
ÍNDICE ICONOGRÁFICO DA VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA NO SERTÃO FLUMINENSE.....	185
BIBLIOGRAFIA .....	237
FONTES .....	241

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como intuito principal refletir sobre a resistência e a auto-organização dos trabalhadores rurais do Rio de Janeiro, no período anterior ao golpe civil-militar de 1964. Buscamos, assim, perceber as formas de resistência desenvolvidas nas experiências de lutas dos camponeses, estando essas ligadas ou não a organizações, associações ou partidos políticos. Ao longo da pesquisa, também fizemos um exercício de resgatar a memória dos atos de repressão praticados contra os camponeses, tanto pelo Estado quanto pelos interessados em tomar posse das terras em litígio, de forma a mostrar as práticas de dominação e de expropriação que motivaram a auto-organização, resistência e insurgência no campo fluminense.

Iremos nos concentrar em identificar as formas de resistência desenvolvidas pelos camponeses do Estado do Rio de Janeiro, nos atentando principalmente às práticas de discurso oculto, formas de resistência cotidiana e também de resistência aberta, pontuando os elementos de auto-organização que existiam nessas práticas desenvolvidas. Como objeto empírico, tomamos como exemplo alguns conflitos por terra ocorridos no pré-1964. Pretendemos analisar de forma detalhada os conflitos ocorridos na região de Xerém, em Duque de Caxias, localidade que era desenhada nos jornais como um “barril de pólvora”, devido à quantidade de conflitos armados que se desenvolveram. Para poder perceber as formas de resistência desenvolvidas, também analisamos os conflitos ocorridos na Fazenda São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu, no Núcleo Colonial de Santa Alice, em Itaguaí e Pedra Lisa, em Nova Iguaçu<sup>1</sup>. Geograficamente, os conflitos analisados e todos os outros que pudemos mapear nesse trabalho, tem como característica o fato de se situar no interior do Estado, o que nos levou a utilizar o conceito de sertão fluminense<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Atualmente Pedra Lisa pertence ao município de Japeri.

<sup>2</sup> Manoela Pedroza utiliza em seus trabalhos o conceito de sertão carioca, que, apesar de muito similar, engloba a região da Baixada Fluminense e regiões do que hoje conhecemos como a Zona Oeste do Rio de Janeiro. Assim como nós, a autora percebe que eram lugares com similaridades na formação social e agrária e que se encontravam em torno da *urbs* do Rio de Janeiro (PEDROZA, 2003, p. 95). Frederico Araújo (1987) tentando alargar a região da Baixada Fluminense para envolver outros municípios que tinham realidades parecidas criou o termo Baixada da Guanabara. Entretanto, tais conceitos não conseguem envolver os inúmeros municípios no interior do Estado que também foram zonas de litígio: Rio das Ostras, Vassouras, Petrópolis, Casimiro de Abreu, Cachoeiras de Macacu, entre outros. Portanto, ao utilizar o termo sertão fluminense, nosso intuito é abranger todas as zonas agrárias do Estado que, antes e até mesmo depois do golpe civil-militar, foram palco de conflitos por terra.

Ainda no século XIX, o sertão era entendido, de forma geral, como “terras sem fé, lei ou rei”<sup>3</sup>. Era uma categoria construída pelos colonizadores, com sentido negativo, designando lugares distantes do litoral, desconhecidos. Portanto, o conceito de sertão surge justamente enquanto contraposição do litoral. Enquanto o último era o espaço conhecido, civilizado, o sertão representava não só o interior, mas também o desconhecido, o inacessível, o isolado, o perigoso, o incivilizado<sup>4</sup>.

Para Brandão (1995), o sertão era o lugar de vida dos “homens pobres”, lugar que ainda não era de domínio dos senhores de terras e que podia ser conquistado através de um trabalho árduo. Ou seja, eram terras que podiam ser “apossadas”, sendo o único meio de homens pobres e livres terem terra<sup>5</sup>. Assim como Pedroza (2003), percebemos o sertão enquanto “terras vazias de significado tanto para o Estado quanto para o capital agroexportador ou especulativo, no momento em que se instalaram os posseiros”<sup>6</sup>. Entretanto, essas terras passariam a ter valor especulativo para seus supostos donos, sobretudo na década de 1950. Os sertões eram, portanto, regiões esquecidas, sem infra-estrutura, água tratada, esgoto, eletricidade, hospital ou escola, longe dos centros urbanos. Eram áreas vistas como decadentes e abandonadas pelos grandes senhores, o que abriu possibilidades de trabalho para posseiros, arrendatários, lavradores e parceiros, frente ao desinteresse dos grandes proprietários.

De acordo com os relatos encontrados nos jornais analisados ao longo da pesquisa, os lavradores que iniciaram a ocupação das terras nos sertões fluminenses chegaram nelas entre as décadas de 1920 e 1940. Vinham de outras cidades do Rio de Janeiro ou de outros Estados, como Minas Gerais, Espírito Santo e também da região Nordeste. Em muitos lugares, como é o caso da Baixada Fluminense, as terras sequer encontravam-se saneadas, partindo dos próprios lavradores o trabalho de deixa-la cultivável. Produziam gêneros alimentícios básicos como aipim, feijão, milho e frutas, que eram utilizadas para consumo familiar e também para a venda nos mercados regionais.

O interesse por esse tema surgiu a partir da leitura do livro *Memórias da Luta pela Terra na Baixada Fluminense*, de Bráulio Rodrigues, que participou de diversos conflitos no Rio de Janeiro. O livro foi apresentado a mim em uma disciplina cursada na graduação, no curso de

---

<sup>3</sup> AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151. P. 148.

<sup>4</sup> Idem, 149.

<sup>5</sup> Brandão, 1995, p. 157 apud Pedroza, 2003, p. 94.

<sup>6</sup> PEDROZA, Manoela. *Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas*. Dissertação (Dissertação em História) – Programa de Pós Graduação em História da UFRGS, Rio Grande do Sul, p.94, 2003.

licenciatura em História da UFRRJ, de nome História Agrária, oferecida pelo professor Álvaro Nascimento junto com Henrique Dias, que muito me incentivou a enveredar por um tema tão pouco abordado nos cursos de história. Foi através dessa leitura que os primeiros indícios de auto-organização, bem como algumas formas de resistência se apresentaram para mim.

A auto-organização se fez presente nos movimentos por terra do sertão fluminense de muitas formas: através do mutualismo existente entre lavradores de distintas regiões e deles com outros setores urbanos, na ausência de hierarquia, no estabelecimento de relações horizontais entre os lavradores, na ausência de lideranças permanentes, no fato das decisões serem tomadas e colocadas em prática de forma coletiva e na adoção de diversas formas de organização e de táticas de resistência, abordados ao longo desse trabalho. Se constituiu enquanto um espaço de questionamento das relações de dominação e de expropriação, presentes no campo, representando também um espaço de contradições, como o fato de, por vezes, a auto-organização desses grupos se desenvolver em direção ao Estado, que, ao nosso ver, tem um papel ativo nos despejos e conflitos ocorridos no sertão.

A crença na auto-organização se pauta nas fontes disponíveis e também na leitura de alguns trabalhos, que apontam ao mesmo tempo para a presença do Partido Comunista no campo e também para um amplo uso da resistência armada, uma ideia contrária as deliberações do partido para aquela época. Portanto, foi possível comprovar nossa hipótese de que não era o Partido Comunista o elemento principal para a organização dos movimentos no campo e sim os próprios lavradores das áreas em conflito. Entretanto, reconhecemos a importância de camponeses, que já viviam nas regiões de litígio e que possuíam relações com o Partido, como fundamentais para auxiliar nesse processo.

Portanto, ao longo do trabalho desenvolveremos a ideia de que as decisões e estratégias utilizadas se davam com total autonomia dos camponeses. Dessa forma, a auto-organização deles, por muitas vezes, foi contra as orientações vigentes no Partido Comunista, que, na década de 1960, quando os levantes armados ocorreram, priorizava a resolução de conflitos agrários pela via legal e pacífica. Assim, a auto-organização se mostra nesse trabalho através da autonomia dos trabalhadores rurais, de sua capacidade de manter uma organização própria e pelo mutualismo e cooperação existente entre os diferentes núcleos rurais em conflitos, não sendo a nossa intenção trazer um debate teórico sobre o conceito e sim apontar como ela se fez presente nos movimentos rurais do pré-1964.

Metodologicamente, optamos por conduzir esse trabalho tendo como base a Sociologia das Insurgências, visto que ela nos possibilita um viés analítico que confere centralidade aos processos de insurgência camponesa, iniciados no Brasil com a Guerrilha de Porecatu, ainda na década de 1940 e findados com a Guerrilha do Araguaia, em 1974. Os conflitos abordados nesse trabalho, são, portanto, expressões regionais de um estado de insurgência camponesa que se fez presente em todo o país.

Dentre as características da insurgência, enquanto processo político, podemos destacar o fato das ações se pautarem no uso da violência civil não letal, que consiste nas formas cotidianas de resistência como os saques, ocupações, roubos, voltadas para anular relações de propriedade e de apropriação econômica e no uso da violência militar, através da formação de guerrilhas ou de guerras regulares, sendo a violência a principal forma de alcançar os fins políticos ou expressar as visões do movimento. É um processo marcado por uma força aparentemente mais fraca, que se desenvolve fora da estrutura estatal e visa mudar as condições do grupo. Além disso, é um processo onde diversos atores, de forma não centralizada, se articulam através de formas de cooperação, sendo regidos por estruturas sociais específicas do seu grupo ou meio (FERREIRA, 2016). A partir da proposta da Sociologia das Insurgências nos concentramos em perceber as ações de resistência coletivas desenvolvidas pelos movimentos no campo, fossem através do uso de violência civil letal ou não, e suas formas de organização.

Para compreender as motivações por trás das revoltas camponesas que surgiram durante o pré-1964 utilizamos os trabalhos de Hamza Alavi (1965) e de Eric Wolf (1969). Consideramos esses autores como fundamentais para refletir sobre como o contexto de expropriação de terras e violência vivida pelos camponeses abriram margens para que as revoltas camponesas pudessem ocorrer nos anos 1960, apesar de estabelecermos algumas críticas em relação às suas abordagens. Além disso, percebendo a necessidade de compreender o período anterior a emergência dos levantes, utilizamos também a abordagem de James Scott (2013), tentando identificar, através das fontes disponíveis, as práticas de discurso oculto, de resistência infrapolítica e também buscando perceber o momento em que o discurso oculto se torna público, dando espaço para o que o autor chama de resistência aberta, considerando esses elementos essenciais da insurgência camponesa no período estudado.

No intuito de entender como se deu a articulação do golpe civil-militar de 1964 utilizamos a obra de René Dreifuss (1981). O conceito de “golpe civil-militar”, utilizado ao



longo desse trabalho, foi desenvolvido por esse autor, que nos mostra que o golpe não partiu exclusivamente do setor militar, havendo setores técnicos e empresariais da sociedade civil envolvidos através de uma rede concretizada no complexo IPES/IBAD. Também buscamos compreender o que se passava no sertão fluminense durante o período anterior ao golpe civil-militar através das abordagens de Mário Grynszpan (1987), Manuela Pedroza (2003) e Leonilde Medeiros (1989).

O período que antecedeu o golpe de 1964 foi marcado na vida dos trabalhadores rurais da Baixada Fluminense como uma época de péssimas condições de vida, violência, espancamento, queima de casas, destruição de plantações e despejo de terras, o que configurou, para Mário Grynszpan (1987), o principal problema social existente no campo carioca entre 1950 e 1960. Esse contexto de grilagem, especulação das terras e expropriação se deu em diversas regiões do Rio de Janeiro, gerando um processo marcado pela coerção e pela violência, que antecedeu um momento de mobilização, auto-organização e resistência de diversas comunidades rurais.

A forma de luta mais comum de resistência exercida no campo fluminense nesse período foi a resistência a essa expropriação do território. Isso incluía a tentativa de permanecer na terra apesar da violência policial e jurídica, imposta por grileiros e seus jagunços, as formas cotidianas de resistência, como a recusa em pagar impostos, a dissimulação, os saques, as resistências públicas, como o apelo a autoridades, manifestações públicas e denúncias em jornais, bem como a resistência armada.

Ao longo dos anos 1950, a resistência camponesa se mostrou expressiva contra as práticas de grilagem e de expropriação da terra, presentes em todo o sertão, principalmente através de ações infrapolíticas e de resistências públicas nos momentos em que tal forma foi possível. O início dos anos 1960, por sua vez, foi marcado pelo uso da resistência armada por lavradores organizados através de associações/ligas ou de maneira informal, tendo como objetivo conseguir a desapropriação das terras ocupadas. A fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias, é apontada como a primeira a resistir de forma armada à ação policial, fechando a área ocupada praticamente em um esquema militar. Para Medeiros (1989), os trabalhadores rurais em questão eram pessoas que antes tiveram acesso à terra como pequenos proprietários ou arrendatários. Surgem em meio ao conflito de expropriação de terras e aos diferentes projetos de reforma agrária que não os contemplavam.

Visando formular uma concepção a respeito do que seria a auto-organização, presente nos movimentos ocorridos no sertão fluminense durante o pré-1964, tomamos como base o trabalho de Cornelius Castoriadis (1983). Entre as características dos grupos auto-organizados ou autogeridos podemos citar o fato das decisões serem tomadas de forma coletiva, dos representantes serem escolhidos e destituídos pelo coletivo e também a existência de cooperação e de auxílio mútuo entre diferentes grupos. Corrobora com essa visão James Scott (2013), que percebe como a auto-organização é capaz de conferir aos grupos autonomia, a capacidade de cooperação e de criação de um jeito próprio de se organizar. Nessa perspectiva, portanto, Scott (2013) reconhece a capacidade política e de pensamento dos camponeses, que formularam seus próprios valores, objetivos e práticas, sendo dotados de potencial revolucionário e de transformação social.

Uma parte das fontes obtidas nesse trabalho se encontram no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Aí foram obtidos inquéritos policiais, fichas e entrevistas de pessoas envolvidas nos movimentos camponeses do pré-1964, além da entrevista com o lavrador Joaquim Antônio, que será apresentado mais adiante.

Através do levantamento de reportagens de jornais, entre os anos de 1950 e 1964, foi possível resgatar diversos elementos, como a chegada dos lavradores nas áreas que posteriormente se tornaram zonas de litígio, os despejos, as violências sofridas e também os levantes ocorridos a partir de 1961. Utilizamos reportagens de diversos jornais, sobretudo do *Última Hora*, *A Luta Democrática* e *Imprensa Popular*. Ocasionalmente também utilizamos reportagens de outros jornais como o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*, entretanto, os problemas do campo apareciam nesses outros periódicos de forma bastante esporádica, o que levou a concentração da análise nos três jornais citadas anteriormente.

O jornal *A Luta Democrática* foi criado em 1954, pelo político Tenório Cavalcanti. Tenório, cujo reduto eleitoral era a região da Baixada Fluminense, construiu sua fama política a partir da violência. Utilizava sempre uma capa preta, que disfarçava suas armas, entre elas sua famosa metralhadora de nome “Lurdinha”. Ao longo da década de 1950, consolidou-se como uma importante liderança em todo o estado, construindo sua imagem pública como “o homem da capa preta” e tendo o seu jornal grande influência nisso. As notícias relacionadas aos despejos de lavradores se fizeram presentes em seu periódico, pois parte da fama e do apoio

eleitoral que Tenório possuía vinha da sua ligação com os conflitos por terra em Duque de Caxias. Entretanto, na década de 1950 o jornal seguia a linha política de seu proprietário, se delineando como um órgão conservador e próximo da ultra direita (RIBEIRO, 2000:103). Apresentava caráter moralista, atacando a corrupção, o comunismo e dando grande ênfase em casos policiais. Tinha como objetivo ser um instrumento de mediação entre população e poder público, trazendo apelos populares e promovendo campanhas para pressionar autoridades políticas a resolver determinadas demandas. Em 1960, período em que Tenório rompe com a UDN e se filia ao PST, é possível perceber uma mudança em seu discurso e conseqüentemente na linha política do jornal, que já trazia palavras de ordem de esquerda e a defesa a João Goulart.

Lançado em 1948, o jornal *Imprensa Popular* surge a partir do fim de outro jornal ligado ao Partido Comunista, a *Tribuna Popular*, extinta quando o Partido entrou para a ilegalidade. Em suas páginas, o jornal trazia grande quantidade de fotos, manchetes e títulos chamativos, tentando chamar atenção para os problemas políticos e sociais mais diversos. . Era um jornal de linha anti-americana, anti-imperialista, anti-fascista, anti-getulista, pró-stalinismo e pró-maoísmo, sendo explícita suas linhas nacionalista e pacifista (BRASIL, 2016). Entre as manchetes, pode-se citar o apoio a Luís Carlos Prestes, a oposição ao governo de Getúlio Vargas, cobertura de congressos de esquerda, cobertura de manifestações populares e do movimento estudantil, o apoio à organizações operárias, etc. Apesar de nunca explicitar que o periódico era pertencente ao Partido Comunista, em suas páginas também haviam reflexões sobre os rumos e as posturas do Partido, cultura e pensamento marxista. A partir de 1954 sofreu algumas mudanças, inserindo em suas páginas temas a respeito do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, principalmente assuntos policiais, colunas voltadas para cinema, futebol, cultura e entretenimento popular<sup>7</sup>.

Já o periódico *Última Hora*, criado por Samuel Wainer, surge em 1951 em defesa do presidente Getúlio Vargas. Nas palavras de Wainer, a proposta do *Última Hora* era em “primeiro lugar, nacionalismo [...] em segundo lugar, reivindicação social, a defesa do melhor nível salarial, maior justiça salarial; em terceiro lugar, luta pela democracia, pela liberdade contra o fascismo; em quarto lugar, atendimento aos mitos populares: futebol, espetáculo, tudo aquilo que representava vinculação com o povo [...]” (WAINER, S. In. GOLDESTEIN, 1987:46 apud MACEDO; MELO, 2008:6). O jornal tratava, de forma predominante, dos problemas urbanos do subúrbio, trazendo também conteúdo relacionado ao futebol, lazer e

---

<sup>7</sup> Ver mais em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/imprensa-popular/>. Acesso em 28 de novembro de 2020.

dimensão política. Tendo como intuito defender a política getulista, o jornal tinha como alvo principal a classe trabalhadora do Rio de Janeiro.

Todos os jornais utilizados ao longo do trabalho eram de temática livre. O único jornal partidário utilizado como fonte foi o *Imprensa Popular*, que possuía relações, ainda que não oficiais, com o Partido Comunista. Ainda assim, todos os periódicos estudados se voltavam prioritariamente para questões urbanas, estando os despejos e resistência camponesa em suas páginas pelo fato de terem se tornado um problema político e social de grande expressão durante o pré-1964. Na década de 1960, os levantes camponeses chegaram a ser noticiados inclusive na grande imprensa, como, por exemplo, no *Jornal do Brasil*. Não fazia parte da linha ideológica de nenhum desses jornais a incitação aos movimentos que vinham ocorrendo no campo. Mesmo o *Imprensa Popular* não possuía esses objetivos, visto que trazia uma linha pacifista de resolução dos conflitos, a mesma adotado pelo Partido Comunista nesse período. Ao contrário de regiões como o noroeste do Paraná, Triângulo Mineiro e Goiás, onde o PCB de fato teria incitado ações armadas de camponeses, em regiões como a Baixada Fluminense e o Rio de Janeiro, de forma geral, as ações de resistência eram orientadas e estimuladas com base na legislação, ou seja, por vias legais e institucionais<sup>8</sup>.

É preciso ressaltar que os jornais traziam em suas páginas grande parte de um discurso estrategicamente formulado por lideranças e camponeses. Era comum que os lavradores relatassem, nas entrevistas ou denúncias, que as áreas eram abandonadas pelos seus pretensos donos. Esses teriam aparecido quando os camponeses já se encontravam estabelecidos e após anos de cultivo e trabalho árduo. Considerando a imprecisão quanto a posse da terra, outro discurso formulado que se fez presente nas páginas dos jornais é o de que as terras eram públicas.

Era comum que a imprensa utilizasse em suas reportagens títulos e números chamativos em relação aos envolvidos. Entretanto, mais do que precisar com exatidão o número de camponeses que foram despejados ou se revoltaram, o objetivo é mostrar, a partir dos relatos jornalísticos, que conflitos e práticas de resistência ocorreram em todo o sertão fluminense. Os despejos, a violência, os embates relatados nos periódicos, bem como a resistência camponesa podem ser vistos também nas demais fontes utilizadas, sejam elas orais e memoriais ou documentais, como é o caso dos processos, legislações e Inquéritos Policiais Militares.

---

<sup>8</sup> SANTOS, Leonardo S. dos. Das folhas de jornal para a realidade: lutas pela terra no Sertão Carioca, pequenos lavradores e imprensa comunista (1945-1964). *Movimentos Sociais, Direitos e Sociedade* v. 1, nº 1, 201, 2012, p.11.

Outra fonte fundamental para a realização desse trabalho foram os livros de memórias de Bráulio Rodrigues e de José Pureza. O primeiro, *Memórias da Luta pela Terra na Baixada Fluminense*, organizado por Leonilde Medeiros, traz a história do líder camponês Bráulio Rodrigues. Bráulio, nascido em Minas Gerais, teve seus primeiros contatos com o Partido Comunista por volta dos anos 1940, vindo para o Rio de Janeiro por volta de 1946, com o objetivo de trabalhar em uma usina siderúrgica, em Volta Redonda. Quando o PCB entrou na ilegalidade, em 1948, Bráulio fugiu para Queimados, que na época era um distrito de Nova Iguaçu. Estava trabalhando na construção civil quando conheceu o movimento de Pedra Lisa, participando dele e de vários outros na luta pela terra no Estado.

Já o *Memória Camponesa*, foi organizado por Eliane Cantarino O'Dwyer, contando a história de José Pureza. Pureza era natural de Alagoas e trabalhava no Rio de Janeiro, na área de construção civil, na década de 1940. Em 1947, mesmo período em que o Partido Comunista entra na ilegalidade, decidiu que deveria ir com a sua família para o campo, atraído pela facilidade em conseguir terras em Duque de Caxias, visando viver da lavoura e ajudar os camponeses na organização e luta. Pureza desempenhou liderança expressiva nos movimentos que aconteceram em Xerém, Duque de Caxias, tendo também grande importância nos que surgiram em outras localidades, na criação da Associação de Lavradores Fluminenses e em outros órgãos e federações voltados para a luta pela terra, assim como Bráulio Rodrigues.

Não é uma intenção desse trabalho reconstituir os movimentos ocorridos no sertão fluminense através da memória predominante de lideranças. Entretanto, são situações que ocorreram há mais de 60 anos, o que nos leva ao fato de que são poucas as pessoas que possam relatar tais acontecimentos atualmente. Além dos livros de memórias, também utilizamos entrevistas realizadas por mim, em 2019, com Nilson Venâncio, que também atuou nos conflitos ocorridos em Xerém. Nilson se mudou para a região da fazenda São Lourenço com seus pais quando ainda era uma criança. Veio da região de Itaperuna, em 1939, quando as plantações deram espaço para a implementação da pecuária. Quando jovem, Nilson trabalhou em diversos ofícios, inclusive na Fábrica Nacional de Motores, se filiando ao PCB mais ou menos nesse período e no Exército, servindo até o ano de 1958.

Outra entrevista fundamental utilizada é a de Joaquim Antônio, realizada por Joaquim Paulo Silveira entre os anos de 1981 e 1982 e obtida através do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do CPDA/UFRRJ. Joaquim Antônio cresceu como camponês no Espírito Santo, em Morro

Grande, próximo a Cachoeiras de Itapemirim. Lá, possuía uma pequena propriedade onde criava alguns animais e plantava café, milho, feijão e batata. Em 1958 precisou vender suas terras para quitar suas dívidas com o banco e, recebendo orientações de seu irmão, que vivia no Rio de Janeiro, se mudou para a fazenda São Lourenço, em Xerém, com a informação de que na região havia muita terra sem uso e facilidade de conseguir um lote para morar.

Além dos relatos de Nilson e de Joaquim, utilizamos também trechos de entrevistas de diversos outros trabalhadores rurais, os quais não foi possível levantar elementos de sua vida, de forma a apresentá-los. A maioria desses depoimentos foram conseguidos através do relatório *Conflitos por terra e repressão no campo (1946-1988)*, organizado por Leonilde Medeiros (2015) em conjunto com diversos pesquisadores e pesquisadoras do tema. Nesse relatório, o grupo de pesquisadores envolvidos no projeto levantam as histórias de diversos conflitos por terra, ocorridos tanto no pré-1964 quanto na década de 1980. O relatório também foi fundamental para que pudéssemos compreender como era o sertão fluminense antes da chegada desses lavradores e de onde eles vieram.

A memória é aqui entendida enquanto as lembranças de um grupo que viveu determinados acontecimentos históricos em comum. Entretanto, é preciso ter consciência de que essa memória é um fenômeno construído socialmente e que sua construção implica o lembrar e o esquecer. Esse processo de construção da memória leva à escolhas de fatos, que, por diversas razões, o grupo considera que devem ou não devem ser lembrados (MOTTA 2003:186). É preciso ter em mente que, ao trabalhar com a memória de um grupo, existem coisas e fatos que são postos em esquecimento para preservar a identidade coletiva, preservando também seus interesses comuns. É necessário ainda lembrar que esse esquecimento pode se dar por inúmeros motivos, inclusive devido às conjunturas históricas.

Entretanto, a memória é uma fonte tão verídica quanto qualquer outra. Para utilizá-la é preciso reconstruir diversas interpretações do que se pretende estudar, de forma que seja possível criar uma aproximação em relação à situação vivida pelo grupo. É necessário primeiramente compreender que “o passado estudado foi vivido por grupos diversos, que construíram embates, concepções de vida, visões de mundo, projetos de sociedade e muito mais” (MOTTA, 2003:193).

Para reconstruir a história de um grupo é preciso ainda não se satisfazer apenas com a narrativa. É preciso cruzar fontes, observar os conflitos e estar atento aos detalhes que para muitos são desprezíveis. Levando em consideração o tema desse trabalho, se faz necessário

também se questionar a respeito do esquecimento de determinados elementos do passado dos movimentos rurais. De acordo com Motta (2003), a memória e a identidade são valores que são disputados em conflitos sociais. Portanto, a construção de determinada visão do passado rural implica lembrar e esquecer. Em um país como o Brasil, que possui uma das maiores concentrações fundiárias do mundo, a autora acredita não ser gratuito o projeto de fazer esquecer os embates sobre os direitos à terra e sobre as concepções de justiça adotadas.

Nenhuma das fontes utilizadas nesse trabalho, sejam documentais ou orais, foram compreendidas enquanto a verdade absoluta. Foram analisadas, comparadas com observações obtidas em outros meios e submetidas à crítica. São interpretadas enquanto visões individuais ou coletivas que não se isentam de interesse ou de intenção. Essa crítica é válida para todas as fontes, visto que não são apenas as fontes orais e memoriais que guardam subjetividades.

Portanto, a memória será aqui trabalhada dentro de suas possibilidades. Os relatos trazidos pelas fontes jornalísticas, livros de memórias e entrevistas não são vistos como verdades imutáveis, mas também não são desprezados em benefício de fontes oficiais. Os depoimentos de lideranças e camponeses também não se fazem presentes com a pretensão de reafirmação de suas memórias. Tais relatos, sempre que necessário, foram cotejados com as outras fontes e problematizados, visto que a memória traz consigo lembranças e esquecimentos, intenções e interesses.

Para poder retratar o conflito ocorrido em Cachoeiras de Macacu, na fazenda São José da Boa Morte, utilizamos reportagens de jornais e o capítulo dedicado a região no relatório *Conflitos e repressão no campo (1946-1988)*, escrito por Ricardo Braga e Fabricio Teló. Para o conflito do Núcleo Colonial de Santa Alice não foi possível encontrar trabalhos acadêmicos. Portanto, foram utilizados o livro de memória de Bráulio Rodrigues, que participou do movimento e as reportagens de jornais. Para falar de Pedra Lisa, utilizamos o trabalho de Gabriel Bastos (2017), bem como o livro de memórias de Bráulio e diversas notícias que circularam nos jornais. Já para retratar os acontecimentos de Xerém, nas fazendas São Lourenço, Capivari e Piranema, contamos com um número mais amplo de fontes. Além do relatório de Medeiros (2015), pudemos analisar Inquéritos Policiais Militares, as entrevistas realizadas com Nilson Venâncio e Joaquim Antônio, o livro de memórias de José Pureza, as reportagens de jornal e trabalhos como o de Aline Maia (2017).

Outra fonte fundamental para caracterizar o quadro de insurgência camponesa ocorrida no pré-1964 foi o livro de Ulisses Lima, *Luta Armada na Baixada (1961)*. O livro foi obtido

por Fabrício Teló, no Museu Vivo de São Bento, em Duque de Caxias e se trata de uma dissertação escrita pelo autor em relação aos movimentos ocorridos no pré-1964. Traça um debate acerca do desenvolvimento no campo, da modernização agrária e de como esses elementos estariam tentando eliminar os grupos de posseiros e pequenos lavradores da região, fazendo também um levantamento dos conflitos mais expressivos na região compreendida como Baixada da Guanabara. Poucas informações foram conseguidas a respeito da obra ou do autor: sabemos que o livro foi finalizado em 1981 e que Ulisses era professor de história na Baixada Fluminense. Entretanto, essa foi uma fonte essencial para constatarmos que no sertão fluminense figuraram não só diversas formas de resistência, mas também de organizações.

Os Inquéritos Policiais Militares, sobretudo o de número 709, que tratava das atividades de subversão, no campo e na cidade, nas quais o Partido Comunista ou seus membros estariam envolvidos, também foi muito importante, tanto no que tange a perceber formas de organização e resistência, quanto para compreender como a insurgência camponesa foi analisada no meio militar e como se originou o estado de contrainsurgência, concretizado através do golpe civil-militar de 1964.

De forma a complementar aos dados obtidos, utilizamos também o Censo Agrícola do IBGE de 1960, de forma a tentar compreender quem era o campesinato que constituía as regiões trabalhadas, tentando classificar os dados a partir da abordagem de Alavi (1965), identificando que no sertão fluminense havia um campesinato pobre, constituído de colonos, posseiros, arrendatários, um campesinato médio, formado por proprietários de pequenas e médios estabelecimentos, e uma terceira categoria, formada por donos de grandes extensões de terras. Tal análise foi muito importante para constatarmos que o campesinato que se revolta, no sertão fluminense, é justamente o primeiro, que tem constantemente suas terras expropriadas.

O primeiro capítulo se dedicará a traçar um breve debate acerca das linhas de estudo sobre o campesinato, de forma a mostrar que tais estudos vêm, ao longo do tempo, priorizando as análises a respeito das organizações camponesas e dos conflitos que ocorrem através das vias institucionais, atribuindo papel pouco expressivo ao protagonismo camponês. Além disso, nessa parte do trabalho, também explicaremos a abordagem metodológica da sociologia das insurgências, as concepções de revolta camponesa de Wolf (1969) e Alavi (1965), assim como os conceitos de discurso oculto, resistência cotidiana, ação infrapolítica e resistência aberta (Scott, 2013), que estarão presentes ao longo de todo o trabalho.



No segundo capítulo mostraremos como a questão agrária se tornou um problema fundamental do pré-1964, trazendo os discursos da mídia, do meio político, social e militar, de forma a mostrar o consenso existente em torno de uma reforma agrária feita através da lei e da ordem. Tendo o problema agrário se encaminhado para uma insurgência camponesa generalizada, mostramos também as características de um estado de contrainsurgência e visões predominantes sobre o golpe e o pré-1964 no Rio de Janeiro, de forma a mostrar como a articulação de um golpe civil-militar se tornou necessária para desarticular o movimento camponês.

No terceiro capítulo contextualizaremos brevemente os antecedentes da luta pela terra no sertão fluminense, buscando compreender quem era o campesinato que se insurgiu, suas formas de organização (formal e informal), a atuação do Partido Comunista e das associações de lavradores e ligas camponesas na mediação dos conflitos, bem como as formas de resistência cotidiana desenvolvida pelos camponeses, através do discurso oculto e de ações infrapolíticas e da resistência aberta ou pública, através das manifestações, ocupações, saques, entre outras. Por fim, tomaremos como exemplo três conflitos ocorridos no sertão fluminense (fazenda São José da Boa Morte, Pedra Lisa e Santa Alice) para tratar da ação insurrecional camponesa, de forma a mostrar os levantes armados como uma forma de resistência que visava, principalmente, pressionar o Estado para obter a desapropriação das terras.

No quarto e último capítulo restringimos a análise da ação insurrecional camponesa para a localidade de Xerém, em Duque de Caxias, cujo número de conflitos armados ocorridos nos anos 1960 se mostrou bastante expressivo. Após mostrarmos o contexto de dominação e de expropriação imposto por grileiros (instituições, figuras políticas, policiais), analisaremos os levantes armados de três fazendas da região: São Lourenço (1961), Piranema e Capivari (1963). Através desses casos foi possível mostrar que a resistência camponesa se constituiu enquanto um movimento auto-organizado, pautado em relações mutualistas, horizontais e englobado em diversas formas de organização, como as associações ou ligas e também através de redes informais, pautadas, principalmente, no uso da infrapolítica enquanto forma de resistência, alternando também entre a resistência pública e o uso de violência militar.

Esperamos com esse trabalho obter uma perspectiva de campesinato dotado de potencial insurrecional e contribuir para uma produção acadêmica que dê visibilidade aos processos insurgentes, reconhecendo como legítimos os métodos utilizados pelos lavradores, desde as resistências cotidianas, até o uso de violência militar, como meio de alcançar a desapropriação

das terras em litígio e impedir os despejos. Além disso, a pesquisa se insere numa perspectiva que visa romper com a percepção de um campesinato que necessita de elementos externos, como lideranças, instituições ou partidos para se rebelar.

A inserção da questão agrária na Baixada e no sertão fluminense como um todo, numa visão e em um referencial que reconhece a autogestão dos trabalhadores para resistir aos despejos e alterar o cenário político e social, contrariando uma ótica que lança luz apenas na violência que é produzida nesses processos ou que atribui méritos mais a mediadores do que aos próprios trabalhadores envolvidos nos conflitos, é outra contribuição que pretendemos fazer a partir dessa pesquisa.

Um terceiro possível resultado é que esse trabalho possa colaborar para o estabelecimento de uma memória social acerca das lutas dos trabalhadores rurais do sertão fluminense, constantemente invisibilizados. Tendo em mente o atual cenário político brasileiro, esperamos, dessa forma, trazer com clareza a existência de um contexto global de insurgências durante o pré-1964 e destacar a importância histórica e social dos movimentos locais desenvolvidos nos sertões Rio de Janeiro, para que a luta desses homens e mulheres anônimas não seja esquecida e para que possamos cotidianamente aprender com eles e ressignificar suas formas de resistir frente aos mecanismos de dominação, expropriação e repressão do Estado.

## CAPÍTULO 1: OS CONFLITOS POR TERRA NA PERSPECTIVA DA SOCIOLOGIA DAS INSURGÊNCIAS

Quando eles vieram, eles não esperavam que a gente oferecesse resistência. Nós fizemos uma resistência e os jagunços deles se afastaram. [...] Como, naquela época a polícia não era tão bem preparada como é hoje, nós procuramos cercar as áreas por onde possivelmente eles iriam passar se viessem de carro... Ficou um na entrada principal. Os outros com foguete e a turma mais aglomerada num canto. Quando um soltava um foguete lá, a gente já sabia que aquele grupo que estava ali tinha que se espalhar, para ir se acomodar. Mas aí todo mundo já tinha organizado o seu pedacinho dentro de casa. O pessoal lá sabe dessa nossa história... Nós nos defendemos...<sup>9</sup>

Ao longo das décadas de 1950 e 1960 os lavradores do Estado do Rio de Janeiro e das mais diversas regiões do Brasil foram submetidos a despejos, destruição das suas casas e plantações, perda da criação e das suas terras. Estiveram sujeitos à violência policial, ao impulso de acumulação de latifundiários, de grileiros e à omissão do Estado. Desse processo violento originaram-se formas de resistência que, como uma semente, cresceram em várias regiões rurais do Estado do Rio de Janeiro, levando à auto-organização dos trabalhadores e a práticas de resistir, que foram desde pequenos atos até as revoltas armadas.

Esse processo de insurgência camponesa, que compreende desde os despejos até a formação de levantes no sertão fluminense, se encontra inserido num contexto global e regional de revoltas no meio rural brasileiro, que tem início nos 1940 com a guerrilha de Porecatu<sup>10</sup>, no Paraná, e se encerra em 1974 com a desarticulação da guerrilha do Araguaia, na região amazônica. Metodologicamente, as revoltas camponesas ocorridas entre o final dos anos 1950 e o golpe civil-militar são compreendidas, nesse trabalho, a partir da Sociologia das Insurgências, uma proposta teórica e metodológica que traz centralidade para as formas de insurgência, entendidas como processos políticos que se utilizam de violência civil não letal e de violência militar. A Sociologia das Insurgências se concentra também em refletir sobre a dialética existente entre dominação e resistência, o que permite pôr em evidência formas subalternas de mobilização, muitas vezes silenciadas ao longo da História.

Na intenção de dar voz aos trabalhadores rurais e os interpretar enquanto agentes

---

<sup>9</sup> Memórias do trabalhador rural Bráulio Rodrigues sobre um despejo ocorrido em Pedra Lisa, Japeri. SILVA, Bráulio Rodrigues da; MEDEIROS, Leonilde Sérvalo. *Memórias da Luta pela Terra na Baixada Fluminense*. Mauad, 2008. P.29.

<sup>10</sup> De acordo com Osvaldo Heller da Silva, professor de Sociologia Rural da Universidade Federal do Paraná, Porecatu representou o “pontapé” inicial da organização camponesa, tendo surgido lá, ainda nos anos 1940, as primeiras associações de lavradores.

Mais sobre em: <http://www.ihu.unisinos.br/169-noticias/noticias-2015/546306-a-guerrilha-de-porecatu-e-a-afirmação-da-condição-camponesa-no-paraná> Acesso em 27/04/2020

históricos, pensamos a ação desse campesinato a partir da ideia de auto-organização. Esse conceito permite perceber que as práticas de resistências elaboradas pelos camponeses sejam vistas como fruto da própria experiência de luta de lavradores, posseiros e colonos, visto que a presença de atores nacionais e internacionais como o Partido Comunista, a Igreja Católica, o PTB, entre outros, que auxiliaram no processo organizativo, no estabelecimento de alianças e que deram visibilidade para a luta não significou um controle das formas de resistir nos conflitos ocorridos no sertão fluminense antes do golpe civil-militar.

### **1.1 As grandes linhas de estudo sobre o campesinato**

A produção intelectual acerca do campesinato, entre os anos 1960 e 1970, foi marcada pelos debates em torno da necessidade de práticas desenvolvimentistas para o país, bem como pela análise das estruturas econômicas e sociais. A configuração das classes sociais, a natureza e papel do campesinato na história também figuraram no centro dessas reflexões. O meio rural era pensado através da tese do atraso da agricultura, sendo esse o principal obstáculo para que o capitalismo se expandisse no país. Assim, a transformação do campo era tida como uma pré-condição para que o desenvolvimento industrial ocorresse. Inseridas nesse contexto, podemos trazer como exemplo a obra *Revolução Brasileira*, publicada por Caio Prado Júnior em 1966 e os trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz, publicados ao longo dos anos 1960.

Caio Prado Júnior (1966) ressalta que as populações que trabalhavam no século XIX, na agricultura de subsistência, eram tidas como uma “população marginal”, uma “massa deslocada”, “indefinida” dentro da ordem social colonial escravocrata e que a mesma continuou mal enquadrada no sistema produtivo durante o século XX, tendo apenas passado da condição de agregados para a condição de trabalhadores da grande exploração rural, sendo remunerados ou compensados por seus serviços através de dinheiro, ou outras formas mistas de pagamento. De acordo com Prado Júnior, isso dava ao trabalhador rural o direito de plantar por conta própria os gêneros de subsistência, mas não o transformava num camponês, pois ele não era o elemento central da produção e sim uma força de trabalho a serviço do proprietário. Portanto, não possuiria ligação efetiva com a terra, pois a sua sobrevivência viria da remuneração ou compensação pelos serviços que prestava.

Dessa forma, a luta dos trabalhadores rurais não poderia ser pela libertação da sujeição pessoal ao patrão ou pela livre disposição para o uso da terra, mas sim por melhores condições

de empregos e salários. Isso se dava pelo fato de a economia brasileira ainda relegar, durante o século XX, a agricultura de subsistência a segundo plano, impedindo que o campesinato fosse ligado a terra. As relações de trabalho presentes no meio rural, como a parceria, o colonato, a meia, entre outras, eram caracterizadas como uma locação de serviços que se distinguia da contratação capitalista apenas pelo fato da natureza da remuneração recebida. A parceria, o colonato, a meia e outras relações de trabalho comuns no meio rural eram percebidas, assim, como uma herança do escravismo, que perdurou até o século XX, pois a concentração da propriedade fundiária teria permitido a manutenção dessas relações de escravidão disfarçadas no campo, onde havia retenção de trabalhadores por dívidas contraídas com o dono das terras, condições precárias de emprego e de salário .

Assim, a reforma agrária era vista como uma medida política que deveria se concentrar na transformação das relações de trabalho e na melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, não devendo se concentrar na subdivisão da propriedade fundiária, sendo essa a medida que teria maior respaldo popular durante o pré-1964. Baseada numa concepção marxista de revolução burguesa, a sua crença na reforma agrária era a de que, a longo prazo, a luta por melhores empregos e salários, e a sindicalização iria servir como fator de organização dos trabalhadores, transformando-os numa sociedade com maior poder de compra e capacidade política. Pela formação de novas demandas, a economia seria redirecionada para o mercado interno e a precariedade, bem como um enorme contingente populacional marginal vivendo na pobreza, teriam a sua solução. Portanto, a sua ideia de revolução não incorporava uma ruptura, mas sim uma incorporação e integração lenta e gradual do trabalhador rural a partir da economia e do desenvolvimento do mercado interno.

Maria Isaura Pereira de Queiroz, nos anos 1960, chama atenção para o fato de que, no meio rural, a estratificação social era frequentemente caracterizada como hierarquizada em duas camadas distintas: de senhores e escravos, que passou a ser formada por fazendeiros e assalariados no pós-abolição. Percebe assim, que havia ainda uma camada intermediária entre essas duas categorias, formada por sitiantes independentes. Logo, a autora defende que havia dois estilos de vida diferentes no meio rural, um pautado na economia das grandes propriedades, voltado para a monocultura e para a produção destinada ao mercado internacional e outro orientado pela produção de gêneros de primeira necessidade, produzidos com o uso de mão de obra familiar no que a autora chama de “bairros rurais”.

A existência dessa camada intermediária do meio rural, relativamente autônoma, se

constituiu como a tese central dos trabalhos de Queiroz nesse período. Os bairros rurais eram caracterizados por um pequeno núcleo de habitações, composto por famílias conjugais autônomas, autárquicas, que lavravam os seus roçados de forma independente. Tais bairros rurais eram definidos pelos vínculos sociais que uniam os seus membros e pela coletivização das atividades, o que Antônio Candido também abordou em *Os parceiros do Rio Bonito*, nesse mesmo período. Queiroz (1963) também se compromete em analisar as transformações sofridas nesses bairros, ao longo dos anos 1950, devido à modernização do país, intensificada com os processos de industrialização e urbanização, percebendo, assim, que os bairros sofreram mudanças profundas no padrão de sociabilidade, marcado por uma degradação da vida sociocultural, aumento da carga de trabalho e o rendimento ao trabalho assalariado, bem como a submissão a figura do patrão.

A questão rural se fez presente no trabalho de Caio Prado Júnior através da crença do autor de que o capitalismo, no Brasil, se inseriu através de uma via não clássica, em função do país ser de economia colonial e da debilidade das classes sociais. Na sua concepção de reforma, via como caminho mais promissor o agrarismo pelo qual o PCB constituiu a sua rede sindical, acreditando que a consolidação da economia nacional se daria através da incorporação do trabalhador rural na economia e na política. Dessa forma, a sua ideia de reforma agrária não significava a distribuição de terras e sim a gradual proletarização e a sindicalização dos trabalhadores rurais. Já os estudos de Queiroz, através de uma perspectiva culturalista, permitiram evidenciar a dinâmica existente no mundo rural e as transformações impostas a partir dos processos de urbanização e industrialização que impactaram o campo durante o pré-1964.

Tais produções acadêmicas não conferiam ainda a noção de agência ao campesinato, algo que se iniciaria lentamente a partir dos estudos realizados sobretudo durante a década de 1980, sob a forte influência de uma nova onda de mobilizações camponesas, que ressurgiam após serem massacradas com o golpe civil-militar, em 1964. É nesse período que Aued (1981) traz as suas contribuições sobre a formação das Ligas Camponesas, bem como Medeiros (1989) e Martins (1981) a respeito dos movimentos sociais existentes no campo brasileiro.

Bernardete Aued (1981), analisando as Ligas Camponesas e o Partido Comunista, defendeu que foi a partir do Nordeste, com as Ligas, que o país se viu despertado para o que

seria o *problema camponês*<sup>11</sup>. Segundo a autora, a criação de Ligas Camponesas, em vez de sindicatos rurais, se deu devido à rigidez institucional e ao burocratismo existente no sindicalismo urbano, além das restrições que o sindicalismo rural sofria nos anos 1940. Via como uma unanimidade que as primeiras Ligas Camponesas foram criadas pelo Partido Comunista Brasileiro, sendo esse, naquela época, a única agremiação político-partidária que se empenhava em organizar os trabalhadores no campo.

Aued (1981) acreditava não ser coincidência o ressurgimento das Ligas na década de 1950, quando o PCB começou a trabalhar mais a capacitação teórica dos seus militantes, criando quadros para a luta política<sup>12</sup>. Entretanto, com o florescimento e ascendência da movimentação das massas, novas posições surgiram. No Nordeste, além do PCB, havia um grupo que seguia as determinações de Francisco Julião, o qual a autora denominou como *Julianistas*, além de militantes afastados do PCB e que não haviam se inserido em outro partido. Assim, o PCB se viu perdendo o controle direto das Ligas Camponesas. Apesar das inúmeras forças catalisadoras, era um consenso que conscientizar o camponês da sua força coletiva, despertando as suas capacidades e mobilizá-los para a ação era uma tarefa a que todos se propunham no meio rural<sup>13</sup>.

O período em que o Partido Comunista é posto na ilegalidade, em 1947, demarca o momento em que os levantes armados se caracterizam enquanto insurgência camponesa. Acreditamos que devido a um bloqueio da possibilidade de realização de um conflito institucionalizado, através da representação política intermediada por partidos políticos e movimentos sociais, as demandas do meio rural precisaram ser expressas de outras formas, o que foi refletido em novas formas de organização e de lutas. Com o ressurgimento das Ligas, na década de 1950, o que se tem é uma forma combinada de resistência entre a luta armada e luta pela via institucional, o que não implicou em um fim dos levantes no meio rural brasileiro.

Outro trabalho inserido nessa onda dos anos 1980 é o de Leonilde Medeiros (1989), *História dos Movimentos Sociais no Campo*, onde a autora conseguiu categorizar a complexidade de movimentos existentes no meio rural, bem como a multiplicidade de organizações e mediadores que disputavam a vanguarda dessas lutas, desde o pré-1964 até o advento da Nova República. A autora, reconhecendo o campesinato como sujeito da sua história, atribuiu sentido especial na análise da atuação dos sindicatos, dos partidos, da igreja

---

<sup>11</sup> AUED, Bernardete W. *A vitória dos vencidos (Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas – 1955-1964)*. Dissertação (Dissertação em Sociologia). Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1981. P. 5.

<sup>12</sup> Idem, p. 28.

<sup>13</sup> Idem, p. 56-57.

em relação ao campo, percebendo o quanto esses elementos foram responsáveis por projetar as lutas para fora delas mesmas, articulando alianças e costurando lutas mais gerais com lutas particulares.

O reconhecimento de que os partidos políticos e outras organizações não conseguiam acompanhar as demandas do meio rural advém com o trabalho de José de Souza Martins (1981), que defendeu que os partidos possuíam dificuldades práticas, teóricas e doutrinárias de incorporar as tensões e reivindicações do campo<sup>14</sup>. Na sua perspectiva, o camponês é um excluído do pacto político. É alguém que participa dele, mas que não é visto como essencial<sup>15</sup>. A partir de 1950, a Igreja, as Ligas Camponesas e o PCB são vistos como as três principais organizações a disputar a liderança do movimento rural. Dessa forma, a história do campesinato brasileiro não poderia ser reconstituída de forma separada das lutas pela sua tutela política<sup>16</sup>, tutela essa que nem sempre soube compreender os objetivos dos trabalhadores rurais e que quase sempre subestimou sua capacidade política.

Os trabalhos acadêmicos que surgiram a partir dos anos 1980 possuíam importância histórica fundamental nos estudos sobre o campesinato. Propiciaram o conhecimento de organizações camponesas, como as Ligas, a valorização dos movimentos sociais no campo e a sua contextualização na história, bem como o reconhecimento de diversas fontes e relatos orais de pessoas envolvidas nas lutas pela terra. No entanto, apesar de reconhecer a resistência camponesa, tais trabalhos priorizaram os estudos sobre as organizações camponesas e os conflitos ocorridos pelas vias institucionais.

O reconhecimento do papel ativo do campesinato na história e de sua capacidade de luta e de resistência se encontra presente nas produções bibliográficas mais recentes. Em 2003, pensando a forma e o conteúdo das lutas entre as décadas de 1950 e 1960, nos sertões cariocas e sobretudo na região da Baixada Fluminense, Manoela Pedroza (2003) será uma das primeiras a empregar maior ênfase nos trabalhadores em si do que nas relações de tutela estabelecidas pelas lutas. Com base em reportagens de jornais e entrevistas, a autora mostra que, na região estudada, uma série de mediadores que estiveram presentes na luta dos trabalhadores rurais foram procurados por esses.

Considero que os lavradores, mesmo os que não tiveram contato com os mediadores externos, conheciam seus antagonistas, seus direitos e os limites da legislação, que os protegia dentro da “arena de luta de classes” em que se encontravam. Mesmo que seus

---

<sup>14</sup> MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981. P. 9.

<sup>15</sup> Idem, p. 25.

<sup>16</sup> Idem, p. 81.



objetivos diferissem dos grandes projetos políticos e estratégias que norteavam os grupos que disputavam em nível nacional, defendendo a hipótese de que essa consciência peculiar das condições de dominação e a reação dos lavradores tinham relações com uma ‘tradicional cultura popular rebelde’ que, por si só, tinha métodos de ação fragmentados, instantâneos, anônimos e diretos, mas era diferente do modelo reacionário e individualista proposto pela “metáfora do saco de batatas”<sup>17</sup>.

A luta pela terra no Brasil é um elemento da insubordinação de classe que sempre existiu. São diversos os momentos históricos em que os camponeses, fossem livres ou dentro do sistema escravista, se revoltaram contra as condições de exploração: Palmares, no século XVII, Canudos no século XIX, Contestado em 1912, entre inúmeros outros exemplos que poderiam ser citados. Apesar disso, a historiografia desses processos de resistência tendeu durante muito tempo a se concentrar em casos, regiões e atores sociais específicos: a emergência das Ligas Camponesas no Nordeste e a atuação do Partido Comunista nelas, o trabalho dos diversos organismos da Igreja Católica e etc<sup>18</sup>.

Com muita frequência o camponês foi visto através das ações de outros agentes, interpretado como uma categoria esquecida, aliado a imagens pejorativas e associado ao atraso, a fragilidade política e a dependência. Com esse quadro, o que se definia em relação aos camponeses era a pouca visibilidade, um fim constantemente anunciado, mesmo que adiado e a condição de estarem ameaçados economicamente, socialmente e politicamente. Entretanto, as revoltas camponesas ocorridas em todo o mundo durante o século XX deixaram clara a possibilidade de luta dos camponeses. Suas contestações e formas de resistência desenvolvidas os elevaram à condição de protagonistas, cujas qualidades eram as habilidades de lidar com as demandas da subsistência, da justiça e da nação<sup>19</sup>. Apesar disso, ainda é raro, dentro da produção acadêmica, abordagens que reconheçam os conflitos armados e o uso da violência por parte dos camponeses enquanto um elemento constitutivo da luta, priorizando assim a análise de movimentos organizados e legalistas.

## **1.2 Auto-organização e a abordagem da sociologia das insurgências aplicadas ao estudo do campesinato**

Para entender a resistência dos trabalhadores rurais no sertão fluminense, de forma a

---

<sup>17</sup> PEDROZA, Manoela. Lavradores radicais: táticas da luta nos sertões cariocas (1950-68). *Trajetos - Revista de História UFC*, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 113-126, 2003. P. 115

<sup>18</sup> WELCH, Clifford Andrew. *Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. Lutas e Resistência*, Londrina, V.1, p. 60-75, set. 2006. P.60.

<sup>19</sup> WELCH, Clifford Andrew [et al.]. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v.1. São Paulo: Editora Unesp, 2009. P. 23-24.

atribuí-los um papel central na análise, percebendo as suas ações para além da tutela do Partido Comunista, da Igreja ou de figuras políticas, recorreremos à perspectiva elaborada pela sociologia das insurgências e à ideia de auto-organização ou autogestão. Através das entrevistas, análise de notícias de jornal, livros de memórias, entre outras fontes, percebemos que a auto-organização é um elemento constituinte e presente em todos os casos de conflitos por terra, analisados no Rio de Janeiro. Na autogestão todas as decisões são tomadas de forma coletiva, ou seja, o que deve ser feito e como deve ser feito é decidido pela coletividade, respeitando sempre os limites da coexistência de unidades coletivas.

Nessas sociedades é comum a designação de representantes, delegados, assim como a existência de comitês e conselhos, que em muitos casos são indispensáveis. No entanto, esses elementos apenas representam a coletividade e permanecem submetidos ao poder do coletivo, visto que é eleito por ele e também pode ser destituído se necessário<sup>20</sup>. Nesses casos, de movimentos sociais auto-organizados, é muito comum que se associe a necessidade de hierarquia com a disciplina. No entanto, numa comunidade auto-organizada existe a disciplina, sendo o próprio coletivo que decide sobre as sanções que recairão sobre os que quebrarem as regras combinadas.<sup>21</sup>

Um exemplo disso pode ser dado a partir do conflito do Imbé, em Campos dos Goytacazes, onde, após a ocupação da região, coletivamente o grupo institui regras comuns para a comunidade, o que ficou conhecido como as leis do Imbé:

- 1-As terras serão distribuídas pelo grupo de trabalho organizado pela ULTAB, sem discriminação de raça, cor ou religião;
- 2- Entrega imediata pelo Governo Estadual de títulos legais de posse;
- 3- Fica terminantemente proibida a venda das terras a terceiros, sem o pleno conhecimento da organização local;
- 4- Criação de uma cooperativa agrícola;
- 5- Respeito e disciplina entre as famílias dos posseiros;
- 6- Criação de uma escola para alfabetização de adultos e crianças;
- 7- Legalização de todos os casais que vivem em regime de concubinato, para que a mulher participe dos direitos a ter terra;
- 8 - Liberdade absoluta de religião, organização e pensamento;
- 9 - Assistência Médica por parte do governo;

---

<sup>20</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. P. 212.

<sup>21</sup> Idem, p. 216.

A autogestão exige que haja uma cooperação entre os que possuem saberes especializados ou uma competência particular e os que assumem um papel produtivo. Não se pode separar essas duas categorias, pois o saber precisa ser colocado a serviço da coletividade<sup>23</sup>. Numa sociedade hierárquica as decisões são tomadas por pessoas que não participam do processo produtivo. Dentro de uma coletividade auto-organizada não é possível aplicar tal medida, pois é ela que delibera sobre os elementos do seu cotidiano de trabalho, sem que haja necessidade de critérios científicos que legitimem o que é preferível para a sociedade<sup>24</sup>. Em relação ao processo organizativo no campo, Zé Pureza, membro do Partido Comunista, nos traz o seguinte relato:

Sempre considerei a organização no campo como as próprias plantações. Se você prepara a terra para plantar, por exemplo, feijão, colhe do que plantar depois. Mas, se você não teve tempo, ou por algum motivo, não deu o tratamento adequado, vai ter uma colheita fraca, conforme o tratamento que deu. Porém, quando se dá o cuidado que a planta precisa, a safra é boa. De acordo com essa lição, conhecida por todo lavrador, foi feito o trabalho de organização<sup>25</sup>.

A organização no sertão fluminense se deu com o importante auxílio de membros do Partido Comunista. Em Xerém, por exemplo, tais membros chegaram na região por volta da década de 1940, como foi o caso de José Pureza. Ele afirmava que a organização na cidade já se encontrava fortalecida, sendo necessário que esse trabalho também fosse feito no campo. Com essa decisão, ele, até então um operário, precisou passar pela dura experiência de se tornar camponês, aprendendo a plantar para comer.

A Associação de Lavradores Fluminenses, primeira organização de camponeses do sertão fluminense surgiu de uma comissão de três lavradores, insatisfeitos com a situação de violência e de despejos em Duque de Caxias. Com o seu crescimento, o trabalho de organização se pautou na criação de núcleos nas áreas conflituosas, onde se debatia e trocava ideias com os lavradores do local. Segundo Pureza, nessas ocasiões preferiam mais ouvir a falar. De acordo com o relato de Pureza, eram os camponeses, com a sua própria iniciativa, que faziam os seus movimentos. Ou seja, a participação da ALF geralmente se dava depois dos fatos ocorridos.

É verdade que não fizemos grande coisa, mas a criança nasceu e nós pegamos na mão dela para dar os primeiros passos. Lá se vão 40 anos e acho que valeu a pena tanta luta. Lembro-me bem do final de 1940 e início de 1950, quando começou nossa organização em Xerém. Depois partimos para outros setores do Estado do Rio de Janeiro, com a sensação de que já pisávamos em terra firme. Criávamos os Núcleos e

---

<sup>22</sup> Última Hora, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1963, p. 6.

<sup>23</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *Socialismo ou barbárie...* P. 218

<sup>24</sup> Idem, p. 220.

<sup>25</sup> PUREZA, José. *Memória Camponesa...* P. 36.

ajudávamos no seu desenvolvimento até que pudessem andar com seus próprios pés<sup>26</sup>.

O contexto de conflitos iniciado com os despejos no início dos anos 1950 fez com que o pré-1964 fosse marcado por uma extrema tensão no sertão fluminense, exigindo que os camponeses se rebelassem, ora com práticas infrapolíticas, ora através do uso da violência e da resistência aberta para fazer valer os seus direitos, reivindicar uma distribuição justa das terras e tentar romper com a relação de dominação imposta pelos supostos proprietários das áreas que ocupavam, aliados aos poderes jurídicos e policiais locais. As práticas insurgentes elaboradas pelos atores envolvidos nos conflitos armados, que se iniciaram no sertão fluminense no início de 1960, se espalharam de forma surpreendente, levando distintas regiões do Estado a se revoltar de forma armada contra grileiros e policiais. Com o aumento do número de conflitos armados, houve também a desapropriação das terras na maior parte dessas zonas, o que nos leva a crer que um processo de democratização das terras se encontrava em curso e possivelmente até uma reforma agrária. Na necessidade de conservar os interesses da classe dominante, foi preciso então um golpe civil-militar que barrasse os avanços políticos de tais camponeses na aquisição dos seus direitos.

Ferreira (2016) caracteriza a insurgência como um processo político que apresenta algumas propriedades, como o uso da violência coletiva, que pode ser não letal e difusa, manifesta sob a forma de resistência cotidiana, como os saques, sabotagens, incêndios e roubos, e o uso da violência militar sob a forma de guerrilhas ou guerra popular. O autor entende que o uso dessa forma de violência pode se tornar o principal meio de alcance dos fins políticos e expressão de visões antagônicas. Além disso, a insurgência configura também um processo onde uma força social mais fraca se desenvolve fora da estrutura do Estado, objetivando desafiar e anular um governo e mudar as condições sociais de um grupo que é dominado por ele. É um processo em que uma multiplicidade de atores não centralizados se articula de uma forma que pode aparentar ser descentralizada e desorganizada, quando na verdade é multacentrada e regida por estruturas sociais e dialéticas específicas. É um processo que, por um determinado período, neutraliza o poder de governo sobre as regiões, criando novas formas de relações ou de sistemas políticos, dualidades de poderes que podem ou não ser estatais e que podem ou não durar muito tempo. Por fim, as insurgências são caracterizadas como um processo que surge de uma prática reversível e sujeita às opções estratégicas dos atores sociais

---

<sup>26</sup> Idem, p. 38.

envolvidos<sup>27</sup>.

Insurgência é assim um processo político que tende a ter como resultado a insurreição e a revolução, não sendo apenas uma modalidade da ação coletiva. É uma definição que optamos para não utilizar teorias que minimizam revoltas populares ou as invisibilizam, além das visões que criminalizam as mesmas, o que Ferreira (2016) aponta como recorrente dentro do aparelho estatal e também nas ciências sociais, cujos paradigmas de ordem tendem a negar os conflitos, sobretudo por lançarem mão da violência coletiva, o que leva a um questionamento do conceito de Estado e da ideia de que esse possui o monopólio do uso legítimo da força. Dessa forma, as Ciências Sociais incorrem na forma de epistemídio para desqualificar as formas de resistência e corroborar com a sua minimização, criminalização e invisibilização<sup>28</sup>.

Ferreira (2016) toma como ponto de partida dois tipos de insurgências recorrentes: as insurreições urbanas de grupos marginalizados e insurreições camponesas-indígenas da periferia do capitalismo, levando em conta três aspectos pelos quais elas podem ser estudadas<sup>29</sup>:

- 1- O da transformação de sistemas políticos, formas de governo e sistemas jurídicos e econômicos;
- 2- O da transformação da organização social e estrutura dos grupos, que são ressignificados em função do impacto das insurgências nos contextos locais, relações de poder e no sistema político/ forma de governo. As desigualdades e contradições latentes na estrutura social são fatores que tendem a intensificar os processos de divisão entre os grupos dominantes e dominados. E;
- 3- O da transformação das identidades e culturas, que são remodeladas já que a insurgência e a contrainsurgência geram “uma espiral ascendente político-militar de ação/repressão, que tende a reforçar uma visão de mundo centrada na oposição “Nós versus Eles”<sup>30</sup>, de forma que processos de unificação e de fusão sejam possíveis, contrastando com a descentralização e a fragmentação, pontos de partida de boa parte das insurgências. Isso possibilita a constituição de narrativas, símbolos e identidades da mesma forma que as políticas estatais de contrainsurgência tentam induzir à fragmentação dos grupos e identidades ou a unificação no âmbito do Estado, trazendo à tona formas de reações fascistas, nacionalistas que tentam unificar

---

<sup>27</sup> FERREIRA, Andrey C. (Org.). *Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI*. Niterói: Alternativa, 2016. P. 22 – 23.

<sup>28</sup> Idem, p. 23.

<sup>29</sup> Idem, p.24.

<sup>30</sup> Idem, p. 25.

identidades em torno de autoridades.

O conceito de insurgência também pode ser relacionado ao de autonomia, apontando para duas grandes formas desse último: autonomia de Estado x autonomia contra o Estado. A autonomia também pode ser dividida enquanto regime ou de governo e autonomia como um processo organizativo.<sup>31</sup>

Existe, então, um caráter dialético da relação entre insurgência e autonomia, tanto no Estado quanto contra o Estado. Enquanto categoria dialética, a insurgência é um processo político negativo-destrutivo. Já a autonomia é definida como um polo positivo-construtivo. Ou seja, não adquirem sentido em si, mas sim através das suas relações complementares, ambíguas e polares na dialética histórica. A relação depende fundamentalmente se a autonomia é “no Estado” ou “contra o Estado”, o que remete à definição de anarquismo dada anteriormente: a teoria anarquista orienta para uma autonomia contra o Estado, enquanto outras formas de populismo-nacionalismo levam para uma autonomia “no Estado”<sup>32</sup>. Assim, a multiplicidade de atores leva a uma alta gama de possibilidades e objetivos, que podem oscilar de reforma à revolução.

Assim, podemos considerar a dialética entre dois tipos de processo político, as insurgências e as autonomias (como regime e processo organizativo) como condicionantes históricos dos sistemas políticos e regimes, de forma que essa dialética é essencial à interpretação dos mesmos. As insurgências são nexos históricos fundamentais para explicar as dinâmicas das sociedades nacionais, das formas de governo e dos sistemas políticos. Existe um processo dialético subjacente entre autoridade-centralização versus liberdade-descentralização que se apresenta hoje sob a forma de luta entre a “Autonomia no Estado” versus “Autonomia contra o Estado”<sup>33</sup>.

Através da dialética o autor também destrói alguns simplismos. Existe uma relação entre a reforma e a revolução. Quanto mais determinadas formas de insurgência avançam, mais elas criam condições para que haja uma revolução, de forma que no processo de articulação de reformas seja preciso desarticular as insurgências que lhe serviram de base. Ou seja, “a reforma desarticula tanto a revolução como a si mesma”<sup>34</sup>.

Quando um movimento de reforma se constitui por meio das insurgências, ele se coloca como parte de um processo que pode resultar numa revolução; quando ele se coloca contra as insurgências ou as desarticula ele faz parte da reação, ou seja, da reconstituição dos poderes que tentava destruir. Assim, mais uma vez, a dialética

---

<sup>31</sup> Idem, p.29.

<sup>32</sup> Idem, p.30.

<sup>33</sup> Idem, p. 31.

<sup>34</sup> Idem.

destrói todos os simplismos. É por isso que as reformas podem ser num determinado momento um progresso e em outro um retrocesso histórico<sup>35</sup>.

Os conflitos por terra, ocorridos no Estado do Rio de Janeiro entre os anos 1950 e 1960, podem ser analisados sob a perspectiva aberta pela sociologia das insurgências. À medida que apresentam características chaves em comum, como o uso de formas de resistência que se iniciam a partir da ação de grileiros e proprietários de terras, que com títulos falsos e aparato judicial/militar realizavam violentas expulsões, destruindo casas e plantações dos lavradores. Essas formas de resistência podem ser vistas através do uso da infrapolítica (ocupações das áreas de litígio, reuniões secretas, entre outras) e de formas de resistência aberta (manifestações, passeatas, denúncias em redações de jornais, violência militar, entre outras).

Esses conflitos se inserem dentro de um contexto nacional de despejos, repressão, violência e desenvolvimento de resistências ocorridos no campo, em todo o Brasil. Paralelo aos conflitos aqui abordados, tem-se o desenvolvimento das Ligas Camponesas, atuando sobretudo no Nordeste, diversos conflitos locais nos demais estados, bem como a formação de guerrilhas camponesas regionais como Porecatu (1947-1951), no Paraná, Trombas e Formoso (1950-1957), em Goiás, Caparaó (1966-1967), em Minas Gerais e Araguaia (1971-1975).

Entretanto, o que todas essas experiências de luta possuem em comum é a tentativa, por parte da imprensa, dos partidos políticos e poderes locais de silenciá-las. Em Porecatu, por exemplo, em 1948 o PCB entrou para a organização da luta pelo convite dos próprios posseiros, que há anos vinham resistindo contra violências e despejos. Ao fim do conflito, as autoridades políticas disseminaram através da imprensa que o ocorrido havia sido algo errático, pequeno e isolado. Os integrantes do PCB, bem como os seus dissidentes, também pactuaram com o silêncio, já que boa parte do Partido percebeu a experiência como um erro que não devia ser repetido<sup>36</sup>.

No conflito de Trombas e Formoso, em meados dos anos 1950, com a vitória dos camponeses o que se seguiu foi uma trégua temporária com os poderes locais. Entretanto, nos anos 1960, o PCB passou por uma mudança na linha partidária, passando a priorizar a resolução de conflitos no campo através da via institucional. Nesse período, Trombas e Formoso passou por uma tentativa de se enquadrar dentro dos marcos legais do Estado, o que implicou na emancipação do município e na incorporação do Partido ao governo estadual, ainda nas eleições

---

<sup>35</sup> Idem, p. 31-32.

<sup>36</sup> MST. Livro resgata história da guerrilha de Porecatu, julho de 2011. Disponível em: <https://mst.org.br/2011/07/12/livro-resgata-historia-da-guerrilha-de-porecatu/> Acesso em 29/04/2020

de 1960. Assim, o Partido Comunista deixou de apoiar a revolta, o que ocorreu também em nível nacional.

Como destaca Azevedo (2014), “a história dos camponeses é a história dos marginalizados. Daqueles que da periferia, de baixo pra cima, em determinados momentos do conflito histórico-social toma o centro da arena política e abalam as relações de poder”<sup>37</sup>. Pelo viés da teoria anarquista, se torna possível pensar as lutas camponesas através da sua tentativa de conformar um novo futuro através da luta de inúmeros camponeses e não apenas como algo superado pelos processos de urbanização e industrialização. Na tentativa de criar esse futuro, os camponeses precisaram lutar não apenas contra o Estado, mas também com direções políticas e intelectuais, que, como exposto nos exemplos de Porecatu e Trombas e Formoso, por vezes tentaram limitar as suas potencialidades. Na perspectiva do anarquismo, o campesinato é visto com capacidade de ação política, assim como trabalhadores urbanos e demais setores sociais.

James Scott (2013) também nos mostra que o pensamento anarquista, com a sua crença na autonomia, auto-organização e cooperação reconhece que os camponeses são atores e pensadores políticos, com os seus próprios objetivos, valores e práticas<sup>38</sup>. Na sua concepção de anarquismo, o autor enumera alguns elementos que estiveram presentes nos conflitos analisados nesse trabalho, como o mutualismo e a cooperação sem hierarquia ou sem o governo do Estado<sup>39</sup>.

Scott (2013) acredita que os movimentos de protesto dão lugar ao nascimento de organizações que, no geral, visam transformar suas propostas em canais institucionais. No entanto, tais instituições são feitas para reprimir esses movimentos e as intenções geralmente se mostram fracassadas, visto que tais instituições estão a serviço dos interesses das classes dominantes. Só há uma troca estrutural quando ocorrem grandes alterações por vias não institucionais como ataques às propriedades, roubos, incêndios, entre outras táticas. Por parte da classe dominante, sempre será preferível o conflito institucionalizado e não a rebeldia indisciplinada<sup>40</sup>.

Nessa perspectiva, não só os Estados, mas também a prática das ciências sociais vem

---

<sup>37</sup>AZEVEDO, Leon M. C. A revolta camponesa de Trombas e Formoso e a contribuição da teoria anarquista. *Debat: Rev. Dig.*, ISSNe 1980-3532, Florianópolis, n. 11, p. 68-89, jan-jun, 2014. P.87.

<sup>38</sup> SCOTT, James. *Elogio del Anarquismo*. Critica. Barcelona 2013. P. 23.

<sup>39</sup> Idem, P. 11.

<sup>40</sup> Idem, p. 16.



traíndo o respeito básico pelo modo de atuação dos camponeses e dos que não pertencem à elite. À elite é comum atribuir valores como sentido histórico e gostos estéticos. Ao passo que aos que não pertencem à elite, a análise política é pautada a partir de um perfil estatístico que considera fatos como sua renda, ofício, nível de escolaridade, propriedades, raça e religião. O autor considera curioso como tanto os procedimentos habituais de Estado como a esquerda tratam as massas e quem não faz parte da elite como meras figuras de suas características socioeconômicas, cujas necessidades e visões de mundo são entendidas a partir de dinheiro, padrões de consumo, trabalho e comportamento eleitoral no passado. Não que Scott (2013) acredite que os outros fatores não sejam reconhecidos, mas é um costume, na prática, tentar compreender o comportamento de agentes humanos sem pesquisar como eles entendem o que estão fazendo e como explicam a si mesmos<sup>41</sup>.

Assim, atos de insubordinação das classes marginalizadas são interessantes à medida que desenvolvem uma reação em cadeia, incitando outros a segui-los. Pequenos atos de resistência, multiplicado por muitos outros, são capazes de desarticular planos esquematizados pelo Estado. Milhões e milhões de atos de insubordinação são capazes de gerar uma barreira econômica e política<sup>42</sup>. Esses atos de insubordinação não são encontrados nos arquivos históricos, visto que seus atores não costumam chamar atenção para si, pois o anonimato é o elemento que garante a sua segurança. O Estado também não costuma chamar atenção para o crescimento da desobediência, pois não pretende alertar outros que pretendam se insubordinar também, o que gera um silêncio absoluto de ambas as partes.

Esse silenciamento imposto pela história oficial impede que tenhamos uma visão completa da totalidade de manifestação de ações camponesas, que se desenvolvem pelas três formas de resistência consideradas nesse trabalho: a resistência aberta, por meio de ocupações, formas institucionais de representação política e pelas tentativas de conflito institucionalizado; a resistência cotidiana, através das práticas de discurso oculto e de ações infrapolíticas e o uso de violência militar, com os levantes e as guerrilhas, elementos esses que caracterizam a insurgência camponesa durante o pré-1964.

Os conflitos por terra, ocorridos no sertão fluminense, podem ser analisados dentro da Sociologia das Insurgências, se inserindo em algumas das características apontadas por Ferreira (2016). Em primeiro lugar visavam alterar um sistema político e jurídico vigente na região,

---

<sup>41</sup> Idem, p. 23 – 24.

<sup>42</sup> Idem, p. 34-35.

onde grileiros e proprietários possuíam apoio do aparato legal e militar para falsificar títulos e obter ordem de despejos, de forma a expulsar os trabalhadores das terras que cultivavam durante anos. Em segundo lugar, os conflitos levaram a uma ressignificação da forma de organização desses lavradores, que se viram obrigados a criar espaços de discussão e táticas para resistir aos despejos, defender suas terras, suas casas e o sustento de suas famílias, sendo a autonomia um reflexo dessa ressignificação.

Para melhor compreensão desse processo de insurgência aqui caracterizado, buscamos também analisar as formas de resistência desenvolvidas pelos trabalhadores rurais do Rio de Janeiro, percebendo nelas elementos constituintes dos conflitos em suas diferentes fases: discursos ocultos ou públicos, formas de resistência cotidiana ou aberta, bem como a compreensão dos motivos que levam o campesinato a se insurgir contra as relações de dominação existentes em seu meio. De acordo com Hanza Alavi, em *Peasants and Revolution*, não se deve questionar se os camponeses são ou não revolucionários, pois sua capacidade política já é reconhecida. A pergunta em si é: em que circunstâncias eles se tornam revolucionários? Para nós, essa pergunta auxilia a compreender em que momento surgem as insurgências camponesas e quem são os atores que a fazem. Analisando os papéis que diferentes camponeses desempenharam na Rússia, China e Índia, Alavi (1965) percebe que existem condições anteriores necessárias para que haja uma mobilização de caráter revolucionário do campesinato.

O autor divide o campesinato em três setores: o primeiro de camponeses pobres, que cultivam nas terras de proprietários que não se comprometem com o cultivo, como meeiros ou posseiros; o setor dos pequenos proprietários independentes, ou camponeses médios, que cultivam suas terras e sobrevivem a partir dela e o de agricultores capitalistas e ricos, que possuem quantidades substanciais de terras. Ao primeiro, Alavi (1965) chama de trabalhadores rurais ou meeiros, ao segundo pequenos proprietários independentes e ao terceiro, agricultores capitalistas. Os pequenos proprietários são vistos como um setor independente, enquanto os trabalhadores rurais e agricultores capitalistas possuem uma relação estreita de dominação. Entretanto, em sua perspectiva, o setor que possui maior mobilidade para se envolver em uma revolta é o de camponeses médios, visto que possuem relativa independência se comparado aos camponeses pobres. Analisando os três casos, Alavi (1965) nos mostra que quando

determinadas condições surgem, os camponeses pobres se revoltam<sup>43</sup>. Entretanto, indo contra as perspectivas que declaram um atraso enraizado na mentalidade camponesa, o autor situa que há uma enorme diferença entre a situação de um camponês pobre, dependente da terra e conseqüentemente do dono da mesma e de um trabalhador industrial, que goza de um relativo anonimato em seu emprego, além de possuir uma mobilidade profissional, o que auxilia na condução dos seus processos de luta. No caso dos camponeses pobres, a revolta é extremamente mais delicada, pois ele e sua família dependem da terra e dos proprietários delas para sobreviver. Entretanto, é possível, desde que os camponeses percebam que o poder do seu “senhor” pode ser quebrado e vejam que outro modo de vida é possível. Os levantes camponeses e as guerrilhas rurais que surgiram no Brasil foram formados justamente por esse campesinato pobre, formado por posseiros, meeiros, colonos e lavradores.

Em consonância com Alavi (1965), Wolf (1969) também percebe que camponeses pobres ou os trabalhadores sem terras, dependentes de um “senhorio” para a sua subsistência, só se revoltam se perceberem a existência de um poder externo em que possam confiar para poder desafiar o poder de quem os constroem. Portanto, para Wolf (1969), onde um poder externo existir o camponês pobre e o lavrador sem-terra poderão se movimentar. Enquanto esse poder estiver ausente, eles se sentirão coagidos. Entretanto, no contexto brasileiro, é difícil caracterizar um elemento que possa ser considerado como externo, pois, muitas das vezes, ele é representado por alguém que já mantinha laços com o meio rural. Pelos relatos de diversos participantes dos conflitos ocorridos no Rio de Janeiro, sobretudo os que possuíam alguma relação com o Partido Comunista, percebemos que várias lideranças se constituíram enquanto filhos de lavradores, que em algum momento tiveram alguma experiência urbana e posteriormente voltaram para o campo<sup>44</sup>.

Em *Guerras Camponesas do Século XX*, Wolf (1969) analisa revoltas camponesas de seis lugares distintos: México, Cuba, China, Rússia, Argélia e Vietnã. Apesar de se debruçar apenas sobre “guerras camponesas” que desaguaram em revoluções vitoriosas, a partir de coalizões entre o urbano e o rural, o autor ajuda também a perceber quem é o campesinato que se envolve nessas revoltas, mostrando que é necessário levar em conta as diferenças regionais entre camponeses, as circunstâncias que inferem na satisfação ou insatisfação deles com

---

<sup>43</sup> ALAVI, Hamza. Peasants and revolution. In MILIBANDAND, Ralph & SAVILLE, John (eds.). *The Socialist Register*. London: The Merlin Press, 1965.

<sup>44</sup> Como exemplo, podemos citar Laerte Bastos, cujos pais eram trabalhadores rurais, assim como Nilson Venâncio, que se mudou ainda criança junto com seus pais para a região de São Lourenço, em Duque de Caxias.

determinadas situações, percebendo que a mobilização da “vanguarda” camponesa está mais associada a características específicas locais do que a um conjunto de circunstâncias no âmbito nacional. Também reconhece a importância dos grupos mediadores que se situam entre o camponês e a sociedade mais ampla, percebendo que esses possuem um papel significativo no envolvimento do camponês com as sublevações políticas. Para Wolf (1969), geralmente os camponeses carregam consigo um profundo sentimento de injustiça, que primeiro é plasmado e expresso em uma organização antes de se tornar ativo na cena política. Acredita também ser óbvio que não é qualquer agitador inexperiente que será bem-vindo nos círculos camponeses, onde, por tradição cultural, se suspeita de estranhos, sobretudo se tiverem vindo da cidade.

Scott (2013), por sua vez, enfatiza os componentes culturais existentes nas formas de resistência e nas revoltas do campesinato. O autor nos auxilia, principalmente, a perceber a relação de dominação existente entre os camponeses e os proprietários das terras, ou os que se dizem ser. Para Scott, essa relação de dominação precisa ser reafirmada através de um trabalho político sistemático, o qual chama de “discurso público”, sendo uma das três formas desse discurso a “unanimidade”, que consiste em mecanismos que os dominantes usam para intimidar os dominados, independente de obter sua concordância ou não, de forma que a relação de subordinação possa ser mantida.

Nessa perspectiva, Scott estabelece reflexões de como os que estão sujeitos as subordinações sociais sistemáticas e complexas comportam-se diante do público. Ou seja, quais representações criam diante do patrão ou, em nosso caso, do proprietário de terras, do grileiro, do aparato judicial e da classe política. Assim, o autor elabora o conceito de discurso público para designar relações explícitas entre subordinados e detentores de poder. Para Scott (2013),

[...] quanto maior for a disparidade de poder entre o dominador e o subordinado e quanto mais arbitrariamente esse poder for exercido, mais o discurso público dos subordinados assumirá uma forma estereotipada ou ritualística. Por outras palavras, quando mais ameaçador é o poder, mais espessa é a máscara<sup>45</sup>

O conceito de discurso oculto alerta para vários elementos existentes nas relações de poder.

Em primeiro lugar, o discurso público é um modelo de conduta indiferente à opinião individual dos subordinados. [...] No mínimo, podemos dizer que uma avaliação das relações de poder feita diretamente a partir do discurso público entre os poderosos e os fracos pode criar uma imagem de deferência e consentimento que refletirá, provavelmente, um comportamento meramente tático. Segundo, os detentores do poder tendem, na medida em que suspeitem que o discurso oculto seja “apenas” uma representação, a desvalorizar sua autenticidade. Por fim [...] os subordinados simulam

---

<sup>45</sup> SCOTT, James. *A Dominação e a Arte da Resistência*. Lisboa: Letra Livre, 2013. P.29.

uma atitude de deferência e consentimento ao mesmo tempo que tentam discernir e interpretar as verdadeiras intenções e o estado de ânimo dos poderosos, no que esses podem ter de potencialmente ameaçador. Como bem resume o provérbio favorito dos escravos jamaicanos: “Faz-te de tonto para ganhares como esperto”<sup>46</sup>.

É essa dialética do disfarce e da vigilância, que permeia a relação entre poderosos e fracos, que ajuda a compreender os padrões culturais da dominação e da subordinação<sup>47</sup>. Como discurso oculto, Scott (2013) compreende o discurso que tem lugar nos bastidores, longe do campo de observação de quem detêm o poder. Consiste em enunciados, gestos e práticas que, fora de cena, confirmam, contraditam ou infletem no que aparece no discurso público. Assim como os subordinados, os poderosos também tendem a produzir discursos ocultos fora da presença dos primeiros. Nos bastidores, usam abertamente o exercício do poder, contradizendo o que aparece em seu discurso público. O autor aponta para algumas características do discurso oculto: é sempre específico de um determinado espaço social e de um conjunto particular de atores. Já para as elites, as formas de discurso oculto podem incluir privilégios e luxos clandestinos, contratação de criminosos, suborno e falsificação de títulos de propriedade. Além disso, a fronteira entre discurso público e oculto é uma arena de luta entre dominadores e subordinados, nunca uma parede sólida. Essa análise de discursos ocultos e subordinados oferece uma via que permite às Ciências Sociais revelar contradições e possibilidades, vendo além da aparente tranquilidade que a distribuição de poder, riqueza e estatuto aparentam ter<sup>48</sup>.

O trabalho de Scott (2013) surge de sua tentativa de compreender a política de resistência dos camponeses malaios mais pobres às mudanças impostas ao sistema de produção de arroz, sendo eles duramente prejudicados. A luta levada por eles contra as elites locais era extremamente cautelosa, o que implicava vias mais seguras do que a rebelião. A partir dessa sociedade o autor mostra a existência de quatro tipos de discurso oculto. A mais segura e mais pública é a que toma como ponto inicial a imagem autocomplacente das elites<sup>49</sup>. Uma segunda forma é a do discurso oculto propriamente dito, fora de cena. O discurso oculto consiste também nos boatos, histórias tradicionais, canções, códigos, eufemismos, que possuem duplo significado ou protegem a identidade dos atores envolvidos. O domínio político mais explosivo é caracterizado pelo autor como uma ruptura entre discurso público e oculto<sup>50</sup>.

A principal razão que faz com que subordinados esconda o discurso oculto dos

---

<sup>46</sup> Idem, p. 30.

<sup>47</sup> Idem.

<sup>48</sup> Idem, p. 44.

<sup>49</sup> Idem, p. 48.

<sup>50</sup> Idem, p. 49.

detentores de poder é o temor a represálias. Entretanto, se for possível declarar o discurso oculto disfarçando a identidade de quem o anuncia, parte desse medo desaparece. Isso inclui técnicas como o argumento de possessão por espíritos, boatos, agressões por prática de magia, rumores, ameaças, atos de violência anônimas, assim como cartas e insurreições também anônimas<sup>51</sup>.

Um exemplo de como esse discurso oculto operava no contexto dos conflitos por terra, propostos de serem aqui estudados é o relatado por José Pureza, que conta em seu livro de memórias que o suposto proprietário da fazenda Penha Caixão, em Duque de Caxias, era um grileiro que criou um terreiro de “macumba” na fazenda, virando assim pai de santo. Pureza narra que se aproximou do terreiro como zelador, exercendo também outras funções espirituais. Com o crescimento do terreiro, Zé Pureza começou a ter contato com vários lavradores que frequentavam o centro religioso. Ele então se aproveitou daquele espaço e do fluxo de trabalhadores que passavam por lá para arregimentá-los para uma organização dentro da já criada Comissão de Lavradores, em Xerém<sup>52</sup>, que posteriormente se transformaria na Associação de Lavradores Fluminenses.

Nilson Venâncio também nos conta que, quando criança, ocorriam cultos evangélicos em sua casa, na Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias e nesses cultos, de forma disfarçada, é que se tratava da necessidade de organização contra os despejos que aconteciam na região. As reuniões em meio aos cultos representavam um ótimo disfarce, visto que na região a maioria das pessoas era de orientação evangélica. Ao convocar as pessoas para as reuniões, era muito comum que algumas metáforas fossem usadas, dependendo do teor do encontro, como mostra o relato abaixo.

[...] a gente dizia “ô irmão Carriço”, que era o presbítero da igreja lá do 51... olha não esqueça do capítulo 44, coisas assim desse tipo. Mas era o que... que era uma reunião armada. O irmão fulano de tal, não se esqueça do capítulo 38, irmão. Era o 38 porque a reunião era armada<sup>53</sup>.

Outro exemplo que Pureza traz em suas memórias sobre a luta pela terra no Rio de Janeiro do pré-1964 são as reuniões que ocorriam semanalmente nos terreiros das casas dos lavradores e a desmoralização das tocaias militares que ocorria nelas, que os lavradores faziam quando sabiam que havia na reunião policiais infiltrados. As tocaias eram constantemente percebidas pelos camponeses, que se encarregavam de avisar aos companheiros quando viam

---

<sup>51</sup> Idem, p.200.

<sup>52</sup> PUREZA, José. Memória camponesa. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. P. 21 – 22.

<sup>53</sup> Entrevista concedida a mim em janeiro de 2019.

alguma clareira recentemente aberta pela mata ou pontas de cigarro jogadas no chão pelos policiais impacientes em esperar. Ao saber que havia policiais infiltrados nas reuniões, os lavradores também moldavam o discurso de forma que esses levassem aos seus superiores informações falsas sobre a organização camponesa<sup>54</sup>.

Em Cachoeiras de Macacu, Braga (2018) também nos relata a existência de alguns elementos do discurso oculto e da resistência cotidiana entre os lavradores. Em São José da Boa Morte, em 1961, por exemplo, as ruínas da igreja foram usadas não só como ponto de resistência armada, mas também como um local escondido para a realização de reuniões entre os camponeses, bem como, em 1963, uma escola do Núcleo Colonial de Papucaia também seria usada para esse fim.

No pós-golpe civil militar, na mesma localidade, esses discursos ocultos e as resistências cotidianas aumentaram. Entre 1964 e 1969 a IBRA teve uma atuação intensiva em Cachoeiras de Macacu, se tornando a responsável por estabelecer a divisão dos lotes de terra e de distribuí-los entre camponeses. Os relatos em relação aos guardas rurais e técnicos da IBRA são marcados pelo rancor e indignação causados pelas expulsões. A estratégia utilizada pelos lavradores que chegavam na região nessa época era de construir a casa de um dia para o outro, pois, se demorasse mais do que isso, os funcionários da IBRA junto com a polícia derrubavam-na.

Além disso, impossibilitados de fazer denúncias devido ao medo da repressão, os camponeses estreitaram as suas relações com os padres locais, que denunciavam os despejos e a violência policial por eles. Em Cachoeiras, através do padre Antônio Carvalho, em 1967, foram feitas denúncias em jornais sobre as violências sofridas pelos lavradores, que, junto com o auxílio de advogados, fortaleceram as críticas às violências empreendidas pela IBRA aos lavradores que viviam no local.

Levar em conta essas formas de ação expostas por Scott (2013) vai contra toda uma tradição historiográfica e social que acentua a incapacidade das classes baixas de se insurgirem, sustentando um movimento político coerente. O que tentamos demarcar a partir desses exemplos é que espontaneidade, anonimato e a ausência de organização formal também representam formas de protesto efetivas e não a inaptidão política das classes populares<sup>55</sup>.

---

<sup>54</sup> PUREZA, José. *Memória Camponesa...* P.29.

<sup>55</sup> SCOTT, James. *A Dominação e a Arte da Resistência...* P. 213-214.

Outro elemento que se articula com as formas de resistência já citadas é o que Scott (2013) chama de infrapolítica dos grupos subordinados, consistindo num leque de práticas de resistência discretas. A contribuição do autor nesse trabalho se dá à medida que mostra que nem as formas cotidianas de resistência e nem as insurreições podem ser entendidas sem que antes se leve em conta a influência dos espaços sociais onde a resistência se fomentou e encontrou seu próprio sentido.

As práticas de dominação pessoal quase sempre estão ligadas a um processo de apropriação. As elites costumam reclamar tributos materiais sob as formas de trabalho, cereais, dinheiro, serviços, além de tributos simbólicos como manifestação de respeito, códigos de conduta, atitudes, fórmulas verbais e manifestações de humildade. Na prática, os dois tipos de tributo são indissociáveis, visto que todo ato de apropriação é também de subordinação. Ou seja, é impossível separar as ideias e o simbolismo da subordinação do processo de exploração material, assim como não se pode separar a resistência velada das ideias de dominação de lutas práticas que mantenham oposição à exploração. O discurso oculto não é assim um conjunto de queixas dito fora de cena, mas também a concretização de uma série de estratégias pragmáticas e discretos que tem o objetivo de minimizar a apropriação material<sup>56</sup>.

Dessa forma, não se pode dizer que um grupo de camponeses ou trabalhadores seja completamente submisso, ou completamente insubordinado<sup>57</sup>. Portanto, dentro da perspectiva do discurso oculto e da ação infrapolítica, tais grupos estão sempre testando os limites da subordinação, empreendendo práticas como furtos, queima de colheita, entre outras, apresentando constantemente micro avanços e recuos nas relações de poder<sup>58</sup>.

Se estabelece assim uma diferença entre as formas de resistência aberta das formas de resistência cotidiana, que constituem parte do que chamamos de infrapolítica. Caso o pesquisador se concentre apenas nas resistências declaradas, não poderá compreender o processo de germinação das forças e exigências políticas que criaram as condições para elas. Como formas de resistência pública declarada, o autor cita os boicotes, as greves, ocupações de terras e rebeliões declaradas. Já como formas de resistência disfarçadas, discreta, oculta e infrapolítica, cita a caça furtiva, evasão, deserção, lentidão no trabalho, apropriações sobre disfarce, entre outras. A infrapolítica é assim a forma de resistência que os subordinados devem

---

<sup>56</sup> Idem, p. 259.

<sup>57</sup> Idem, p. 264.

<sup>58</sup> Idem, p. 271.



assumir em situações de grande perigo. Reuniões informais ocorridas em mercados, casas de vizinhos e parentes com elementos da mesma comunidade constituem uma estrutura e um disfarce para a resistência.

Refletindo sobre o momento em que o discurso oculto rompe com o discurso público, Scott (2013) mostra que sempre que uma palavra de ordem tiver significado para toda a gente, é porque sua força reside no fato de que ela condensa os sentimentos mais profundos expressos no discurso oculto. Apenas quando o discurso oculto é abertamente declarado que os subordinados reconhecem de forma plena até que ponto outros grupos, com os quais não haviam mantido contato, compartilham dos mesmos sonhos, exigências e revolta. À medida que as condições de subordinação de um grande número de pessoas tiverem sido relativamente homogêneas, há de se presumir que seu discurso oculto também terá semelhanças estreitas e comparáveis. É através dessa declaração do discurso oculto que é possível realizar viragens políticas. Quando essa primeira declaração é bem-sucedida, Scott afirma que sua capacidade de mobilização é assombrosa<sup>59</sup>.

Se o resultado parece ser um momento de loucura, se a política que ela engendra é tumultuosa, frenética, delirante e por vezes violenta, isso é talvez porque os oprimidos só muito raramente acedem à cena pública e têm muito a dizer quando finalmente conseguem lá chegar<sup>60</sup>.

Scott (2013) vai contra a perspectiva objetivista que determina que o poder do dominante é decisivo na “reação” do dominado, acreditando que estimar a intenção e o poder do dominante é um processo de interpretação submerso em desejos e medos. Sendo assim, a visão de resistências públicas ou abertas se dá quando as elites, ou Estado se encontram menos hostis as reivindicações, ou quando a indignação dos grupos aumenta<sup>61</sup>.

Em *Exploração Normal, Resistência Normal*, Scott (2011) afirma que apesar de toda a importância, quando rebeliões ou “revoluções” camponesas ocorrem, elas são poucas e espaçadas temporalmente. Além disso, são quase sempre esmagadas sem cerimônias. Os levantes ocorridos no sertão fluminense no pré-1964 trouxeram à tona a existência de um mutualismo entre diversas comunidades rurais, que se auxiliavam na resistência contra os despejos. Analisando o contexto, é possível perceber que tais formas de resistir poderiam ter

---

<sup>59</sup>SCOTT, James. *A Dominação e a Arte da Resistência*... P.303.

<sup>60</sup> Idem, p. 308.

<sup>61</sup> MENEZES, Marilda Aparecida de. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. *Raízes*, vol. 21, nº 01, jan-jun/2002. P. 38.

gerado uma mudança social, possivelmente a realização de uma reforma agrária e só foram desarticuladas, de fato, a partir do golpe de 1964, com a prisão, perseguição e violência desmedida aos trabalhadores rurais. Apesar disso, são lutas que posteriormente se rearticulam, nas mesmas localidades, na década de 1980. Para Scott (2011), mesmo uma revolta fracassada traz possíveis ganhos, como concessões, suspensão de relações de produção e principalmente a lembrança da resistência e da coragem que ficam de exemplo para o futuro. No entanto, são ganhos incertos frente ao massacre, repressão e a certa desmoralização da derrota.

Seja o que mais for que a revolução possa conseguir, ela quase sempre cria um aparelho estatal mais coercitivo e hegemônico – que muitas vezes se beneficia da exploração da população rural como nenhum outro anteriormente. Muito frequentemente, o campesinato se encontra na irônica posição de haver ajudado a fortalecer um grupo dirigente cujos planos relacionados à industrialização, à política tributária e à coletivização estão em conflito com os objetivos pelos quais os camponeses imaginavam estar lutando<sup>62</sup>

O desenvolvimento de uma resistência aberta dos trabalhadores rurais do Estado do Rio de Janeiro é totalmente passível de ser analisado a partir dessa perspectiva proposta por James Scott. Tomamos como exemplo nos próximos capítulos as regiões da fazenda São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu, Pedra Lisa, em Japeri, o conflito ocorrido no Núcleo Colonial Santa Alice, em Itaguaí e a resistência ocorrida em Xerém, Duque de Caxias. Apesar de serem conflitos ocorridos em lugares distintos, é possível, através de relatos orais e das diversas reportagens que os narravam, observar correlações nas formas de resistência desenvolvidas para resistir aos despejos e manter a posse da terra, além da existência da manutenção de um padrão de violência e expropriação, que levou à organização dos trabalhadores e à opção por táticas de resistência infrapolítica, aberta e pelo uso de violência militar, como é possível observar nas reportagens abaixo.

Revolta Agrária em São José da Boa Morte: Grileiros Presos, Condenados e Expulsos

A pacata localidade de São José da Boa Morte, 3º Distrito do Município de Cachoeira de Macacu, no Estado do Rio de Janeiro, está em pé de guerra. É que centenas de colonos, armados de revólveres e fuzis, resolveram expulsar os grileiros que lhes vem tomando as terras onde vivem das plantações e criações que fazem. As terras pertencem ao INIC, porém os grileiros [...] usando de certificações falsas, intitularam-se donos das terras e já expulsaram mais de 150 famílias de colonos [...]<sup>63</sup>.

Violência Policial Contra Lavradores em Itaguaí

Momentos de pânico vêm vivendo mais uma vez os lavradores do Núcleo Santa Alice, situado no quilômetro 38 da Rodovia Presidente Dutra, município de Itaguaí, com a

---

<sup>62</sup> SCOTT, James. *A Dominação e a Arte da Resistência...* p. 218-219.

<sup>63</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1961, p. 2.

prisão de quatro posseiros. [...] Os membros da Sociedade dos Lavradores de Pedra Lisa marcaram uma reunião, em Nova Iguaçu, para discutir o assunto, temendo que novas prisões se verifiquem naquele local. Se tal acontecer será lançado um SOS aos outros núcleos para que se entricheirem nas imediações<sup>64</sup>

Inseridos dentro de um contexto global de revoltas camponesas, os conflitos por terra, ocorridos no sertão fluminense nos permitem perceber a dialética existente entre as práticas de dominação e o surgimento da resistência. A sociologia das insurgências, enquanto suporte metodológico e analítico, nos possibilita identificar essas formas subalternas de organização, reconhecer o uso da violência militar como parte integrante das formas de luta camponesas, bem como propicia o reconhecimento do discurso oculto e da infrapolítica como parte do processo, elementos essenciais quando se fala de resistência camponesa. Todo esse quadro teórico se tornou fundamental para que pudéssemos evidenciar a existência de uma auto-organização no campo, bem como para ressaltar a agência e a capacidade política do campesinato, o que será melhor exemplificado nos próximos capítulos.

---

<sup>64</sup> *A Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1961.

## **CAPÍTULO 2: O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 COMO DESARTICULADOR DAS INSURGÊNCIAS NO SERTÃO FLUMINENSE**

Dentro da historiografia existem alguns consensos em relação às motivações para que o golpe civil-militar de 1964 ocorresse. O primeiro acredita que o governo do presidente João Goulart foi derrubado devido às suas tentativas de implementar reformas sociais como, por exemplo, a reforma agrária ou que o golpe se deu contra a incipiente democracia, que se iniciou em 1945 com o fim do Estado Novo. Essa visão acredita que o que queria-se impedir era a transição de uma democracia restrita para uma democracia com ampla participação popular. Outra vertente, difundida sobretudo pelos militares ou “vitoriosos” de 1964, é a de que o golpe, denominado como uma Revolução, se fez “contra Goulart, contra a corrupção, contra a subversão”<sup>65</sup>. Ou seja, seria uma ação repressiva contra o avanço do comunismo, da politização e organização das classes trabalhadoras, no campo e na cidade.

Neste capítulo não iremos nos ater a explicar o golpe civil-militar de 1964, nem as inúmeras possíveis motivações existentes por trás dele. Nos concentraremos em refletir sobre como o movimento camponês foi decisivo para que o golpe se desse, analisando também o contexto pré-1964 no Rio de Janeiro, bem como o impacto que o golpe teve para o sertão fluminense.

Apresentaremos, portanto, o trabalho de René Dreifuss (1981), produzido em um contexto de reabertura política e de efervescência de movimentos sociais, que nos auxilia a descrever as diferentes forças que atuaram na articulação do golpe e também na formulação do conceito de golpe civil-militar utilizado ao longo desse trabalho. Em seguida, trataremos de algumas visões sobre o pré-1964 e o golpe civil-militar através das percepções de Mário Grynszpan (1987) e Manoela Pedroza (2003), a respeito do contexto político e organizativo no sertão fluminense durante esse período, utilizando também a perspectiva de Leonilde Medeiros (2017), que analisou a repressão desencadeada no sertão, no período pós-golpe.

Através da leitura desses e de outros autores que serão expostos ao longo do capítulo, percebemos que o debate sobre a situação conflitiva nos sertões do Brasil e da necessidade de uma solução para o problema agrário, o qual o país enfrentava, esteve presente no meio político, social, militar, cultural e econômico. Nesse período (1960-1964), considerando o crescimento dos movimentos insurgentes no campo e as desapropriações de terra que eles vinham

---

<sup>65</sup>TOLEDO, Caio Navarro. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, no 47, p.13-28 – 2004. P. 14.

conquistando, se acentua uma insatisfação das elites políticas e agrárias do país, visto que os movimentos sociais no meio rural pareciam caminhar para uma maior democratização da terra, o que levou à necessidade de desarticulação dos mesmos para que a estrutura fundiária do país fosse conservada. Foi preciso, assim, que setores da sociedade civil e militar articularassem entre si a preparação de um golpe, concretizado em 31 de março de 1964, que teria como razão principal a desmobilização e o aniquilamento dos movimentos insurgentes do campesinato.

A primeira concepção, presente na obra de René Dreifuss (1981), é a de que a aliança que empreendeu o golpe de 1964, articulada em torno do complexo IPES/IBAD, já organizava os seus interesses sócio-políticos do capital multinacional e associado durante os anos 1950. Tais interesses teriam se tornado um fator central nesse período e tornaram-se a força econômica dominante da década seguinte. Entre os agentes criados e utilizados pelos representantes dos interesses multinacionais e associados, Dreifuss (1981) destaca a existência de uma *intelligentsia* empresarial formada por intelectuais orgânicos, que consistiam em diretores de corporações multinacionais, diretores e proprietários de interesses associados, administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais que faziam parte de uma tecnoburocracia e, por fim, oficiais militares<sup>66</sup>.

O IBAD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática, foi criado nos anos 1950 com o intuito de “defender a democracia, as instituições efetivas e o regime”<sup>67</sup>. Foi composto por empresários, pessoas ligadas ao comércio e à indústria. Sua diretoria geral era apontada como agente de ligação do Serviço Secreto de Informação dos Estados Unidos para o Brasil, Bolívia e Equador. Se constituiu, basicamente, como uma organização declarada como anticomunista. Foi através do IBAD que os intelectuais das classes empresariais estabeleceram ligações com empresários, militares e detentores de altos cargos públicos, conseguindo também estabelecer uma mobilização com o público em geral<sup>68</sup>.

Foi um grupo que teve profunda influência e intervenção em assuntos eleitorais, nacionais e regionais, disponibilizando fundos para o processo eleitoral e coordenando ações de indivíduos, associações e organizações<sup>69</sup>. Também se ligou a organizações de caráter conservador como o Movimento Democrático Brasileiro, a Organização Paranaense Anticomunista e a Cruzada Militar Democrática, compartilhando com elas pessoal, apoio

---

<sup>66</sup> DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981. 3ª edição. P. 71.

<sup>67</sup> Idem, p. 122.

<sup>68</sup> Idem.

<sup>69</sup> Idem, p. 103.

técnico e recursos financeiros<sup>70</sup>. A partir de sua análise gramsciana do golpe de 1964, Dreifuss afirma que

O elemento decisivo em situações históricas críticas é, segundo Antônio Gramsci, o poder de classe organizado em suas formas civis e militares. Tal poder de classe é predisposto para a eventualidade de um período crítico, permitindo que ele avance quando a situação for considerada favorável e necessária. Uma situação é favorável desde que existam tais agentes de domínio de Estado e de ação de classe e que esses estejam minuciosamente preparados. É nesse sentido que se pode entender o Estado como um constructo de classe resultante de um processo no qual valores específicos de classe tornam-se normas sociais, organizações de classe política e ideológicas tornam-se autoridade e força orgânicas de Estado, e é nesse sentido que se pode falar de uma classe “vir a ser” Estado<sup>71</sup>.

Dois períodos se destacaram no processo político e ideológico pelo qual os interesses multinacionais, associados e seus intelectuais empresários, políticos e militares assumiram o comando do Estado: o primeiro consistiu na criação de anéis burocráticos empresariais, de escritórios e centros militares de doutrinação e disseminação ideológica e o segundo se concretizou com a crise do populismo, que na década de 1950 já dava claros sinais de exaustão<sup>72</sup>.

Já o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) surgiu a partir de um grupo de empresários que se reuniam para pensar as possibilidades de reação de sua classe em relação às propostas reformistas do governo. Apesar de seus membros serem oriundos de diversas perspectivas ideológicas, o que os unia era a sua posição anticomunista e a ambição de reformular o Estado<sup>73</sup>.

O complexo IPES/IBAD tinha como objetivo ir contra os interesses reformistas do governo João Goulart (1961-1964) e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam o presidente. O IBAD agia como uma espécie de unidade tática, enquanto o IPES funcionava como um centro estratégico. Foi dessa forma que a elite uniu grupos antigovernistas para instituir organizações que penetrassem e fizessem um trabalho de contenção dentro dos movimentos estudantis, operário e também desencorajando a mobilização camponesa<sup>74</sup>. Nessa perspectiva, mais do que um colapso do regime populista e crise político-econômica, a conquista do poder em 1964 se deu através de uma campanha de dominação política e ideológica empreendida pelo complexo IPES-IBAD.

---

<sup>70</sup> Idem, p. 122.

<sup>71</sup> Idem, p.105.

<sup>72</sup> Idem, p. 106.

<sup>73</sup> Idem, p. 163.

<sup>74</sup> Idem, p. 164.

Uma vez unificadas as várias oposições sob uma liderança sincronizada comum, formulando um “plano geral”, a elite orgânica lançava a campanha político militar que mobilizaria o conjunto da burguesia, convenceria os segmentos relevantes das Forças Armadas da justiça de sua causa, neutralizaria a dissensão e obteria o apoio dos tradicionais setores empresariais, bem como a adesão ou passividade das camadas sociais subalternas. Mas antes de se iniciarem hostilidades a nível político militar, desenvolveu uma campanha ideológica multifacetada contra o bloco histórico-populista. Tal ação compreendia a desagregação dos quadros populistas, assim como aqueles de imaturos grupos reformistas, adiando as ações do Executivo e tentando conter o desenvolvimento da organização nacional de classes trabalhadoras<sup>75</sup>.

Tendo fracassado em reprimir a conscientização política da classe trabalhadora, fortaleceu-se a determinação de consolidar o golpe.

Considerando o aumento da inquietação rural na década de 1950, o surgimento de organizações camponesas em lugares nunca antes imaginados e com demandas que iam desde a regularização do regime de trabalho até uma reforma agrária que se daria na lei ou na marra<sup>76</sup>, o complexo IPES-IBAD interpretou a realidade do campo brasileiro como um barril de pólvora político e ideológico e tentou intervir através da escolha de políticos para eleições nacionais e regionais e da competição com organizações de esquerda, se estabelecendo no meio rural através do clero católico de direita. Seguiu como modelo para a sua atividade o SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco), cuja estratégia de contenção do movimento rural era pautada no treinamento de potenciais líderes que fossem capazes de combater organizações político-revolucionárias e ideológicas, enquanto as massas rurais permaneceriam “dentro da igreja”<sup>77</sup>.

Na questão militar, toda a ação do complexo IPES-IBAD nesse meio era voltada, principalmente, para envolver o maior número de oficiais militares na mobilização contra o governo de João Goulart. O golpe, portanto, consistiu na disposição e organização estratégica de forças militares comandadas por oficiais ligados ao IPES-IBAD, o que, para Dreifuss, não passou de “um jogo de guerra simulado em escala nacional”. Dessa forma, as operações militares eram voltadas para prender ativistas camponeses e de sindicatos, detendo também políticos, intelectuais e líderes estudantis<sup>78</sup>. Através da elucidação da participação de civis, sobretudo do setor empresarial, René Dreifuss mostra a criação de um clima propício para que ocorresse o Golpe de Estado. Dado os atores envolvidos no processo, o autor desconstrói a ideia de que foi um golpe meramente militar, mas sim um movimento que englobou setores civis,

---

<sup>75</sup> Idem, p. 229.

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> Idem, p. 299.

<sup>78</sup> Idem, p. 361-362.

que compreendiam as implicações nacionais de um golpe, e culminou num golpe civil-militar ou empresarial-militar.

Indo de encontro à proposição de Dreifuss (1981) em relação à criação de um clima favorável para que o golpe fosse empreendido, Grynspan (1987), através de reportagens de jornais e entrevistas, mostra que a partir dos levantes camponeses iniciados em 1960, cria-se uma imagem da agitação no campo, onde o campesinato estaria se preparando para formar guerrilhas<sup>79</sup>. Às vésperas do histórico comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, quando João Goulart assinaria o decreto que previa a desapropriação de terras em áreas determinadas, o Jornal do Brasil apontava a possibilidade de novas ocupações de terra e definia o Estado do Rio de Janeiro como um barril de pólvora<sup>80</sup>.

Apontados por muitos como o “barril de pólvora que explodirá ao receber a primeira fagulha”, o estado do Rio, onde lutas entre proprietários e camponeses eram esperadas antes e depois da assinatura do decreto da SUPRA, está calmo<sup>81</sup>.

Manoela Pedroza (2003), com o objetivo de discutir a forma e o conteúdo das lutas no que chama de “sertões cariocas”, entre as décadas de 50 e 60, e tendo como foco de análise principal a Baixada Fluminense, afirma que a forma de luta mais comum de resistência exercida nesse período foi a resistência aos despejos. Isso incluía a tentativa de permanecer na terra apesar da violência policial e de jagunços, o apelo a autoridades, manifestações públicas e denúncias em jornais. Entende a ocupação, bem como os abaixo-assinados, passeatas, entre outras formas, como meio de pressão às esferas políticas federal e estadual. A autora demarca que o campo de possibilidades institucionais era muito restrito para os trabalhadores rurais e que essa legalidade se torna ainda mais precária após o golpe de 1964.

Dentre os aspectos dessas lutas, destaca a relação entre os participantes e o local onde se dá o conflito e o fato de que não eram amparados por nenhuma estrutura sindical. Nesse sentido, as ações tinham a intenção de pressionar parlamentares por uma legislação que atendesse melhor às mudanças ocorridas na estrutura agrária desse período. No entanto, diferencia também as táticas que eram difundidas ao nível nacional (reforma agrária democrática) e as empregadas pelos trabalhadores. Mostra, por exemplo, que dada a violência que era empregada sobre eles nos despejos, esses não se opunham à resistência com o uso de armas. O ato de pegar em armas era visto por esses trabalhadores como autodefesa, apoiada

---

<sup>79</sup> Idem, p. 214.

<sup>80</sup> Idem, p. 217.

<sup>81</sup> Jornal do Brasil, 22/03/1964, p. 20 apud GRYNSPAN, 1987, p. 219.



pelo Código Civil, artigo 502<sup>82</sup>, dando também indícios da existência de uma cultura política de resistência autônoma desses posseiros.

Com foco de análise similar, Leonilde Medeiros (2017) parte da ideia da repressão para analisar os conflitos rurais do Rio de Janeiro na década de 1950 e no início dos anos 1960. Dentre os elementos em comum que esses conflitos possuíam<sup>83</sup> se destaca a dificuldade em delimitar o que eram terras públicas e privadas, assim como a atração que o entorno do Rio de Janeiro, na época capital do país, exercia sobre os lavradores de diversas regiões do Brasil, principalmente devido à industrialização local crescente. A crise das regiões cafeeicultoras e a criação de núcleos coloniais também representam um fator atrativo para a migração<sup>84</sup>. Com o crescimento das cidades, abertura de loteamentos e valorização das terras na região da Baixada Fluminense, cresce a pressão sobre as regiões ocupadas pelos posseiros e uma sucessão de despejos ocorre. Nas áreas cuja resistência se desenvolveu começaram a surgir, desde os anos 1940, associações de lavradores, geralmente organizadas por camponeses ligados ao Partido Comunista, o que, em sua perspectiva, foi fundamental para dar visibilidade aos conflitos que se proliferavam<sup>85</sup>. Tais associações teriam articulado o conflito com as ocorrências em outras regiões e também articulado outras categorias de trabalhadores como os ferroviários, rodoviários, metalúrgicos e em alguns locais também o setor têxtil<sup>86</sup>. Com esse esforço político também se deu a criação da Associação dos Lavradores Fluminense, liderada por José Pureza.

Com o golpe civil-militar a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro sofreu intervenção e as lideranças do movimento rural precisaram fugir, sendo posteriormente presos e torturados. Muitos sindicatos foram fechados e pessoas ligadas à luta pela terra sofreram forte vigilância. As áreas de conflito foram cercadas e vasculhadas, havendo invasão de casas, que eram cuidadosamente revistadas. Crianças eram ameaçadas para revelar o paradeiro do pai, sendo constituída, entre as pessoas que a autora entrevistou, uma memória coletiva marcada pelo medo<sup>87</sup>. Nesse contexto repressivo, pouco espaço houve para resistência, organização, manifestação ou protestos. Nos primeiros anos pós-golpe, apesar da presença do Exército e da polícia no primeiro mês, muitas famílias que participaram dos conflitos

---

<sup>82</sup> PEDROZA, Manoela. Lavradores radicais: táticas da luta nos sertões cariocas (1950-68). *Trajetos Revista de História* UFC, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 113-126, 2003. P. 115

<sup>83</sup> Leonilde Medeiros faz referência às regiões de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Itaguaí, Magé e Cachoeiras de Macacu.

<sup>84</sup> MEDEIROS (2017). Lutas e resistências em contextos expressivos... P. 15.

<sup>85</sup> Idem, p. 16-17.

<sup>86</sup> Idem, p. 17.

<sup>87</sup> Idem, p. 19.

permaneceram na região como arrendatários, parceiros ou posseiros, mesmo sem a regulamentação da posse da terra<sup>88</sup>.

Percebemos essas visões acerca do golpe e do pré-1964 como fundamentais para a constituição da história e da memória do campesinato, do golpe civil-militar e dos seus impactos no meio rural, que levou à prisão, tortura e morte de muitos lavradores e de suas famílias. Entretanto, propomos, para além desse viés, que se concentra ou nas ações do campesinato voltadas para o Estado (como as ações de pressão e reivindicação da reforma agrária) ou na violência sofrida pelos trabalhadores rurais (tema da repressão), uma mudança no foco de análise, para estudar a infrapolítica no contexto de insurgência camponesa, de forma a mostrar, de maneira mais clara, os trabalhadores rurais do sertão fluminense como agentes históricos que, em meio a luta, pensavam, se organizavam, se rebelavam e formulavam estratégias para responder às tentativas de grileiros e do poder público de expulsá-los de suas terras. Assim, lavradores, posseiros e colonos desenvolveram, ao longo do processo de luta contra os despejos, práticas que foram capazes, em muitos casos, de garantir a desapropriação e a posse da terra e representar significativa ameaça à ordem, ao Estado e à tradicional estrutura fundiária brasileira.

## **2.1 Reforma Agrária, desenvolvimento e cultura: os discursos de contrainsurgência**

Para Linhares e Teixeira (1999), o campo brasileiro, em meio a todos os levantes iniciados no período pré-1964, se tornou o centro das questões referentes ao desenvolvimento do país. Havia uma exigência em torno de uma reforma agrária, não só por uma questão de justiça social, mas também como uma forma indispensável de superar o estrangulamento da industrialização brasileira, produzindo mais alimentos e matérias-primas, permitindo um barateamento dos salários, dos produtos e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil.

Em grandes cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo e Recife o início da década de 1960 foi marcado por uma longa e profunda crise de abastecimento que gerou a falta de gêneros alimentícios básicos como feijão, pão, açúcar, leite, manteiga e carne na mesa dos consumidores. Somada à crise do abastecimento, havia também outros problemas como a necessidade de uma política de controle de preços, aumento de salários, extensão de direitos trabalhistas, o que levou a um apelo pelas reformas de base, que incluía a reforma agrária.

---

<sup>88</sup> Idem, p. 23-24.

Uma pesquisa do Ibope realizada entre os dias 02 e 26 de março de 1964, em diversos estados do Brasil e publicada apenas em 1990, nos mostra que a reforma agrária possuía forte apoio popular. O fato de, as vésperas do golpe, ter-se uma pesquisa não divulgada apontando para a popularidade do presidente João Goulart, bem como para a necessidade de reformas, inclusive a agrária, reforça nosso argumento de que o golpe civil-militar de 1964 teve como principal motor a desarticulação dos movimentos no campo, que pareciam estar muito perto de conquistar uma reforma agrária.

Em 13 de março, no comício realizado na Central do Brasil, poucas semanas antes do golpe, Jango acenava exatamente para isso, anunciando que havia assinado o decreto da SUPRA, que autorizava a desapropriação de áreas ao longo de ferrovias, rodovias, zonas de irrigação e dos açudes, o que beneficiaria diretamente inúmeros lavradores, principalmente no Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense, onde a maior parte dos conflitos se dava em pontos próximos de rodovias. No ano anterior, João Goulart também teria dado o que seria considerado como o primeiro passo para a realização das prometidas reformas: o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, que surgiu em consequência da criação da SUPRA, em 1962. O Estatuto estendia para os trabalhadores do campo uma série de garantias e direitos usufruídos pelos trabalhadores urbanos, o que desagradou muito os grandes proprietários de terras.

Nas pesquisas realizadas entre 09 e 26 de março de 1964 em Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, com quinhentos entrevistados no Rio de Janeiro e em São Paulo e quatrocentos nas demais cidades, as medidas de João Goulart foram vistas pela maioria dos entrevistados como de interesse da população, havendo poucas opiniões que as consideravam como demagógicas ou voltadas para o estabelecimento de um regime comunista.

**Quadro 1 - Pesquisa do IBOPE a respeito da reforma agrária, em 1964.**

Pergunta: Qual destes modos de pensar esta mais de acordo com sua opinião sobre estas últimas medidas do Presidente João Goulart? (Por categoria sócio-econômica em São Paulo)				
	Total	Classe A/B - Rica/Média	Classe C - Pobre	Classe D - Inferior a pobre
São medidas demagógicas, que procuram apenas aumentar o prestígio do Sr. João Goulart e do PTB.	10%	15%	7%	4%
São medidas de real interesse para o povo e para o país.	55%	51%	56%	60%
São medidas que procuram criar condições para o estabelecimento de um regime comunista no Brasil.	16%	22%	13%	8%
Não sabem.	19%	12%	24%	28%

Fonte: IBOPE – Pesquisas Especiais. Notação PE 060 MR0277<sup>89</sup>

Entre junho e julho de 1963, o Ibope havia realizado uma pesquisa em relação à reforma agrária, realizando-a de novo às vésperas do golpe. Em 1963 a pesquisa foi feita em dezesseis municípios do país, onde todas as cidades apresentaram número expressivo de opinião favorável à realização de uma reforma agrária. Enquanto opinião desfavorável, Curitiba teve o maior número, representando 17% da percepção dos entrevistados. A pesquisa se dividiu também em classes econômicas, mostrando que, nesse ano, a reforma agrária era vista com bons olhos por todos os segmentos sociais. Além disso, predominou o consenso de que a reforma deveria ser feita de forma urgente, havendo divergências apenas se ela deveria ser feita em títulos ou em dinheiro.

---

<sup>89</sup> A série de Pesquisas Especiais realizadas pelo Ibope em março de 1964 se encontram digitalizadas no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp. No entanto, no período de realização dessa pesquisa a consulta a esse item do acervo esteve fora do ar. Portanto, os números para a elaboração dos quadros aqui apresentados foram retirados de matérias que divulgaram a pesquisa e seu resultados.

As tabelas foram elaboradas com base no seguinte site: [https://pauloacbj.fandom.com/pt-br/wiki/Pesquisa\\_de\\_opini%C3%A3o\\_realizada\\_em\\_1964\\_sobre\\_o\\_governo\\_Jo%C3%A3o\\_Goulart](https://pauloacbj.fandom.com/pt-br/wiki/Pesquisa_de_opini%C3%A3o_realizada_em_1964_sobre_o_governo_Jo%C3%A3o_Goulart) Acesso em 03/04/2020

**Quadro 2 - Pesquisa do IBOPE a respeito da reforma agrária, em 1963.**

Pergunta: em princípio o sr(a) é favorável ou contrário a uma reforma agrária?			
	Favorável	Desfavorável	Não sabem
São Paulo	61%	12%	27%
Guanabara	66%	12%	21%
Recife	71%	7%	22%
Belo Horizonte	53%	12%	35%
Porto Alegre	76%	7%	17%
Salvador	65%	6%	29%
Belém	47%	15%	38%
Fortaleza	61%	9%	30%
Curitiba	51%	17%	32%
Niterói	49%	12%	39%
Juiz de Fora	56%	11%	33%
Campos	61%	8%	31%
Caxias do Sul	69%	9%	22%
Ribeirão Preto	62%	13%	25%
Vitória da Conquista	63%	11%	26%
Uberaba	57%	16%	27%

Fonte: IBOPE – Pesquisas Especiais. Notação PE 060 MR0277

**Quadro 3 - Pesquisa do IBOPE a respeito da reforma agrária, em 1963.**

Pergunta: (Caso favorável) - Considera que essa reforma agrária deve ser feita urgentemente, ou acredita que ela não é tão urgente e pode ser adiada?			
	Urgente	Não Urgente	Não sabem
São Paulo	74%	18%	8%
Guanabara	65%	30%	5%
Recife	72%	19%	9%
Belo Horizonte	72%	23%	5%
Porto Alegre	77%	17%	6%
Salvador	81%	14%	5%
Belém	53%	40%	7%
Fortaleza	63%	30%	7%
Curitiba	77%	17%	6%
Niterói	81%	12%	7%
Juiz de Fora	65%	27%	8%
Campos	75%	17%	8%
Caxias do Sul	79%	16%	5%
Ribeirão Preto	73%	21%	6%
Vitória da Conquista	78%	12%	10%
Uberaba	64%	27%	9%

Fonte: IBOPE – Pesquisas Especiais. Notação PE 060 MR0277

**Quadro 4 - Pesquisa do IBOPE a respeito da reforma agrária, em 1963.**

Guanabara e São Paulo por classes econômicas e nível escolar.				
Guanabara	Total	Classe A/B - Rica/Média	Classe C - Pobre	Classe D - Inferior a pobre
Favorável	66%	67%	65%	65%
Contrário	12%	20%	11%	6%
Não sabem	21%	13%	24%	29%
Guanabara	Total	Superior	Secundário	Primário
Favorável	66%	69%	65%	65%
Contrário	12%	20%	11%	6%
Não sabem	21%	16%	16%	25%
São Paulo	Total	Classe A/B - Rica/Média	Classe C - Pobre	Classe D - Inferior a pobre
Favorável	61%	62%	61%	58%
Contrário	12%	13%	15%	7%
Não sabem	27%	25%	24%	35%
São Paulo	Total	Superior	Secundário	Primário
Favorável	61%	72%	61%	60%
Contrário	12%	20%	17%	9%
Não sabem	27%	8%	22%	31%

Fonte: IBOPE – Pesquisas Especiais. Notação PE 060 MR0277

**Quadro 5 - Pesquisa do IBOPE a respeito da reforma agrária, em 1963.**

Pergunta: Acredita que para fazê-la bem feita deva ser emendada a Constituição para que a compra de terras pelo Governo Federal se faça em títulos ou considera que a compra dessas terras deva ser em dinheiro e à vista como manda a atual Constituição?			
	Em Títulos	Em Dinheiro	Não Sabem
São Paulo	43%	39%	18%
Guanabara	34%	33%	33%
Recife	37%	36%	27%
Belo Horizonte	31%	35%	34%
Porto Alegre	34%	37%	29%
Salvador	31%	41%	28%
Belém	15%	38%	47%
Fortaleza	17%	40%	43%
Curitiba	26%	36%	38%
Niterói	22%	37%	41%
Juiz de Fora	34%	36%	30%
Campos	26%	34%	40%
Caxias do Sul	29%	39%	32%
Ribeirão Preto	35%	18%	47%
Vitória da Conquista	26%	39%	35%
Uberaba	22%	29%	49%

Fonte: IBOPE – Pesquisas Especiais. Notação PE053 MR275

Na versão de 1964, realizada em Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, também entre 9 e 26 de março, a reforma agrária continuou a ser vista como necessária pela grande maioria dos participantes, sendo Porto Alegre a cidade com mais opiniões de que era desnecessária, o que representou apenas 17% dos participantes. Perguntados sobre o que achavam da desapropriação de terras nas margens de ferrovias, açudes e rodovias federais, a maior parte também se mostrou favorável.



**Quadro 6 - Pesquisa do IBOPE a respeito da reforma agrária, em 1964.**

Pergunta - Consideram que realização da Reforma Agrária é:			
	Necessária	Desnecessária	Não Sabem
Fortaleza	68%	13%	19%
Recife	70%	7%	23%
Salvador	74%	9%	17%
Belo Horizonte	67%	16%	17%
Rio de Janeiro	82%	9%	9%
São Paulo	66%	13%	21%
Curitiba	61%	11%	28%
Porto Alegre	70%	17%	13%
Em relação à desapropriação das terras que margeiam açudes, ferrovias e rodovias federais, são:			
	Favoráveis	Contrários	Não Sabem
Fortaleza	60%	14%	26%
Recife	59%	13%	28%
Salvador	55%	11%	34%
Belo Horizonte	54%	22%	24%
Rio de Janeiro	66%	19%	15%
São Paulo	56%	21%	23%
Curitiba	55%	17%	28%
Porto Alegre	63%	22%	15%
Por classe social em São Paulo			
	Favoráveis	Contrários	Não sabem
Classe A/B - Rica/Média	53%	27%	20%
Classe C - Pobre	60%	16%	24%
Classe D - Inferior a Pobre	58%	12%	30%

Fonte: IBOPE – Pesquisas Especiais. Notação PE 060 MR0277

No ambiente cultural, o teatro e o cinema também mostraram o quanto a questão agrária e a preocupação com os problemas que afligiam o campo se encontravam em alta nos anos anteriores ao golpe civil-militar. No cinema, podemos destacar as contribuições de Gláuber Rocha, em *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e Eduardo Coutinho, produtor de *O Cabra Marcado para Morrer*. Já no teatro, podemos dar como exemplo as peças *Quatro quadras de terra* e *Os Azeredo mais os Benevides*, de Vianinha e *Mutirão Novo Sol*, de Nelson Xavier, Augusto Boal, Hamilton Trevisan, Modesto Carone e Benedito M. Araújo. Tais obras traziam em seus conteúdos temas e problemas do sertão brasileiro, como os conflitos e a organização camponesa, os despejos, a necessidade de uma reforma agrária, a violência, a repressão sofrida

pelo campesinato e também sobre a formação e atuação das Ligas Camponesas, como retratou o filme *Cabra Marcado para Morrer*.

Entretanto, algumas dessas obras, provavelmente pelo seu caráter “subversivo” sofreram represálias, não podendo, em alguns casos, sequer estreiar. É o caso da peça de teatro *Os Azeredo mais os Benevides*, produzida pelo Centro Popular de Cultura<sup>90</sup>, que tratava de um conflito ocorrido no campo e mostrava a necessidade da distribuição de terras, através da reforma agrária. A peça, que teria sua estreia em 1964, não estreou através do CPC, visto que a sede do teatro, no Rio de Janeiro, foi incendiada no dia 1 de abril de 1964<sup>91</sup>. *O Cabra Marcado para Morrer* também teve suas gravações interrompidas em 1964 e, devido ao golpe civil-militar, só pode estreiar na década de 1980.

Werneck Viana (2012) aponta para o fato de que a produção cinematográfica contribuiu muito para que a sua geração de intelectuais, criados e formados em centros urbanos, tivesse a imaginação fixada no mundo agrário e em seus problemas<sup>92</sup>. Teixeira e Linhares (1999) também reforçam o quanto a questão agrária, nos primeiros anos da década de 1960, esteve presente no meio cultural através do cinema e no pós-golpe, em especial, a partir da música popular, do teatro e da poesia. Os autores chamam atenção para o fato dessas produções serem essenciais para romper com um imaginário que se tinha do campo, associando sua população a estereótipos como preguiçosos, indolentes e conformados com o destino, como expresso muitas vezes na figura do caipira<sup>93</sup>.

No meio político o problema agrário também se fez fortemente presente. Analisando anteprojetos de reforma agrária no período do governo de João Goulart, Melissa Natividade (2013) mostra que entre 1961 e 1964 diversas propostas de reforma agrária, advindas dos variados estados brasileiros, bem como de distintas orientações políticas e partidárias, figuraram no cenário político brasileiro. A autora se propõe a analisar cinco desses projetos, os quais usaremos para exemplificar o quanto a reforma agrária se colocou como tema central no cenário nacional do pré-1964.

---

<sup>90</sup> O Centro Popular de Cultura foi criado em 1962, no Rio de Janeiro, por um grupo de intelectuais de esquerda em associação com a União Nacional dos Estudantes. Tinha como objetivo criar e divulgar uma “arte popular revolucionária”, o que os levou, em alguns de seus trabalhos, retratar a situação vivida no sertão brasileiro.

<sup>91</sup> COELHO, Sérgio Salvia. Espetáculo “Os Azeredos Mais os Benevides” atualiza Vianinha. Folha de São Paulo, 31 de março de 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/acontece/ac3103200105.htm> Acesso em 02/04/2020.

<sup>92</sup> Discurso proferido por Werneck Viana na Sociedade Brasileira de Sociologia, em janeiro de 2012.

<sup>93</sup> LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira. (1999), *Terra Prometida: Uma História da Questão Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro, Campus. P. 168-169.

No Projeto n.º 4389-A/54 uma Comissão Especial de Reforma Agrária, instituída em julho de 1961<sup>94</sup> e integrada por cinco deputados, debateu sobre a necessidade de realizar uma reforma agrária, afirmando que “fórmulas inócuas” de reforma agrária já se encontravam ultrapassadas, sendo preciso uma reforma que eliminasse o latifúndio como já havia ocorrido na Europa, nos Estados Unidos e em parte da Ásia e da América. No texto da comissão se definia o órgão que realizaria a política agrária nacional (Instituto Agrário), que seria vinculado ao Ministério da Agricultura, e previa a criação de uma Convenção Nacional de Reforma Agrária, onde deveriam se reunir representantes da União, Estados e Municípios para estabelecer meios de cooperação para elaborar e executar a reforma agrária.

As terras públicas e as desapropriadas poderiam ser doadas ou vendidas a agricultores não proprietários, desde que fossem divididas em lotes agrícolas determinados, dentro de um tamanho estabelecido pelas comissões municipais. Teria preferência para aquisição das terras quem já trabalhasse nelas anteriormente como parceiro, arrendatário ou assalariado e o posseiro que trabalhasse em algum imóvel rural e tivesse prática de trabalhos agrícolas, tendo preferência os chefes de famílias numerosas.

O “Anteprojeto de Reforma Agrária, Aumento da Produtividade, Humanização do Campo”, de 1962, foi apresentado pelo Ministro da Agricultura da época, Armando Monteiro. O texto do projeto sugeria a criação de uma Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), que estivesse sob a jurisdição do Ministério da Agricultura, diferente do que foi feito por João Goulart, que a subordinou à agência e a ele próprio. Sugeria também que a renda do Imposto Territorial Rural fosse transferida para a União, de forma a arrecadar fundos com fins de financiar a Reforma Agrária, visto que a questão financeira figurava como um dos maiores impedimentos para sua realização.

A desapropriação por interesse social visaria “promover a justa distribuição da propriedade, ou condicionar o seu uso ao bem-estar social”<sup>95</sup>. Seriam desapropriáveis terras sem utilização, mal utilizadas, indispensáveis ao abastecimento de centros de consumo próximos, minifúndios antieconômicos, terras necessárias para a fixação de posseiros, destinadas ao estabelecimento de núcleos de colonização e latifúndios valorizados ou suscetíveis de valorização devido a obras públicas.

---

<sup>94</sup> Ainda no governo Jânio Quadros.

<sup>95</sup> NATIVIDADE, Melissa. *A questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classe e intraclasse*. 2013. 168f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. P. 78.

Em 1963 tem-se o Projeto n.º 93-A do senador Milton Campos (UDN), sendo elaborado por um grupo composto por ele e mais oito membros de diversos órgãos relacionados à questão agrária, entre eles Dom Helder Câmara, Ivan Luiz (presidente do INIC), João Napoleão de Andrade (presidente do ABCAR), Janes Ângelo de Souza (Ministério da Agricultura), entre outros. Em seu projeto, estava presente a necessidade de estímulos para o aumento da produtividade, de assegurar um estado de bem-estar social com programas educacionais, de saúde, habitação, alimentação, assistência técnica e de crédito, implementação de planos de administração rural, entre outras medidas.

Como forma de acesso à terra previa a desapropriação por interesse social, doação, compra e venda, cessão temporária gratuita, arrecadação de bens vagos e a reversão ao domínio do poder público de terras de sua propriedade que estivessem devidamente ocupadas e exploradas. Um traço recorrente desse projeto era a ênfase dada para as diferenciações regionais do país, defendendo que não havia necessidade de um projeto de reforma agrária nacional e sim mudanças na legislação estadual ou municipal. O projeto foi aprovado pelo Senado em dezembro de 1962, mas no ano seguinte foi derrotado na Câmara dos Deputados por 168 votos contra 67.

O quarto projeto analisado por Natividade era do deputado paulista Aniz Badra, que mantinha forte relação com o empresariado do IPES e havia recebido financiamento do IBAD para a sua campanha eleitoral, em 1962. Agia, assim, como intelectual dos interesses financeiro-industriais do complexo IPES/IBAD. Seu projeto possuía quase as mesmas características do projeto de Milton Campos, porém com traços municipalistas, defendendo a maior autonomia possível para os municípios em relação à questão agrária. O mesmo, em suas falas, demonstrava ser contra o projeto do Ministro da Agricultura, Arnaldo Monteiro, pois defendia que por trás das reformas prometidas, o que se tinha era a ideologia comunista internacional, a qual repudiava veemente.

Constantemente Aniz Badra lia cartas da classe proprietária agroindustrial na Câmara dos Deputados, defendendo assim os ideais da classe dominante, que não possuía interesse em mudanças na estrutura fundiária brasileira. Portanto, seu projeto, também de 1963, previa uma indenização “amigavelmente convencionada entre desapropriante e desapropriado”<sup>96</sup>, deixando vago os critérios para o pagamento.

---

<sup>96</sup> Idem, p. 90.

Herbert Levy, intelectual das classes produtoras que atuou como empresário, deputado e jornalista, contra o projeto político de João Goulart, também teve um projeto de reforma agrária proposto. Seu projeto tinha como principais objetivos reerguer o nível de vida das populações rurais, facilitar o acesso à terra, melhorar a produtividade, aumentar o volume da produção agrícola, assegurar assistência técnica e financeira e estimular movimentos associativos no meio rural, especialmente cooperativas de crédito, produção e consumo.

As terras para fins de reforma agrária seriam preferencialmente as devolutas da União, Estados e Municípios, as de propriedade pública, voltadas para a colonização que estivessem sendo utilizadas de forma inadequada, doadas ou outras por interesse social. Entretanto, questões centrais do debate, como o valor e a forma de pagamento das indenizações pelas desapropriações, ficaram ausentes no projeto.

O projeto do então presidente, João Goulart, por sua vez, que deveria ser enviado ao congresso em 1963, previa que o pagamento por indenizações fosse feito com títulos de dívida pública, não sendo possível enviar para a Câmara sem que antes houvesse uma alteração na Constituição. Com esse impasse, o Executivo se limitou a fazer circular entre lideranças partidárias o seu anteprojeto, elaborado por uma assessoria técnica e anunciou que o projeto final seria entregue num futuro próximo, mas não fez nenhum encaminhamento oficial dele. Assim, Goulart tentou gerar um entendimento entre as lideranças da Câmara e do Senado sobre o que pretendia encaminhar.

No seu anteprojeto trazia como objetivos a criação de meios de acesso à terra, a correção de defeitos na atual estrutura agrária, o aumento de unidades agrícolas de tipo familiar através da colonização, ampliação e diversificação da oferta de produtos agrícolas, visando o crescimento do mercado interno e externo. Quanto às formas de aquisição da terra, previa a desapropriação por interesses sociais e a doação. A União estimularia por diversos meios que os proprietários rurais realizassem doações de terra, sendo uma das formas a prioridade nas concessões de crédito. Para fins de reforma agrária a distribuição de terras se daria através de compra e venda ou arrendamento.

Em relação à desapropriação, quando por interesse social, seria feita mediante a indenização em títulos especiais de dívida pública. Quanto ao valor, ficaria a critério do desapropriante três opções, que seria o valor estipulado pelo proprietário na declaração de rendimento do imposto de renda, o valor da propriedade para efeitos de cobrança do Imposto Territorial Rural ou o valor decidido em avaliação judicial.

Portanto, o projeto de Jango não se tratava nem de uma perspectiva comunista como pregava o patronato rural e os setores do empresariado, nem de um projeto distributivista como desejava o PCB. O que se percebe é que a questão da reforma agrária esteve presente nos mais diversos segmentos sociais, interessando e levando, inclusive as frações da classe dominante ligadas ao setor agrário ou empresarial industrial, a elaborar projetos. O crescimento dos movimentos sociais no campo, aliado ao clima de guerra fria serviu para alardear tais classes de que era necessária uma reforma agrária, como exemplifica o quadro a seguir. A divergência maior existente entre as propostas era a forma como ela se daria.

É preciso ressaltar, no entanto, que, dentre os cinco projetos analisados por Natividade (2013), apenas o primeiro se propõe a estabelecer uma reforma agrária que contaria com uma perspectiva distributiva de terras, a fim de diminuir o latifúndio no Brasil. Esse projeto foi elaborado em 1954<sup>97</sup> pelo deputado Coutinho Cavalcanti, do PTB e retomado em 1961 através dos trabalhos da comissão. Os demais projetos se concentram na necessidade de desenvolvimento do país, na modernização e no aumento da produção agrícola. Evidenciam a percepção de que, por mais que a necessidade de uma reforma agrária, considerando o acirramento dos conflitos no campo, fosse urgente, tal projeto deveria se realizar dentro da lei e da ordem, não podendo, para a maior parte do setor político ou social, haver insurgência.

**Quadro 7 - Projetos de reforma agrária no pré-1964.**

Data	Autor	Projeto nº	Temática
25.03.1963	Poder Executivo (João Goulart)*	S/N	Encaminha sugestão sobre a Reforma Agrária, acompanhada de Anteprojeto para estudo do Congresso, condicionando a apreciação da matéria à reforma dos artigos 141, § 16 e 147, da Constituição Federal.
6.4.1963	Senado Federal*	93/63	Dispõe sobre o Estatuto da Terra.
16.4.1963	Dep. Bocayuva Cunha (PTB-RJ)	jan/63	Altera a forma de indenização nos casos de desapropriação.
17.4.1963	Dep. Leonel Brizola (PTB-GB)	120/63	Dispõe sobre a Reforma Agrária e estabelece as condições de sua execução.

<sup>97</sup> O projeto na íntegra pode ser acessado em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD15MAI1954.pdf#page=32>  
Acesso em 15 de maio de 2020.

24.4.1963	Dep. Giordino Alves (PTB-RS)	124/63	Dispõe sobre os contratos de arrendamento rurais.
3.5.1963	Dep. Marcial Terra (PSD-RS)	233/63	Dispõe sobre a reformulação agrária e a reforma da produção nacional.
3.5.1963	Dep. Herbert Levy (UDN-SP)*	234/63	Estabelece normas para a reforma agrária em todo o país.
10.5.1963	Dep. Plínio Salgado (PRP-SP)	277/63	Dispõe sobre a nova estrutura agropecuária do país.
18.5.1963	Dep. Armand Rollemberg (PR-SE)	abr/63	Acrescenta inciso ao artigo 16: altera a redação do parágrafo 5o do referido artigo e do inciso I do artigo 29 da Constituição Federal.
29.5.1963	Dep. Peixoto da Silveira (PSD-GO)	353/63	Trata da realização de plebiscito sobre a Reforma Agrária.
31.5.1963	Dep. Cunha Bueno (UDN-GB)	390/63	Dispõe sobre a distribuição de terras e cria o Fundo Agrário Nacional.
5.6.1963	Dep. Plínio Sampaio (PDC-SP)	mai/63	Altera a redação dos artigos 141, § 16 e 147 da Constituição Federal.
6.6.1963	Dep. Amaral Neto (UDN-GB)	422/63	Cria o imposto sobre terras não aproveitadas, com base nos artigos 5, 21, 145, 146, 147, 148 e 202 da Constituição Federal.
19.6.1963	Dep. Plínio Salgado (PRP-SP)	486/63	Cria o Fundo Nacional para a Reforma Agrária.
21.6.1963	Dep. Tenório Cavalcanti (PST-RJ)	505/63	Regula a propriedade agrícola e dispõe sobre a organização das empresas agrárias.
4.7.1963	Dep. Aquiles Diniz (PTB-MG)	608/63	Cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores Rurais.
9.7.1963	Dep. Aniz Badra (PDC-RS)	658/63	Institui o Selo rural e dá outras providências.
11.7.1963	Dep. Brito Velho (PL-RS)	667/63	Acrescenta parágrafos ao artigo 29 do Decreto lei n. 3.365 de 21.6.41.
20.7.1963	Dep. João Menezes (PSD-PA)	702/63	Institui o Plano Agrário Nacional.

24.7.1963	Dep. Carvalho Netto (PTB-RN)	724/63	Faculta aos proprietários da agricultura e indústria rurais o direito de organização em sindicatos rurais, para defesa de seus interesses.
24.7.1963	Dep. Clóvis Pestana (PSD-RS)	730/63	Autoriza o Poder Executivo a resgatar 50% aos agropecuaristas, das despesas com a aquisição de adubos químicos, formicidas e outros produtos.
6.8.1963	Dep. Orlando Bertolli (PSD-SC)	773/63	Dispõe sobre a modificação da estrutura agrária do país.
7.8.1963	Dep. Aniz Badra (PDC-SP)*	809/63	Dispõe sobre a regularização da propriedade da terra, seu uso e domínio e dá outras providências.
19.8.1963	Dep. Anísio Rocha (PSD-GO)	1.015/63	Dispõe sobre financiamento de Planos de Reforma Agrária.
5.9.1963	Dep. Tarso Dutra (PSD-RS)	903/63	Dispõe sobre contatos de arrendamento rural.
1.10.1963	Dep. Peixoto da Silveira (PSD-GO)	1.053/63	Autoriza o Poder Executivo a Constituir Sociedade por ações sob denominação de "Consórcios Brasileiros de Agropecuária".
4.10.1963	Dep. Anísio Rocha (PSD-GO)	1.062/63	Autoriza a inclusão de cláusula corretiva do valor aquisitivo da moeda nas vendas a prazo de imóveis urbanos e rurais.
4.12.1963	Dep. Geraldo Sampaio (UDN-AL)	1.370/63	Dispõe sobre a prorrogação dos contratos de financiamentos agrícolas nos casos de frustração da colheita.

Fonte: Natividade (2013), p. 121-123.

Através desse quadro se torna claro que a temática da reforma agrária também ocupou lugar de destaque nas agendas de partidos políticos, do Legislativo e do Executivo. O grande número de projetos e de debates realizados em plenário são fundamentais para constatar tal afirmação. Pela análise dos discursos parlamentares e dos projetos que foram discutidos na Câmara dos Deputados durante o governo de João Goulart (setembro de 1961 a março de 1964) é possível notar que a reforma agrária passou a ser “aceita” pelos setores mais conservadores da sociedade, desde que ela fosse realizada dentro da “ordem” e da “legalidade”. Mesmo para



a alteração constitucional houve uma sinalização de possibilidade de realização, visto que PTB e PSD ensaiaram um acordo, que ao final das contas não ocorreu.

A hipótese de Natividade (2013) é de que a preocupação com o crescimento do PTB nas áreas rurais, no contexto de guerra fria, e do crescimento dos movimentos sociais rurais, foi a causa dos verdadeiros temores dos setores de oposição à reforma agrária do Executivo de João Goulart. Corroborando para sua hipótese o fato de que em novembro de 1964, imediatamente após o golpe, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Terra e a alteração na Constituição que previa que a indenização para a desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, fosse feita com títulos de dívida pública.

Refletindo a repercussão que a reforma agrária teve na imprensa, Natividade (2013) traz como exemplo a *Rede Democracia*, que surgiu em outubro de 1963 como programa radiofônico diário, encabeçado pelas empresas jornalísticas *O globo*, *Jornal do Brasil* e *Diários Associados*, sendo conseqüentemente apresentado pelas emissoras dessas empresas: *Rádio Globo*, *Rádio JB* e *Rádio Tupi*. De forma padronizada, parte do programa chegava à mídia através dos jornais impressos *O Globo*, *O Jornal* e *Jornal do Brasil*.

Complementando a campanha anti-João Goulart desses jornais, reportagens sobre o caráter subversivo e comunista dos movimentos e congressos realizados por camponeses começaram a circular nesses canais. O jornal *O globo* procurou deixar bem claro que o seu apoio se dava aos camponeses que exigissem os seus direitos sem afastar a democracia e sem agitações. *O Jornal*, por sua vez, se voltou a fazer uma campanha de alerta aos brasileiros contra a comunização supostamente desejada por João Goulart e argumentando que a assinatura do decreto da SUPRA geraria uma onda de invasões de terras no campo. Curiosamente, no início do mês de março de 1964 o jornal abriu espaços para que os proprietários de terra manifestassem suas opiniões sobre as propostas de reforma, bem como outras instituições como a Confederação Rural Brasileira e a Escola Superior de Guerra.

Não nos resta dúvidas de que a mobilização camponesa, tanto no Brasil quanto no sertão fluminense, foi de grande importância para que se conformasse nos setores sociais, no meio cultural, no meio político, na grande imprensa e também entre os militares uma opinião legalista em relação à reforma agrária, que em muito viria a corroborar com o discurso de contrainsurgência utilizado como justificativa para a preparação do golpe-civil militar. O que as entrevistas nos mostram é que havia apoio social para a realização de uma reforma agrária, que deveria se dar através do aparato legal do Estado, ideia que reflete bastante na repressão

ocorrida no meio cultural, durante o pré e o pós-1964, a respeito dos conteúdos que eram produzidos. As opiniões criadas e transmitidas pela imprensa confirmam esse cenário, onde não havia espaço para “subversão” ou rebeldia. Portanto, as reivindicações camponesas acerca da distribuição das terras e as lutas desenvolvidas nos sertões eram deslegitimadas frente aos projetos dos outros setores da sociedade para o campo. A reforma agrária no Brasil não poderia se dar “na lei ou na marra”, como pregavam os camponeses, e sim “na lei e na ordem”, como desejavam os setores civis e militares envolvidos no golpe.

## **2.2 Os militares e a contrainsurgência: o lugar do Rio de Janeiro e dos sertões fluminenses**

Na perspectiva militar, a resistência no campo e os conflitos que vinham ocorrendo foram compreendidos dentro do quadro da Guerra Revolucionária Comunista, que teria, segundo os estudos militares, ocorrido na China e no Vietnã, cujo temor era a sua realização no Brasil. Na perspectiva de entendimento do conflito optada pelos militares, o que estava para acontecer era um processo revolucionário, que se dividia em dois estágios: o primeiro de subversão ou pré-revolução e o segundo de uma revolução propriamente dita. Nessa teoria, a subversão se iniciava a partir de uma infiltração em um grupo social, já que a reação popular, mesmo nutrida pela insegurança, inquietação, insatisfação e marginalidade não poderia surgir sozinha. Seria necessário, dessa forma, produzir uma centelha para que houvesse uma mobilização.<sup>98</sup> Em seguida, viria a manipulação psicológica, onde por meio dela se abalaria os pilares nos quais a formação moral e cívica da população se assentaria. Com o processo subversivo já desenvolvido, o passo seguinte seria a revolução propriamente dita, que poderia ocorrer com um golpe de cúpula ou uma rebelião da massa, ambas visando a implantação de um governo revolucionário<sup>99</sup>.

A rebelião de massa retratava o desenvolvimento do processo revolucionário sem o golpe de cúpula. Possuía três fases e contava com a participação direta de pelo menos parte da população. Na primeira, ações clandestinas e pacíficas se transformariam em ações ostensivas e violentas. De acordo com essa perspectiva, nesse momento as organizações de base se desenvolveriam e “bandos armados” manifestariam suas ações através de guerrilhas.<sup>100</sup> Ao mesmo tempo, se teria uma cumplicidade de silêncio entre os participantes e elementos como

---

<sup>98</sup> *A guerra revolucionária e seu desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, 22 de outubro de 1964. Ministério da Guerra - II Exército - Quartel General - EMG. 2ª secção. P. 11.

<sup>99</sup> *Idem*, p. 14.

<sup>100</sup> *Idem*.

sabotagem e terrorismo eram vistos como meios que seriam usados para desequilibrar mentalmente as autoridades legais e as forças de ordem. Na segunda, tem-se a ampliação das bases e a sua interligação, que chegaria a conflagrar zonas inteiras, que se perceberiam como áreas libertadas. As massas começariam a crer que as forças da ordem são instrumentos de opressão, prepotentes e desumanas. Se avolumaria a ação de guerrilheiros de áreas adjacentes e com o aumento do efetivo começaria o embrião de um Exército Popular. Essa zona libertada seria a expressão física do que chamam de surto revolucionário<sup>101</sup>.

A guerra revolucionária, na perspectiva dos militares, se distinguiria de outras guerras por ter suas ações pautadas tanto no efeito terreno quanto do espírito, pois através da manipulação psicológica os valores de religião, moral, família, entre outros seriam suprimidos. A população constituía, ao mesmo tempo, o objetivo, o agente e o ambiente da luta. Por isso ela se ocuparia em primeiro lugar de conquistar cada cidadão para depois usá-lo como soldado para a instauração de uma nova ordem através da conquista do poder. O desencadeamento da guerra revolucionária se daria, portanto, com o início da subversão da população.

Com uma análise de Inquéritos Policiais Militares sobre as atividades no meio rural antes do golpe civil-militar, podemos perceber que a partir de 1950 surge uma preocupação militar em estabelecer a ordem<sup>102</sup>. Os documentos destacam que, nesse período, no Rio de Janeiro iniciaram-se violentas disputas por terra em Duque de Caxias, Itaguaí, Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, São João da Barra e Magé. Na concepção militar, os movimentos locais de camponeses armados surgiram das disputas de posse de terras entre posseiros e grileiros e reações contra ocupações ilegais. Nesses movimentos acreditavam estar mesclados interesses políticos e demagogias. O Partido Comunista, nessa perspectiva, teria se infiltrado nesses grupos e incentivado as suas ações. Apontam também para a numerosa existência de tais grupos armados em Estados como Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro percebendo-os como o embrião das guerrilhas<sup>103</sup>.

Nesse contexto, a preocupação girava em torno da segurança nacional. É preciso aqui levar em conta a proximidade geográfica das áreas que figuraram como palco dos conflitos por terra no meio rural fluminense, pois, mesmo após a mudança de capital para Brasília, em 1961, a cidade do Rio de Janeiro manteve uma posição privilegiada enquanto centro administrativo e

---

<sup>101</sup> Idem, p. 15.

<sup>102</sup> IPM nº 709. Superior Tribunal Militar, nº 39236, 1972 – Vol. 52, p. 470.

<sup>103</sup> Idem, p. 461.

político<sup>104</sup>. Do ponto de vista da segurança nacional o que estava ocorrendo era a infiltração comunista e a mobilização militar de elementos que se aprimorariam em uma futura formação de guerrilheiros capacitados para uma suposta luta revolucionária.

A localização dos grupos de camponeses armados começou a definir-se em áreas de grande importância estratégica nas comunicações internas do País. No Estado do Rio de Janeiro observou-se um verdadeiro cêrco do Estado da Guanabara. A ação descentralizada inicial poderia, em consequência, permitir, futuramente, a execução de um verdadeiro bloqueio das vias de transporte do país por elementos guerrilheiros<sup>105</sup>.

É preciso ainda situar a análise dentro de um contexto mais amplo. Após a Segunda Guerra Mundial, a América Latina foi marcada por uma conjuntura de crescimento econômico e pela implementação de projetos nacionais-desenvolvimentistas que visavam produzir, de certa forma, alguma justiça social e ampliar a participação política de uma parte da população<sup>106</sup>. Os anos 1960, por sua vez, foram marcados pela Guerra Fria, o embate entre capitalismo x comunismo e o terror de que os países da América Latina seguissem o exemplo da Revolução Cubana, ocorrida em 1959. Aliado a isso, o Brasil vivia um momento de efervescência cultural, mobilização operária e camponesa<sup>107</sup>. Tal contexto era visto como perigoso para a segurança nacional e do Ocidente capitalista. Nesse clima bipolar da Guerra Fria, criou-se um constructo ideológico a serviço dos Estados Unidos e de seus aliados, que pode ser elucidado pela Doutrina de Segurança Nacional. Surge assim o discurso de que os golpes que implementaram as ditaduras entre os anos 1960 e 1970 eram necessários na guerra contra o comunismo.

Dado os elementos aqui expostos, o golpe civil-militar brasileiro pode ser visto como uma medida de contrainsurgência em relação aos avanços sociais e políticos no campo, conquistados através da insurgência de trabalhadores rurais no pré-1964. A doutrina de contrainsurgência se desenvolve em três frentes: aniquilamento, conquista de bases sociais e institucionalização. Tende a ver o oponente como um inimigo que deve ser não só derrotado, mas aniquilado, o que implica a percepção da luta de classes como uma guerra, levando a adoção de táticas e métodos militares de luta<sup>108</sup>. Além disso, a doutrina de contrainsurgência

---

<sup>104</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Lutas e resistências em contextos expressivos: reflexões a partir do Estado do Rio de Janeiro In RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk; SECRETO, Maria Verônica (Orgs.) *Agrarismos: Estudos de história e sociologia do mundo rural contemporâneo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017. P. 15.

<sup>105</sup>IPM nº 709. Superior Tribunal Militar, nº 39236... P. 461 462.

<sup>106</sup>WASSERMAN, Claudia. O golpe de 1964. Tudo o que se perdeu...In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006, p.27-44.

<sup>107</sup>Idem.

<sup>108</sup> MARINI, Ruy Mauro. O Estado de Contrainsurgência. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas* V.12 N.3, 2018. ISSN: 1984-1639. P. 3.

costuma perceber o processo revolucionário causado por subversão como algo provocado pela infiltração do inimigo, ou seja, um elemento externo a sociedade.

Grosso modo, a contrarrevolução latino-americana se inicia com um processo de desestabilização, durante o qual as forças reacionárias tratam de agrupar em torno de si o conjunto da burguesia e de semear no movimento popular a divisão, a desconfiança em suas forças e em seus dirigentes; continua através de um golpe de Estado, levado a cabo pelas Forças Armadas, e se resolve com a instauração de uma ditadura militar. As sociedades concretas latino-americanas impõem a cada um desses momentos seu traço particular<sup>109</sup>.

Não conseguindo atrair para si forças suficientes para derrotar politicamente um movimento popular e nem a estruturação de um partido político, em um processo de contrainsurgência, a burguesia monopolista “não pretende reunir verdadeira força de massas, o que lhe permita enfrentar politicamente, nas urnas e nas ruas, o movimento popular”<sup>110</sup>. Dessa forma, toma como meta o restabelecimento das condições de funcionamento do aparelho estatal, mesmo que temporariamente, para usá-lo em seu proveito<sup>111</sup>. Diferente do fascismo, que englobou até o proletariado, a burguesia monopolista na América Latina não pode pretender reunir verdadeira força de massas. Para isso, o Estado aplaina a luta de classes através do instrumento último de defesa do poder: as Forças Armadas. Outro traço peculiar da contrarrevolução latino americana em relação ao fascismo é o discurso ideológico de defesa da democracia.

As Forças Armadas têm um papel central no Estado de contrainsurgência e a burguesia monopolista confere a ela a missão de solucionar seus problemas, passando do plano político para o plano de guerra. Dessa forma, sempre que se perceber uma coparticipação entre Forças Armadas e capital monopolista, estamos diante de um Estado de contrainsurgência, tendo esse se declarado na forma de uma ditadura militar ou não<sup>112</sup>.

No período imediato após o golpe civil-militar, os militares defenderam que era preciso fazer uma “operação limpeza”, desarticulando qualquer foco de resistência, inclusive no campo<sup>113</sup>. O regime militar tinha consciência da gravidade da situação do meio rural e

---

<sup>109</sup> Idem, p. 5.

<sup>110</sup> Idem, p. 6.

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> Idem, p. 7.

<sup>113</sup> Um exemplo local, de um caso ocorrido em Minas Gerais, que elucida bastante como a radicalização da forma de luta camponesa é o da Fazenda do Ministério, em Governador Valadares. Pertencente ao governo e cedida a fazendeiros locais para guardar maquinários, a fazenda foi objeto de reivindicação de um grande número de lavradores que, às vésperas do golpe civil-militar conseguiram a desapropriação das terras. Como represália, os grandes proprietários locais, que demonstravam grande insatisfação com a postura do Governo Federal na desapropriação, se organizaram em grupos “anticomunistas” para caçar e matar os lavradores. No calor dos acontecimentos, um coronel local, membro do grupo paramilitar contrário aos lavrados, de nome Altino Machado, chegou a mencionar que o golpe, previsto para 1º de abril, havia chegado antes em Governador Valadares.

imediatamente interviu de forma estratégica, transformando o sertão em uma empresa política do Estado através de diversas medidas como a criação do Estatuto da Terra, a montagem de uma Previdência Social Rural, megaprojetos de colonização e fomento a migração camponesa do sul para a fronteira agrária do país, a construção da Transamazônica, entre outras medidas.

Após o golpe, em 11 de abril de 1964, com o afastamento de lideranças políticas indesejáveis para o governo militar, Castelo Branco foi eleito Presidente do Brasil através de uma eleição indireta. Entretanto, dias antes, em 9 de abril, já era decretado o AI n.º 1, aumentando os poderes do Executivo. Ironicamente, o projeto de reforma agrária e outros foram beneficiados com esse recurso. Uma das primeiras medidas do mandato de Castelo Branco foi aprovar o projeto de reforma agrária, dentro das perspectivas legalistas e desenvolvimentistas do governo, reconhecendo a sua necessidade e trabalhando para que setores da sociedade também a aceitassem.

A proposta de lei agrária elaborada no pós-golpe não tinha como objetivo solucionar os conflitos, pois esses estavam sendo aniquilados através da coerção. A proposta de reforma estava mais voltada para uma interpretação da crise econômica que estava em curso, sendo fundamental para o novo regime civil-militar esvaziar a reforma agrária do caráter político ou do teor “comunizante”.

Apoiado nessas perspectivas, em abril do mesmo ano já se formou um Grupo de Trabalho do Estatuto da Terra, formado em sua grande maioria por membros do projeto apresentado anteriormente pelo complexo IPES/IBAD. Além de prever a distribuição de terras, o que se consolidou com o Estatuto da Terra, no final de 1964, também previa a realização de políticas de desenvolvimento da agricultura, bem como a criação de órgãos como o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola, cabendo ao primeiro formular políticas que ampliassem o acesso à terra e ao segundo executar políticas de desenvolvimento agrícola, através da inserção de novas tecnologias no campo, fomentando também a colonização e o cooperativismo rural.

---

Curiosidade ou não, o governador de Minas Gerais, junto com os governadores do Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo, tiveram grande participação na articulação do golpe junto aos militares. Vale destacar que a atividade camponesa era intensa em todos esses Estados citados.

Ver mais em: ZANGELMI, Arnaldo José. *Traduções e bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. 2014, 256f. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais

O Rio de Janeiro teve um papel central no cenário nacional do pré-1964, na articulação do golpe e também na repressão ocorrida no campo fluminense. Palco de uma grande mobilização camponesa, que vinha radicalizando cada vez mais suas formas de luta, o Estado do Rio de Janeiro figurou algumas vezes em documentos militares que tinham como tema a preocupação com a segurança nacional. Apesar de não ser mais a capital do país desde 1960, a região ainda gozava de grande prestígio econômico, o que preocupava as autoridades militares devido à ameaça de uma possível tomada do Rio de Janeiro pelos inúmeros grupos camponeses que se rebelaram, visto que várias regiões onde conflitos armados se desenvolveram, situavam-se nas margens de rodovias tidas como importantes. No que tange a repressão pós-golpe, o uso do Exército para ocupar áreas que antes foram zonas de litígio, para reprimir e coagir quem tenha permanecido nos lugares também se fez de forma desmedida.

Em todo o Brasil, o campesinato foi um dos grupos mais vitimados com o golpe-civil militar. Pelo menos 1196 camponeses e apoiadores da luta pela terra no Brasil foram mortos ou desapareceram entre o pré-1964 e a abertura democrática, em 1988. Desses 1196 casos<sup>114</sup>, apenas 26 famílias tiveram o reconhecimento do direito à reparação pela sua perda<sup>115</sup>. Os camponeses “foram mortos, desapareceram de maneira forçada, tiveram seus cadáveres ocultados e foram torturados”<sup>116</sup> não só no Rio de Janeiro, mas em diferentes lugares do país, pela ação de agentes públicos como a polícia e o Exército e também de agentes privados, como grileiros e jagunços.

Diante desses elementos, o que defendemos neste trabalho é a ideia de que o golpe civil militar, de 31 de março de 1964, teve como motivação principal a desarticulação da resistência camponesa presente em todo o Brasil, desde pequenas ações até os levantes armados e guerrilhas que se iniciaram no início dos anos 1950. As mobilizações do campesinato impuseram significativas pressões ao governo rumo a uma reforma agrária, que, aparentemente, se encontrava em vias de se concretizar em 1964. Os problemas no campo já eram refletidos no meio político, gerando inúmeros projetos de reforma agrária; no meio cultural, sendo retratado no cinema, no teatro e na música; na sociedade, que aceitava amplamente a realização de uma

---

<sup>114</sup> Esse número representa o que foi levantado pela Comissão Camponesa da Verdade. Entretanto, acreditamos que a repressão no campo, após o golpe civil-militar, foi um dos momentos mais cruéis de nossa história, entendo, portanto, que esse número com toda certeza é mínimo frente a todos os camponeses e camponesas que foram mortos, torturados e nunca tiveram seus corpos encontrados ou seu desaparecimento devidamente reconhecido pelo Estado.

<sup>115</sup> BRASIL. *Comissão Camponesa da Verdade - Violações de Direitos no Campo (1946-1988)*. Brasília, dezembro de 2014, p. 80.

<sup>116</sup> *Idem*, p. 84.

reforma agrária e até no meio empresarial/industrial, que também formulou as suas concepções, mesmo que legalistas, de reforma a serem defendidas. No meio militar, o avanço político do campesinato era visto como um perigo para a segurança nacional devido a grande articulação existente entre os camponeses das áreas de conflitos. A insurgência camponesa, se não fosse contida, poderia implicar em possíveis bloqueios nas principais rodovias ou um cerco ao Estado do Rio de Janeiro. Considerando a relação entre Estado e o patronato rural durante a ditadura e o aumento do nível de repressão no campo, entendemos que o golpe se deu, sobretudo, para desarticular o processo de mobilização no sertão fluminense e em todo Brasil, que se organizava e se radicalizava cada vez mais, assim como para entregar as terras defendidas pelos lavradores para os representantes da classe rural, modernizando-a e implementando máquinas, mas conservando a estrutura fundiária do país.



## **CAPÍTULO 3: AUTO-ORGANIZAÇÃO E FORMAS DE RESISTÊNCIA NO SERTÃO FLUMINENSE**

### **3.1 A luta pela terra e a insurgência nos Sertões Fluminenses**

A luta pela terra nos sertões fluminenses tem uma longa história. Porém, iremos considerar um período determinado (1945-1964), e os seus antecedentes imediatos (a política de colonização rural pós-1930). Temos clareza da anterioridade das formas de luta pela terra nos sertões fluminenses, mas, para o que se propõe essa dissertação, podemos afirmar que a luta pela terra no Rio de Janeiro, no pré-1964, se deu sobretudo devido a um contexto de expropriação causado em grande medida por um processo de especulação imobiliária, onde terras que antes pareciam vazias, abandonadas e desinteressantes para setores ligados ao capital ganharam um novo significado através da possibilidade de serem transformadas em loteamentos ou exploradas de outras formas.

Em relação aos ocupantes dessas terras no contexto anterior ao golpe civil militar, o que sabemos é que ao longo do século XX, sobretudo a partir da década de 1930, o Estado do Rio recebeu muitos imigrantes de diferentes pontos do país, sendo os principais, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco e Paraíba. Além disso, houve uma mobilidade interna, com trabalhadores que migraram das áreas em que a cafeicultura se encontrava em decadência para buscar terras nos projetos de colonização empreendidos pelo governo federal, bem como de empregos urbanos derivados da fase de expansão industrial, que foi estimulado com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da Fábrica Nacional de Motores (FNM) e da Refinaria Duque de Caxias (Reduc). Além disso, a mobilidade interna para as zonas de fronteira entre o urbano e o rural também se deu como consequência das políticas segregacionistas empregadas na cidade do Rio de Janeiro durante as primeiras décadas do século XX, que implicaram na remoção de pessoas da cidade<sup>117</sup>. É necessário também incluir a construção das linhas ferroviárias, das rodovias e a implementação de políticas de transporte

---

<sup>117</sup> No início do século XX a cidade do Rio de Janeiro passou por uma série de reformas urbanas que tinham como intuito de promover uma reordenação do espaço e marcada pela sua característica higienista. Inúmeras habitações urbanas coletivas, localizadas na zona central da cidade, então capital do país, foram fechadas devido as suas precárias condições sanitárias. O lema encabeçado pelo prefeito da época, Pereira Passos, era sanear, higienizar, ordenar, demolir e civilizar, acabando assim como diversos cortiços, casas de cômodos, estalagens, casarões antigos, o contribuiu para uma “expulsão” de pessoas da zona central para áreas do interior, como o caso das cidades da Baixada Fluminense,

que facilitavam o deslocamento de quem vivia nas periferias dentro desse contexto de ocupação das terras dos sertões fluminenses<sup>118</sup>.

Na região hoje compreendida como Baixada Fluminense os conflitos surgem principalmente devido à queda do cultivo da laranja e extinção dos laranjais, tal como em Cachoeiras do Macacu. No Norte Fluminense, advém das mudanças nas condições do cultivo da cana de açúcar. Em outros lugares se dão devido a mudanças nas relações de trabalho nas fazendas, provocadas por mudanças nas regras de contrato ou pela expropriação das terras onde os trabalhadores viviam, sendo um exemplo a Região Serrana, onde a cafeicultura foi substituída pela pecuária. É possível também perceber conflitos em áreas onde houve uma intensificação da industrialização e nos núcleos coloniais criados pelo Estado na década de 1930 como elementos fundamentais para produzir alimentos e abastecer as cidades que vinham crescendo rapidamente. Uma parte dos conflitos entre 1950 e 1960 se deu justamente nesses locais, devido à especulação fundiária que provocou a saída de colonos e posseiros<sup>119</sup>.

No Rio de Janeiro, as políticas de colonização rural<sup>120</sup> se iniciaram em 1930 com a criação do Núcleo Colonial de Santa Cruz, numa área da Fazenda Nacional de Santa Cruz, na época arrendada a criadores de gado e plantadores de arroz. Em 1940 criou-se o de Itaguaí, numa área com cerca de 1150 colonos que plantavam verduras, legumes e frutas. Essas iniciativas, para Medeiros (2015), se deram com a intenção de incentivar o aproveitamento das áreas e imóveis da União situados na Baixada Fluminense, que haviam sido beneficiados pelas obras de saneamento que haviam sido realizadas no início do século XX, de disciplinar a ocupação, reconhecendo que, mesmo as terras sendo pertencentes à União, elas já vinham sendo apropriadas por lavradores e desenvolver uma pequena propriedade que abastecesse a capital de alimentos. Em 1938 houve também a criação da Divisão de Terras e Colonização (DTC) do Ministério da Agricultura, que visava ações voltadas para a “fixação do lavrador”. Após isso, diversos núcleos foram criados: Tinguá, em Nova Iguaçu, Núcleo Colonial de São Bento, em Duque de Caxias, Santa Alice, em Itaguaí e Papucaia, em Cachoeiras do Macacu<sup>121</sup>.

---

<sup>118</sup> MEDEIROS, Leonilde S. de. (Coord.) *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Relatório Final, 2015. P. 19.

<sup>119</sup> Idem, p. 41.

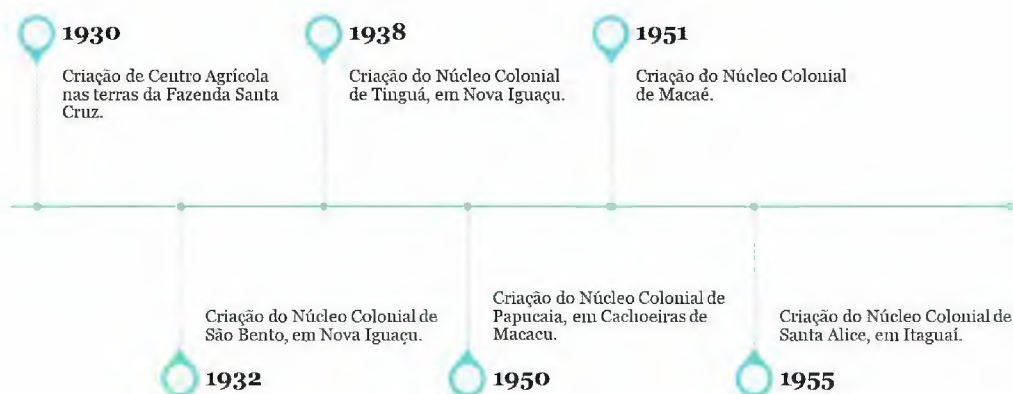
<sup>120</sup> A política de colonização rural foi iniciada no Rio de Janeiro a partir de 1930, no governo de Getúlio Vargas. Na região da Baixada Fluminense, até então alagada em brejos e com frequentes surtos de doenças, como a malária, surge com o intuito de criar um enclave agrícola que abasteceria com alimentos a capital. Para isso, colocou-se em execução um amplo programa de saneamento ambiental, viabilizando que regiões fossem retaliadas em sítios e concedidas a lavradores pobres, seguindo edital do Ministério da Agricultura, órgão responsável por distribuir as terras. Com essas medidas pretendia-se além de promover o saneamento da região, abastecer o mercado interno e oferecer uma saída para a escassez de alimentos provocada pelo aumento populacional, sobretudo na capital.

<sup>121</sup> Idem, p. 46.

É importante ressaltar que apesar de serem criados por órgãos federais, em terras da União, todos esses espaços foram vistos como áreas de litígio a partir dos anos 1950, havendo a presença de grileiros e conseqüentemente despejos.

**Gráfico 1 - Criação dos núcleos coloniais no Rio de Janeiro.**

### Criação dos núcleos coloniais no Rio de Janeiro



Fonte: Gráfico elaborado pela autora, a partir de consulta à base de dados do Senado Federal.

**Mapa 1 - Localização dos núcleos coloniais criados no século XX.**



Fonte: mapa elaborado pela autora, a partir de consulta à base de dados do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

É possível compreender um pouco da dinâmica existente no meio rural do Rio de Janeiro, em relação às terras, seus usos e sua propriedade através de uma análise do Censo Agrícola de 1960, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Publicado em 1965, o censo consiste numa aproximação estatística sobre o uso da terra no país. Nele, foram observados o tamanho das propriedades, as áreas e culturas plantadas, se havia ou não criação de animais, bem como a condição das pessoas que trabalhavam e dos donos das terras. Para o Rio de Janeiro, o censo se dividiu em “Estado do Rio de Janeiro” tendo 12 zonas fisiográficas, com seus respectivos municípios e no “Estado da Guanabara”, representado pelos distritos da área que, antes de 1960, era a capital federal e que atualmente é o município do Rio de Janeiro. Na análise da condição dos responsáveis pelos estabelecimentos, envolvendo o Estado e os distritos da Guanabara, foi possível perceber que a maior parte dos 60.053 estabelecimentos em terras se encontravam sob a responsabilidade do proprietário (36708 estabelecimentos ou 61,1% do total), enquanto 11405 propriedades se encontravam arrendadas, 4753 se encontravam sob responsabilidade de um ocupante e 5065 sob a responsabilidade de um administrador.

No contexto dos municípios das áreas de conflitos pesquisadas no trabalho (Cachoeiras de Macacu, Itaguaí, Duque de Caxias e Nova Iguaçu), foi possível notar que as terras sob o comando ou responsabilidade do proprietário, não representam um número tão expressivo comparado ao conjunto total do Estado, totalizando apenas 45%.

Em Cachoeiras de Macacu, 384 (58%) estabelecimentos se encontravam sob responsabilidade do proprietário, enquanto 156 estavam sob arrendamento, 37 ocupados e 79 administrados por outros. Em Itaguaí as 315 propriedades ocupadas e 249 arrendadas quase se igualavam ao número de estabelecimentos que se encontravam nas mãos de proprietários (619), o que é similar em Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

No município de Nova Iguaçu a maior parte das terras se encontravam ocupadas na década de 1950. O censo mostra que 533 estabelecimentos de terras se encontravam sob responsabilidade do proprietário, ao passo que 142 estavam arrendados, 654 ocupados e 330 administrados por outra pessoa.

Duque de Caxias representa uma situação ainda mais peculiar. O número de terras em mãos de proprietários era mínimo. Dos 1294 estabelecimentos rurais analisados pelo censo, apenas 99 tinham o proprietário como responsável. 572 se encontravam arrendados a alguém, 472 ocupados e 151 sob a administração de terceiros.

No que tange a responsabilidade da terra, o Censo Agrícola de 1960 reconhece as categorias “próprias”, “arrendadas”, “ocupadas”, “próprias e arrendadas”, “próprias e ocupadas” e “arrendadas e ocupadas”. O censo considerou como responsável a pessoa que dirigia efetivamente as propriedades. Como arrendatários entendem-se os responsáveis por explorar a propriedade, mediante pagamento em produtos ou em dinheiro; como ocupantes os que exploravam terras alheias de forma gratuita, com ou sem consentimento do proprietário e como administrador foram considerados diretores e mandatários de instituições públicas e privadas. Quanto às categorias “próprias e arrendadas” e “arrendadas e ocupadas”, se davam quando uma parte da propriedade se encontrava em um regime, por exemplo, sendo de propriedade de alguém, e a outra em outro, como um arrendamento. Já quanto a propriedade, reconhece que os estabelecimentos podem ser “individuais”, de “condomínio e sociedade de pessoas”, “sociedade anônima, sociedade limitada e cooperativa”, “instituição pia e religiosa” e “entidades públicas”. No que tange a propriedade, a maioria das terras, tanto no Estado quanto nos municípios recortados, se mostraram de propriedade individual. Entretanto, chamou atenção o número de propriedades que pertenciam à entidades públicas nas cidades de Itaguaí, Nova Iguaçu e Duque de Caxias, devido ao fato de ser muito comum, ao relatar despejos, os lavradores afirmarem que as terras que ocupavam pertenciam a órgãos públicos, principalmente à União.

O conflito ocorrido em Santa Alice, por exemplo, se deu nas terras do Núcleo Colonial de Santa Alice, que eram terras públicas. Em Nova Iguaçu, ocorreram conflitos na região do Núcleo Colonial de São Bento, também pertencente ao governo e em Pedra Lisa, área que os camponeses relatavam ser uma subdivisão da Fazenda Santa Cruz, também da União. Já em Duque de Caxias, a maior parte dos conflitos se deu nas terras contíguas à Fábrica Nacional de Motores, que, de acordo com os relatos dos lavradores nas reportagens de jornais, foi cedida pela União para o estabelecimento da fábrica.

De forma resumida, foi possível constatar que em Cachoeiras de Macacu 28,4% das terras eram arrendadas ou ocupadas. Em Itaguaí, 47,6% e em Nova Iguaçu 48% das terras se encontravam nessas condições. Duque de Caxias, a região que mais teve conflitos no Estado, tinha 80,6% de suas propriedades rurais ocupadas ou arrendadas.

**Quadro 8 - Condição dos responsáveis pelas terras em Cachoeiras de Macacu, Itaguaí, Nova Iguaçu e Duque de Caxias.**

<b>Condição dos Responsáveis das Terras</b>					
	Total de estabelecimentos	Proprietário	Arrendatário	Ocupante	Administrador
Cachoeiras de Macacu	656	384	156	37	79
Itaguaí	1183	493	249	315	126
Nova Iguaçu	1659	533	142	654	330
Duque de Caxias	1294	99	572	472	151

Fonte: Censo Agrícola de 1960, IBGE.

**Quadro 9 - Condição legal das terras em Itaguaí, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Cachoeiras de Macacu (número de estabelecimentos)**

<b>Condição Legal das Terras (número de estabelecimentos)</b>						
Cidade	Próprias	Arrendadas	Ocupadas	Próprias e arrendadas	Próprias e ocupadas	Arrendadas e ocupadas
Itaguaí	619	249	315	0	0	0
Nova Iguaçu	850	142	654	7	6	0
Duque de Caxias	251	572	472	0	0	0
Cachoeiras de Macacu	481	155	37	3	0	1

Fonte: Censo Agrícola de 1960, IBGE.

**Quadro 10 - Condição legal das terras em Itaguaí, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Cachoeiras de Macacu (hectare)**

<b>Condição Legal das Terras (ha)</b>						
Cidade	Próprias	Arrendadas	Ocupadas	Próprias e arrendadas	Próprias e ocupadas	Arrendadas e ocupadas
Itaguaí	27622	3342	5724	0	0	0
Nova Iguaçu	8001	983	5511	317	86	0
Duque de Caxias	5341	3602	5406	0	0	0
Cachoeiras de Macacu	47067	5145	1079	39	0	10

Fonte: Censo Agrícola de 1960, IBGE.

**Quadro 11 - Propriedade das Terras em Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Itaguaí e Nova Iguaçu (número de estabelecimentos)**

<b>Propriedade da Terra (número de estabelecimentos)</b>						
	Total	Individual	Condomínio e Sociedade de Pessoas	Sociedade anônima, sociedade limitada e cooperativa	Instituição pia e religiosa	Entidades Públicas
Cachoeiras de Macacu	657	605	21	2	0	28
Duque de Caxias	1295	271	4	505	15	330
Itaguaí	1183	820	54	22	2	282
Nova Iguaçu	1659	1035	35	23	80	478

Fonte: Censo Agrícola de 1960, IBGE.

**Quadro 12 - Propriedade das terras em Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Itaguaí e Nova Iguaçu (hectare)**

<b>Propriedade da Terra (ha)</b>						
Cidades	Total	Individual	Condomínio e Sociedade de Pessoas	Sociedade anônima, sociedade limitada e cooperativa	Instituição pia e religiosa	Entidades públicas
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Cachoeiras de Macacu	53340	43521	4467	4291	0	1041
Duque de Caxias	14351	2561	21	3283	3113	3850
Itaguaí	36688	21169	7774	627	5	7101
Nova Iguaçu	14898	9124	599	483	815	3869

Fonte: Censo Agrícola de 1960, IBGE.

Os dados apresentados e as demais fontes analisadas ao longo da pesquisa tornam evidente que, nas regiões apresentadas, quem se revoltava era o campesinato pobre, que acessava a terra através do arrendamento, pagando por isso com dinheiro ou produtos, ou através da ocupação. Seguindo a caracterização de Alavi (1965), a maior parte do campesinato das áreas analisadas era constituída por camponeses pobres (posseiros, meeiros, arrendatários, parceiros). O campesinato médio e grandes proprietários de terras aparecem no censo como donos de estabelecimentos individuais ou através de sociedades.

Para tentar caracterizar o que seria um campesinato pobre, nos utilizamos das categorias de ocupantes e arrendatários, presentes no censo agrícola de 1960. Já para tentar compreender o que seria um campesinato médio ou “rico” no Estado do Rio de Janeiro, utilizamos como parâmetro o tamanho das terras, bem como a condição legal do responsável das mesmas. Compreendemos como pequena propriedade as que possuíam entre menos de 1 a 4 hectares. A

média propriedade teria entre 5 e 20 hectares e como grande entendemos as propriedades maiores que 20 hectares<sup>122</sup>.

Analisando de forma conjunta o Estado do Rio de Janeiro e os distritos da Guanabara foi possível perceber que a grande propriedade representou a maior parte dos 60053 estabelecimentos levantados, representando 64% do total de terras, seguida da média propriedade (26%) e da pequena (10%). Como um campesinato médio podemos caracterizar os proprietários e administradores dos pequenos e médios estabelecimentos, cujo principal empreendimento era o cultivo de produtos como banana, laranja, milho, entre outras culturas temporárias e hortaliças. De forma bem reduzida, alguns desses estabelecimentos também possuía criação de bovinos, suínos e aves. No total, o censo mostra 2 949 pequenos proprietários, 512 administradores, 12 749 proprietários de estabelecimentos médios e 981 administradores no conjunto do Estado.

Já as grandes propriedades, também cultivavam os produtos que eram produzidos nas pequenas e médias, produzindo também café, algodão, cana de açúcar e se voltando, principalmente, para a pecuária, com a criação de bovinos, equinos, suínos e ovinos. Portanto, esse tipo de propriedade representava o total de 36 606 estabelecimentos de terra no Estado. Entretanto, 2906 dessas propriedadesse encontravam administradas por outros e não pelos seus donos

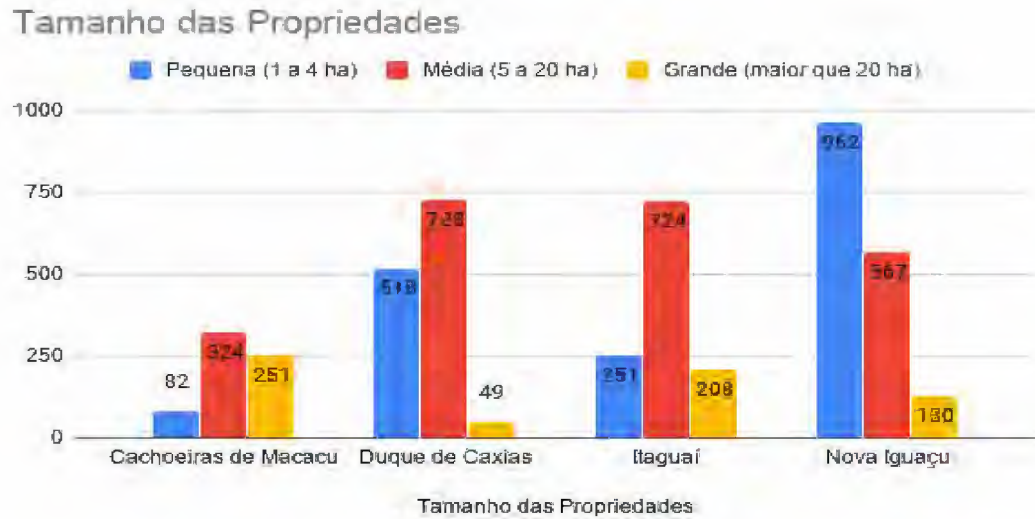
Restringindo a análise para as regiões abordadas no trabalho, percebemos que a média propriedade representou a maioria das terras, seguida da pequena propriedade, com exceção na cidade de Nova Iguaçu, onde o predominante era essa última. Em Cachoeiras de Macacu, por sua vez, a grande propriedade representava uma parcela significativa do total de terras da cidade.

---

<sup>122</sup> Tal classificação foi elaborada tendo como base a Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que divide como pequena propriedade aquelas que possuem até 4 hectares, média os imóveis que tem entre 4 e 15 hectares e grandes propriedades as superiores a 15 hectares.



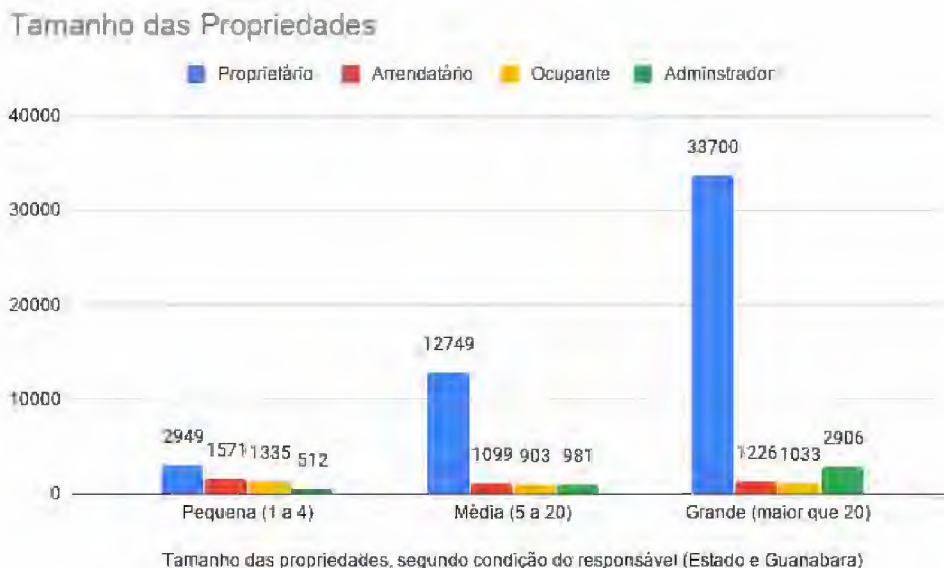
**Gráfico 2 - Tamanho das Propriedades (Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Itaguaí e Nova Iguaçu)**



Fonte: Censo Agrícola de 1960, IBGE

A ocupação e o arrendamento estiveram presentes dentro das três categorias de propriedade aqui abordadas. No entanto, se fez mais comum na pequena e na média propriedade: 2912 pequenas propriedades, 2002 estabelecimentos médios e 2259 grandes propriedades arrendadas ou ocupadas. Percebemos durante a análise que nos casos de arrendamento nas grandes propriedades, a maioria dos arrendados pagava pela terra com produtos. Quando se tratava de arrendamentos em pequenas e médias propriedades, o pagamento costumava ser feito em dinheiro.

**Gráfico 3 - Tamanho das propriedades, segundo a condição do responsável (Estado e Guanabara)**



Fonte: Censo Agrícola de 1960, IBGE

Quanto aos proprietários das terras do Estado, a maioria das posses era individual ou uma pequena parcela na condição de “condomínio e sociedade de pessoas”. Os arrendamentos se fizeram presentes em todas as categorias: em propriedades individuais, condomínio e sociedade de pessoas, sociedade anônima, limitada e cooperativa, instituição pia e religiosa, entidades públicas e em terras não declaradas. Já as ocupações se mostraram mais proeminentes sobretudo em terras públicas, seguido de terras de propriedade individual e não declaradas.

**Gráfico 4 - Número de estabelecimentos de acordo com a condição do responsável (Estado e Guanabara)**

Número de estabelecimentos de acordo com a condição do responsável



Fonte: Censo Agrícola de 1960, IBGE

Portanto, é possível perceber que o campesinato que se insurge no sertão fluminense, de forma muito mais acentuada na região da Baixada Fluminense, é um campesinato pobre. De acordo com Alavi (1965), para que o camponês pobre se revolte contra o poder do “senhor” é necessário que ele perceba que tal poder pode ser quebrado. É possível que essa possibilidade esteja ligada a imprecisão em relação à posse da terra. Era comum que mais de uma pessoa realizasse despejos e entrasse na justiça alegando ser dono da mesma região, bem como era comum que terras pertencentes ao poder público virassem áreas de litígio. Essa brecha, presente constantemente nos discursos dos lavradores, pode ter sido o fator que levou os lavradores a desenvolverem formas de resistência que tinham como objetivo as desapropriações das mesmas.

Analisando também a evolução da condição dos responsáveis pela terra, podemos ver que entre as décadas de 1920 e 1940 o número de arrendatários no Estado e na Guanabara é

consideravelmente ampliado, o que está ligado diretamente aos processos migratórios já citados, passando de 2341 estabelecimentos arrendados para 9 271 (296%) em 1940. O número de propriedades ocupadas também apresentou crescimento. Em 1920 não há ocupações mapeadas pelo censo. Já em 1940, havia 1070 terras ocupadas no Estado e na Guanabara. Já na década de 1950, que foi marcada por despejos constantes em todas as regiões do Estado, as propriedades arrendadas diminuíram significativamente (5 843 propriedades arrendadas). As propriedades ocupadas, entretanto, tiveram um pequeno aumento, representando 1 576 estabelecimentos, voltando a subir no mapeamento realizado pelo censo de 1960.

No decorrer dos anos 1950, os camponeses do sertão fluminense alternaram suas táticas de resistência entre tentativas de resolução dos conflitos por vias institucionais e confronto direto com a polícia e/ou grileiros, como trataremos adiante. Entretanto, o início dos anos 1960 marca um período cujas ações do campesinato assumiram feições mais radicais, sendo frequentemente noticiados na imprensa os choques armados com a polícia e caracterizados como rebeliões, levantes ou guerrilhas rurais. Em jornais como *O Estado de São Paulo* e *Correio da Manhã* eram tecidas analogias com a recém ocorrida Revolução Cubana, anunciando o medo de que um possível processo revolucionário poderia estar em curso no meio rural fluminense.<sup>123</sup>

Os principais envolvidos nesses conflitos eram, de um lado, lavradores já estabelecidos na terra há alguns anos como posseiros, colonos, lavradores, arrendatários e de outro grileiros (proprietários de terras vizinhas, policiais, companhias imobiliárias, bancos, políticos locais, pessoas ligadas a cartórios ou influentes na região), cujo interesse era retirar os camponeses das terras. Os despejos abrangeram diversas regiões do Rio de Janeiro, como no Norte com São João da Barra, Miracema e Macaé e outras partes do Estado, englobando Vassouras, Paracambi, Barra Mansa, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Silva Jardim e Trajano de Moraes, o que nos leva a crer que foi um processo presente em todo o sertão fluminense. No entanto, os despejos foram mais recorrentes e intensos na região que se denominou como *Baixada Fluminense*. Essa região chegou a ser comparada pelo jornalista Maurício Hill (1962), no jornal *Última Hora*, como um Nordeste sem seca devido à situação dos despejos<sup>124</sup>.

Na Baixada, enquanto no perímetro urbano a população trava uma luta titânica contra a corrupção, na Zona Rural outra batalha se desenvolve ainda mais cruel e violenta: a guerra pela terra entre posseiros e grileiros. Trinta por cento do seu um milhão de habitantes estão no campo plantando e defendendo seus lares do saque, tentado de

---

<sup>123</sup> GRYNSZPAN, Mário. “Ação Política e Atores Sociais: Posseiros, Grileiros e a Luta pela Terra na Baixada”. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 33, nº 2, 1990. P. 36.

<sup>124</sup> Idem, p. 37.

momento a momento pelas corjas de capangas dos falsos donos das glebas. Existem, atualmente, cinco mil famílias camponesas que habitam a Zona Rural da Baixada Fluminense ameaçadas pelo grileiro. Muitas delas já perderam os seus chefes, mortos de tocaia ou durante o tiroteio de invasões. Outros desapareceram misteriosamente, tragados pelas águas do Rio Guandu – nôvo processo dos falsos donos de terras para eliminar os lavradores sem deixar os vestígios de seus crimes hediondos<sup>125</sup>.

Os despejos ocorreram de forma mais expressiva na Baixada Fluminense por uma série de fatores: devido ao grande fluxo migratório para a região e também devido ao fato de foi a partir dessa região que eles começaram a se organizar, através das associações ou de maneira informal, com o uso de ações infrapolíticas para resistir aos despejos. O quadro abaixo, elaborado durante a pesquisa, através de um levantamento das reportagens sobre despejos nos jornais *A Luta Democrática* e *Imprensa Popular*, entre os anos de 1950 e 1960 demonstram que os despejos aconteceram em todo o campo fluminense. Entretanto, evidencia também que a área da Baixada Fluminense e sobretudo a região de Duque de Caxias, foi onde os despejos ocorreram de forma mais recorrente. Por consequência, são essas regiões mais atingidas que iniciarão a mobilização e a resistência no Estado do Rio de Janeiro.

**Quadro 13- Despejos ocorridos no sertão fluminense, entre 1950 e 1960.**

<b>Despejos ocorridos no sertão fluminense (1950-1960)</b>		
<b>Ano</b>	<b>Cidade</b>	<b>Nome da Fazenda</b>
1951	Nova Iguaçu	Fazenda Caioaba
1952	Nova Iguaçu	Fazenda Tinguá, Morro Agudo, Madureira e São José
1952	Santa Cruz	Fazenda Vitor Dumas
1952	Duque de Caxias	Fazenda Capivari
1952	Duque de Caxias	Lameirão
1952	Vassouras	Vassouras
1952	Nova Iguaçu	Fazenda Chatuba
1952	Rio de Janeiro	Fazenda da Sto Antônio de Curicica
1952	Rio de Janeiro	Fazenda Coqueiros
1952	Duque de Caxias	Km 43 (Capivari)
1954	Rio de Janeiro	Sete Riachos, Guandu e Guandu do Sena
1954	Duque de Caxias	Xerém
1954	Duque de Caxias	Imbariê
1954	Itaguaí	1º distrito de Itaguaí
1954	Duque de Caxias	Piranema

<sup>125</sup> Mauricio Hill, *Baixada, Nordeste sem Seca*. Última Hora, 30 de agosto de 1962, p 5.

1954	São João da Barra	Fazenda do Largo e do Canto
1954	Rio de Janeiro	Fazenda Coqueiros
1954	São João da Barra	Fazenda do Alto
1954	Rio de Janeiro	Estrada dos Bandeirantes
1955	Duque de Caxias	Km 41 a 43
1955	Teresópolis	Fazenda Lebrão
1955	Duque de Caxias	Fazenda Penha-Caixaõ
1955	São João de Meriti	Vila São João
1955	São João de Meriti	Vilar dos Teles
1955	Volta Redonda	Fazenda São Clemente
1955	São João da Barra	Fazenda do Largo
1955	Volta Redonda	Fazenda Três Passos
1955	Estrada Rio - Petrópolis	Fazenda Papa Folhas
1955	Macaé	Núcleo Colonial de Macaé
1955	Guaratiba	Fazenda do Piai
1956	Magé	Fazenda Sernambetiba
1956	Nova Iguaçu	Pedra Lisa
1956	Duque de Caxias	Fazenda Mato Grosso
1956	Duque de Caxias	Imbariê
1956	Guaratiba	Guaratiba
1956	Sepetiba	Fazenda Piai
1957	Rio de Janeiro	Fazenda Brasília
1958	Nova Iguaçu	Pedra Lisa

Fonte: Quadro elaborado pela autora através de análise dos jornais *Última Hora e Luta Democrática* (1950-1961)

Através do quadro acima e dos demais exemplos retratados ao longo do trabalho, é possível perceber que os despejos e a expropriação da terra foram um elemento presente em todo o sertão fluminense. Se davam de acordo com os mais diversos interesses: construção de represas, transformação das fazendas em pastos para criação de animais, disputas entre herdeiros, criação de loteamentos, entre outras formas. Alguns dos casos de despejos, presentes nesse quadro, já foram ou serão elucidados ao longo do trabalho. Nos concentramos, portanto, nas análises das demais localidades. No ano de 1952 foi possível levantar, através de pesquisas nos jornais *A Luta Democrática e Imprensa Popular*, entre os anos de 1950 e 1960, nove casos.

Em Santa Cruz, no dia 22 de maio, o jornal *Imprensa Popular* esteve na Fazenda Vitor Dumas para entrevistar os lavradores a respeito das ameaças de despejos que vinham sofrendo

por parte do vereador Ivan Villon, que dizia ser herdeiro das terras. De acordo com o relato do jornal, mesmo já havia, naquela época, mandado colocar os marcos indicadores dos lotes, abrir as ruas e destruir lavouras ou benfeitorias construídas pelos lavradores. Os camponeses alegavam que aquelas terras eram pertencentes à União, o que parece fazer sentido, visto que a fazenda é uma área de 9 km<sup>2</sup> ao lado do Núcleo Colonial de Santa Cruz. No local viviam cerca de quinhentas famílias, já havendo cinquenta e nove despejadas. Os lavradores se recusaram a sair do local e fizeram um memorial onde estavam coletando assinaturas de todos os habitantes da fazenda, com o intuito de entregá-lo para Getúlio Vargas<sup>126</sup>.

Em Vassouras, através de um relato recebido na redação do jornal, a notícia conta que a fazenda pertencente a Geraldo Rocha havia sido encampada pelo Banco do Brasil devido à falta de pagamentos. A mesma era administrada por um homem conhecido como Dr. Mário, ao qual os lavradores pagavam o arrendamento. Apesar dos pagamentos e de alegarem que aquelas eram terras estaduais, os lavradores estavam sendo ameaçados de despejo, pois a fazenda viraria pasto para a criação de animais. A reportagem, entretanto, não chega a mencionar em que local de Vassouras tal situação estava ocorrendo ou qual foi o desfecho da mesma<sup>127</sup>.

Em Jacarepaguá, no dia 28 de agosto, o jornal anunciava, em uma pequena reportagem que, na Fazenda Santo Antônio de Curicica, mais uma vez os colonos estavam sofrendo ameaças por parte da polícia local, a fim de serem expulsos das terras<sup>128</sup>. Já em Santíssimo, na Fazenda Coqueiros, relata que aproximadamente quatrocentas famílias camponesas estavam prestes a serem expulsas da região, localizada próxima à linha férrea. Além das famílias camponesas, havia também outras famílias que possuíam casebres construídos em uma parte das terras, em um local que ficou conhecido como “favelinha”. Todas essas pessoas se encontravam sobre a iminência de um despejo a ser realizado pela Companhia Rural e Urbana do Distrito Federal e pelo Instituto dos Industriários. De acordo com os relatos dos lavradores para o jornal, as terras da Fazenda dos Coqueiros foram doadas pelo seu antigo dono, Zuzaro, a ex-escravos, que foram, por sua vez, passando as terras para seus herdeiros ou vendendo-as. Entretanto, na década de 1950, a Companhia Rural e Urbana se declarou como dona da área e vendeu uma grande parte da fazenda para o Instituto dos Industriários, que estaria ameaçando despejar os lavradores. A proposta era que os camponeses aceitassem alugar a área que ocupavam e, depois do contrato de locação firmado, a empresa compraria as benfeitorias. No

---

<sup>126</sup> Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 22 de maio de 1952, p. 4.

<sup>127</sup> Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1952, p. 3.

<sup>128</sup> Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1952, p. 4.

entanto, ao mesmo tempo, o Instituto movia na justiça uma ação de reintegração de posse, intimidando-os para que realizassem o contrato. Na recusa dos lavradores em aceitar, a empresa começou a utilizar o aparato policial local para ameaçar e intimidar os lavradores. Esses por sua vez, decidiram em assembleia que não deixariam as terras, avaliando também formas de resistir ao despejo<sup>129</sup>.

Para o ano de 1953 não conseguimos obter relatos de novas ameaças de despejo nos jornais. Em 1954, no entanto, o número torna a crescer, totalizando 9 reportagens. A primeira delas, em 4 de fevereiro, traz a história das fazendas Sete Riachos, Guandu e Guandu do Sena, em Bangu, onde cerca de quinhentas famílias camponesas e noventa e seis pequenos proprietários estavam prestes a serem despejados pela Companhia Jardim Nossa Senhora das Graças, dirigida pelo Cardeal D. Jaime Câmara, que começou a se denominar como dona das terras e a lotear a região. As terras das três fazendas já haviam sido área de um conflito anterior, onde, temendo a resistência, o prefeito da época, João Carlos Vital (1951-1952), decidiu realizar a desapropriação através de decreto, o que sugere que houve um forte movimento no local no início da década de 1950. Entretanto, em 1954, na gestão do prefeito Dulcídio Cardoso, o mesmo tornou o decreto sem efeito, o que levou a companhia a dividir a fazenda em lotes, que seriam vendidos, e ao despejo das famílias camponesas que ali viviam<sup>130</sup>.

Em seguida temos o relato do deputado Tenório Cavalcanti, em seu jornal, *A Luta Democrática*, onde conta, em 18 de março, sobre a indignação do deputado Almir Moura, durante uma assembleia, onde o mesmo se manifestou frente a expulsão dos lavradores de Xerém, em uma área de cerca de 15 milhões de metros quadrados, para que Yedo Fiúza, responsável por elaborar um plano de abastecimento de água para o Rio de Janeiro, construísse uma barragem em Xerém, de forma a levar a água do rio Xerém para a capital<sup>131</sup>. Em Imbariê, dois meses depois, relata que pequenos lavradores estavam sendo despejados pelos políticos Tupinambá de Castro e Pereira Filho, com o objetivo de lotear a área, não especificando em que região exatamente do distrito. Nessa reportagem Tenório expressa a visão que tinha dos camponeses, que seria utilizada várias outras vezes em seu jornal. Nas notícias, ele tentava conformar uma visão dos lavradores como vítimas, pessoas que necessitavam de sua proteção, classificando-os, nessa ocasião, como “pobres infelizes que arrancam da terra o pão de cada

---

<sup>129</sup> Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1952, p. 3.

<sup>130</sup> Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 1954, p. 8.

<sup>131</sup> *A Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 18 de março de 1954, p. 2.

dia”<sup>132</sup>. Em agosto seria a vez do deputado denunciar as ameaças de despejo que vinham acontecendo no 1º distrito de Itaguaí. A reportagem traz o relato do lavrador José Laureano da Costa, cujo sítio entrou em um processo de despejo movido pela empresa Raisa<sup>133</sup>, a qual ele pagava quinhentos cruzeiros como aluguel mensal. Entretanto, em 1954, a empresa havia decidido lotear a área. Como agravante, no sítio onde José Laureano mantinha suas plantações e criação de animais, havia também a escola local, onde estudavam trinta e oito alunos, que, com o despejo, ficariam sem ter onde estudar<sup>134</sup>.

Nas fazendas do Largo e do Canto, em São João da Barra, a notícia do jornal *Imprensa Popular*, relata que cerca de oitocentas famílias estariam para ser despejadas. A região, de aproximadamente 200 alqueires, na década de 1930, havia passado para o domínio do prefeito da época, Joaquim de Brito Machado. Entretanto, como não havia dono anteriormente, entendia-se que eram terras pertencentes ao Estado. Durante todos esses anos, o mesmo arrendou as terras para os lavradores que ali viviam. Com a sua morte, em 1953, seu filho, José Machado, vinha tentando expulsar os lavradores que trabalhavam ali, sem oferecer qualquer indenização por suas casas e benfeitorias<sup>135</sup>. Em 1955 o jornal voltou a trazer relatos de despejo na mesma fazenda. Após os lavradores terem criado um núcleo da ALF na fazenda e se recusado a continuar com o pagamento da meia, já que iriam ser despejados, Joca Sá, aliado da família Machado, teria mandado um caminhão para o lugar, que deveria ser enchido com a plantação de mandioca de um dos lavradores. Frente a violência de ver sua plantação sendo saqueada, o lavrador, junto com outros trabalhadores, conseguiu despejar a colheita que seria levada e expulsar o grileiro e os homens que os acompanhavam<sup>136</sup>. Apesar do jornal não relatar de que forma os lavradores conseguiram reaver a safra de mandioca e ameaçar os homens que tentavam se apropriar dela, tal história nos dá alguns indícios de resistência cotidiana, como, por exemplo, o fato dos camponeses estarem se recusando a pagar a meia. Além disso, uma das características apontadas por Scott (2013) para caracterizar as resistências cotidianas, paira no fato de que são ações, sem liderança, que visam resolver de imediato uma situação, sendo exatamente esse o objetivo dos lavradores ao ameaçar o grileiro e pegar sua colheita de volta.

---

<sup>132</sup> A Luta Democrática, Rio de Janeiro, 27 de maio de 1954, p. 5.

<sup>133</sup> Ao procurar informações sobre a empresa, não foi possível encontrar nenhum registro dela, além da reportagem do jornal, na década de 1950. Entretanto, em 1969, é registrada em Itaguaí uma empresa com o mesmo nome, voltada para empreendimentos imobiliários, num possível indicativo de que era a mesma companhia que estava realizando loteamentos na cidade nos anos 1950.

<sup>134</sup> A Luta Democrática, Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1954, p. 5.

<sup>135</sup> Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 30 de abril de 1954, p. 2.

<sup>136</sup> Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 28 de maio de 1955, p. 6.



Outra notícia do mesmo ano, envolvendo os mesmos grileiros, é a da Fazenda do Alto, provavelmente vizinha as Fazendas do Largo e do Canto, em São João da Barra. A reportagem fala sobre a violência que os lavradores vinham sofrendo devido às tentativas de despejo impostas pelo grileiro Joca Sá e pela família Machado, responsável pelos despejos na Fazenda do Largo. De acordo com a matéria do *Imprensa Popular*, Joca Sá possuía relações com Amaral Peixoto, então governador do Estado e era forte apoiador de Afonso Celso, ex-prefeito de São João da Barra e Deputado Estadual. De acordo com o relato, o mesmo teria forjado a escritura das terras com Dodô Coelho, que seria tabelião na cidade. A área em questão possuía aproximadamente 50 alqueires, onde cerca de quinhentos posseiros viviam. Com as tentativas de despejo, os lavradores realizaram uma assembleia, que contou com a presença de camponeses da Fazenda do Largo e também da ALF<sup>137</sup>. Isso ajuda a destacar a existência de mutualismo entre os camponeses de diferentes zonas de conflito, tanto próximas, como a Fazenda do Largo, quanto distantes, como é o caso da ALF, cuja sede se encontrava em Duque de Caxias. Esses elementos nos levam a crer que, assim como os despejos não se davam de forma isolada e esporádica em determinados lugares, a resistência, a organização e o mutualismo entre os lavradores também não se deram. Da mesma forma que a violência esteve presente em todo o sertão fluminense, a resistência e a organização, por vezes através de associações ou partidos, por vezes informal, também se fez.

Em 20 de novembro de 1954, temos também uma reportagem que conta sobre as ameaças de despejos que os lavradores da Estrada dos Bandeirantes, em Jacarepaguá, vinham sofrendo. A notícia aponta que, desde que o Rio Pavuna foi canalizado, as terras da região passaram por um processo de especulação imobiliária, atraindo grileiros. Na Estrada dos Bandeirantes os lavradores estavam sendo expulsos pelo Banco de Crédito Móvel, que também se dizia dono de outras fazendas como Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande e algumas partes de Guaratiba. Além do banco, o jornal também aponta outras pessoas ligadas a ele que também praticavam a grilagem na região: Otaviano Lopes, no quilômetro 29 da Estrada dos Bandeirantes e Alberto de Caldas Viana no quilômetro 27. Tanto os representantes do banco quanto os grileiros mencionados contavam com o apoio de juízes e também do aparato policial, o que garantia a execução dos despejos, que, de acordo com o relato de um lavrador, não eram acompanhados de mandado ou ordem judicial e, quando questionavam a existência do documento, costumavam ser ameaçados por policiais. Como práticas de intimidação, diversas

---

<sup>137</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1955, p. 2

violências foram desferidas contra os camponeses de Jacarepaguá: queima de casas, da lavoura, roubos, entre outras. A reportagem conta o caso do lavrador Severino Martins, que resistia às tentativas do banco de tomar o seu sítio. O mesmo chegou, inclusive, a ter sua casa incendiada, mas não cedeu. Um dia, enquanto consertava uma cerca, foi morto com três tiros. Sua esposa e seus dois filhos, entretanto, continuaram resistindo e não se retiraram do sítio<sup>138</sup>. Nesse cenário repressivo e coercitivo, o ato de permanecer no sítio representa uma forma de resistência cotidiana, no sentido apontado por Scott (2013). Ou seja, era um pequeno ato, comum entre os lavradores, que representava uma confrontação simbólica com os grileiros.

Para o ano seguinte, em 1955, conseguimos levantar onze casos, sendo esse o ano com maior incidência de despejos no sertão fluminense. O primeiro despejo noticiado neste ano, pelo jornal *Imprensa Popular*, foi o da Fazenda Lebrão, em Teresópolis. A reportagem, que esteve no local onde aproximadamente cinquenta famílias estavam sendo despejadas, conta que as terras pertenciam a Manoel Lebrão, que, ao morrer, em 1935, doou-as para a Cruz Vermelha com a condição de que, em dez anos, um sanatório deveria ser construído em seu terreno. Com sua morte, os lavradores passaram a pagar o arrendamento da terra para a instituição. No entanto, vinte anos depois, a mesma começou a enviar advogados para convencer os camponeses de se retirarem. Em alguns momentos esses tentaram inclusive enganar os lavradores, prometendo que se assinassem um papel em branco conseguiriam um lote em outro lugar. Tendo os lavradores se recusado, os mesmos levaram contratos que prometiam lotes em outras regiões para os trabalhadores. Alguns aceitaram, porém, posteriormente, descobriram que o documento não possuía valor legal e outros, ao serem expulsos, construíram novamente suas casas e lavouras às margens das terras. Entretanto, estavam em vias de serem expulsos de novo e prometendo ao jornal que resistiriam e não sairiam dali<sup>139</sup>.

No mês seguinte, um relato do mesmo periódico tratava dos despejos que estavam acontecendo em Vilar dos Teles, São João de Meriti, numa área próxima ao rio Sarapuí. A notícia contava sobre o despejo de aproximadamente quarenta famílias na região, cujos lavradores ocupavam há cerca de dezoito anos, cultivando milho, aipim, abacaxi, laranja, banana e cana-de-açúcar. Eles foram despejados violentamente por David Alberto e José Lavental, acompanhados da polícia e de um oficial de justiça. Na realização do despejo, David e José levaram bois para as terras, para que os animais destruíssem as plantações, ordenando

---

<sup>138</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1954, p. 8.

<sup>139</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 16 de março de 1955, p. 6.

também que as casas e qualquer benfeitoria que os lavradores possuíssem no terreno fossem destruídas. De acordo com os lavradores, o despejo, ordenado por um juiz de São João de Meriti, de nome Toledo, era ilegal, pois as terras pertenciam à União. Segundo o relato do jornal, os lavradores estavam se organizando para resistir. Já haviam acionado um advogado e também haviam decidido enviar telegramas para o governador do Rio de Janeiro, para o presidente, para o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e para o Supremo Tribunal Federal. Além disso, marcaram protestos com concentrações na Câmara Federal, na Assembleia Legislativa, nas Câmaras Municipais de São João de Meriti e de Niterói. Toda essa agenda indica de forma clara que, ainda durante a década de 1950, já havia uma forte integração entre as lutas ocorridas no sertão fluminense, visto que a forma de resistir, se organizar e de mobilizar esforços e pessoas que pudessem auxiliar era muito similar. Além disso, não havia uma associação de lavradores ou um núcleo da mesma em Vilar dos Teles, o que mostra que todas as decisões e métodos de resistência decididos se deram independentemente da existência de uma organização formal<sup>140</sup>.

Em 27 de abril de 1955, o mesmo jornal publicava sobre as ameaças ocorridas na Fazenda São Clemente, em Volta Redonda. A notícia consistia na publicação de um relato, enviado através de uma carta, por um dos lavradores da fazenda. No local, cerca de dezoito famílias estavam para serem expulsas. As terras pertenciam ao bispo Dom Clemente, e na propriedade funcionava uma escola que era dirigida por padres. Com a mudança da escola para Londrina, o bispo resolveu arrendar a propriedade para um homem conhecido como Sr. Carlos, que se recusava a receber a propriedade com moradores, visto que o seu objetivo era criação de gado. O bispo, por sua vez, queria que os lavradores saíssem sem receber qualquer indenização pelos seus plantios ou por outras benfeitorias, estando os camponeses na iminência de um violento despejo quando enviaram a carta<sup>141</sup>.

Outra área de litígio apontada nas reportagens dos jornais é o Núcleo Colonial de Macaé, tema de uma notícia publicada pelo *Imprensa Popular*, em 1955. A notícia conta a história de Manoel Vítor de Mendonça, que veio com a sua família da região Nordeste para trabalhar no Núcleo, cujas terras pertenciam ao INIC. O mesmo precisou, durante um ano, trabalhar em caráter experimental, tendo, após esse período, ganhado a posse de um dos lotes, que lhe foi entregue pelo administrador daquele núcleo. No entanto, na época do despejo, já fazia dois anos

---

<sup>140</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 24 de abril de 1955, p. 8.

<sup>141</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 27 de abril de 1955, p. 6.

que ele trabalhava nas terras sem qualquer documento de posse. Nesse período, um homem conhecido como Dr. Cunha começou a colocar o seu gado nas terras de Manoel, que reclamou, sem sucesso, com a administração do núcleo. Essa, por sua vez, informou que o Dr. Cunha tinha direito às terras onde Manoel vivia com sua família, ordenando que o camponês parasse com o seu trabalho nelas e saísse. A reportagem informa ainda que foi preciso a polícia ir até lá para expulsá-lo, o que evidencia a resistência do lavrador em deixar as suas terras<sup>142</sup>.

A partir de 1956 começamos a ver uma diminuição no número de relatos, que voltaria a crescer novamente durante a década de 1960, quando a imprensa relataria não só as tentativas de despejo, mas a resistência dos lavradores que, em muitos lugares, reagiram de forma armada. Em janeiro desse ano o *Imprensa Popular* publicava uma notícia baseada numa carta recebida do núcleo da ALF em Magé, onde contava a situação de cerca de oitenta famílias, da Fazenda Sernambetiba. O proprietário das terras, Isaac Souhmal, cujo acordo com os lavradores implicava o pagamento da “terça”, sem qualquer motivo aparente, proibiu os lavradores de continuarem os cultivos e deu-lhes seis meses para se retirar das terras, conseguindo também uma ordem de despejo com um juiz da cidade. No relato, a maioria dos lavradores estava deixando as terras e indo procurar empregos urbanos<sup>143</sup>. Na cidade vizinha, em Caxias, meses depois era noticiado as tentativas de despejo dos lavradores da fazenda Mato Grosso, em Imbariê. A notícia conta que cerca de quatrocentas famílias estavam prestes a serem expulsas, tendo recebido, ao fim de março de 1956, uma ordem de despejo, que seria executada nos dias seguintes. Os lavradores teriam ido à redação do jornal e relatado que as terras, onde cultivavam banana, cana, mandioca, milho e feijão pertenciam à União e que havia posseiros que estavam naquela área há cerca de trinta anos. Ao longo dos anos, os mesmos contaram que diversas pessoas já tentaram se passar como proprietário das mesmas, inclusive companhias, como a Companhia Poter, mas esses sempre esbarravam na falta de documentos que provassem a posse e recuavam. Naquele momento estavam sendo ameaçados por Afonso Oliveira Santos, que se dizia herdeiro das terras. O mesmo teria conseguido, junto com um juiz de Caxias, uma ordem de despejo contra os lavradores. Os camponeses teriam ido no dia seguinte à Câmara Federal e também procurado Juscelino Kubitschek no Palácio do Catete, que passou a questão para o secretário de segurança do Estado, que não apresentou uma solução rápida e direta, como era o desejo dos lavradores<sup>144</sup>.

---

<sup>142</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 16 de junho de 1955, p. 4.

<sup>143</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 1956, p. 6.

<sup>144</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 29 de março de 1956, p. 6.

Nesse ano também seriam noticiados conflitos nas regiões de Guaratiba e Sepetiba. A reportagem de 10 de abril de 1956, do *Imprensa Popular*, conta que mais de cem famílias estavam para ser despejadas em Guaratiba, pela companhia Boa Vista e Agrícola Pastoral. Os lavradores relataram que vinham sofrendo uma série de intimidações e violências por parte da polícia local, havendo relatos de prisões e de ameaças para que eles assinassem documentos onde afirmavam que deixariam pacificamente as terras. Devido às ameaças constantes, os lavradores resolveram criar a Associação dos Lavradores de Guaratiba. Segundo a reportagem, os mesmos se reuniam duas vezes por semana em uma sede provisória e teriam contratado um advogado, responsável por tentar resolver a questão da terra por via judicial<sup>145</sup>.

Em Sepetiba, a reportagem traz os relatos de violências que vinham sofrendo os lavradores da Fazenda Piaí, por parte de Laudelina Lopes Monastério, que se dizia dona da região e vinha cobrando dos lavradores o pagamento de prestações de 1 250 cruzeiros mensais, que deveriam ser pagas até que completasse 100 ou 200 mil cruzeiros, que seriam os preços dos lotes vendidos por ela. De acordo com o relato do jornal, morou na fazenda há muitos anos atrás um senhor chamado Manoel Lopes Ferreira. Anos após a sua morte, apareceu Laudelina, que dizia ser filha de Manoel e herdeira das terras, sem apresentar escritura ou outro documento que provasse que a fazenda lhe pertencia. Os lavradores alegavam que aquelas terras pertenciam à Fazenda Nacional de Santa Cruz, havendo nela uma extensa produção dos camponeses. O camponês Yomoso Ueoka, japonês, relatou ao jornal que em seu sítio possuía 4 mil pés de laranja, 4 mil pés de eucalipto, 1 500 de fruta do conde, milhares de coqueiros anão, além de amplos galinheiros, que seriam destruídos caso o despejo ocorresse<sup>146</sup>.

Em 1957 temos o relato dos despejos que vinham ocorrendo na Fazenda Brasília, na região de Paciência, onde a principal responsável era a Prefeitura do Rio de Janeiro. Na notícia, de 29 de novembro, o jornal *Imprensa Popular* narrava que a prefeitura estava tentando despejar centenas de lavradores da fazenda. A prefeitura teria comprado as terras de José Teixeira e logo após a compra iniciou uma ação de despejo contra os lavradores. Esses, por sua vez, mostraram ao jornal, que o reproduziu na íntegra, o contrato de arrendamento que fizeram com Frank Dodd, que consta no documento como proprietário das terras.

O relato dos lavradores nessa reportagem traz alguns exemplos de resistência cotidiana e também de discurso oculto. Inicialmente a prefeitura teria colocado soldados nas terras para

---

<sup>145</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1956, p. 6.

<sup>146</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1956, p.6; *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 02 de novembro de 1956, p. 6.

intimidar os lavradores. De acordo com o relato do camponês João Marques, todos os dias ele levantava cedo para cuidar da lavoura e fingia não ouvir as ameaças que os soldados lhe faziam, continuando a trabalhar. Isso parece ter sido uma prática de outros lavradores também, pois João conta que com o passar do tempo os guardas foram ficando mais irritados, agredindo, roubando ferramentas e destruindo as plantações. Com o tempo, a prefeitura reduziu o número de soldados nas terras, deixando apenas dois. João Marques conta que se os lavradores tentassem consertar uma parede, construir um cômodo ou qualquer outra coisa, os guardas logo apareciam para destruir. Conta também que quando outros lavradores queriam se instalar na fazenda, eles precisavam chegar de madrugada. Durante a noite deveriam roçar e erguer uma casa de “pau a pique”, enquanto os soldados que faziam a guarda dormiam. Narra que, nas vezes em que os guardas percebiam, destruíram com uma brutalidade maior que a que tratavam os arrendatários, mas, caso o lavrador resistisse, aos poucos ele conseguia colocar sua pequena roça na fazenda<sup>147</sup>.

**Gráfico 5 - Despejos realizados no sertão fluminense, entre 1950 e 1960.**

#### Despejos realizados no sertão fluminense (1950-1960)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora através da análise dos jornais *Imprensa Popular* e *A Luta Democrática*, entre 1950 e 1960.

<sup>147</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1957, p. 8.

Através da análise, é possível perceber que as reportagens noticiando despejos, no Estado do Rio de Janeiro, diminuem a partir de 1956. Elas voltam a crescer no início dos anos 1960, sobretudo após o levante camponês ocorrido em agosto de 1961 na Fazenda São Lourenço, cujo exemplo seria seguido em outras regiões, por todo o sertão fluminense. A maioria dos despejos foram levantados através do jornal *Imprensa Popular*, ligado ao Partido Comunista. Ao contrário do *A Luta Democrática*, que tentava consolidar uma imagem de lavradores que necessitavam ser amparados por Tenório, o *Imprensa Popular* tentava noticiar os despejos reforçando a imagem de que as terras ocupadas eram, na maior parte dos casos, públicas e destacando a vontade dos lavradores de não deixar as terras e de resistir. Não acreditamos que os despejos tenham simplesmente cessado durante esse ano, entretanto, a cisão interna ocorrida no PCB levou ao fechamento do jornal, que encerrou suas atividades no ano de 1958. No jornal *Última Hora*, também empenhado em mostrar as violências que ocorriam no campo, não encontramos notícias de despejo entre os anos 1957 e 1960. No *A Luta Democrática*, a única notícia encontrada nesse período relata o despejo de Pedra Lisa, o qual já havíamos mencionado no trabalho.

Uma segunda hipótese diz respeito ao esgotamento da resolução dos conflitos através da via institucional. Em 1958, após uma série de ameaças de despejos, os camponeses de Pedra Lisa se preparam para resistir de forma armada após tomarem conhecimento de que ocorreria mais um despejo. Após essa ocasião, a fazenda foi desapropriada pelo então governador do Rio de Janeiro, Miguel Couto Filho. É sabido que ao longo dos anos os trabalhadores rurais alternaram entre diferentes táticas de resistência: uso de infrapolítica, de resistências abertas e de violência militar. Entretanto, o que as reportagens de jornais e entrevistas nos mostram é que entre o fim da década de 1950 e início dos anos 1960, o uso da violência civil militar sob a forma de levantes representou a forma mais escolhida pelos camponeses para reivindicar a desapropriação das áreas de litígio.

Nas primeiras décadas do século XX, o que se tinha, por parte dos grandes donos de terras, era uma visão de Baixada Fluminense decadente e abandonada, o que também se aplica para outras áreas do sertão fluminense. Entretanto, essa era apenas uma face da moeda, que representava o desinteresse dos proprietários e a inexistência de atividade agrícola de alta produtividade baseada em métodos modernos em grande parte das terras do Estado. Tais terras





Em relação aos grupos de trabalhadores rurais que compunham o Estado do Rio de Janeiro, eram formados por posseiros, lavradores, colonos, meeiros, entre outros que viviam basicamente do trabalho familiar, sendo a agricultura o principal meio de sobrevivência. O trabalho era realizado pelos membros da família, de acordo com sexo, idade e marcado pela ausência de regulamentação trabalhista. Dada a necessidade de dinheiro, era preciso que a produção também possuísse um excedente a ser comercializado com o mercado local. Por não possuir propriedade jurídica da terra, a obtenção de créditos e de qualquer ajuda do Estado eram mínimas.

Em praticamente todos os conflitos que ocorriam, as autoridades públicas e políticas se colocavam a disposição dos grileiros ou supostos proprietários da terra. Além disso, como diversas partes desse trabalho evidenciaram, qualquer forma de organização estabelecida pelos lavradores era duramente repreendida, sempre sob a acusação de subversão.

Para os reacionários do Estado, os trabalhadores rurais reivindicavam, na verdade, uma revolução e não uma simples reformulação das leis, e para que isto não ocorresse, era preciso, primeiro, acabar com a subversão. Equivocadamente, o desejo de possuir terra foi considerado neste caso como “subversão”; onde surge uma resistência as violências geradas por outro, vislumbram-se insurreições e influências estranhas, mobilizando-se certos aparatos que vão assim desservindo aos seus objetivos legítimos<sup>150</sup>.

A maior parte das estratégias utilizadas pelos lavradores consistia em pequenas resistências infrapolíticas e resistências públicas declaradas como idas à redações de jornais, afim de fazer denúncias, reuniões com figuras políticas, entrega de abaixo-assinados ou memoriais a autoridades públicas, idas à Assembleia Legislativa, passeatas e outras manifestações, cujo principal objetivo era a resolução do conflito através da via institucional e pacífica, muito defendida pelo Partido Comunista naquele período. Tais formas de resistência, desde as discretas ações infrapolíticas até as manifestações públicas, que serão melhor explicadas adiante, são fundamentais para compreender como se deu a organização do campesinato no sertão fluminense, fosse através das organizações formais como as associações de lavradores e ligas ou por meios informais.

### **3.2 Formas de organização do campesinato e a representação política: partidos e associações**

Nesse capítulo, trataremos também das formas de organização encontradas pelos lavradores, que se deu tanto a partir das associações de lavradores e seus núcleos, criados nas

---

<sup>150</sup> LIMA, Ulisses M. *Luta armada - Baixada Fluminense (1961)*. 1985, edição do próprio autor. P. 84.

áreas de conflito entre trabalhadores rurais e grileiros, quanto por meio de organizações informais, criação de cooperativas e de associações femininas dentro das organizações, bem como das estratégias utilizadas pelos mesmos.

Analisando as idas dos pequenos lavradores da região considerada como sertão carioca<sup>151</sup> ao Centro do Rio de Janeiro, Leonardo Soares Santos (2011) mostra que no início da década de 1950 era muito frequente que grupos ou comissões de lavradores fossem até as autoridades públicas comunicarem através de memoriais ou abaixo-assinados as queixas, denúncias e reivindicações. As manifestações dos lavradores da zona oeste do Rio de Janeiro, que não se diferem dos contextos vivenciados na Baixada Fluminense ou em outras regiões do sertão fluminense, consistiam em crédito fácil, redução de impostos, garantia de mercado para a produção, melhoria das estradas, máquinas para o preparo da terra, sementes, rações para os animais, inseticidas, solicitação de postos de saúde, de escolas, abastecimento de água e de luz<sup>152</sup>.

Entretanto, como nos mostram as denúncias realizadas nos jornais, a maior reclamação que os lavradores levavam às autoridades públicas eram as violências arbitrárias cometidas pela polícia a mando dos grileiros e do poder público local e os despejos. Em 1955 surgem duas inovações em relação às manifestações dos lavradores do sertão carioca em suas idas no centro da cidade: a primeira é o esforço de articulação com as demandas dos lavradores de Xerém, que vinham sofrendo violentos despejos e a tentativa de articulação com movimentos urbanos, como o dos moradores das favelas que também vinham sendo despejados nesse período. A articulação com os lavradores de Xerém vinha no sentido de demonstrar solidariedade, sob a alegação de que a câmara municipal não possuía jurisprudência sobre as terras da Baixada Fluminense.

Em 1958 é quando o movimento de lavradores do sertão carioca atinge o seu ponto máximo em relação às manifestações públicas. Antes, os lavradores estavam acostumados a ir à Câmara Municipal para transmitir as denúncias a um ou outro vereador, que por sua vez transmitiria nas audiências da casa. Agora, organizados em associações, eles possuíam a oportunidade de fazer as denúncias diretamente em nome das organizações. Para além da

---

<sup>151</sup> O conceito de sertão carioca, até os anos 1950, era usado para definir as regiões que hoje estão compreendidas na zona Oeste do Rio de Janeiro. Mais sobre em <https://oglobo.globo.com/rio/o-sertao-carioca-17660130>. Acesso em 13/04/2020.

<sup>152</sup> SANTOS, Leonardo Soares. Um espaço que atrai: os significados das manifestações de pequenos lavradores cariocas no centro da cidade (1945-1964). *Revista Urutágua* – DCS/UEM, nº 24 – maio/julho/agosto de 2011. ISSN 1519-6178. p. 63

habitual denúncia de grilagem, a estratégia daquele momento foi centrar a ênfase no tema do abastecimento da capital federal.

Nosso principal objetivo é deixar, nesta conferência, bem clara a crise que vem atravessando a lavoura no Distrito Federal, por falta de amparo e assistência técnica-econômica de parte dos poderes públicos. A nossa lavoura vêm sendo sistematicamente eliminada pela grilagem e pelas ameaças constantes de bancos, companhias e indivíduos inescrupulosos. Verificamos, por estas razões, que foram inúteis todos os apelos dirigidos pelos lavradores, e por suas associações, aos responsáveis pela administração municipal<sup>153</sup>.

Com esse discurso, o objetivo era mostrar que havia uma relação basicamente fraternal entre os pequenos produtores das zonas rurais e a população das cidades, pois, estando a grilagem colocando em risco a produção dos alimentos no campo, o bem-estar daqueles que viviam na cidade também estaria sendo afetado.

Nessa situação, os lavradores tentaram consolidar uma identidade de pequeno lavrador, sobretudo, pois o que estava em questão era formar uma opinião pública em relação a eles na cidade. A essa imagem, acrescentavam valores como o trabalho e uma vida de sacrifícios, enquanto o grileiro, seu principal adversário, era sempre representado como um oportunista, ganancioso, cujo rendimento econômico era derivado da especulação das terras que os lavradores ocupavam há anos, golpes e outras violências.

Outra forma de resistência pública dos lavradores eram as audiências com autoridades e personalidades políticas. Os lavradores iam aos gabinetes de vereadores, deputados ou outras autoridades públicas para entregar memoriais e abaixo-assinados. Possivelmente devido à ajuda de advogados, a partir da década de 1950, as manifestações mostravam uma maior elaboração em relação à questão da manutenção da posse da terra, exigindo que houvesse um levantamento do cadastro de todas as glebas do Distrito Federal, prazo de no máximo 6 meses para que as propriedades fossem entregues aos lavradores, posseiros e arrendatários e também a necessidade da participação dos lavradores na organização dos cadastros de terra. Além disso, essa forma de resistência também era uma tentativa de pressionar os líderes das bancadas políticas a assinar projetos de desapropriação de terras.

Ao denunciar a grilagem e as violências que sofriam, os lavradores também tentavam estabelecer uma ligação com uma antiga demanda da população carioca, que seria o estabelecimento de um cinturão verde para ajudar no abastecimento de alimentos das áreas urbanas do Rio de Janeiro. O que demonstravam é que se a população do Rio crescia espantosamente, suas necessidades de consumo também aumentavam. Portanto, a falta de

---

<sup>153</sup> Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1958, p.8 Apud Santos (2011), p. 65.

determinados gêneros alimentícios ou seu preço alto eram colocados como consequência direta da ação dos grileiros, que ao despejar os lavradores estavam destruindo as áreas cultiváveis das cidades.

Um exemplo do uso dessas formas de resistência pode ser dado a partir do caso de Pedra Lisa. Em julho de 1955, uma reportagem do jornal *Imprensa Popular* conta que, na iminência de um despejo que estava para acontecer, os lavradores, organizados através da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, procuraram o senador Paulo Fernandes (PSD) para entregar um memorial que narrava as violências que vinham sofrendo, solicitando apoios parlamentares e também organizaram uma passeata em Niterói, com a finalidade de protestar contra o despejo que ocorreria. Além disso, os lavradores teriam mandado cartas para diversas autoridades narrando o que estava acontecendo na região<sup>154</sup>.

A terceira forma que levava os lavradores ao centro da cidade eram as denúncias em jornais. O que mais figurava nas notícias era a denúncia contra grileiros e as violências sofridas. Entretanto, era um momento para fazer os mais diversos apelos as autoridades públicas, pedir solidariedade e promover eventos organizados pelos lavradores, como a II Conferência dos Lavradores da Guanabara, divulgada pelo jornal *Diário Carioca*, em maio de 1963.

As manifestações dos lavradores do sertão carioca, o que, ao nosso ver, também é um cotidiano dos lavradores da Baixada Fluminense e de outras partes do Rio de Janeiro, para exigir seus direitos, era algo corriqueiro. Isso evidencia a consciência política que eles possuíam e mostra que a resistência camponesa não se inicia apenas nos conturbados anos 1960, derivando de uma década de organização, articulações e resistências. Entretanto, tais formas de resistência também contribuem para expor o paradoxo existente no fato da auto-organização dos lavradores, em alguns momentos, se direcionar para soluções advindas através de instituições ou figuras diretamente ligadas ao Estado, que, ao nosso ver, se constitui como um agente primordial no processo de expropriação vivido pelos camponeses.

Sobre a criação de Assembleias e Associações enquanto meio de organização, podemos pegar como exemplo o relato de José Pureza, em seu livro de memórias, sobre a criação da Associação de Lavradores Fluminenses. Pureza nasceu em Pilar, município de Alagoas, veio para o Rio de Janeiro ainda jovem e trabalhou em muitos ofícios até se estabelecer na construção civil como estucador, participando então de movimentos operários na cidade e se filiando ao Partido Comunista do Brasil (PCB) por volta de 1940. Em 1947, sem qualquer

---

<sup>154</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 30 de julho de 1955, p. 4.

experiência camponesa anterior, resolveu viver no campo, tendo o interesse surgido a partir de notícias de que em Xerém havia facilidade em adquirir lotes de terra. Assim, Pureza migrou para Xerém com o discurso de que “os dois movimentos – campo e cidade – deveriam marchar juntos”<sup>155</sup>. Era casado com Morena, que na época trabalhava em uma fábrica de confecção de roupas não bairro da Penha e possuía dois filhos. Os três só foram para Xerém quando Pureza já se encontrava mais adaptado, trabalhando em uma pequena propriedade.

Em Xerém, José Pureza tornou-se lavrador, tendo que aprender tudo do início: a plantar, a fazer carvão, caçar e comer tatu, construir casa, etc. Para Eliane Cantarino O’Dwyer esses militantes que migraram para o campo, vindo a se constituir depois como lideranças camponesas, se viram “desgarrados” da organização do partido por conta da clandestinidade na qual o mesmo foi colocado. Assim, a autora pensa que a ida para o campo também representava a chance de sobrevivência pessoal e política. A consequência disso foi o difícil aprendizado para se tornar lavrador/camponês.<sup>156</sup>

Para Grynszpan (1987), um dos fatores essenciais para que uma situação de revolta ou insurgência aconteça é a quebra da crença na inevitabilidade das condições em que um grupo se encontra submetido. Essa quebra, em sua perspectiva, se daria no rompimento da dependência e da dominação e para isso, considera fundamental a presença de dois elementos: a ação das lideranças e das organizações do grupo. Através dessas é que poderia acontecer uma “desnaturalização” da ordem<sup>157</sup>.

O autor mostra que um ponto comum nas revoltas camponesas ocorridas na América Latina é o fato de que suas lideranças, mesmo sendo de origem camponesa, tiveram algum tipo de experiência urbana. Seriam essas lideranças, que estiveram fora por um tempo, adquirindo novas ideias, que poderiam melhor se contrapor aos laços de clientelismo que uniam os camponeses aos senhores, tornando possível a mobilização.

Em parte, seu raciocínio nos parece certo. No entanto, nessa perspectiva, o sucesso da organização e o protagonismo ficam restritos às lideranças, quando, na verdade, quem faz e movimenta uma organização são os próprios lavradores. Obviamente, os mediadores, principalmente os que vieram do Partido Comunista, prestando auxílio jurídico e outros,

---

<sup>155</sup>PUREZA, José. *Memória Camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. P.17.

<sup>156</sup> O’DWYER, Eliane Cantarino. (1988), *Da Proletarização Renovada à Reinvenção do Campesinato*. Tese de doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro. P. 41.

<sup>157</sup> GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRRJ. Dissertação de Mestrado, 1987. P. 91.

possuem importância fundamental no processo organizativo do sertão fluminense, mas, o que todo o conjunto de fontes até aqui nos mostrou, é que os lavradores possuíam uma consciência política, sabendo quais os seus direitos e se organizando na medida do possível para reivindicá-los, independente das orientações de luta dadas pelo partido.

O autor acredita que a eclosão dos despejos não foram o suficiente para explicar o surgimento das lutas que se desenvolvem no meio rural entre a década de 1950 e 1960, atribuindo um peso maior ao elemento externo, que seriam os militantes ligados ao PCB que estavam se deslocando para aquela região. Entretanto, o que defendemos é que os camponeses do sertão fluminense forjaram a sua identidade e a sua necessidade de se organizar a partir das experiências dolorosas dos despejos, espancamentos, das lavouras destruídas e queimadas, da extorsão, da violência e das prisões. Quanto a presença dos mediadores, nossa perspectiva se aproxima mais da hipótese elaborada por O'Dwyer (1988): a ida para o campo de membros do Partido Comunista pode muitas vezes ter representado mais a sobrevivência política e pessoal do que a vontade ou necessidade de organizar os trabalhadores rurais.

Pureza, através de seu livro de memórias, conta que assim que os grileiros começaram a aparecer na região o trabalho de organização dos trabalhadores se iniciou. Nessa época, os lavradores já haviam formado uma Comissão de Lavradores em Xerém. Pureza trabalhava como “cambone” em um centro de umbanda e, aproveitando o grande fluxo de lavradores que passavam por lá, começou ali a arregimentá-los para a organização. Espaços religiosos representaram, por muitas vezes, um espaço onde os lavradores podiam, livre da vigilância ou coerção, tecer redes de contatos ou tratar de suas demandas. Essa prática de discurso oculto, que aparentemente pode não ter um significado expressivo, foi fundamental para que Pureza pudesse ganhar a confiança dos lavradores que ali circulavam. Foi através da rede de amizades estabelecidas que ele obteve apoio para aprender a trabalhar na lavoura, bem como iniciar os debates acerca da necessidade de organização contra os despejos, que, em Xerém, culminaram na criação da Associação de Lavradores Fluminenses. A partir da fundação da ALF há um crescimento na organização do campesinato na região. Segundo Pureza,

[..] O trabalho de organização dos camponeses consistia na criação de Núcleos da Associação de Lavradores Fluminenses, nas diferentes regiões do Estado do Rio de Janeiro. A diretoria da entidade de trabalhadores criada em Xerém recebia chamados dos camponeses desejosos de copiar a nossa organização. Nessas reuniões promovidas pelos companheiros de outras localidades, costumava haver uma intensa troca de ideias e preferíamos ouvir mais do que falar. Os camponeses recorriam à nossa entidade com o objetivo de obter um reforço para sua luta. A participação nossa

nos conflitos geralmente se dava depois dos fatos sucedidos. Eram os camponeses, com sua própria iniciativa, que faziam seus movimentos<sup>158</sup>

O trecho do relato de Pureza evidencia em muitos aspectos a auto-organização dos trabalhadores rurais dos sertões do Rio de Janeiro. Além disso, deixa bem claro que o protagonismo na luta se dá pelos próprios camponeses e não pelos mediadores que nesse período tentavam disputar a vanguarda. Através dos relatos de Pureza, é possível também perceber que os lavradores em questão já possuíam conhecimento de suas práticas e estratégias de vida, conhecendo suas necessidades e prerrogativas, baseados em normas próprias de sua cultura.

Analisando as formas de organização do camponês no Brasil e reconhecendo a pluralidade de formas de vida e de regime de trabalho, Lyndolpho Silva<sup>159</sup>, em um relatório de 1958, escrito para a Ultab, intitulado *A organização dos lavradores e trabalhadores agrícolas e seus problemas*, mostrava acreditar que a experiência vinha mostrando que a melhor forma de organização que os lavradores vinham encontrando estava pautada nas Associações, nas quais eles próprios eram administradores e dirigentes. Era necessário compreender que suas organizações precisavam de direção própria e não de outros. As cooperativas, desde que sob a direção e influência direta dos lavradores também são vistas como uma boa forma de organização e também de defesa<sup>160</sup>.

A primeira forma de organização formal dos lavradores nos sertões do Rio de Janeiro, que predominou até 1962, foi a associação de lavradores. Na Baixada Fluminense, essa organização partiu de dois polos iniciais: Duque de Caxias e Nova Iguaçu, no fim da década de 1940. A Sociedade dos Lavradores de Pedra Lisa foi criada por José Matias inicialmente para distribuir os lotes de terra e regular a entrada de lavradores, que já estavam naquela área desde os anos 1930. Em Caxias, começou em 1949 com uma comissão que visava defender os lavradores das ameaças e pressões impostas pelos grileiros<sup>161</sup>.

Tendo como base as declarações de Marighella (1954) em relação ao trabalho do Partido Comunista, é possível perceber que a opinião que estava em voga naquele momento é que no campo predominavam diversas formas de luta, de acordo com a camada. Marighella alertava

---

<sup>158</sup> PUREZA, José. *Memória Camponesa...* P.35.

<sup>159</sup> Membro do Partido Comunista, cuja atividade se voltava para a política e o sindicalismo no campo. A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), foi fundada sob sua liderança, sendo também um dos diretores da mesma. Lyndolpho também foi um dos fundadores da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag).

<sup>160</sup> Ultab, *A organização dos lavradores e trabalhadores agrícolas e seus problemas*, 10/10/1958, 5fls.

<sup>161</sup> PUREZA, José. *Memória Camponesa...*P. 101.

que era preciso ter cuidado ao querer empregar no campo formas de luta que os camponeses não reconhecem, não aceitam ou que não os convençam. Dessa forma, fica claro que na deliberação comunista havia a orientação de um tipo de luta e de organização para cada setor do meio rural. Para os trabalhadores assalariados, era mais indicada a formação de sindicatos. Para posseiros, lavradores e demais camadas a forma de orientação recomendada eram as associações, pois enquanto os assalariados podiam fazer greves para reivindicar direitos, para os camponeses a disputa dizia respeito à posse da terra.

Em Duque de Caxias, o fato de os lavradores estarem se organizando através da ALF gerou uma série de violências por parte da polícia local, cujo destacamento se localizava na Fazenda Capivari. Em sua edição de junho de 1960, o jornal *Terra Livre* noticiava que um lavrador do Km 43 de Xerém (região da Fazenda São Lourenço) havia sofrido um violento espancamento, encontrando-se internado e necessitando de auxílio financeiro, pois não tinha mais recursos para continuar seu tratamento. Dessa forma, o núcleo da ALF localizado em São Lourenço pedia, através do jornal, o auxílio de todos para o tratamento daquele lavrador<sup>162</sup>.

Não há dúvidas de que a Associação de Lavradores Fluminense, em Xerém, era dirigida por lavradores dessa região. O mesmo se dava com a organização que existia em Itaboraí, criada a partir das lutas ocorridas na Fazenda Vargem Grande, onde diversos trabalhadores vinham sendo expulsos e desenvolvendo formas de resistência. Da comissão que havia em Vargem Grande foi formada a Associação Profissional dos Trabalhadores Agrícolas e Similares do Município de Itaboraí, que posteriormente se transformou em um sindicato<sup>163</sup>. As associações costumavam, inclusive, manter o nome da região em que foram criadas, como é o caso da Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e da Associação dos Lavradores de Rio das Ostras, em Casimiro de Abreu<sup>164</sup>.

As associações de lavradores eram controladas, portanto, de uma forma geral, pelos grupos pertencentes às áreas mais mobilizadas dentro dos respectivos municípios o que, no âmbito do Estado, dentro de organizações como a FALERJ, isso também era refletido. O controle era exercido por grupos estratégicos como Caxias, Magé e Pedra Lisa. Entretanto, não havia uma monopolização de cargos. Ao contrário, a rotatividade era grande. Segundo Pureza, o que se pretendia na época era preparar novos companheiros para que eles pudessem substituí-los.

---

<sup>162</sup> Terra Livre, São Paulo, Ano XI – nº 92, junho de 1960 p. 6

<sup>163</sup> GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro...* P. 139.

<sup>164</sup> Idem.



Dos onze nomes que estavam à frente da ALF em 1954 – Seabra Matias Prata, Manoel Jerônimo, Manoel Ramos Volinho, Francisco Silva, Itamar Joel Miranda, José Pureza, Severino Ramos da Cruz, Júlio Augusto Correia, Antônio Gomes Resende, Gurgulino Pereira Gomes e Abelardo Scheiner – pelo menos nove eram de Xerém. Na diretoria que assumiu a FALERJ em janeiro de 1961, Manoel Ferreira de Lima, de Magé, era o presidente, em substituição a Manoel Marins, de Caxias. Seu primeiro vice-presidente era Alvíno Alves dos Santos, de Pedra Lisa, e o segundo, Júlio Joaquim de Oliveira, líder da Associação dos Lavradores de Rio das Ostras, em Casimiro de Abreu, mas que, ao que parece, havia vindo de Caxias. O primeiro secretário, Bráulio Rodrigues, era de Pedra Lisa, ao passo que o segundo, Manoel Escobar, o primeiro tesoureiro, Joaquim Antônio, e o segundo tesoureiro, José Pureza, todos os três eram de Caxias. Dos três componentes do Conselho Fiscal, um, Francisco Lacerda, era de Nova Iguaçu e atuava em Pedra Lisa, o outro, Anésio Dias de Freitas, era de Cachoeiras de Macacu, e o último, Antônio Gomes, não temos informação sobre sua procedência. Já em 1963, a presidência da federação caberia a Pureza, tesoureiro da direção anterior. A vice-presidência seria de Bráulio, antigo secretário. O tesoureiro seria Manoel Ferreira de Lima, presidente anterior, e Alvíno Alves dos Santos, antigo vice-presidente, seria o diretor técnico<sup>165</sup>.

A FALERJ procurava estar sempre presente nas reuniões que ocorriam nas associações. Essa presença se observa em alguns exemplos, como Itaboraí, onde Manoel Ferreira de Lima possuiu papel ativo no conflito que ocorreu na Fazenda Vargem Grande, o qual também participou da comissão de lavradores que foi criada ali. Também ocorria a transferência de lavradores de áreas mais mobilizadas para outras áreas, a fim de criar novas organizações e trocas de experiências. Isso poderia ocorrer de forma forçada, como quando os camponeses despejados de Xerém foram levados para Casimiro de Abreu, criando lá um núcleo, ou de forma estratégica, como quando, em 1963, José Pureza e Itamar Joel Miranda, ambos de Xerém, participaram do movimento do Imbé, em Campos, o que depois resultou na criação de um sindicato na região<sup>166</sup>.

É preciso frisar, contudo, que o controle das organizações camponesas fluminenses, que foi observado não representou o encastelamento de uma “burocracia sindical” em cargos que seriam a fonte de seu poder. Ele está relacionado, isto sim, àquilo para o que Moacir Palmeira nos chama a atenção, ou seja, o fato de que são justamente os grupos majoritários no interior de uma organização que a controlam. Assim é que, no caso fluminense, quem controlava as organizações camponesas, entre 1950 e 1964, eram os representantes dos posseiros, dos lavradores em luta<sup>167</sup>.

Uma das medidas que a ALF tomou foi a criação de uma cooperativa que visava baratear o preço de produtos e também atrair camponeses para a associação. A mesma foi duramente reprimida e logo depois destruída pela polícia, que ficou com as mercadorias<sup>168</sup>. A

---

<sup>165</sup> Idem, p. 143.

<sup>166</sup> Idem.

<sup>167</sup> Idem, p. 145.

<sup>168</sup> CORRÊA, Elisa Figueira; MACEDO, Marcelo Hernandez. Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64. *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, v. 15, nº2. Ano 15, volume 02 – outubro de 2007. P. 371.

criação de um destacamento de polícia no ramal de Xerém data justamente do período após a criação da Associação de Lavradores Fluminense.

A forma como tais associações desenvolviam suas atividades é bem elucidativa para explicar a auto-organização dos camponeses no sertão fluminense. Na Associação de Pedra Lisa, por exemplo, na década de 1950, os lavradores se reuniam uma vez por semana na frente da Associação. Cada lavrador levava seu problema para que uma solução fosse decidida junto com o grupo. Eram os próprios lavradores que davam suas opiniões e por fim deliberavam sobre o que devia ser feito. Eram tratadas as ameaças de despejo, problemas entre vizinhos, a manutenção da escola local, o pagamento à professora, compra de livros, entre outros assuntos<sup>169</sup>.

A Sociedade dos Posseiros de Pedra Lisa, em 1957 chegou inclusive a organizar a I Conferência dos Lavradores e Posseiros, que teve como finalidade deliberar possibilidades de apoio para os conflitos que vinham acontecendo na localidade e tratar de necessidades locais como criação de postos médicos. Na ocasião, compareceram delegações de diversos lugares da Baixada Fluminense, assim como a delegação de sindicalistas de Petrópolis, chefiada pelo prefeito da cidade e acompanhada de representantes de 10 sindicatos do município, sindicatos de Nova Iguaçu, Volta Redonda, Campos, do Centro de Melhoramentos de Queimados, Engenheiro Pedreira e Vila Iracema, delegação da Caixa Funerária de Queimados e delegações camponesas de Duque de Caxias, Xerém, Santo Antônio, Itaguaí, Barra Mansa, Santa Cruz, Piranema, Nova Iguaçu e da ALF. Também foram convidadas diversas figuras políticas como o governador Miguel Couto, deputados e prefeitos de diversas regiões da Baixada. Essa conferência surgiu justamente após um despejo brutal, onde alguns lavradores tiveram suas casas completamente destruídas a mando de grileiros<sup>170</sup>.

Em Pedra Lisa, Gabriel Bastos (2013) percebeu que a Sociedade de Lavradores e Posseiros da região possuía não só a finalidade de conduzir lutas políticas, mas também de ser uma rede de manutenção para o estilo de vida camponês da região, visto que era ela que controlava a distribuição das terras para as famílias, funcionava como rede de ajuda mútua, como forma de cooperativa para comercializar e produzir e também como um agente regulador de regras de comportamento da comunidade, pois atuava na mediação dos conflitos, proibia o desmatamento com exceção para fins de cultivo, promovia abertura de estradas e valas para

---

<sup>169</sup> Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1954, p. 8.

<sup>170</sup> Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1957, p. 6.

drenagem de áreas pantanosas, construiu a escola e uma ponte que ligava a região de Jaceruba a Pedra Lisa, entre outras benfeitorias<sup>171</sup>.

As manifestações públicas também são consideradas aqui como uma forma de resistência utilizada pelos camponeses, fossem organizados através das associações ou não. Geralmente aconteciam na capital do Estado, na época Niterói. As passeatas tinham como objetivo sensibilizar e buscar o apoio da população. Esses momentos serviam para mostrar aos moradores das cidades a situação em que os lavradores viviam, transformando uma questão localizada, entre grileiros e lavradores, numa questão social. Tentava-se assim deslegitimar as ações dos grileiros, o que dificultaria a aprovação de decisões favoráveis a eles por parte da polícia e da justiça<sup>172</sup>.

Ao mesmo tempo que a ida à cidade contribuía para que o despejo fosse visto como um problema social, ela também criava para os setores urbanos uma imagem dos lavradores. Essa imagem que as organizações tentavam conformar era, ao mesmo tempo, de sofrimento e de luta, o que também era refletido no interior do grupo, visto que as manifestações, enquanto experiências no processo de luta, fortalecia a identidade e criava laços horizontais entre os lavradores, contribuindo para a relação daquele grupo e também para o estabelecimento de relações de mutualismo com outros setores sociais<sup>173</sup>.

Outra contribuição das manifestações é o reconhecimento dos posseiros/lavradores enquanto um grupo político. No trajeto das passeatas incluía-se a Assembleia Legislativa e o Palácio do Ingá. Dessa forma, pelo menos durante a década de 1950, fica evidenciado que os lavradores dirigiram a auto-organização para o Estado, acreditando que seus problemas possuíam uma solução política, tentando, assim, chamar atenção para eles. Através da análise das fontes, no entanto, o que percebemos, principalmente, nos anos 1960 é uma descrença no âmbito político e uma ênfase maior no uso da resistência armada para resolver a demanda pela terra.

Nessas passeatas a bandeira do Brasil estava sempre presente, assim como faixas e cartazes que pediam a expulsão dos grileiros. Bráulio Rodrigues, em seu livro de memórias, afirma que o uso da bandeira era algo muito espontâneo dentro das manifestações, visto como

---

<sup>171</sup> BASTOS, Gabriel Souza. Conflitos de terra em Nova Iguaçu: uma análise a partir do caso de Pedra Lisa. *Estudos Sociedade e Agricultura*, fevereiro de 2017, vol. 25, n. 1, p. 179-207, ISSN 1413-0580. P. 183 – 184.

<sup>172</sup> GRYNZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro...* P. 148 – 149.

<sup>173</sup> Idem, p. 150.

algo que representava todo o povo brasileiro e também para representar que os camponeses eram pacíficos e só queriam resolver o problema do campo.



**Figura 1- Manifestação de lavradores de Magé, em junho de 1963.**

Fonte: Última Hora, 10 de junho de 1963, p. 1.

Na justiça, as ações dos lavradores, na década de 1950, era basicamente a reivindicação da terra através do usucapião. Quando adotavam a categoria “posseiros” era justamente para poder reivindicar a terra através dos meios judiciais. Paralelamente às manifestações públicas, denúncias em jornais e ações na justiça, os lavradores buscavam permanecer na terra, mesmo com toda a sorte de violências impostas pela polícia, grileiros e jagunços enquanto a decisão judicial não saía.

No entanto, essa permanência na terra não se dava de forma passiva. Em 1954, em Piranema, jornais como o *Imprensa Popular* e *A Luta Democrática* publicavam relatos dos lavradores, que já faziam ameaças veladas de resistirem armados caso os despejos continuassem. Na maioria das regiões, as ameaças dos lavradores, durante a década de 1950, não passaram de uma forma de discurso que visava impor medo para que os despejos não

avançassem. Em outras, entretanto, já havia um início de resistência armada, voltada para autodefesa nessa época. É o caso de Pedra Lisa, que era chamada pelo sub-delegado local como “zona conflagrada”. Na sua entrada, havia uma tabuleta com os dizeres: “Aqui em Pedra Lisa não entra polícia. Nem grileiros. Estas terras têm donos. Cada palmo de chão roubado há de custar a vida de todos nós”<sup>174</sup>. Ainda em 1956, ao tentar realizar um despejo, os policiais foram recebidos pelos lavradores armados, que impediram a execução do mesmo.

A resistência armada não representava para os lavradores um recurso extremo, sendo vista pelas associações como uma forma de autodefesa contra a violência dos grileiros amparada inclusive pelo código civil. O Código Civil previa, em seu artigo 502, que o possuidor turbado, ou esbulhado, poderia manter-se, ou restituir-se por sua própria força. (Código Civil Brasileiro 1970:192). Se dava, assim, articulada com as outras formas de ação abordadas, não excluindo, por exemplo, as ações infrapolíticas.

Para Grynszpan (1987), a eficácia das ações de resistência empreendidas pelos lavradores nos anos 1950 era relativa e desigual, pois o máximo que eles conseguiam, na maioria das vezes, era prolongar a permanência na terra e não a regularização de sua posse. Entretanto, o número de desapropriações realizadas entre o fim da década de 1950 e início dos anos 1960, nos mostra que as formas de resistência desenvolvidas pelos camponeses ao longo dos anos - fosse através do discurso oculto, com reuniões escondidas, através de ações infrapolíticas, como a recusa em pagar taxas e ocupações ou através da resistência aberta, quando os lavradores confrontavam a polícia, grileiros e jagunços para impedir um despejo - tiveram efeitos significativos, sendo necessário um golpe civil-militar para desarticular as conquistas obtidas pelas organizações camponesas.

Os setores urbanos também possuíram participação marcante na luta dos lavradores. Em 1961, enquanto conflitos armados se desencadeavam na cidade de Caxias, o jornal *Última Hora* noticiava que havia um “quartel-general” urbano instalado no Sindicato dos Rodoviários de Duque de Caxias. Além disso, ferroviários e rodoviários do município estavam prontos para entrar em greve caso os lavradores sofressem mais violência<sup>175</sup>. Entretanto, em 21 de agosto de 1961, Celso Peçanha, governador do Estado, decretou a desapropriação da Fazenda São Loureço, encerrando o conflito.

---

<sup>174</sup> Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1954, p. 8 Apud GRYSZPAN (1987), p. 153.

<sup>175</sup> Idem, p. 160.

Um conflito ocorrido um mês depois e que demonstra o mutualismo existente entre os lavradores é o do Núcleo Colonial de Santa Alice, em Itaguaí. Bráulio Rodrigues, que era de Pedra Lisa, foi uma das lideranças em Santa Alice, indo para lá com o objetivo de buscar auxílio, solidariedade e também de dirigir ameaças no intuito de forçar uma solução mais rápida para o caso.

Em Pedra Lisa, Bráulio conta que havia o apoio muito grande do Sindicato de Metalúrgicos do Rio de Janeiro, tanto financeiro quanto moral. Eleito presidente do sindicato em 1953, Benedito Cerqueira, que também era do Partido Comunista e Isaltino, redator-chefe do jornal *A Voz do Metalúrgico* com frequência comparecia nas reuniões da Sociedade de Pedra Lisa, levando roupas e outras coisas para distribuir entre o pessoal, comparecendo também nos momentos de luta. Benedito também promovia encontros entre o pessoal de Pedra Lisa e o do sindicato dos tecelões, em Petrópolis. Em relação ao auxílio que o Partido Comunista dava às lutas no campo fluminense, Bráulio Rodrigues afirma que dava apenas ajuda de custo quando era pra viajar, não havendo salário ou qualquer outro benefício financeiro<sup>176</sup>.

Pensando no caso dos lavradores de Xerém, eles também contaram com a ajuda dos setores operariados da Fábrica Nacional de Motores, que ficava próxima à Fazenda São Lourenço. Era comum que lavradores tivessem contato com a fábrica por trabalharem lá por um tempo ou por conciliarem suas atividades na lavoura com o trabalho na mesma. Aline Maia (2017) nos mostra que justamente por haver essa proximidade política entre lavradores e camponeses é que o sindicato da fábrica atuava realizando uma colaboração entre as duas categorias. Além disso, o movimento camponês dessa região teria contado também com o auxílio do sindicato dos Rodoviários, dos Ferroviários e dos Petroleiros de Duque de Caxias<sup>177</sup>.

No Imbé, houve a presença do apoio dos Sindicatos de Trabalhadores na Extração do Sal e em Produtos Químicos de Cabo Frio, dos Ferroviários da Leopoldina, Empregados na Indústria do Açúcar de Campos, do Conselho Sindical de Campos e dos Sargentos das Forças Armadas. Já em Cachoeiras de Macacu, o sindicato dos lavradores teve como sede as dependências do Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina, que prestou apoio na ocupação da Fazenda São José da Boa Morte em 1963. Em São José da Boa Morte a solidariedade desse sindicato também foi evidenciada quando prenderam Mariano Beser e mais dois camponeses

---

<sup>176</sup> SILVA, Bráulio Rodrigues da Silva; MEDEIROS, Leonilde Sérvo. *Memórias da Luta pela Terra na Baixada Fluminense*. Mauad, 2008. P. 39-40.

<sup>177</sup> MAIA, Aline B. Conflitos e repressão no campo no estado do rio de janeiro (1946-1988): articulações ruralfabris na baixada fluminense. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, v.7, no 1, p.257-282, jan./jun. 2017 ISSN: 2236-6725.

que participaram do conflito armado. O delegado sindical da Leopoldina em Cachoeiras de Macacu declarou, na ocasião, que se dentro de 48 horas os três não fossem soltos, haveria uma greve de ferroviários no município<sup>178</sup>. Em Valença, por sua vez, a União Operária também auxiliou na organização dos trabalhadores rurais da região.

Esses laços fortaleciam a solidariedade entre os grupos e, além de constituírem um elemento fundamental em movimentos auto-organizados, também contribuía para a quebra de isolamento das lutas dos camponeses. Politicamente, também havia uma maior circulação de lideranças, de bandeiras, de palavras de ordem, da mesma forma que se disseminavam ideias e propostas que quebravam a dita barreira existente entre o que é rural e o que é urbano<sup>179</sup>.

### **3.3 A ação insurrecional**

No início dos anos 1960 o sertão fluminense foi retrato como um barril de pólvora em toda a imprensa carioca, devido aos levantes camponeses que vinham ocorrendo em diversas regiões. Além do contexto de violência vivenciado na década anterior, a opção pelo uso da violência militar se deu sobretudo pelo descrédito nas soluções políticas e institucionais. A bibliografia mostra que o primeiro caso de conflito armado iniciado no Rio de Janeiro foi o caso da Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias. Além desse caso, serão analisados aqui também os conflitos que ocorreram na Fazenda São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu, Pedra Lisa, que na época pertencia ao município de Nova Iguaçu e Santa Alice, na época pertencente a Itaguaí e outros conflitos ocorridos na região de Xerém que possuíam fortes ligações com o ocorrido em São Lourenço.

No Inquérito Policial Militar de n.º 709, que trata sobre a subversão no campo e na cidade relacionada ao Partido Comunista, é possível perceber uma preocupação militar em compreender o processo insurgente que acontecia no Rio de Janeiro e no Brasil. As insurgências são processos que se desenvolvem de formas diferentes, mantendo, entretanto, alguns padrões, como o fato de não necessitar de comando e se estabelecer a partir de relações horizontais, além de estar associado a uma multiplicidade de “estágios” e de formas de manifestação, como a agitação popular, desobediência civil, atividades de guerrilhas locais, ampla guerra de guerrilhas, conflitos armados, entre outros (FERREIRA, 2016).

---

<sup>178</sup>Última Hora, Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1961, p. 7.

<sup>179</sup>MEDEIROS, Leonilde S. de. (Coord). Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). Relatório. Rio de Janeiro, 2015. P. 60.

Os militares reconhecem no documento que, no meio rural, surgiram disputas relacionadas a posse da terra, entre grileiros e posseiros, tanto através de organizações de caráter nacional, como as Ligas Camponesas, quanto em organizações “de tipo local”, que teriam se desenvolvido em todo o território brasileiro, sendo o Rio Grande do Sul, o Paraná e o Rio de Janeiro visto como os lugares cujos conflitos foram mais proeminentes e que possuíam mais grupos armados, que eram vistos, inclusive, como possíveis embriões de guerrilhas rurais.

De acordo com o inquérito policial, os comunistas estariam infiltrados nos movimentos camponeses, incentivando ações como assassinatos e pilhagens, que teriam ocorrido em muitos lugares por parte dos trabalhadores rurais. Em outra seção desse mesmo IPM, analisando a subversão no campo, que estaria enquadrada dentro de um contexto de guerra revolucionária<sup>180</sup>, os militares concluem que a revolta camponesa passava por três fases. Na primeira, as ações que antes eram clandestinas e pacíficas, as quais interpretamos aqui como formas de resistência discretas ou infrapolítica, abrem espaço para ações mais violentas, o que compreendemos como a resistência declarada. Nesse momento, de acordo com o IPM, organizações de base se desenvolveriam e “bandos armados” manifestariam suas ações através de guerrilhas. Reconhece-se, assim, que é através de um processo auto-organizativo que surge a mobilização camponesa do pré-1964, sendo atribuído aos camponeses, ao longo do inquérito, atos terroristas e sabotagens contra as forças de ordem, o que pode ser entendido como as formas de resistência usadas pelos lavradores para resistir aos despejos. A etapa seguinte consistia na ampliação das bases e interligação, expresso na relação de mutualismo e nos laços de solidariedade existentes entre os lavradores de diversas fazendas e também com setores do operariado. Por fim, o inquérito afirma que com isso se avoluma a ação de guerrilheiros, o que poderia ocasionar o início de um exército popular, principal motivo de preocupação militar em relação ao movimento camponês.

Ulisses Lima, professor de história e autor do livro *Luta Armada na Baixada Fluminense (1961)*, realizou um levantamento das lutas mais evidentes, que teriam se organizado na região da Baixada Fluminense durante o pré-1964. A partir da análise do quadro, é possível perceber que havia um contexto de insurgência camponesa presente em todo o sertão fluminense, sendo necessário reconhecer que as populações camponesas desenvolveram modos distintos de lutar pela posse de suas terras.

---

<sup>180</sup> O assunto foi melhor explicado no segundo capítulo.



**Quadro 14 - Conflitos por terra no Estado do Rio de Janeiro**

CONFLITOS DE TERRA NO ESTADO				
ZONA FISIAGRÁFICA	ÁREAS OU MUNICÍPIOS	LOCAL	PERÍODO DE JUNHO DE 1961 A JULHO DE 1962	
			ORGANIZAÇÃO CAMPONESA	RESISTÊNCIA
ZONA DA BAIXADA DA GUANABARA	MAGÉ	KM 11		
		F. SANDRA		
		F. MACACO		
		F. E. VERMELHA		
		F. MATO GROSSO		
		F. SANTA FÉ		
		F. SALGADO		
		F. IMBARIÊ		
		F. RIO DOCE		ARMADA
		F. CAMARÃO		ARMADA
	F. SÃO NICOLAU			
	DUQUE DE CAXIAS	F. PIRANEMA	ASS. LAVRADORES	ARMADA
		F. SÃO LOURENÇO	ASS. LAVRADORES	ARMADA
		F. SANTA RITA	ASS. LAVRADORES	ARMADA
		TERRAS DA FNM	ASS. LAVRADORES	
		XERÉM	ASS. LAVRADORES	ARMADA
		F. BARRO BRANCO	ASS. LAVRADORES	
		F. SÃO JOSÉ		
		F. CAPIVARI	ASS. LAVRADORES	ARMADA
	F. STº ANTÔNIO	ASS. LAVRADORES		
CACHOEIRAS DE MACACU	F. SÃO JOSÉ DA BOA MORTE	LIGA CAMPONESA	ARMADA	
ITABORAÍ	F. V. GRANDE	ASS. LAVRADORES		
ZONA DA BAIXADA DO GUANDU	NOVA IGUAÇU	PEDRA LISA	ASS. LAVRADORES	ARMADA
	ITAGUAÍ	N.C. SANTA ALICE	ASS. LAVRADORES	ARMADA
		PONTE LIMPA		ARMADA
	TINGUÁ	F. REUNIDAS	ASS. LAVRADORES	ARMADA
PARACAMBI	PONTE COBERTA		ARMADA	
ZONA DA BAIXADA DOS GOITACAZES	MACAÉ	F. COTIA	ASS. LAVRADORES	
		N.C. DO INIC	ASS. LAVRADORES	
		F. ORATÓRIA	ASS. LAVRADORES	
		F. BOM JARDIM	ASS. LAVRADORES	

ZONA DA BAIXADA DE ARARUAMA	CABO FRIO	F. CAVEIRA		
		F. RIO DAS OSTRAS		
ZONA DA BAIXADA DO R. S. JOÃO	CASIMIRO DE ABREU	F. CANTAGALO		
	SILVA JARDIM	F. ENGENHOCA		ARMADA
Z. DO ALTO DA SERRA DE PETROPOLIS	SANTO ALEIXO	NÚCLEO COLONIAL DE ST. ALEIXO	ASS. LAVRADORES	ARMADA

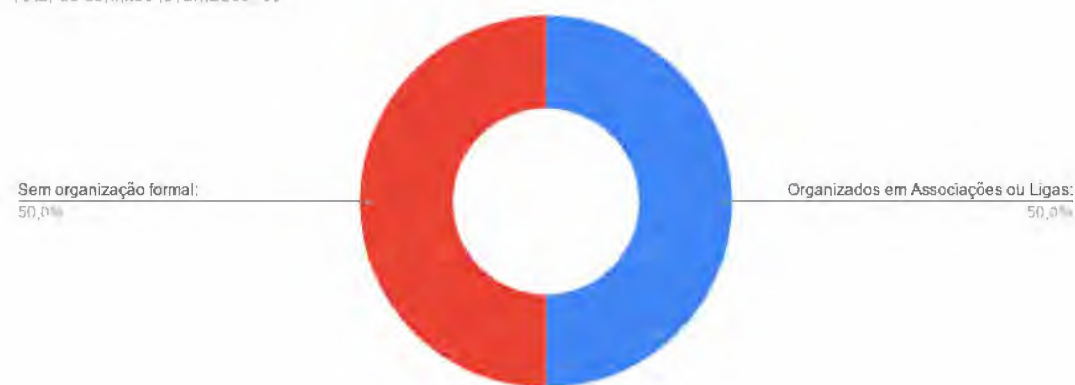
Fonte: Quadro elaborado por Ulisses M. Lima em seu livro, *Luta Armada na Baixada* (1961).

Dos 36 conflitos levantados por Ulisses Lima é possível notar claras distinções entre as formas de se organizar e resistir. Metade desses conflitos se deram através da organização dos lavradores em associações e em um caso, que é o da Fazenda São José da Boa Morte, o movimento se intitulou como Liga Camponesa. A outra metade se deu sem uma organização formal, utilizando formas de resistência infrapolítica e também resistência armada.

**Gráfico 6 - Formas de organizações presentes nos conflitos do Rio de Janeiro**

Presença de organizações nos conflitos do RJ

Total de conflitos levantados: 36



Fonte: Elaborado a partir do levantamento feito por Ulisses Lima, em seu livro, *A Luta Armada na Baixada* (1961).

### Gráfico 7 - Uso de resistência armada nos conflitos.



Fonte: Elaborado a partir do levantamento feito por Ulisses Lima, em seu livro, *Luta Armada na Baixada (1961)*.

Em março de 1956, por exemplo, o jornal *Imprensa Popular* noticiava a resistência dos lavradores da Fazenda Mato Grosso, em Magé, que não possuía uma organização formal. Entre as formas de resistência apontadas na reportagem, podemos citar a ida à redação do jornal e também a ida de uma comissão ao Palácio do Catete, numa tentativa de falar com o presidente. Podemos citar ainda o exemplo da Fazenda Camarão, também em Magé. Apesar de não ser organizada através da ALF, uma das formas de resistência utilizada foi a armada. Em agosto de 1962 o jornal *A Luta Democrática* trazia uma notícia onde Manoel Ferreira de Lima negava a declaração do delegado Péricles Gonçalves, que alegava ter prendido armas de fogo em poder dos posseiros da fazenda. Manoel também negava ter liderado homens armados para invadir as terras, afirmando que os posseiros já viviam ali há mais de 15 anos e que o objetivo deles era a desapropriação da área<sup>181</sup>. Apesar de não haver na reportagem informação sobre o histórico de conflitos das terras, fica clara a existência de uma resistência aberta contra os grileiros, além da tentativa de Manoel de ocultar a existência de armas na fazenda, de maneira a proteger a si e ao grupo de possíveis penalidades legais.

Esses exemplos também são bastante elucidativos para mostrar a auto-gestão ou auto-organização presente nos movimentos rurais do pré-1964. A auto-gestão é o elemento que abre a possibilidade para que as lutas dos camponeses ocorram sem a necessidade obrigatória de uma associação ou de um sindicato. O poder de decisão, em relação às estratégias utilizadas para resistir aos despejos e exigir a desapropriação das terras, pertence a todos os lavradores

<sup>181</sup> A Luta Democrática, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1962, p. 5.

afetados, organizados através de assembleias, onde os problemas são debatidos e as possibilidades expostas, sendo executado, por todos, o que for decidido naquele espaço. Pela auto-gestão que também se explica a diversidade de formas de resistência (infrapolítica, resistência pública, resistência armada), independente do meio de organização. Isso não quer dizer que os lavradores organizados através da ALF ou da Liga Camponesa, como em Cachoeiras de Macacu, não fossem grupos auto-geridos. Através das fontes foi possível constatar que, mesmo nas associações, onde as ideias do Partido Comunista se faziam mais presente, os lavradores possuíam autonomia para escolher os camponeses a frente das associações e o que prevalecia eram as deliberações do grupo, mesmo que isso fosse contra a orientação do PCB.

Portanto, nos parece muito claro que os levantes e a resistência armada não foram opções exclusivas dos grupos camponeses organizados através de associações. Independente da forma de organização, é possível constatar que os lavradores tiveram uma ampla margem de escolha em relação às táticas e formas de resistência que seriam usadas, adaptando-as a cada situação conflitiva. Práticas infrapolíticas, como reuniões secretas, permanência na terra, recusa a pagar a meia, ocupações, entre outras, foram estratégias usadas amplamente pelos camponeses em todo o sertão fluminense, tendo coexistido com a opção pela resistência aberta e pelo uso de violência militar, independentemente da existência de organização formal ou não.

Em Cachoeiras de Macacu os lavradores ocupavam a Fazenda São José da Boa Morte desde os anos 1950. A área pertencia a Adalberto Corrêa, mas com seu falecimento, em 1954, parte delas foi vendida para os irmãos Coimbra Bueno, donos da Empresa Agrobrasil Empreendimentos Rurais Ltda.. Em 1958 os irmãos começaram a empreender despejos a lavradores da Fazenda São José da Boa Morte e também no Núcleo Colonial de Papucaia, região próxima à Fazenda. Apesar de supostamente as terras pertencerem à empresa, os lavradores diziam que as terras eram pertencentes ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização e mais sete pessoas se declaravam como donas da região, o que torna difícil atestar a propriedade da mesma.

Em 1961, após sucessivos despejos, os lavradores da região organizaram uma resistência usando armas. Em 20 de novembro de 1961 o jornal *Última Hora* noticiava o acontecimento de uma “revolta agrária” na região de São José da Boa Morte, com a prisão, condenação e expulsão de grileiros.

A pacata localidade de São José da Boa Morte, 3º distrito do Município de Cachoeiras de Macacu está em pé de guerra. É que centenas de colonos, armados de revólveres e

fuzis, resolveram expulsar os grileiros que lhes vem tomando as terras onde vivem das plantações e criações que fazem<sup>182</sup>.

Ao receberem a notícia de que haveria mais uma tentativa de despejo, os lavradores da região decidiram se organizar em grupos. Segundo o relato do jornal, um grupo ficou responsável por fazer uma barricada no quilometro 20 que dava acesso à Fazenda, outro no quilometro 23 e o terceiro, construiria uma na Estrada do Ministério. Dois grupos ficaram responsáveis em ficar de sobreaviso e cuidando das famílias, enquanto outros lavradores iriam até um sítio próximo com a finalidade de prender Miguel Ferreira Macedo, visto como o responsável por uma série de despejos naquela localidade. Ameaçado com um fuzil, o mesmo foi levado a São José da Boa Morte em um caminhão. Ao mesmo tempo, um outro grupo de lavradores interceptava na estrada o carro onde viajava os grileiros Otávio Valpato, Antônio Valdaeira e Orlando Dantas. Os mesmos também foram presos pelos lavradores e levados a Fazenda, que foi denominada pelo jornal como “sede do Comando Revolucionário dos Colonos”<sup>183</sup>.

A prisão dos supostos proprietários e também de um oficial de justiça foi um fato de muita repercussão. Colocados encostados numa barreira, foi realizado um julgamento comandado por Mariano Baser<sup>184</sup>, que perguntava aos colonos da região o que os grileiros haviam feito contra eles. Após todas as acusações feitas, como sentença, os lavradores decidiram que eles deveriam ser fuzilados nas paredes das ruínas da Igreja de São José da Boa Morte sob a acusação de grilagem. No entanto, foram liberados dessa simulação de fuzilamento sob a promessa de não retornarem mais. Dias depois seria realizado um novo julgamento, dessa vez com a apreensão de um dos “capangas” dos grileiros, conhecido como Zé do Revólver, que teria cometido uma série de violências contra os lavradores da região. O mesmo também foi liberado, prometendo não perseguir mais os camponeses. Ainda sob a iminência do despejo, os camponeses cavaram trincheiras e se preparam para defender suas terras.

Uma repercussão que foi dada ao conflito é de que seria um movimento comunista. Em resposta, os lavradores de Cachoeiras de Macacu afirmavam que seu movimento não possuía nenhum caráter ideológico: “o que estamos fazendo é defendendo o legitimo direito de

---

<sup>182</sup> Última Hora, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1961, p. 2

<sup>183</sup> Última Hora, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1961, p. 2.

<sup>184</sup> Mariano Baser, nascido na França, chegou ao Brasil aos 8 anos de idade. Com formação em engenharia agrônoma pela Universidade Rural, envolveu-se com os movimentos pela terra no pré-1964, atuando ativamente no conflito ocorrido em 1961, na Fazenda São José da Boa Morte.

trabalhar na terra sem a exploração dos grileiros. Não cometemos nenhuma violência, nem temos qualquer vínculo com o Partido Comunista ou qualquer outro grupo”<sup>185</sup>.

A área de São José da Boa Morte ficou conhecida pela imprensa e pelas autoridades públicas como “zona conflagrada”<sup>186</sup>. Alguns dias depois do início da resistência armada, os lavradores retornaram suas atividades na lavoura, mas um grupo ficou designado para proteger a entrada da Fazenda no caso de novas tentativas de despejo. Enquanto isso, parte dos lavradores também compareceu à Delegacia de Polícia de Cachoeiras de Macacu para garantir junto ao delegado que não haveria tentativas de violência contra os trabalhadores rurais da região, afirmando que não permitiriam mais a entrada de grileiros na Fazenda<sup>187</sup>.

O que aconteceu, entretanto, é que alguns dias depois a polícia de Cachoeiras de Macacu iniciou uma busca implacável aos lavradores que participaram do movimento, que se viram obrigados a fugir pelo mato ou foram presos. Ao chegar no lugar, a polícia já encontrou as armadilhas desfeitas e apenas um pequeno grupo de lavradores trabalhando no local. Na ocasião, Mariano Beser e mais outros dois participantes, José Nascimento de Assis e Francisco de Assis já se encontravam presos, apanhados ao saírem de uma barca, em Niterói<sup>188</sup>.

De acordo com os relatos apresentados nos jornais, o movimento contou com a presença de seiscentos lavradores que resistiram de forma armada e com estratégias militares por cerca de quinze dias. Esse evento, que determinou que a mobilização camponesa no local era perigosa não só para os proprietários de terra, mas também para a segurança pública, intensificou a repressão policial e culminou em novos despejos. Dessa vez, as famílias se instalaram nas terras do INIC, no Núcleo Colonial de Papucaia. Apesar da desarticulação promovida pela intervenção policial a luta dos lavradores continuou, visto que os camponeses eram sempre importunados e novas tentativas de despejo se davam a todo momento. Após o despejo ocorrido em 1961 os militares se instalaram na fazenda e permaneceram nela por cerca de trinta dias, de forma a evitar que os lavradores voltassem ou se insurgissem novamente.

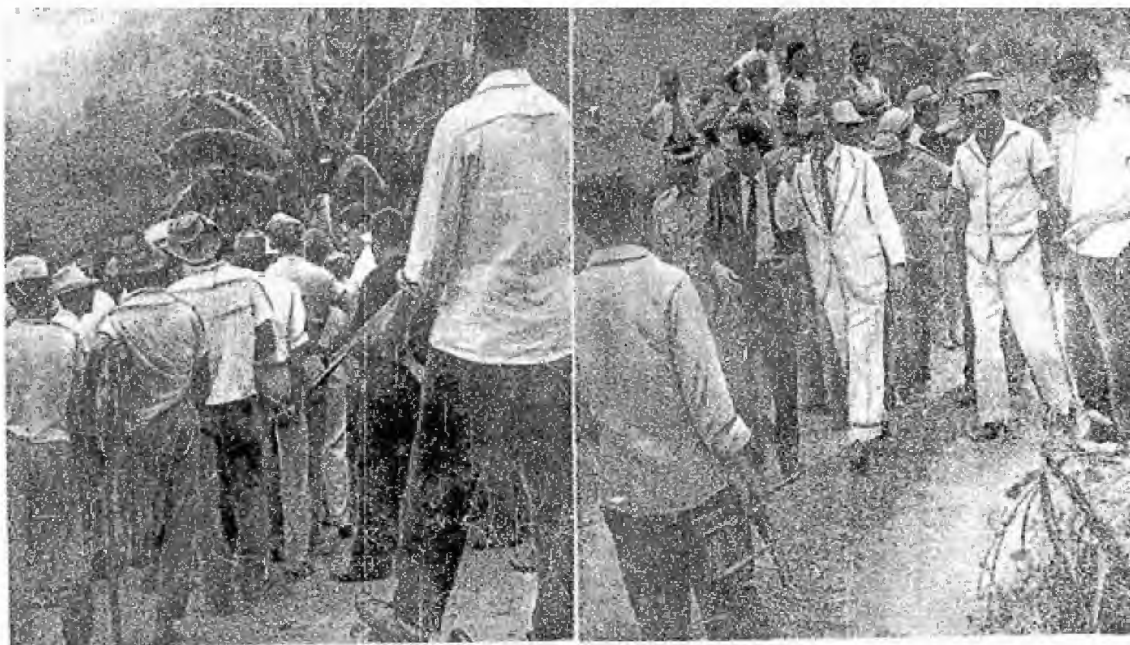
---

<sup>185</sup> Última Hora, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1961, p. 2

<sup>186</sup> Pedra Lisa, em 1958, também ficou conhecida pela polícia local como zona conflagrada.

<sup>187</sup> Última Hora, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1961, p. 2.

<sup>188</sup> Última Hora, Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1961, p. 7.



**Figura 2 - Policiais nas terras da fazenda São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu.**

Fonte: Última Hora, 29 de novembro de 1961, p.1.

Em 1963, com a Agrobrazil avançando sobre as terras do Núcleo de Papucaia houve nova ocupação e resistência, dessa vez organizada através da Associação de Lavradores de Cachoeiras de Macacu, criada, provavelmente, nos anos 1950. A insurgência na Fazenda São José da Boa Morte possuiu, em relação aos outros conflitos do Rio de Janeiro, o diferencial de ter sido apoiado pelo governo local, na figura do prefeito Ubirajara Muniz, do PTB (partido de João Goulart e de Leonel Brizola). O mesmo, em depoimento ao Serviço de Diligências Sociais, após o golpe de 1964, afirma que de fato contribuiu para a libertação de lavradores do conflito de 1961 e que frequentou diversas vezes as ocupações, tanto de 1961 quanto de 1963, priorizando sempre a defesa dos lavradores.

No final de 1963 os lavradores também contaram com o apoio de diversos outros setores da sociedade como os sindicatos de ferroviários, estudantes e o Comando Geral dos Trabalhadores. Com a ocupação da Fazenda, a família Coimbra Bueno recorreu à justiça de Cachoeiras de Macacu e conseguiu a reintegração da posse para a empresa Agrobrazil, tendo os lavradores que deixar o local até o dia 13 de dezembro daquele ano.

Entretanto, os mesmos confiaram na promessa do superintendente da Supra, João Pinheiro Neto, que garantiu que o presidente João Goulart desapropriaria a região. Dessa forma, deixaram a terra sem resistência. No entanto, tanto os lavradores quanto o prefeito Ubirajara mobilizaram dezenas de famílias para ir até à Capital para montar um acampamento em frente

ao Palácio das Laranjeiras, de forma a pressionar o governo e criar uma repercussão pública para o impasse.

Em 13 de janeiro de 1964 a fazenda foi desapropriada por João Goulart por meio do Decreto nº 53.404, que dizia:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso I da Constituição, e nos termos da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, combinada com o Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956;

CONSIDERANDO as graves ocorrências verificadas no lugar denominado São José da Boa Morte, no Município de Cachoeira de Macacu, entre posseiros e proprietários, em áreas contíguas ao Núcleo Colonial de Papucaia;

CONSIDERANDO que, inobstante as providências tomadas pela Superintendência da Política Agrária - SUPRA – o dissídio prossegue insolvido e com perspectivas de agravamento, com conseqüências imprevisíveis, que cumpre evitar;

CONSIDERANDO que o grave dissídio em causa envolve mais de quinhentas (500) famílias de modestos lavradores e que, em parte, decorre do excessivo povoamento da área original do Núcleo Colonial de Papucaia, conseqüente à inelutável e cada vez mais numerosa instalação de desamparados lavradores em busca de terra para cultivar, de modo a terem como atender, pelo cumprimento da obrigação social do trabalho, à própria subsistência e à de seus familiares;

CONSIDERANDO, finalmente, que a situação tende a assumir contornos de gravíssimo conflito social e que ao Poder Público urge, com os recursos constitucionais e legais vigentes, o indeclinável dever de manter a paz social e promover a justa distribuição da terra e condicionar seu uso ao bem estar coletivo, na forma do preceituado pelo art. 147 da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º São declaradas de interesse social para fins de desapropriação, as áreas de terras de, aproximadamente, 1.790 (um mil, setecentos e noventa) alqueires geométricos, ou os que forem encontrados nas propriedades, descritas no parágrafo 1º deste artigo, situados nos municípios de Cachoeiras de Macacu e Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro.<sup>189</sup>

Os lavradores retornaram as terras e começaram a se instalar novamente após sua conquista, mantendo-se, entretanto, mobilizados, visto que a entrega definitiva dos lotes estava demorando. No entanto, dois meses após eles precisariam sair mais uma vez. Com o golpe de 1964 o Exército ocupou a Fazenda, vasculhando as casas e procurando lideranças que pudesse prender. Para evitar maior repressão, os lavradores deixaram a região.

Em Pedra Lisa, a década de 1950 também foi marcada pelo contexto de violência e despejo que assolou não só o meio rural fluminense, mas todo o Brasil. O caso de Pedra Lisa elucidou perfeitamente a vida e a chegada dos trabalhadores rurais na Baixada Fluminense. Em Pedra Lisa, quando chegaram, os camponeses tiveram que lidar com terras pantanosas e com

---

<sup>189</sup> Decreto nº 53404, de 1964. Disponível em <http://legis.senado.leg.br/norma/476067/publicacao/15790417> acesso em 04/02. Acesso em 15/04/2020.



surtos de malária, responsável pela morte de muitas famílias. Nas chuvas, a região inundava e as águas invadiam as casas. Todas as plantações que ali surgiram foram fruto do trabalho de famílias camponesas, que cultivaram milho, arroz, árvores frutíferas, entre outras, para sua subsistência e para comercializar nos mercados locais. Nunca receberam nenhum auxílio governamental e a região na época não possuía sequer serviços básicos, como um posto médico. A única escola que o local possuía também foi construída pelos lavradores, que com seus próprios recursos mantinham a professora que nela trabalhava<sup>190</sup>.

Os relatos de ocupação da região retratam que os primeiros posseiros chegaram no local entre os anos de 1920 e 1940, oriundos de outras áreas rurais do Rio de Janeiro, como Campos, Casimiro de Abreu, Itaguaí e de outros estados, sobretudo de Minas Gerais. Concomitantemente ao trabalho que os lavradores fizeram de limpeza na área, o Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense conseguiu sanear e erradicar doenças que assolavam a região, como a malária, o que tornou a terra atrativa para os lavradores que migravam para Pedra Lisa e também para os grileiros, que começaram a ter interesse em explorar as terras. Em 1946 já eram cento e quarenta famílias alocadas nessa área.

Nesse contexto, iniciou-se a abertura de estradas e a especulação fundiária na região. O conflito que se inicia na década de 1950 e que levou a uma resistência armada se deu devido à disputa pelas terras entre os lavradores que ali trabalhavam e comercializavam no mercado interno do Rio de Janeiro e os supostos donos das terras. Sendo uma região extensa que compreendia mais de uma fazenda, diziam-se proprietários daquelas terras os irmãos Guinle, donos da Companhia Fazendas Reunidas Normandia e os jornais também mencionavam tentativas de despejo por parte de Antônio Procópio, junto com os advogados Fernando Brigagão, Mario Guimarães e José de Assis Ferreira.

Na época a região chamada de Pedra Lisa, município de Nova Iguaçu<sup>191</sup>, compreendia as fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira e a Fazenda São Pedro, que hoje pertence ao bairro iguaçuano Jaceruba. As três fazendas foram desapropriadas em 1958 e 1959 devido à luta e resistência que os lavradores do local, junto com a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa desenvolveram.

Em 1956, organizados através de sua Sociedade de Lavradores e Posseiros, os lavradores de Pedra Lisa impuseram resistência a um despejo armados de facas, foices, enxadas

---

<sup>190</sup> Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1955, p. 6.

<sup>191</sup> Atualmente pertence a cidade de Japeri, que se emancipou de Nova Iguaçu em 2 de dezembro de 1991.

e espingardas. Após inúmeras violências e ameaças, no dia 15 de agosto chegou uma caravana da polícia junto com um comissário, Lourival, e acompanhados de José de Assis Ferreira, também conhecido como Pimenta, que era, na época, vereador da UDN em Nova Iguaçu e se dizia dono das terras. O intuito era levar a polícia até lá para expulsar os lavradores da terra que ele dizia ser sua. No entanto, dessa vez foram recebidos por dezenas de camponeses armados. Ao perceber a reação dos lavradores, o parlamentar e o comissário saíram do carro desarmados, abertos a dialogar. Os lavradores, por sua vez, mostraram documentos que provavam que a terra pertencia à União desde 1877, conforme certidões que eles obtiveram em cartórios.

Segundo o relato do jornal *Imprensa Popular*, no dia seguinte, sucedeu-se uma reunião na delegacia com José de Assis Ferreira e seu advogado, o delegado, uma comissão de lavradores, o advogado da Sociedade e Zacarias de Oliveira, do INIC. O que se percebeu é que de fato o vereador não possuía documentos que provassem que ele era dono das terras, ficando acordado que a Sociedade ingressaria na justiça e que a polícia não mais iria interferir nos objetivos pessoais de grileiros, deixando os lavradores em paz<sup>192</sup>.

Entretanto, os anos que se seguiram continuaram sendo marcados por despejos. Em julho de 1957 a Sociedade de Posseiros de Pedra Lisa organizou uma conferência com representantes políticos da Baixada Fluminense, delegações de sindicatos de várias regiões do Rio de Janeiro e de camponeses de todo o sertão fluminense. O jornal *Imprensa Popular* narra que, nessa conferência, Miguel de Castro, funcionário do Ministério do Trabalho que vinha prestando auxílio à Associação, mostrou vários documentos, inclusive uma planta da Fazenda Santa Cruz obtida no Arquivo Nacional, provando que Pedra Lisa faz parte das terras da Fazenda e pertencia à União. A partir de escrituras de 1875 comprovou que aquela parte havia sido comprada pela Coroa Imperial para proteger a cabeceira dos rios Guandu e D'Ouro, que até hoje abastecem de água a cidade do Rio de Janeiro<sup>193</sup>.

Em 23 de junho de 1958, a vitória dos camponeses se deu através da assinatura do decreto de desapropriação pelo governador Miguel Couto Filho. Na comemoração, compareceu o próprio Miguel Couto e o então candidato ao governo do Estado, Roberto da Silveira. Entretanto, como em todo o sertão fluminense, o golpe civil-militar impôs aos lavradores de Pedra Lisa a necessidade de se desmobilizar. A Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa teve sua sede completamente destruída, documentos foram queimados, lideranças e outros

---

<sup>192</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1956, p. 4.

<sup>193</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1957, p. 6.

lavradores foram duramente reprimidos pelo Exército, presos e torturados. O ramal ferroviário que possuía uma estação na Fazenda São Pedro para escoamento da produção foi extinto e tanques de guerra foram enviados para a região. Em relação à repressão pós golpe em Pedra Lisa, Raimundo Lima, militante do PCB que frequentava reuniões da Sociedade de Lavradores e Posseiros na época, conta que

Os tanques de guerra foram em Pedra Lisa! (...) Os companheiros trabalhadores rurais lá, os camponeses, amarraram lá e o pessoal sumia com eles, eles pegavam, matavam. Todo mundo via! Acontecia isso, mas você não podia provar. Acontecia isso, os maridos eram presos, as mulheres corriam também, foi uma miséria (...) Aqui foi uma região de perseguidos! (Entrevista de Raimundo Lima, concedida a Leonilde Medeiros, Aline Borghoff e Romário Silveira em setembro de 2015)<sup>194</sup>

Em setembro de 1961 foi a vez do Núcleo Colonial Santa Alice chamar atenção nas reportagens de jornais. O jornal *Última Hora* noticiava que lavradores haviam sitiado Itaguaí em uma guerra armada aos grileiros. Após sucessivos despejos, violências e destruição de casas por parte dos pretensos donos das terras e da polícia local, os lavradores de Santa Alice construíram uma barricada na entrada do Núcleo Colonial e se armaram com espingardas, foices, facões e enxadas.

O *Jornal do Brasil* noticiava que seiscentos lavradores de Pedra Lisa, armados, estavam se dirigindo para Itaguaí, a fim de auxiliar os camponeses. Na ocasião, os lavradores do Coletivo Santa Alice teriam procurado a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, que foi fundamental no processo de organização e para o estabelecimento de solidariedade e auxílios de outras áreas rurais do estado. Juntos, produziram um manifesto que foi atendido por lavradores de diversas regiões do sertão fluminense.

Povo fluminense! Os lavradores não querem vir a pedir esmolas, não querem ser transformados em ladrões, não querem aumentar o número de desempregados nas cidades. Ao sermos tudo isso, que será vergonhoso para os nossos filhos, é preferível que derramemos na luta sobre a nossa própria terra, o nosso sangue.

Companheiros das Associações do Estado do Rio! Aqui estamos precisando de tua solidariedade. A nossa causa é sua também. Dirigentes sindicais, estudantes, donas de casa e operários, o seu protesto será contra a carestia de vida. Estamos cercados de jagunços, mas a nossa causa é mais sublime, é mais nobre, porque aqui estamos defendendo nosso direito de viver como pessoa humana.

A Sociedade de Pedra Lisa apela para o Sr. Governador Celso Peçanha que venha ao encontro dos lavradores de Itaguaí. Hoje estamos apelando, mas amanhã talvez não têmos mais tempo para apelar.

Ao povo fluminense! Todos falam em reforma agrária, mas na hora da distribuição das terras, todos fogem do assunto.

Terminamos este manifesto esperando que as autoridades resolvam esta situação, não criada pelos lavradores, mas sim pela incúria do INIC, que na hora da responsabilidade, abandonou os lavradores.

---

<sup>194</sup> Trecho da entrevista obtido através do trabalho de Gabriel Bastos (2013), p. 192-193.

Ao Povo fluminense! Nesta luta contamos com o seu apoio para a vitória final. (as.)  
O Comando Geral.<sup>195</sup>

Apesar de não possuir títulos de propriedade, visto que as terras pertenciam ao INIC<sup>196</sup>, Nelson Gomes de Souza, que se dizia proprietário da região há anos, vinha despejando lavradores, queimando casas e plantações. O conflito se iniciou quando os lavradores descobriram, no início do mês de setembro de 1961, que a viúva Moura Costa havia sido considerada como proprietária das terras pela justiça, uma questão que há anos ela movia contra o INIC e que agora pretendia vendê-las.

Dias depois da descoberta, os lavradores acordaram de noite com suas plantações sendo incendiadas. Ao saírem das suas casas se depararam com oito homens armados de rifles e revólveres, atirando para o alto e rindo, ameaçando voltar para matar quem resistisse e não saísse das terras. Com isso, a professora que lecionava na escola e alguns lavradores resolveram ceder ao medo e sair do local. Mais alguns dias e os homens voltaram, ateando fogo em tudo o que restou. Um dos posseiros, João Evangelista, ao tentar resistir foi baleado na perna. Teve a sua casa incendiada e foi jogado na estrada às 2 horas da manhã, junto com a sua esposa e os seus onze filhos, apenas com a roupa do corpo. Nelson Gomes, o responsável pelas violências as quais os lavradores vinham sofrendo, alegava ter comprado as terras da viúva Moura Costa, mas, segundo os relatos dos camponeses ao jornal *Última Hora*, nunca mostrou qualquer documento que comprovasse a veracidade disso.

No dia 20 de setembro os posseiros realizaram uma reunião e decidiram lutar com armas para defender as terras em que viviam e cultivavam há nove anos. A reportagem do Jornal do Brasil conta que a associação de Pedra Lisa enviou seiscentos lavradores armados para o Coletivo, com o intuito de protegerem as principais vias de acesso à região, localizada nas margens da rodovia Presidente Dutra. Utilizando o exemplo da Fazenda São Lourenço, os lavradores de Santa Alice afirmavam que só não haveria luta se houvesse a desapropriação imediata das terras<sup>197</sup>.

---

<sup>195</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1961, p. 2.

<sup>196</sup> Através do Decreto nº36806 de 25/01/1955, foi criado por João Café Filho o Núcleo Colonial Santa Alice, em terras pertencentes à União.

“Art. 1º Fica criado o Núcleo Colonial “Santa Alice”, em terras situadas no município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro e parte no município de Pirai no mesmo Estado.

Parágrafo único. A área mencionada neste artigo é constituída por seis mil duzentos e dezesseis hectares de terras, que pertencentes à União, constituíam as antigas Secções “Seropédica”, “Cacaria” e “Trevo da Viúva Graça”, do Núcleo Colonial de Santa Cruz.”

<sup>197</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1961, 1º caderno, p. 5.

Considerando o grande volume de camponeses armados, no dia seguinte, o presidente João Goulart, atendeu ao apelo dos lavradores e começou a tomar medidas para que as terras ficassem com eles. Enviou para Santa Alice o Tenente Coronel Acioli, que primeiro conversou com os lavradores e em seguida com o suposto proprietário da terra, Nelson Gomes. O INIC por sua vez considerou, após o episódio, desapropriar Santa Alice. Como soluções, o Instituto afirmou que primeiro seria preciso reaver as terras para o INIC. Como medidas paliativas, considerou alocar os colonos na gleba Viúva Graça, no Núcleo Colonial São Bento ou em lotes que viessem a vagar e por fim, como última opção, a desapropriação das terras. Os posseiros, por sua vez, recusaram as alternativas propostas e deixaram bem claro que só aceitavam a desapropriação das terras.

Em dezembro de 1961, após um período de relativa paz entre as negociações sobre a desapropriação das terras, soldados da Polícia Militar do Estado do RJ entraram no Coletivo e prenderam dezesseis posseiros, ocupando também trinta casas de lavradores. Em resposta, a Associação de Pedra Lisa deu um prazo para que os camponeses fossem libertados, sob a ameaça de uma resistência armada de posseiros de todo o Estado do Rio de Janeiro. Dos dezesseis lavradores presos, apenas treze foram liberados, ficando os outros três desaparecidos, o que levou a crer que eles foram assassinados. Ao perguntar por eles ao Subdelegado de Itaguaí, os lavradores ouviram que eles deveriam ser procurados no Rio Guandu e não na delegacia, num claro indicativo de que eles teriam sido assassinados<sup>198</sup>.

Os policiais permaneceram ocupando o Coletivo Santo Alice, ao que tudo indica a mando de Nelson Gomes de Sousa. Ao tentar retomar as terras, os lavradores enfrentaram a Polícia Militar, o que resultou em dois camponeses baleados e cinquenta presos, segundo reportagem do *Jornal do Brasil*.<sup>199</sup> Após esses episódios, o INIC seguiu tentando intervir para que a desapropriação fosse realizada. A mesma só aconteceu oficialmente em 1963, através do Decreto n.º 51.906, de 19 de abril:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 87 da Constituição Federal e tendo em vista o que dispõem os incisos I e III da Lei 4.132 de 10 de setembro de 1962, decreta:

Art. 1º É declarado de utilidade pública por interesse social para fim da desapropriação o domínio útil da Gleba Santa Alice, desmembrada da Fazenda do mesmo nome, situada no 2º Distrito do Município de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, com 100 metros de frente para a rodovia Presidente Dutra, de onde parte para os fundos da mesma fazenda até encontrar a área prometida vender a Manoel Pereira do Espírito Santo, daí no rumo geral para o sul costeando o Rio Guandú até encontrar as terras de Alexandre Barreto e em seguida Miguel Gonçalves Fernandes de onde

---

<sup>198</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1961, 1º caderno, p. 9.

<sup>199</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 de janeiro de 1962, 4º caderno, p. 1.

rumará para o Oeste em direção a Estrada Presidente Dutra até encontrar terras de Miguel Gonçalves com a referida estrada.

Na década de 1960 o debate sobre a reforma agrária já estava em alta no plano político e os conflitos se intensificaram, seja através de ocupações e resistências cotidianas, que se multiplicavam ou através de ações mais radicais, como os levantes armados. Dentre os casos mais conhecidos, Medeiros (2015) destaca as duas ocupações da fazenda São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu, a do Imbé, em Campos, e os conflitos armados ocorridos em Capivari e São Lourenço, em Duque de Caxias. Isso levou à preocupação de grupos militares tanto pelo fato da intensificação como pelas táticas, que se aproximavam com as de grupos radicais de esquerda. Paralelamente também ocorriam atos públicos, marchas e passeatas para pressionar governantes.

Thompson (1998), analisando os motins da fome, realizados por trabalhadores ingleses no século XVIII, acredita que os mesmos não reagiam de forma espontânea a uma necessidade biológica básica, caracterizada pela fome. Ele defende que as revoltas ocorriam baseadas em princípios morais e éticos da multidão. Agiam respaldados nos costumes, na cultura e na razão. Portanto, havia um consenso popular entre o que eram práticas legítimas ou ilegítimas e a indignação do povo se dava pelo desrespeito a esses consensos, motivando a ação direta.

Dessa forma, as ações dos trabalhadores ingleses para baixar e regular o preço dos alimentos não eram uma reação simples à fome. Ótica similar pode ser vista nos movimentos rurais do pré-1964. Em todos os levantes citados o que se tem em comum é a indignação frente à grilagem, à violência e aos despejos dos lavradores das terras, que alegavam estar morando e cultivando há décadas.

Nos relatos apresentados pelos lavradores, quando procuravam as redações de jornais para fazer denúncias em relação às violências que sofriam, o que se percebe é justamente a indignação pelo fato de, por décadas, as terras terem ficado abandonadas por parte do poder público ou dos que se diziam proprietários, cabendo aos lavradores realizar todo o trabalho de derrubada das matas, tratamento das terras, construção de moradia e plantio da lavoura. Tudo isso para algumas décadas depois serem expulsos de formas violentas, humilhantes e degradantes. Era um sentimento comum entre os camponeses do sertão fluminense que a terra pertence a quem produz, sendo inaceitável o contexto de expropriação vivido nas décadas de 1950 e 1960. Assim como no contexto inglês, a insurgência camponesa do pré-1964 não se deu de forma espontânea, mas sim, dentro de uma perspectiva moral que abrangeu todo o campesinato do Estado e do Brasil, levando ao desenvolvimento de diversas formas de

resistência e de revoltas armadas. Essa resistência camponesa foi a responsável por, nos anos 1960, conquistar a desapropriação por decretos presidenciais e estaduais de diversas fazendas e, possivelmente, caminhar para a exigência de uma reforma agrária se não houvesse o golpe civil-militar.

Com o golpe de 1964, as associações de lavradores foram fechadas e as áreas ocupadas vasculhadas e cercadas por militares. Ocorreu uma profunda perseguição a participantes e lideranças dos conflitos pela terra, que por diversas vezes eram presos, torturados ou mortos. Dado esse contexto de profunda repressão, uma rearticulação da luta, mesmo que numa configuração bem diferente, só conseguiu advir na década de 1980.

## **CAPÍTULO 4: UM BARRIL DE PÓLVORA? RESISTÊNCIA CAMPONESA EM XERÉM, DUQUE DE CAXIAS**

Tal como se assistíssemos ao lançamento de comunicados de operações de uma revolta em rotina, o mais recente noticiário vem de publicar a invasão da fazenda Capivari, em Caxias, por dois mil lavradores armados, que ali cavaram trincheiras e mantêm reféns. Antes da invasão, assaltaram armas e munições, levaram o que lhes interessava para resistir – mas não tocaram nos dinheiros existentes nas caixas registradoras. [...] O barril de pólvora está localizado a trinta minutos da Praça Mauá, no caminho para Petrópolis. A posição de inércia de agora não implica em absolvição futura quando a situação se tornar insustentável<sup>200</sup>.

Emancipada da cidade de Nova Iguaçu em 1943, Duque de Caxias se situa na região denominada como Baixada Fluminense, na região metropolitana do Rio de Janeiro, estando a apenas 15 km da capital do Estado. A partir de sua emancipação, Duque de Caxias ficou composto por 3 distritos: Caxias, São João de Meriti e Imbariê. Em 1947, entretanto, São João de Meriti se emancipou de Duque de Caxias e em 1954 o distrito de Imbariê deu origem a outros dois, o de Xerém e de Campos Elíseos<sup>201</sup>. Até a década de 1940 a atividade econômica predominante da região era a citricultura, assim como em outras partes da Baixada, cujas laranjas eram exportadas pra diversas regiões e também para outros países. Entretanto, com o advento da Segunda Guerra Mundial a atividade entrou em decadência, cedendo espaço para a abertura desordenada de loteamentos, o que contribuiu muito para o aumento populacional e para a ocorrência de conflitos nas áreas rurais, cujas terras começaram a gerar interesse. Nesse período, Duque de Caxias também foi alvo de processos desenvolvimentistas, com a criação da Fábrica Nacional de Motores, em Xerém, a partir de 1942 e também com a criação da refinaria de petróleo Reduc, já na década de 1960.

---

<sup>200</sup> Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 22 de junho de 1963, 1º caderno, p. 6.

<sup>201</sup> SOUZA, Marluca dos Santos. Memórias da emancipação e intervenção no município de duque de caxias nos anos 40 e 50. *Revista Pílares da História*, Ano II – nº 03 – dezembro de 2003, p. 34 a 53.

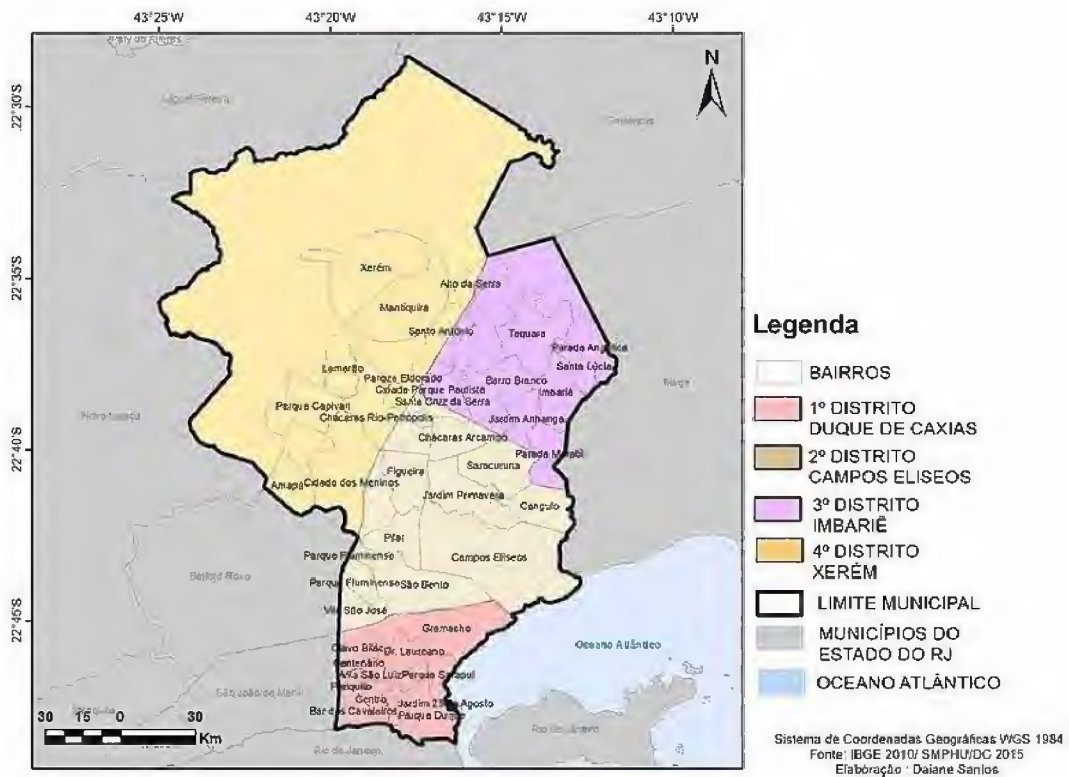


Mapa 3 - Localização do município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: IBGE

Mapa 4- Distritos de Duque de Caxias



Fonte: IBGE

Entre 1940 e 1960, Duque de Caxias passou por um intenso crescimento populacional, tanto urbano quanto rural. Em parte, podemos atribuir esse crescimento aos processos migratórios que ocorreram em toda a Baixada Fluminense. Até a década de 1940 pessoas de diversas cidades do Rio de Janeiro e de outros Estados mudaram para a região, atraídos pelos empregos sazonais oferecidos pela citricultura ou atraídos pela possibilidade de cultivar um lote de terra, como foi o caso de José Pureza, que se mudou para Xerém em 1947. Ainda nesse período, também se tem um fluxo de pessoas migrando em busca de empregos nas indústrias, que vinham crescendo entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1950. Acreditamos que esse processo migratório, em busca de empregos nas fábricas ou na tentativa de conseguir um lote de terra, bem como o fato da cidade se localizar próximo à capital, contando com transportes e vias de acesso, são os principais responsáveis pelo constante aumento populacional que se percebe nos censos demográficos de 1940, 1950 e 1960.

**Quadro 15 - População urbana e rural de Duque de Caxias (1940 -1960)**

<b>Ano</b>	<b>População Total</b>	<b>População Urbana</b>	<b>População Rural</b>	<b>% da população rural na cidade</b>
1940	28.328	23.963	4.365	15,4
1950	92.459	74.565	17.894	19,3
1960	241.026	176.306	67.313	27,9

Fonte: Censo Demográfico do IBGE de 1940, 1950 e 1960.

A população rural representava uma parcela significativa em relação à população total do município. De acordo com o censo agrícola de 1960, em Duque de Caxias essa população rural se dividia entre proprietários de terras, ocupantes, arrendatários ou administradores de terras, sendo que dos 1294 estabelecimentos presentes no censo, 1.044 se encontravam arrendados ou ocupados (80%). O alto número de terras arrendadas e ocupadas, com delimitações imprecisas, sem uso, sem donos ou pertencentes à União é um componente fundamental para compreender a dinâmica de expropriação e resistência que se desenvolveu na região.

**Gráfico 8 - Condição legal das terras em Duque de Caxias**



Fonte: Censo Agrícola de 1960, IBGE.

#### **4.1 Formas de dominação e expropriação de terras**

O primeiro despejo da Fazenda São Lourenço, noticiado no jornal *Imprensa Popular*, aconteceu em 1951, quando o alemão Emilio João Carlos Horvitz, junto com o deputado Getúlio de Moura compareceu com um despacho jurídico, dispendo de forte aparato militar e incendiou as casas dos camponeses, tomando para si as plantações e animais ali existentes, ficando inclusive com os bens e grãos que os lavradores possuíam guardados. A fazenda foi ocupada por Horvitz, junto com um grupo de machadeiros, que iriam explorar o carvão da área. Em relação a esse despejo, o *Imprensa Popular* relata que

[...] O barraco do lavrador Zacarias foi cercado, invadido e incendiado a seguir pelos policiais. Seu filho pequeno foi baleado, por ordem do grileiro Emílio, quando tentava, amedrontado, fugir para o mato.

Na casa de Joaquim Mota moravam ao todo 16 pessoas entre velhos e crianças. A casa foi queimada e seus moradores atirados ao relento.

Na casa de José Narciso, nada mais restava além de cinzas e escombros. Os poucos bens que possuía o camponês estavam atirados pelo terreiro. Mais tarde alguns outros lavradores que presenciaram o incêndio contaram que por pouco a esposa do José Narciso não foi espancada pelo grileiro Emílio para que deixasse de chorar.

Outra senhora teve que dar a luz em pleno mato, depois de ter o barraco incendiado. O lavrador Rafael Meireles teve que suplicar aos policiais, alegando que sua esposa estava em vésperas de dar à luz, para que fosse adiado para hoje a destruição do seu

lar. Seu pai, entretanto, apesar de bastante velho não foi poupado e ainda teve que esconder-se<sup>202</sup>.

Após o fato, os camponeses se dirigiram ao palácio do Catete para pedir que Getúlio Vargas e Café Filho apresentassem alguma solução, o que não chegou a se concretizar.

Em face do crime os camponeses dirigiram-se ao Catete, e nas cinco vezes que ali estiveram Getúlio [Vargas] e Café Filho prometeram tomar providências para pôr um paradeiro a essas violências. Porém, essas providências não passaram do terreno das promessas, porque dias depois surgiu novamente o grileiro Horwitz que ocupou a fazenda com uma turma de machadeiros para o fabrico de carvão. A audácia do grileiro chega ao ponto de ameaçar os camponeses da fazenda “Piranema”, que ali vivem há mais de dez anos e além disso está a vários quilômetros de distancia das terras griladas por Emilio Horwitz<sup>203</sup>.

Em Capivari, outra fazenda próxima a São Lourenço, os lavradores também estavam sendo ameaçados por Orlando José Ferreira, que se dizia dono das terras. Com um mandado judicial e catorze policiais do batalhão de cavalaria, ele também expulsou cerca de cento e cinquenta famílias camponesas que se viram jogadas na mais extrema pobreza, sem suas casas, criação ou plantio. A estratégia dos trabalhadores de Capivari, na época, também foi a de recorrer a Getúlio Vargas, que, por sua vez, também não realizou nada de concreto. Na ocasião, os lavradores conseguiram uma audiência na Comarca de Duque de Caxias, onde ficou entendido que os despejos aconteceram de forma arbitrária, mas sem que o juiz proferisse qualquer sentença a favor deles<sup>204</sup>.

Prosseguindo, disse a comissão de camponeses que, não sendo tomada nenhuma providência contra Emilio, surgiu outro grileiro de nome Orlando José Ferreira que se diz “dono” da fazenda Capivari e, segundo ele mesmo, se ufana dizendo ser amigo do vice-presidente Café Filho. Esse grileiro adquiriu também um mandado judicial e 14 policiais do batalhão de cavalaria despejou da noite para o dia mais de 150 famílias camponesas, que se encontram na mais extrema miséria. Mais uma vez os camponeses dirigiram-se ao sr. Getúlio Vargas, que novamente prometeu protegê-los. Essa “proteção”, porém não passou também do terreno das promessas.

Numa das audiências havidas na Comarca de Duque de Caxias, ficou de uma vez por todas desmascarado o despejo, bastando agora ser lavrada a sentença pelo juiz<sup>205</sup>.

Através das notícias relacionadas aos despejos, encontradas nos jornais, é possível perceber que havia relações entre os supostos donos das terras em Xerém e também entre eles e o poder público. Em 1952 o jornal *Imprensa Popular*, em mais uma reportagem acerca dos violentos despejos que estavam ocorrendo em Duque de Caxias, relatava mais um despejo que

---

<sup>202</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1951, p. 4.

<sup>203</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 08 de março de 1953, p. 4.

<sup>204</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 08 de março de 1953, p.4.

<sup>205</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 08 de março de 1953, p. 4.

havia ocorrido na Fazenda São Lourenço e o relacionava com as violências ocorridas em terras vizinhas, como Capivari e na fazenda Penha e Caixão.

A 6 de junho, o grileiro Orlando Ferreira, que também tem ligação íntima com Horwitz, resolveu igualmente despejar os camponeses da Fazenda Capivari, situada no Quilômetro 43 do Ramal de Xerém, e, como o outro, roubou todos os produtos colhidos pelas vítimas, que sofreram ainda bárbaros espancamentos por parte de soldados da polícia. [...] A convivência do governo com esses crimes animou outro grileiro, Mário de Almeida, a seguir o exemplo de Emilio e Orlando: inventou o nome de “Penha e Caixão” para 41 fazendas e delas ameaça pôr para fora centenas de camponeses. Cooperou com Mario de Almeida, forjando para êle uma série de documentos o indivíduo Lourival de Freitas, estabelecido na rua São José 33, além de Alfredo Ribeiro de Assis<sup>206</sup>.

Nilson Venâncio situa que a expropriação das terras ocupadas pelos camponeses adivinha de um acordo que existia entre cartórios, juízes e oficiais de justiça. Os interessados nas terras conseguiam comprar, junto aos cartórios, documentos grilados. De posse do documento, requeriam ao juiz uma ordem de despejo para que os lavradores fossem expulsos das terras. Segundo Nilson, os juízes eram pagos pelos grileiros para autorizar os despejos, que, por vezes, eram autorizados até mesmo sem a apresentação de documentos. Com o despejo autorizado, a secretária de segurança fornecia policiais para ficar nas áreas rurais. O policiamento serviria para impedir que as pessoas se estabelecessem nas terras e cultivasse<sup>207</sup>.

Ainda relatando as violências sofridas pelos lavradores de Capivari, a reportagem de 24 de abril de 1953, do jornal *Imprensa Popular*, conta que o destacamento policial presente na região teria sido colocado a pedido do grileiro Orlando José, que junto com outro grileiro da região, Augusto Ferreira Leitão, conseguiu junto com o chefe de polícia do Estado do Rio de Janeiro destacamentos policiais específicos para expulsar e impedir o retorno dos lavradores em suas terras.

Tanto Orlando José Ferreira, como o seu comparsa Augusto Ferreira Leitão, conseguiram do chefe de polícia do Estado do Rio, destacamento policiais para vigiar “suas” terras. Estes policiais passaram a invadir as fazendas vizinhas, implantando o terror entre os camponeses que resistem à tentativa de despêjo pelos grileiros. [...] Outra grave denúncia que nos chegou às mãos afirma que o posto policial de Xerém está inteiramente nas mãos de Orlando Ferreira, que vem praticando verdadeiro banditismo. O cabo, chefe do Distrito, voltou ao sítio do camponês Rangel, obrigando-o a abandonar o serviço, dizendo cumprir ordens do Juiz de Caxias<sup>208</sup>.

Em outra reportagem, o mesmo jornal trazia a notícia de que, nos quilômetros 41, 42 e 43<sup>209</sup> em Xerém, mais de cem famílias, que já se encontravam há mais de dez anos nas terras, também eram ameaçadas de serem despejadas por um processo, movido por Mario de Almeida,

---

<sup>206</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1952, p. 4.

<sup>207</sup> Entrevista realizada em janeiro de 2019.

<sup>208</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1952, p. 4.

<sup>209</sup> Áreas das fazendas Piranema, Capivari e São Lourenço, margeando a Estrada Rio D’Ouro.

representado pela sua viúva, Carmen Murtinho de Almeida. No processo, alegava-se que os lavradores possuíam menos de um ano naquela região e que as terras pertenciam à duas fazendas locais, a “Penha” e “Caixão”. Entretanto, o que os lavradores alegavam, em suas entrevistas ao jornal, é que os quilômetros ocupados não faziam parte das fazendas. Através das benfeitorias que criaram no lugar, também tentavam provar o tempo de ocupação que possuíam ali, o que não impediu a ocorrência desse e de outros despejos.

Mesmo após os despejos o clima de ameaça não cessava para os camponeses da região. Pouco tempo depois desses ocorridos, o mesmo jornal trazia a notícia de que três camponeses, estavam em um mercado na Parada 43, próximo a Capivari, quando um grupo de policiais os abordaram perguntando onde encontrariam galinhas. O mais jovem, conhecido como Bilú, respondeu grosseiramente aos policiais, o que foi suficiente para que eles o espancassem e aos outros dois, sendo um deles o Sr. Virgílio, já idoso. Mediante tamanha violência, os lavradores se organizaram e foram ao Cartório de Ofício de Caxias para questionar a veracidade do processo, descobrindo que Orlando Ferreira só nomeou na justiça os sitiantes mais recentes no local. Entretanto, o despejo se deu contra todos, cuja maioria vivia na área há mais de dez anos<sup>210</sup>.

Um mês depois o mesmo grileiro, dessa vez contando com o apoio do deputado Getúlio de Moura, realizou despejos na região do Lamarão, também em Xerém. Os bens e todas as benfeitorias dos lavradores, como de costume, ou foram destruídos, ou foram roubados pela polícia e pelo suposto proprietário, como relatou os lavradores na redação do jornal *Imprensa Popular*. Os despejos realizados evidenciam de forma muito clara a violência policial que era empreendida de forma gratuita contra os camponeses. Nessa ocasião, os camponeses relatam, na notícia, que um dos despejados, menor de 18 anos, foi espancado de forma brutal e obrigado pela polícia a andar mais de 8 quilômetros pelo fato de ter escondido as colheitas do seu roçado. Ao tentar fugir, os policiais atiraram contra ele<sup>211</sup>.

Nessa situação, os lavradores fizeram um memorial ao juiz de Duque de Caxias, exigindo que ele tomasse alguma medida em relação às violências que vinham sendo cometidas pela polícia e pelos grileiros locais. Porém, os próprios lavradores admitiam que, a partir de sua própria experiência, sabiam que tal estratégia não surtia efeito e que eles podiam contar apenas com sua união. Por isso, estavam organizando “um forte movimento de solidariedade, a fim de

---

<sup>210</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 19 de junho de 1952, p. 8.

<sup>211</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 11 de julho de 1952, p.3

defender seus lares e suas terras, por todos os meios a seu alcance”<sup>212</sup>. Tal relato torna evidente que o movimento camponês da região oscilava entre tentativas de resolução política e descrença nesse mesmo âmbito, o que, provavelmente, foi fundamental para que a consciência da necessidade de organização surgisse no grupo.

Temendo uma possível resistência dos lavradores, a estratégia encontrada pelos grileiros foi aumentar o aparato e o terror policial, que realizava prisões e agressões por qualquer motivo. Além disso, a polícia, nessa época, proibiu a passagem pelo leito da linha férrea, caminho usual entre os lavradores da região de Xerém e ocupou a Fazenda São Lourenço, área próxima que também estava sendo alvo de despejos<sup>213</sup>.

Em Capivari, após o despejo realizado por Orlando Ferreira com o auxílio de policiais fortemente armados, um dos cabos da polícia que participou da ação foi colocado como administrador da fazenda. Os camponeses, que tiveram suas casas destruídas e seus bens saqueados, refugiaram-se em fazendas vizinhas, que também estavam sendo vistas como áreas de interesse por Mario de Almeida e Augusto Ferreira Leitão. As fazendas de Orlando e Leitão, se encontravam ocupadas por policiais, que tinham como objetivo impedir o retorno dos lavradores. Nas memórias de Nilson Venâncio, a presença da polícia na região de Duque de Caxias era imensa quando comparada com outras regiões vizinhas, como Nova Iguaçu. Esses policiais também realizavam despejos nas áreas próximas e utilizavam a força contra os camponeses, roubando seus objetos e os espancando, inclusive as mulheres e crianças. Outra estratégia comum dos grileiros era conceder a administração da fazenda aos policiais que despejassem os moradores, de forma a garantir que eles não retornassem.

Também em 1953, na ocasião em que os lavradores de Xerém comemoravam o primeiro aniversário da fundação da Associação de Lavradores Fluminense, a polícia, acompanhada de jagunços dos grileiros locais, compareceu prendendo muitos dos lavradores presentes, interceptando também e levando presos os que estavam na estrada a caminho. Um dos lavradores levado preso nessa ocasião foi José Pureza<sup>214</sup>. Além dos despejos e das prisões arbitrárias, inúmeras outras formas de dominação eram utilizadas para expulsar os lavradores das terras e coagi-los para que não retornassem ou resistissem. Na reportagem de 24 de abril de 1953, o jornal *Imprensa Popular* relata também a derrubada da sede da ALF e a destruição

---

<sup>212</sup> Idem.

<sup>213</sup> Idem.

<sup>214</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1953, p. 8.

da cooperativa criada pelos lavradores, assim como roubos e estupros, realizados através do uso da polícia militar, entendida aqui como um instrumento do Estado.

Mas como nada disso intimidasse os camponeses, os policiais e grileiros se desesperaram, mandando derrubar a sede da Associação dos Lavradores Fluminenses, erguida pelos próprios camponeses. Para conseguir isso, o cabo Naurelício Nicolau Gonçalves e seu bando prenderam seis diretores da Associação e diversos camponeses que ali trabalhavam. Outra violência que causou grande revolta foi o despejo da Cooperativa da Associação, cujo advogado impetrou mandado de segurança, julgado favoravelmente. Mas quando os oficiais de justiça foram à sede da Cooperativa, lá encontraram o cabo Naurelício, conhecido como “cabo-Jumento”, que os recebeu de bala na agulha, recusando-se a acatar a decisão da Justiça, fiado em seus protetores.

[...] Mas não ficaram aí as arruaças e crimes dos soldados da Polícia Militar. Há poucos dias, dois deles assaltaram uma senhora a altas horas da noite, roubando dela 2.800 cruzeiros. Mas o crime mais revoltante foi o que ocorreu no último domingo por volta das 21 horas.

O lavrador Rubens Gomes da Silva havia ido a casa de uns parentes, onde pernitoiu, deixando em casa sozinha sua mulher. Já chegava meia noite quando lá bateram dois soldados da Polícia Militar. Ao saberem que o camponês não se encontrava, invadiram a casa, violentando a mulher e roubando o que podiam levar nos bolsos. E antes de se retirar ameaçaram a camponêsa de matá-la, caso contasse qualquer coisa ao marido<sup>215</sup>.

Em maio de 1954 camponeses procuraram o jornal *A Luta Democrática* para denunciar os despejos que estavam sofrendo na localidade de Imbariê, em Duque de Caxias. Os despejos vinham sendo realizados por dois políticos locais de grande influência: Tupinambá de Castro e Pereira Filho, contando com o apoio da polícia. O objetivo seria a desocupação da terra, a qual os lavradores diziam ocupar por pelo menos vinte anos, para fazer loteamentos e obter lucros com o “boom imobiliário” que ocorria na região da Baixada Fluminense naquele período. Entretanto, o que foi apurado pelo jornal é que as terras, na verdade, haviam sido cedidas pela Fábrica Nacional de Motores ao Governo, o que dá indícios de que as terras eram públicas, não podendo, portanto, pertencer aos supostos grileiros.

Em Piranema, Xerém, os lavradores sofreram com as ameaças do grileiro Augusto Ferreira Leitão. Em dezembro de 1954, Leitão invadiu as terras da Fazenda Piranema, ocupada por cerca de quatrocentos lavradores, com um caminhão cheio de policiais e de empregados seus. Dizendo-se proprietário das terras, porém sem mostrar qualquer documento que provasse a afirmação, despejou os mesmos e se apropriou de suas lavouras. A relação entre os grileiros da região de Duque de Caxias e o aparato policial era tão grande que, ao realizar um despejo, o grileiro colocava, em suas supostas terras, determinado número de policiais, que ficavam responsáveis por expulsar outros lavradores das proximidades, de ameaçar e de coagir os camponeses.

---

<sup>215</sup> Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 24 de abril de 1953, p. 8.



A trajetória do lavrador Manoel Jerônimo, contada pelo jornal *Imprensa Popular*, é bem elucidativa em relação à ação dos grileiros e de como o aparato policial da região trabalhava em seu favor. Manoel chegou no Km 43 por volta do ano de 1936 e junto com sua esposa construiu sua lavoura. Lá, teve dois filhos, que também trabalhavam no roçado. Entretanto, no dia 6 de junho de 1953, foram expulsos por Orlando José Ferreira junto com o chefe do destacamento policial da região, Naurelicio Nicolau Gonçalves, conhecido como cabo Jumento. Após o despejo, Manoel foi trabalhar num pequeno sítio, também na região do Ramal de Xerém, onde passou a ser ameaçado pelo mesmo cabo da polícia, porém, dessa vez, junto com o grileiro Mario de Almeida. Para tentar evitar o despejo, o lavrador relata que recorreu à Associação de Lavradores Fluminenses, filiando-se à ela<sup>216</sup>.

O fato vivido por Manoel Jerônimo foi também por inúmeras famílias que viviam nas áreas próximas ao Ramal de Xerém, o que engloba os Km 41, 42 e 43, região das fazendas Piranema, Capivari, Penha e Caixão e a Fazenda São Lourenço. O objetivo de toda essa destruição, expulsão de terras, violência contra homens, mulheres ou crianças era amedrontar os lavradores para que esses deixassem as terras sem resistência alguma. Nesse sentido, a polícia também investia contra qualquer organização coletiva dos camponeses, o que se comprova na prisão e espancamento frequente de membros da Associação de Lavradores e na destruição da Cooperativa criada pelos camponeses.

Em 1954, mais uma vez, o cabo Jumento prendeu vários lavradores da Fazenda Piranema, a mando de Augusto Ferreira Leitão, que se dizia proprietário de terras vizinhas. Dias antes vários policiais já haviam comparecido ao local fazendo ameaças aos lavradores. No dia 23 de outubro desse ano, retornou a fazenda e prendeu dois lavradores que faziam parte da Associação, que se responsabilizou em tomar as medidas para que eles fossem soltos<sup>217</sup>. Menos de dois meses depois, Leitão fez nova investida na fazenda Piranema, despejando dessa vez a família de mais oito lavradores, que também tiveram seus pertences roubados pela polícia e pelos “capangas” de Leitão. As casas de todos os camponeses da região foram vasculhadas, as mulheres desrespeitadas e as casas de membros da Associação dos Lavradores Fluminenses foram cercadas pela polícia. Ao serem despejados, os camponeses precisavam contar com a solidariedade de lavradores de outras regiões, migrando para casas de parentes ou amigos, até ser possível voltar para a terra<sup>218</sup>.

---

<sup>216</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1954, p.8.

<sup>217</sup> *Idem*.

<sup>218</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1954, p.8.

Com a morte de Mauro de Almeida, em 1955, os lavradores do Ramal de Xerém, entre os km 41 e 43, passaram a ser ameaçados pela viúva do mesmo, Carmem Murtinho, que continuava a se dizer dona da fazenda. Os lavradores relataram ao *Imprensa Popular* que, naquela região, só havia as roças de dezenas de famílias. Entretanto, Carmem conseguiu um mandato para realizar o despejo dos lavradores que ali viviam. Após quatro anos de luta, os lavradores da região já possuíam títulos de posse das terras, concedidos por sentenças de juízes nos anos anteriores<sup>219</sup>. A posse do documento, no entanto, não impediu que novas ameaças e despejos ocorressem.

Após os despejos, grupos de lavradores com advogados<sup>220</sup> tentaram judicialmente entrar com uma ação de reintegração de posse, alegando que boa parte dos camponeses permaneciam na terra há mais de vinte anos. As famílias da região plantavam e vendiam os produtos no mercado carioca, como conta, em uma reportagem do jornal *Imprensa Popular*, o primeiro lavrador a sofrer com os despejos em Piranema, Américo Vespúcio, que iniciara sua roça naquela região por volta dos anos 1940. Pediam assim a anulação da transcrição da escritura passada ao grileiro Orlando Ferreira, o que foi ignorado pelo juiz, que manteve a decisão a favor de Orlando.

Por volta de 1954 o cabo Jumento foi retirado de Caxias, mas o seu substituto cabo Vitello, junto com seus subordinados, continuou a ameaçar os camponeses do local. O lavrador Godofredo Antônio Correia, membro do Conselho Fiscal da Associação, ao ser entrevistado por um repórter do jornal *Imprensa Popular*, que realizava uma matéria sobre os despejos e violências em Xerém, conta que, em uma situação, encontrou por acaso com o cabo Vitello, que lhe exigiu que ele entregasse o dinheiro que havia ganho vendendo carvão. Se recusando a entregar, foi agredido pelo mesmo. O lavrador José Mathias Juvenal, já idoso, conta que havia saído de casa e ao retornar, na parte da tarde, encontrou lá o cabo Vitello que lhe exigia quinhentos cruzeiros, dizendo que escolhesse se entregaria ou seria agredido por ele e pelos dois soldados que o acompanhavam. Os três se encontravam fortemente armados com fuzil, rifle e metralhadoras. Temendo a retaliação, José Mathias entregou o dinheiro.

---

<sup>219</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1955, p. 8.

<sup>220</sup> Nas notícias analisadas nos jornais, o advogado que aparece auxiliando, no aspecto jurídico, os lavradores tanto da Baixada Fluminense, quanto do chamado sertão carioca e de outras partes do Estado é Heitor Rocha Faria. Segundo Leonardo Soares, a ALF foi criada sob a orientação de Heitor Rocha Faria, que também orientava os lavradores da Sociedade de Posseiros de Pedra Lisa.

Ver mais em: <https://jornalzo.com.br/conheca-a-zona-oeste/849-a-atuacao-de-heitor-rocha-faria-no-antigo-sertao-carioca>

Também entrevistado nessa ocasião, Eusébio Francisco Alves, morador do local há doze anos, idoso e chefe de uma família grande, contou sobre o dia que seu casebre, o qual construiu com muito esforço, foi destruído pelo cabo e seus soldados. Vitello apareceu em sua casa questionando quem havia dado ao lavrador permissão de permanecer nas terras. Ao responder que possuía direito garantido de estar ali, os soldados zombaram de Eusébio e atearam fogo na casa, dizendo que faziam aquilo para que quando voltassem não encontrassem nada e ninguém ali. Na situação, ainda tentou extorquir dinheiro do lavrador, dizendo que aquelas terras pertenciam a ele e que se quisesse ficar, Eusébio precisaria pagar adiantado por ela.

O terceiro lavrador entrevistado pelo repórter, João Esteves, também de idade avançada, conta que no dia 10 de abril de 1955 seu casebre foi invadido por um dos soldados comandados por cabo Vitello, que ameaçou agredi-lo e matá-lo. Ao alegar que a terra pertencia ao Estado, o soldado disse que aquela terra pertencia a ele. Tendo entrado na casa apontando um fuzil para João, o soldado roubou a espingarda dele e ainda exigiu seiscientos cruzeiros pelo porte de armas que o lavrador não tinha. O camponês resistiu não entregando o dinheiro, o que levou o soldado a lhe arrastar para fora da casa e lhe agredir, junto com o cabo Vitello e outro colega. Ao terminar, mandaram que ele corresse e atiraram contra ele, ameaçando voltar para fazer o mesmo com o restante da família<sup>221</sup>.

O relato desses lavradores, encontrados na edição de 15 de abril de 1955, do jornal *Imprensa Popular*, nos mostra, em primeiro lugar, que os camponeses da região possuíam consciência a respeito da posse jurídica das terras ou, enquanto grupo, se utilizavam da estratégia de alegar, em seus discursos públicos, que tais terras eram públicas, de forma a justificar a ocupação delas. Além disso, são relatos que também mostram algumas faces da infrapolítica exercida pelo campesinato. De acordo com Scott (2012), a infrapolítica consiste justamente em pequenas, disfarçadas e discretas resistências, que aqui podem ser exemplificadas no fato de, mesmo sob violência, o lavrador João Esteves não ter entregado seu dinheiro ao soldado e também no fato dos lavradores permanecerem nas terras ou retornarem após os despejos. Mesmo com seus bens roubados, com sua plantação destruída e com suas casas queimadas, era muito comum que os lavradores recomeçassem do zero, contando com o auxílio dos demais vizinhos, o que é expresso através do mutualismo, fator essencial em processos auto-organizativos.

---

<sup>221</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1955, p. 6.

Em abril de 1955 um novo despejo foi autorizado pelo poder judicial de Duque de Caxias, que atendeu ao pedido da viúva de Mario de Almeida, Carmen Murtinho de Almeida, que se dizia herdeira das terras localizadas no ramal de Xerém e desejava, portanto, expulsar os lavradores da região. Entretanto, segundo a notícia do jornal *Imprensa Popular*, ela não apresentou em momento algum os documentos que comprovassem a posse das terras. A escritura de posse, por sua vez, nem sequer se encontrava registrada em cartório. Por duas vezes o juiz responsável havia recuado na execução do despejo, devido à falta de documentos, sendo esse o terceiro pedido. Além disso, o jornal ressaltava que todas as benfeitorias existentes no lugar, como as plantações e inclusive as estradas abertas foram realizadas pelos lavradores. Até a escola primária gratuita que existia na região foi construída por eles<sup>222</sup>. Tais atividades, realizadas através de mutirões pelos próprios camponeses, visto que não havia qualquer participação do Estado em fornecer infraestrutura ou outros auxílios, são um exemplo claro dos elementos que Castoriadis (1983) aponta como essenciais em uma sociedade autogerida e representaram uma atividade muito comum no meio rural brasileiro.

Após as tentativas de Carmen Murtinho de grilar as terras, foi concedido aos lavradores a suspensão do despejo até que ocorresse o julgamento definitivo do mandado de segurança contra os grileiros. Entretanto, as cento e cinquenta famílias que foram despejadas dos Km 41, 42 e 43, pela viúva de Mario de Almeida e pela polícia, optaram então por resistir através de ação infrapolítica, ocupando o Campo de São Bento, em Niterói, no início de julho de 1955. Frente a pressão imposta pela resistência camponesa, o governador do Rio de Janeiro prometeu que realocaria essas famílias em algumas terras em Casimiro de Abreu, sem, no entanto, dar nenhuma garantia de auxílio para que eles se instalassem ou se mantivessem na fase inicial de preparo e cultivo da terra<sup>223</sup>. Após quase um mês de ocupação, ela se encerrou com uma assembleia da Associação de Lavradores Fluminenses, onde agradeceram a solidariedade que a população de Niterói teve com os lavradores despejados e com a criação de um núcleo colonial para esses camponeses na cidade de Casimiro de Abreu<sup>224</sup>.

Entretanto, em Casimiro de Abreu, persistiram as dificuldades. Um ano depois da transferência, o jornal *Imprensa Popular* voltou a noticiar as violências e prisões arbitrárias que vinham sofrendo os lavradores de Xerém que se instalaram nesse núcleo. O prefeito da cidade, insatisfeito com o ocorrido, acompanhado por um grupo de policiais do DOPS, gerou uma onda

---

<sup>222</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1955, p. 6.

<sup>223</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1955, p. 8.

<sup>224</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 26 de julho de 1955, p. 6.

de terror, invadindo casas, prendendo pessoas e acusando-as de crimes. Nessa ocasião, em 19 de julho de 1956, o jornal *Imprensa Popular* noticiava que dez lavradores haviam sido presos depois de serem agredidos, enquadrados nos crimes de incendiários e depredadores<sup>225</sup>.

O prefeito Joaquim Pedro da Mota (vulgo Didi), de Casimiro de Abreu, acompanhado por um bando de policiais da DOPS, sob a chefia do tira “Feitiço”, desencadeou uma onda de terror contra os lavradores daquele município, invadindo lares, prendendo e forjando flagrantes. Dez lavradores foram presos no dia 9 e depois de sofrerem violências, foram agora mandados para Casa de Detenção, enquadrados num processo-farsa, baseado em depoimentos arrancados, sob coação, como “incendiários” e “depredadores”.

[...] São os seguintes lavradores presos: Mário Antônio, Angélico Henrique de Souza, José Cupertino, Hemórgenes Coelho Braga, Francisco José da Silva, Francisco Maciel Machado, Petronilho Rocha da Silva, Odorico Miranda, Antônio Malede e Waldemar Josué Miranda<sup>226</sup>.

Segundo o jornal, talvez em uma tentativa de preservar uma determinada imagem dos lavradores como vítimas no processo de expropriação, tais crimes teriam sido forjados. Entretanto, de acordo com Scott (2013), tais ações fazem parte de um leque de práticas de resistências camponesas, que constituem a infrapolítica, que geralmente ocorre de forma discreta e sem produzir alarde ou provas, para que não haja nenhuma retaliação. Dos dez lavradores apontados pela reportagem, só foi possível encontrar informações sobre Waldemar Josué Miranda, que aparece, no IPM n.º 709, como investigado por atividades subversivas, relacionadas a ações do Partido Comunista<sup>227</sup>. Em 1965 o mesmo estava respondendo um processo por ações realizadas em Casimiro de Abreu, sendo denunciado por ter infringido os artigos 12º, 13º e 16º da Lei n.º 1.802/53, que definia os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social.

Não foi possível encontrar mais dados do processo para precisar em que ano tais ações ocorreram. Entretanto, de acordo com os artigos da lei, Waldemar estaria sendo denunciado por “incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência”, “instigar, preparar, dirigir ou ajudar a paralisação de serviços públicos ou de abastecimento da cidade” e por “fabricar, ter sob a sua guarda ou à sua disposição, possuir, importar, exportar, comprar ou vender, trocar, ceder ou emprestar transporte por conta própria ou de outrem, substâncias ou engenhos explosivos ou armas de guerra ou utilizáveis como instrumento de destruição ou terror, tudo em quantidade e mais condições indicativas de intenção criminosa”

---

<sup>225</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1956, p. 6.

<sup>226</sup> *Idem*.

<sup>227</sup> IPM 709, Resposta ao ofício n.º 750 de 19 de outubro de 1967. Pasta BNM 279, p. 28676. Disponível em: [http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB\\_03/145200](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_03/145200). Acesso em 30 de junho de 2020.

<sup>228</sup>. Apesar de não conseguirmos precisar se ambas as fontes falam do mesmo evento, o que fica claro na análise é que os lavradores vinham resistindo as investidas dos grileiros utilizando formas de resistência infrapolítica, sendo, possivelmente, os responsáveis pela depredação e incêndio apontados na reportagem como crimes forjados.

Assim que os lavradores começaram a cultivar as terras que o governador do Estado lhes dera, o prefeito Joaquim Pedro da Mota, sugeriu que os lavradores lhe entregassem, como pagamento, metade da produção. Frente a uma resposta negativa, o mesmo fez uso da violência e do poder de polícia para gerar prisões arbitrárias. Uma comissão de deputados, os quais a reportagem não cita nomes, compareceu à casa de detenção para prestar solidariedade aos lavradores, providenciar cuidados médicos aos que foram agredidos e afirmar que cobriam do governador Miguel Couto devidas providências<sup>229</sup>.

Quatro meses depois os camponeses continuavam a ser ameaçados, dessa vez por um homem que se dizia dono das terras, provavelmente aliado ao prefeito da cidade. Esse, por sua vez, os ameaçava, dizendo que caso quisessem cultivar as terras precisariam pagar a ele, de 6 em 6 meses, a terça parte da produção. Caso contrário, não poderiam plantar ou colher. Os lavradores, por sua vez, requereram junto ao Conselho Florestal uma licença para retirar madeiras, de forma a garantir sua subsistência no local. Tal pedido foi encaminhado ao Domínio do Estado e o mesmo negou, dizendo não ter conhecimento se aquela era ou não propriedade do Estado. Tempo depois, sem condições de se manter na região, os lavradores se viram obrigados a voltar para Xerém<sup>230</sup>.

Em Xerém, por volta de 1955, Naurelicio retornou para o comando do destacamento policial. Conhecido como Jumento entre os lavradores, ele voltou na condição de sargento e deu sequência aos assaltos, agressões e ameaças. O sargento e seus soldados realizavam na área de Caxias uma série de saques e roubos, expulsando vários camponeses de suas terras. A lavradora Dona Leontina contou ao *Imprensa Popular*, em novembro de 1956, que, num desses assaltos, eles lhe levaram 41 cabeças de galinha, 6 balaios de milho, 10 sacos de arroz em casca, 1 machado, 1 foice e vários utensílios domésticos. Além disso, os lavradores eram ameaçados de fuzilamento caso contrariassem as ordens do sargento, que dizia não se basear nas ordens judiciais, pois ele era “a lei”<sup>231</sup>. O trecho abaixo elucida parte das formas de expropriação, pelas

---

<sup>228</sup> Lei nº 1802, de 5 de janeiro de 1953, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1802-5-janeiro-1953-367324-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 30 de junho de 2020.

<sup>229</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1956, p. 6.

<sup>230</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 03 de novembro de 1956, p. 5.

<sup>231</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 06 de maio de 1955, p. 4.

quais as famílias de lavradores precisaram passar, mas ela ia além dos roubos, envolvendo também agressões e constrangimentos. As mulheres eram submetidas a situações desrespeitosas, havendo inclusive relatos de tentativas de estupro.

“Eis a relação dos lavradores já assaltados e roubados:

José Rocha – um machado, um formão, um metro, uma enxada, 10 sacos de milho, 11 galinhas e um pato.

Leontina – 42 galinhas, 6 balaies de milho, 3 sacos de arroz, um balaio vazio, um machado, uma foice e diversos objetos domésticos.

Vicente Bispo – 5 galinhas.

Walter Francisco dos Santos – mantimentos no valor de 500 cruzeiros.

Sebastião Ribeiro – 28 galinhas, um pato, dois porcos, 14 frangos.

Fileto Pereira – 300 pés de aipim, 10 galinhas, 100 abóboras, vários objetos.

Manoel Gerônimo – objetos diversos no valor de 100 cruzeiros.

Aginaldo – grande quantidade de madeiras para construção e de lenha.”<sup>232</sup>

Após um episódio em que os lavradores foram expulsos de suas casas pelo sargento e seus soldados, um grupo foi até a Assembleia Legislativa, em Niterói, onde relataram aos deputados o que estava acontecendo em Xerém. Foram levados então para conversar com Miguel Couto Filho, então governador do estado, a quem expuseram toda a sorte de violências que estavam sofrendo a mando do sargento e dos soldados. Ficou prometido que o sargento seria preso no dia seguinte, o que não aconteceu. Voltaram outras vezes à Assembleia para exigir providências e em uma dessas vezes, o deputado Geraldo Rocha, levou o grupo à presença do secretário de Interior, Justiça e Segurança. Saíram com a promessa de que o destacamento seria retirado de lá. No entanto, o que aconteceu é que o destacamento recebeu reforços. Retornando ao secretário, constataram que as violências e despejos eram realizadas por ordem do poder político e judiciário local. “Foi quando ouviram a resposta [do secretário]: “Êles estão lá por ordem do juiz. Êles estão garantindo o juiz”.

É importante ressaltar que, quando os lavradores, através de seus representantes diretos, optavam por acionar o Estado, esperando dele uma solução para o conflito, se colocavam em situação bastante contraditória. Apesar dessa via institucional, através das passeatas em frente a prédios legislativos, encontros com figuras políticas, cartas e memoriais para os presidentes, ser melhor aceita pela mídia, por parte da população e também pelo próprio Estado, o paradoxo se encontra no fato dos lavradores demandarem do Estado a resolução para um conflito no qual

---

<sup>232</sup> Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 07 de maio de 1955, p. 6.

ele tem grande participação, pois o aparato judiciário, que autorizava os despejos, mesmo sem comprovação da posse da terra por parte dos interessados, bem como o poder policial, utilizado para expulsar, reprimir, coagir e impedir que os camponeses voltassem para a terra, são partes integrantes do Estado.

Para as famílias de lavradores que precisavam conviver com toda a sorte de adversidade e sem qualquer incentivo do governo para manter suas lavouras, as quais abasteciam de frutas, legumes, verduras e grãos os mercados do Rio de Janeiro, tais bens roubados faziam toda a diferença na manutenção do plantio, no sustento da família e na economia mensal da mesma, o que provavelmente representou para muitos ter que viver numa situação beirando a miséria.

Em junho de 1955 os lavradores estiveram na redação do jornal *Imprensa Popular* para relatar o desaparecimento do camponês Manoel Jerônimo, do Km 43 de Xerém. De acordo com o relato apresentado pelo jornal, um dos cabos do destacamento de polícia da região havia prendido arbitrariamente Manoel enquanto ele fazia compras numa mercearia no Km 41. Depois de espancado, ele foi levado para Duque de Caxias, onde foi posto em liberdade, já que o próprio delegado reconheceu que não havia legalidade na prisão. Revoltado, ao reencontrar o lavrador, o cabo o agrediu violentamente. Quando os camponeses procuraram por Manoel, os soldados do destacamento de polícia informaram que ele havia resistido, agredindo também o cabo e que teria sido levado para o posto médico da cidade. Entretanto, desde o dia em que ocorreu tal briga, Manoel estava desaparecido. Os lavradores responsabilizaram os grileiros que atuavam em Xerém pelo sumiço do camponês<sup>233</sup>.

A realidade da violência no campo existente em Caxias também se estendeu por todo o meio rural fluminense e conseqüentemente em todas as regiões da Baixada. Na Vila São João, em São João de Meriti, vinte e oito famílias que residiam no local há mais de quinze anos também foram despejadas por grileiros. Estando ao lado de terras de vizinhos poderosos da região, os lavradores eram constantemente ameaçados de perder não apenas sua terra, mas casas e benfeitorias que fizeram ao longo dos anos. Contando com o auxílio de dois advogados, a questão correu no âmbito judicial até que o juiz responsável deu aos lavradores o prazo de oito dias para se retirarem. Terminado o prazo, soldados e investigadores compareceram no local com um mandato de reintegração de posse e realizaram um violento despejo, invadindo casas, destruindo bens e desrespeitando mulheres.

---

<sup>233</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 22 de junho de 1955, p. 6.



Em 4 de outubro de 1951 foi a vez de quarenta e cinco famílias da Fazenda Caioaba, em Nova Iguaçu, serem despejadas por Eduardo Duvivier<sup>234</sup>, com apoio do político local Getúlio de Moura<sup>235</sup>, que desenvolvia forte influência na região da Baixada Fluminense. Nesse caso, as famílias que viviam nessa área compreendida entre a Fazenda da Posse e a Fazenda Miguel Couto há mais de vinte anos, eram constantemente ameaçadas a mando dos grileiros, havendo casos inclusive de prisão, quando policiais levaram os lavradores na tentativa de ameaçá-los para que largassem suas casas e plantios. Outras formas de terror psicológico também eram utilizadas, como a destruição de casas e ameaças de mortes <sup>236</sup>.

Em 1952, camponeses das regiões de Tinguá, Morro Agudo e Austin, em Nova Iguaçu, moradores da área há trinta anos, também sofriam ameaças de despejo. Os grileiros alegavam que aquelas terras pertenciam à Santa Casa de Misericórdia, que teria dado ordens para a expulsão dos lavradores. O processo, que correu judicialmente, determinou que as terras pertenciam à instituição e que os lavradores deveriam sair do local num prazo de cento e sessenta dias sem direito a qualquer indenização pelas benfeitorias ou plantios que constituíram no local<sup>237</sup>.

Na Fazenda Chatuba, em Nova Iguaçu, várias famílias camponesas viviam nas terras que posteriormente pertenceram a Manuel Ramalheda, dono de uma fábrica de fogos local que funcionou por algum tempo. Com o encerramento da fábrica a região ficou hipotecada no Banco Delamare, que possuía um encarregado, mesmo que extraoficial, que recolhia o dinheiro dos arrendatários. Entretanto, em 1952, tal pessoa começou a se recusar a receber o dinheiro, alegando que as terras seriam loteadas e vendidas, o que de fato aconteceu. O despejo aconteceu, trazendo inúmeros prejuízos aos lavradores, que tentaram recorrer junto ao dono do banco, que por sua vez prometeu pagar pelos estragos, mas sem fazer referência a uma possível indenização ou a alocação das famílias em outro local.

Nas memórias de Nilson os despejos eram um elemento constante da vida nos sertões, visto que nunca paravam. Recorda que começou a participar da luta no campo por volta de 1948, na Fazenda São Lourenço. Em 1952, houve um grande despejo que obrigou seu pai a largar o sítio e deixar os animais, ficando proibido de retornar. Nessa época, se mudou para

---

<sup>234</sup> Na época Deputado Estadual no Rio de Janeiro, era um fazendeiro, presidente de uma cooperativa de leite, sócio de firmas construtoras e também banqueiro.

<sup>235</sup> Getúlio de Moura era Deputado Estadual, eleito sucessivas vezes com votos oriundos da região da Baixada Fluminense, onde mantinha relações clientelistas e controlava a máquina administrativa local, controlando também donos de cartório e distribuindo favores em troca de seus interesses.

<sup>236</sup> Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1951, p. 3.

<sup>237</sup> Imprensa Popular, Rio de Janeiro, 15 de março de 1952, p. 5.

Belford Roxo, em um lugar chamado Solidão, onde seu pai trabalhou tirando areia dos rios para vender para o setor de construção civil. Nessa época, Nilson alternou entre a vida no campo e empregos urbanos, tendo trabalhado na Fábrica Nacional de Motores como forneiro, onde conta que a atuação do Partido Comunista era significativa e servindo ao Exército até 1958, quando retornou para São Lourenço com o objetivo de se dedicar a luta.

O camponês Joaquim Antônio, que morou e trabalhou nas terras da São Lourenço entre o final dos anos 1950 e o golpe civil-militar, afirma que as terras da região de Xerém, em sua grande maioria, não possuíam donos. As mesmas eram devolutas. Pra todo o efeito a terra era do governo, entretanto os grileiros falsificavam escrituras para se dizerem donos. O relato da sua chegada a São Lourenço mostra o quanto as terras se encontravam abandonadas por parte dos que se diziam proprietários. Camponês desde criança e natural do Espírito Santo, onde era proprietário de uma pequena faixa de terra, precisou vendê-la na década de 1950 para pagar dívidas com o banco. Para não ter que continuar lá como empregado em outras fazendas, veio para o Rio de Janeiro baseado no relato de seu irmão, de que próximo à Fábrica Nacional de Motores havia terras devolutas, onde qualquer um poderia entrar. Dessa forma, Joaquim Antônio se mudou para São Lourenço. Ele conta que, na região de Xerém, mesmo quando se sabia que a terra pertencia a alguém, os lavradores não hesitavam em entrar e se apossar, pois eram terras que se encontravam totalmente abandonadas por parte dos supostos proprietários, cujo único objetivo era fazer loteamentos.

A expropriação das terras não se dava apenas com os despejos, havendo inúmeras formas de violência, claras ou simbólicas que corroboravam para isso. Analisando as reportagens de jornais levantadas durante as pesquisas e as entrevistas feitas com camponeses, foi possível perceber que a mesma se dava de muitas formas: quando os interessados nas terras falsificavam escrituras, com a destruição das casas quando ocorriam despejos, com a destruição das lavouras, quando casas eram incendiadas para coagir os lavradores a abandonarem as terras, quando, no ato do despejo, o grileiro e os policiais se apropriavam da produção e dos bens dos lavradores, quando a polícia invadia as casas e espancava camponeses com o objetivo de roubar o dinheiro deles e também através do pagamento de impostos para poder cultivar as terras, como o pagamento de parte da produção (meia, terça, quarta) ou arrendamento, pago, muitas das vezes, à pessoas que não possuíam nenhum título de propriedade das terras.

**Quadro 16 - Formas de expropriação levantadas pela pesquisa.**

Formas de expropriação no campo
Despejo
Falsificação de escrituras
Destruição de casas
Destruição de lavouras
Roubos
Extorsão
Incêndios
Cobrança da meia, terça e quarta parte da produção
Arrendamento em terras públicas
Pagamento de taxa de matagem <sup>238</sup>

Fonte: Quadro elaborada pela autora a partir de levantamento dos jornais Última Hora, Imprensa Popular, A Luta Democrática e de entrevistas obtidas.

Nas reportagens de jornais analisadas, a figura do grileiro é sempre apontada como o principal responsável para que tais expropriações e violências estivessem acontecendo nos sertões. Entretanto, como pudemos perceber, a categoria grileiro abrange uma série de pessoas, figuras políticas e instituições cujo interesse principal, na maioria dos casos levantados, era se aproveitar do processo de valorização das terras e do *boom* imobiliário que diversas regiões do interior passavam, para se apropriar das terras ocupadas pelos lavradores com escrituras falsificadas, loteá-las e vendê-las.

**Quadro 17 - Despejos ocorridos no sertão fluminense e pessoas/instituições envolvidas.**

Nome da Área de Conflito	Cidade	Instituição/Pessoa	Área (ha)	Ano	Observação
Fazenda Caioba	Nova Iguaçu	Eduardo Duvivier/Banco da Lavoura de Minas Gerais	283	1951	Eduardo Duvivier era fazendeiro e deputado federal em 1946, sendo sócio de algumas firmas construtoras e também de bancos.
Fazendas Tinguá, Morro Agudo, Madureira e São José	Nova Iguaçu	Santa Casa de Misericórdia	-	1952	Os lavradores dessas fazendas foram surpreendidos com um processo, aberto pela Santa Casa de Misericórdia, que se dizia dona das terras e pedia a expulsão dos camponeses, que lá moravam há mais de 20 anos.
Fazenda Vitor Dumas	Santa Cruz	Ivan Villon	900	1952	Ivan Villon era vereador no Rio de Janeiro e estava construindo e vendendo lotes de terras naquela região.
Fazenda Capivari	Duque de Caxias	Orlando José Ferreira	-	1952	Orlando José Ferreira, segundo as reportagens, possuía fortes relações com políticos influentes, como Getúlio de

<sup>238</sup> Taxa cobrada aos lavradores para que pudessem explorar a madeira e fazer carvão.

					Moura e tinha interesse nas terras às margens da Fábrica Nacional de Motores.
Lameirão	Duque de Caxias	Getúlio de Moura	-	1952	Getúlio de Moura era um político de grande influência na Baixada Fluminense, sendo prefeito de Nova Iguaçu até 1945 e Deputado Federal entre 1951 e 1968.
-	Vassouras	Banco do Brasil / Dr. Mário	-	1952	Os lavradores estavam sendo expulsos pois a fazenda havia sido vendida e viraria pasto para criação de animais.
Fazenda Chatuba	Nova Iguaçu	Banco Delamare	-	1952	Os lavradores estavam sendo expulsos pois as terras seriam loteadas e vendidas através do banco.
Fazenda Santo Antônio de Curicica	Rio de Janeiro	Polícia	-	1952	A reportagem, pequena, resume brevemente que os lavradores de Curicica estavam sendo expulsos por policiais da região.
Fazenda Coqueiros	Rio de Janeiro	Companhia Rural e Urbana do Distrito Federal e Instituto dos Industriários	-	1952	As duas companhias vinham expulsando os lavradores para realizar loteamentos na área.
Fazenda Sete Riachos, Guandu e Guandu do Sena	Rio de Janeiro	Companhia Jardim Nossa Senhora das Graças	-	1954	Os lavradores estavam sendo expulsos para que a companhia católica transformasse a região em lotes, que seriam vendidos posteriormente.
Fazenda do Largo e do Canto	São João da Barra	José Machado	484	1954	As terras foram passadas para o nome de Joaquim Brito Machado, quando era prefeito da cidade. Com sua morte, seu filho resolveu expulsar os lavradores, que pagavam o arrendamento das terras.
Piranema	Duque de Caxias	Augusto Ferreira Leitão	-	1954	Augusto Ferreira Leitão, bem como outros grileiros de Caxias, possuía ligações políticas e interesse nas terras próximas a Fábrica Nacional de Motores.
Estrada dos Bandeirantes	Rio de Janeiro	Banco de Crédito Móvel	-	1954	O banco se dizia dono dos sítios nessa região e de outras fazendas como Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande, abrindo loteamentos na região.
Xerém	Duque de Caxias	Yedo Fiuza	-	1954	Responsável durante o governo Vargas (1950-1954) de criar um plano rápido para o abastecimento de água da capital, Yedo Fiuza despejou camponeses da região para poder criar uma barragem.
Imbariê	Duque de Caxias	Tupinambá de Castro e Pereira Filho	-	1954	Ambos eram políticos influentes na região e tinham o interesse de criar loteamentos.
1º Distrito de Itaguaí	Itaguaí	RAISA	-	1954	A empresa, voltada para empreendimentos imobiliários, estava expulsando lavradores para lotear a área.
Fazenda do Alto	São João da Barra	Joca Sá e família Machado	121	1954	Joca Sá e a família Machado, envolvida em outro conflito na região, eram pessoas bem relacionadas com figuras

					políticas locais e, de acordo com os lavradores, teriam falsificado uma escritura para poder despejar os camponeses.
Km 41, 42 e 43	Duque de Caxias	Carmen Murinho de Almeida	-	1955	A mesma era viúva de Mário de Almeida, responsável por despejar lavradores em Xerém outras vezes.
Vila São João	São João de Meriti	Antonio Ferreira Araujo e Arnaldo Silva Santos	-	1955	A área ocupada pelos lavradores fazia limite com os terrenos dos dois interessados, que entraram na justiça alegando serem donos dos mesmos e pedindo o despejo.
Fazenda Lebrão	Teresópolis	Cruz Vermelha	-	1955	As terras pertenciam a Manoel Lebrão, que ao morrer, em 1935, doou-as para a Cruz Vermelha na condição de que em 10 anos um sanatório deveria estar construído. Em 1955 a instituição resolveu tomar a propriedade e despejar os lavradores.
Vilar dos Teles	São João de Meriti	David Alberto e José Lavental	-	1955	Os dois interessados conseguiram ganhar um processo de restituição de posse, realizando um violento despejo dos lavradores da região.
Fazenda São Clemente	Volta Redonda	Bispo Dom Clemente	-	1955	Funcionava nas terras da fazenda uma escola católica, que após ser transferida de lugar, levou o Bispo a vender a fazenda. Entretanto, o comprador exigiu a expulsão dos lavradores, pois a mesma passaria a servir como pasto para animais.
Núcleo Colonial de Macaé	Macaé	Dr Cunha	-	1955	Um homem conhecido como Dr. Cunha teria invadido a área de um dos colonos do Núcleo e, ao tentar resolver junto com a administração, o colono foi despejado sob a alegação de que aquele lote, a partir de então, pertenceria ao Dr. Cunha.
Fazenda Sernambetiba	Magé	Isaac Souhmal	-	1956	Os lavradores, que pagavam arrendamento a Isaac, foram notificados, de repente, que teriam 6 meses para deixar as terras, há anos cultivadas, ou seriam despejados.
Pedra Lisa	Nova Iguaçu	Antonio Procopio e Companhia Normandia	-	1956	Pedra Lisa era uma extensa área onde Antônio e a Companhia tentavam despejar os lavradores, alegando que as terras pertenciam a Cia Normandia.
Fazenda Mato Grosso	Imbariê	Afonso Oliveira Santos	-	1956	Afonso Oliveira Santos era dono da Companhia Imobiliária Americanópolis e estava realizando loteamentos na área de Imbariê, despejando os lavradores, provavelmente, com o mesmo intuito.
Guaratiba	Rio de Janeiro	Cia Boa Vista e Agrícola Pastoril	-	1956	Os lavradores estavam sendo ameaçados de despejo pela empresa, que estava criando lotes no local.
Fazenda Piaí	Setpetiba	Laudelina Lopes Monastério	-	1956	Laudelina se dizia herdeira das terras, que estavam sendo loteadas e tentou

					obrigar os lavradores a comprar os lotes, ameaçando expulsá-los mediante a recusa.
Fazenda Brasília	Rio de Janeiro	Prefeitura do Rio de Janeiro	-	1957	A prefeitura teria comprado a fazenda, mas, a mesma era arrendada aos lavradores por outra pessoa. A prefeitura estava então tentando despejar os lavradores, mesmo com provas de que as terras não pertenciam a pessoa que lhe vendeu.

Fonte: Quadro elaborado pela autora através de análises dos jornais Imprensa Popular e A Luta Democrática (1950-1960)

Como é possível observar através do quadro, os principais interessados em retirar as terras que os camponeses ocupavam eram empresas do ramo imobiliário, companhias que estavam realizando loteamentos, instituições como a Cruz Vermelha, a Santa Casa de Misericórdia, agentes policiais e figuras políticas ou pessoas de influência associadas a bancos, cartórios e às empresas e companhias do setor imobiliário.

Entretanto, esse processo de expropriação não foi vivenciado de forma passiva pelos camponeses. Durante anos os mesmos responderam às formas de violência apontadas a partir do uso de resistências cotidianas, como ações infrapolíticas, práticas de discurso oculto e também com resistências públicas declaradas. Para Scott (2013), essas formas de resistência, mesmo que em pequena escala ou de forma individual, tem consequências tão importantes quanto a de um movimento social para as formas de expropriação e dominação. Mesmo quando a resistência aberta é possível e ocorre, tais formas de resistência informais continuam a ter uma significativa importância, representando, para aqueles que estão sofrendo humilhações ou sujeições pessoais, pequenos avanços e impondo limites aos que detêm o poder.

A resistência camponesa no pré-1964 se deu através do uso da resistência infrapolítica, de práticas discretas, em alternâncias com formas públicas de resistência, como nos mostra o quadro a seguir.

**Quadro 18 - Formas de resistência públicas e cotidianas levantadas na pesquisa.**

<b>Formas de resistência pública, declarada:</b>	<b>Formas de resistências cotidianas, discursos ocultos e infrapolítica:</b>
Passeatas	Uso de ambientes religiosos para organização camponesa
Audiências com figuras políticas	Reuniões durante cultos religiosos

Apresentação de memoriais a políticos	Reuniões em casas de lavradores
Denúncias feitas em redações de jornais	Boca-a-boca para transmitir informações
Ocupações de espaços públicos	Dissimulação ou ignorância fingida
Ações judiciais	Recusa no pagamento da meia
Saques de armas e alimentos	Recusa a sair da terra ou retorno após despejo
Revoltas armadas	Ocupações de terras sem uso
	Ameaças veladas
	Apelidos
	Construção de casas durante a noite

Fonte: Quadro elaborado pela autora, com base nos conceitos de Scott (2013) e na análise das fontes.

O discurso oculto é um comportamento meramente tático e não implica apenas um rol de reclamações feitos nos bastidores, mas sim a concretização de inúmeras estratégias discretas, cujo objetivo é minimizar a apropriação material. Como exemplos, podemos citar as reuniões que ocorriam na casa de Nilson Venâncio, durante os cultos evangélicos ou o espaço utilizado por Pureza, em um centro de Umbanda, para conversar com os camponeses sobre a necessidade de se organizar; as reuniões que aconteciam nos terreiros das casas de lavradores; as informações que eram levadas de casa em casa quando não era possível se encontrar, como relatou Joaquim Antônio; a ignorância fingida, utilizada pelo lavrador João Marques quando os guardas da Fazenda Nova Brasília, em Paciência, o ameaçavam, bem como o hábito dos lavradores recém chegados construir suas casas durante a noite, nessa mesma fazenda, para que os guardas não vissem e destruíssem; as ameaças de resistência veladas que apareciam nas notícias de despejos, onde os lavradores informavam que iriam se organizar para resistir e os apelidos, como o dado ao cabo da polícia em Xerém, que era chamado entre os lavradores e também na imprensa de “cabo Jumento”, numa clara expressão da raiva que os camponeses nutriam dele.

Já como exemplos de infrapolítica, podemos citar a recusa no pagamento de taxas, como ocorreu na Fazenda do Alto, em São João da Barra. Considerando as ameaças de despejo que vinham acontecendo, os lavradores decidiram parar com o pagamento da metade da produção; a recusa a sair das terras ou retorno após o despejo, iniciando novamente a construção da casa e da lavoura, o que foi muito frequente em todo o sertão fluminense e as ocupações de terras

que não estavam sendo utilizadas, mesmo que houvesse proprietário, como relatou Joaquim Antônio em relação à fazenda São Lourenço e áreas vizinhas.

Tais resistências têm ligação direta com a forma de organização do grupo, visto que resistências públicas são mais constantes quando se tem uma organização formal, já que uma atividade política expressiva pode representar represálias. Já as formas de resistência cotidiana dependem de uma organização informal, visto que é preciso redes informais de parentes, vizinhos, laços comunitários para que ela se concretize. O processo de auto-organização dos lavradores do Rio de Janeiro e de Xerém adaptou tais formas de resistência de acordo com os contextos vividos, tendo momentos em que era possível resistir apenas através da infrapolítica e momentos que a organização levou a formas de resistência pública, como os levantes armados iniciados em 1960 na região.

#### **4.2 O processo de auto-organização**

A região de Duque de Caxias, sobretudo o ramal Xerém, pode ser considerada como um “barril de pólvora”<sup>239</sup>, visto que o número de despejos foi maior nessa localidade do que em qualquer outra do Estado. Segundo Davis (1993), Caxias era um município definido como uma periferia marcada por um processo de industrialização fortemente patrocinado pelo investimento estatal<sup>240</sup>, sendo um exemplo desse investimento a Fábrica Nacional de Motores, uma empresa estatal instalada em Xerém no contexto da Segunda Guerra Mundial, voltada inicialmente para a produção de motores para aviões.

A instalação da Fábrica Nacional de Motores, no distrito de Xerém, é vista como responsável direta pela valorização das terras ao redor do empreendimento devido ao alto contingente populacional que se dirigiu para essa região e somado também à especulação imobiliária, que tinha como objetivo o estabelecimento de loteamentos. É necessário, portanto, estabelecer uma correlação entre os conflitos ocorridos em Xerém e a fundação da FNM na região, no início dos anos 1940.

Planejada inicialmente para a fabricação de motores de aviões, a fábrica estatal, que se consolidou posteriormente no setor automobilístico, possuía uma enorme faixa de terra,

---

<sup>239</sup> Em 1963, o jornal *Correio da Manhã*, denominava a região de Xerém como um barril de pólvora, alarmando para o fato de que centenas de lavradores armados estavam se insurgindo próximo a rodovias importantes, como a Rio-Petrópolis (hoje Rodovia Washington Luiz) e a apenas trinta minutos do centro do Rio de Janeiro, que, apesar de não ser mais a capital do país, continuava tendo significativa importância.

<sup>240</sup> Davis (1993) Apud MEDEIROS (2015), p. 258.



saneada para que ocorresse a sua instalação, e representava um modelo de fábrica autossuficiente em termos de habitação, educação, alimentação, lazer, entre outras atividades. Além disso, havia também a preocupação na utilização das terras para não só a atividade fabril, mas também para a criação de animais e desenvolvimento de agricultura, de forma a fornecer alimentos para os trabalhadores da “Cidade dos Motores”.

A produção agrícola, inclusive, foi uma das atividades privilegiadas da fábrica, o que envolveu a necessidade de distribuição de terras e a realização de contratos. Assim, muitos lavradores da região eram arregimentados pela fábrica para abastecer o pessoal que trabalhava na produção industrial, não só de produtos agrícolas, mas também de outros advindos da produção de gado, porcos e aves. Os lavradores eram considerados como funcionários da FNM, mas as condições para a concessão e para o uso das terras pelos camponeses implicava no pagamento de parte da produção por eles realizada, levando a sistemas de parceria como a meia e a terça ou de transações de compra da produção pela fábrica<sup>241</sup>.

Nos primeiros anos de funcionamento, a fábrica mostrava uma preocupação em dar assistência aos lavradores que ali se instalavam, tendo de suprir as necessidades dos que se dedicavam a atividade no período anterior às primeiras colheitas. Considerando que não eram assalariados, a sobrevivência dos trabalhadores antes da primeira safra era essencial para que o projeto de empresa desse certo. O que se sabe é que muitos dos camponeses que estiveram envolvidos nos conflitos por terra chegaram na região de Xerém mais ou menos por volta da década de 1940, vindo de diversas regiões do Brasil, sendo as principais, Pernambuco, Paraíba, Espírito Santo, Minas Gerais e de áreas do interior do Rio de Janeiro, onde a cafeicultura entrara em decadência, todos atraídos pelas possibilidades de emprego nas fábricas.

Através das entrevistas realizadas por Ramalho (1989) com operários da FNM, é possível perceber que para conseguir uma casa na vila operária da própria fábrica, era preciso ter um nível técnico de conhecimento industrial, só morando ali quem exercia funções indispensáveis dentro da produção industrial. Portanto, era comum que essas pessoas estabelecessem suas casas aos arredores, ou vivendo da lavoura, ou por vezes trabalhando como operário da fábrica, mas cuidando da roça nas horas vagas. Assim, com a instalação desse fluxo de pessoas na região, começou a se delinear fronteiras imprecisas entre o que era área de posse legítima da empresa e o que eram zonas devolutas, pertencentes às fazendas antigas de Xerém.

---

<sup>241</sup> RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. P. 50 – 53.

Nessa conjuntura, marcada pelo aumento da especulação imobiliária, que ansiava pela realização de novos loteamentos, as práticas de grilagem se acentuaram nesse período.

Apesar dos conflitos datarem da instalação da FNM em Xerém, até 1947 o estrito controle militar que havia sob a fábrica permitiu uma dominação sobre os atores que nela trabalhava e sobre as terras<sup>242</sup>. Com o fim da Segunda Guerra Mundial a fábrica passou por uma reorientação, sendo transformada em uma sociedade anônima e se voltando para o ramo da produção automobilística. Seu projeto de autarquia começou a perder forças, bem como a militarização das relações entre fábrica e funcionários, o que implicou também num enfraquecimento do controle sobre as terras<sup>243</sup>. Medeiros, Bastos, Galvão e Maia (2015) acreditam não ser por acaso que a criação da ALF date justamente desse período. Portanto, partem da hipótese de que a mobilização camponesa em Xerém está relacionada ao aguçamento dos despejos ocorridos devido ao casamento entre valorização de terras ao redor da FNM e do afrouxamento do controle das fronteiras, que abriu precedentes para que pessoas disputassem suas posses. Apesar de a empresa não ter pleiteado as regiões de litígio como áreas de sua propriedade, se torna evidente que as situações de conflito em Xerém foram marcadas pelo trânsito e pela sociabilidade de lideranças camponesas e operárias, propiciada pela proximidade geográfica existente entre as áreas aqui abordadas e a FNM, além do fato de que diversos camponeses envolvidos nas lutas já haviam trabalhado na fábrica ou tido alguma experiência urbana de luta.

Durante o início dos anos 1960, Ramalho (1989) percebe uma forte atuação sindical de membros do Partido Comunista no interior da Fábrica Nacional de Motores, reivindicando melhores condições de trabalho e levando à reflexão do padrão de dominação que era exercido nas relações trabalhistas ali existentes. É possível constatar que a atuação do PCB era expressiva na Fábrica devido ao fato de que com o golpe civil-militar, em 1964, a FNM sofreu grande repressão, tendo inúmeros trabalhadores, envolvidos ou não com o partido, sido presos. Esse contato entre lideranças camponesas e o ideal de luta desenvolvido na fábrica também pode ser evidenciado através do relato de Nilson Venâncio:

Fui trabalhar na FNM. Trabalhando na fábrica, comecei a ver que alguma coisa estava errada. Não tinha hora direito de almoço, comecei a esculhambar lá, brigar na fila. Aí o mestre João Vitor, que tinha sido um dos grandes quadros do Partido na Baixada, me chamou. Ele me viu esculhambando e falou que não era assim. Aí o Lenine, que foi atuante na FNM, me chamou. Ao mesmo tempo começou a ter despejo na divisa

---

<sup>242</sup> Sobre o assunto, ver Ramalho (1989).

<sup>243</sup> MEDEIROS, Leonilde S. de. (Coord.) Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro... P. 259 – 260.

da São Lourenço com a FNM. Eu comecei a dar apoio. Fui recrutado no campo e na cidade. O Mário Gorgonha, que tinha sido destacado do Partido pra área (...), me chamou um dia. Ele começou a me trabalhar e me levou no Partido. Eu entrei no partido pelo campo, não foi pela fábrica. (...) Eu era da Mantiqueira, da área da FNM, mas tinha prestígio em São Lourenço. Eu peguei por baixo o pessoal, organizei e trouxe.

(...) Meu pai foi trabalhar na fazenda Lamarão do Isaac Câmara. Ele arrumou casa lá, ficamos lá, trabalhando na região da fazenda de São Lourenço. Aí dali ele foi trabalhar na FNM. Eu conheci o local da fábrica antes da instalação da fábrica. Meu pai foi o funcionário de número 21. Ele trabalhou na desmatação da área do terreno da fábrica. Ele ficou lá uns tempos, mas ele tinha vocação rural. Ele resolveu voltar pro campo, e lá ele foi pra Fazenda São Lourenço. (...) Eu também fui trabalhar na FNM e ao mesmo tempo atuava no campo. Fui recrutado e continuei atuando no sindicato, no campo (Nilson Venâncio, entrevistas concedidas, respectivamente, a Leonilde Medeiros em 1983 e a Elisandra Galvão, em 2014)<sup>244</sup>.

Esse contexto de troca entre lideranças camponesas e operárias foi fundamental para estabelecer uma percepção de que as terras eram pertencentes à União e que as ameaças de despejo constituíam atos criminosos, contra os quais era necessário se mobilizar. A partir desse panorama contextual, tendo em mente as relações de violência estabelecida pelos grileiros sobre os lavradores, abordaremos nesse capítulo três conflitos armados ocorridos em Xerém que tiveram ampla repercussão e demandaram soluções emergenciais por parte do poder público, devido ao risco que ofereceram para a segurança nacional: os casos da Fazenda São Lourenço, em 1961 e das Fazendas Capivari e Piranema, ambos em 1963.

---

<sup>244</sup> Trechos de entrevistas obtidos em MEDEIROS (2015), p. 261 – 262.

Mapa 5 - Mapa com a localização das Fazendas São Lourenço, Capivari, Piranema e da Fábrica Nacional de Motores, em Xerém, 4º Distrito de Duque de Caxias<sup>245</sup>.



Fonte: Mapa elaborado pela autora

<sup>245</sup> Não foi possível precisar com exatidão a localização das Fazendas pois as mesmas não existem nos dias atuais. Através das fontes utilizadas no trabalho foi possível encontrar a área aproximada de onde as mesmas se situavam e as rotas existentes entre elas.

Mapa 6 - Rota de ligação entre as fazendas Piranema, Capivari, São Lourenço e Fábrica Nacional de Motores.



Fonte: mapa elaborado pela autora.

O levante armado da Fazenda São Lourenço, ocorrido em agosto de 1961, é considerado um dos primeiros do campo fluminense. A área em questão, media aproximadamente duzentos alqueires, sendo considerada como espólio<sup>246</sup> de quatro condôminos: Cícero Figueiredo, que possuía 37/64 da área da Fazenda, Getúlio Barbosa de Moura e sua esposa, donos de 15/64, Paulino de Souza Barbosa e esposa, que possuíam 6/64 e de Emílio João Carlos Horwitz, representado pela inventariante Fé Augusta Horwitz, dono de 6/64<sup>247</sup>.

Na área administrada por Horwitz, desde 1950, a relação com os lavradores era de extremo terror. Foi nesse período de gestão que ocorreu o primeiro despejo judicial das famílias que ali residiam, marcado pelo uso de violência e da destruição de casas e benfeitorias. Os lavradores que restaram após esse despejo e os que vieram para a região com o passar dos anos precisavam pagar para Emílio a taxa de matagem, espécie de tributo para ter o direito de explorar a madeira da área e a taxa da lavoura branca, para poder produzir cultivos temporários, se fosse o caso<sup>248</sup>.

Com a morte do mesmo, em 1958, sua viúva, Fé Augusta assumiu a administração das terras, mas não obteve sucesso em manter o padrão de cobranças que seu marido estabeleceu. No fim dos anos 1950 a maior parte dos trabalhadores que produzia na fazenda já haviam deixado de pagar os tributos. Em 1959, então, ela arrendou sua parte para o italiano Antônio Strufaldi, visando resolver a situação da falta de pagamentos. O contrato garantia ao italiano o direito de exploração dos bananais e do cultivo de lavoura branca, mas o mesmo não foi conhecido na memória dos lavradores pela produção e sim pela cobrança da matagem e da meia<sup>249</sup> dos posseiros. No entanto, o que se sucedeu é que poucos meses depois de estabelecer o contrato com Fé Augusta, Antônio simplesmente deixou de pagar o aluguel. Assim, em outubro de 1960, Fé Augusta entrou com um pedido de despejo contra o italiano e consequentemente contra todos os posseiros que ocupavam aquela área.

Apesar de tentativas de uma resolução judicial por parte dos posseiros, em julho de 1961 o juiz Hélio Albernaz Alvez autorizou a execução do despejo, que teria como data o dia 16 de agosto. No dia marcado, os oficiais de justiça, acompanhados de um contingente policial, expulsaram quatro dos sete posseiros que ali viviam. Apesar de formalmente a ação só afetar sete famílias, as ameaças e as notícias do caráter violento da desocupação ocorrida repercutiram

---

<sup>246</sup> Conjunto de bens deixados por alguém falecido.

<sup>247</sup> MEDEIROS, Leonilde S. de. (Coord.) Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro... P. 263.

<sup>248</sup> Idem.

<sup>249</sup> O sistema de pagamento da “meia” consiste no pagamento de metade da colheita produzida pelos lavradores para o arrendatário das terras.

entre as 300 famílias que viviam no restante da Fazenda São Lourenço. Outros lavradores, inclusive, já haviam recebido notificações judiciais falsas e avisos de que deveriam deixar as terras.

É nesse contexto de violência e de despejos que surge a auto-organização dos trabalhadores rurais em Duque de Caxias, que teve como marco inicial a criação da Associação de Lavradores Fluminenses, criada no início dos anos 1950 a partir de uma comissão formada por apenas três pessoas. A ALF é apontada por José Pureza como a primeira organização de lavradores do Estado do Rio de Janeiro e seu surgimento se deu devido ao fato de que a organização existente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Campos, só atendia às reivindicações dos trabalhadores assalariados da cana-de-açúcar.

Dando como exemplo o conflito ocorrido no Imbé, em Campos dos Goytacazes, quando os mesmos estavam sendo expulsos das terras por usineiros da região, Pureza migrou para a área de forma a trocar experiências com os camponeses, que estavam iniciando o processo de organização que levaria à ocupação do Imbé, amplamente noticiada nos jornais em 1963. Segundo Pureza, a necessidade que os lavradores do Imbé tiveram de organizar o movimento se dava porque o órgão que atuava na região era o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cuja preocupação se pautava em estender a legislação trabalhista para o campo, o que não abarcava o grande número de lavradores que vinham sendo expulsos das terras<sup>250</sup>.

Nesse sentido, a atuação das associações, ligas e movimentos de organização informal era mais ampla, visto que todas as estratégias tinham o objetivo claro de exigir a desapropriação das terras, sob a alegação de que eram terras públicas, sem uso por parte dos supostos donos. Portanto, os lavradores de Xerém viram a necessidade de se organizar de uma forma que abrangesse todas as camadas de camponeses que havia na região (posseiros, meeiros, arrendatários, pequenos proprietários, peões, colonos, entre outros), o que se deu através da criação da ALF<sup>251</sup>.

Nesse período, as estratégias utilizadas pelos lavradores de Xerém não eram diferentes das utilizadas pelos trabalhadores em luta das outras regiões do sertão fluminense. Segundo Pureza, a ALF partia da premissa de que havia muitas terras no interior do Rio de Janeiro que pertenciam à União e que estavam sendo indevidamente apropriadas, visto que os grileiros falsificavam documentos das áreas. Portanto, uma das primeiras ações era requerer em cartório

---

<sup>250</sup> PUREZA, José. *Memória Camponesa*.... p.75.

<sup>251</sup> PUREZA, José. *Memória Camponesa*.... p. 25.

a legitimidade da posse das terras em litígio. Considerando a imprecisão entre o que eram terras públicas, o que eram terras de terceiros e as práticas de grilagem realizadas por distintas figuras em um mesmo território, era necessário reivindicar a desapropriação das áreas em conflito. A desapropriação das terras, não só de Xerém, mas de outras localidades do Estado, era feita junto aos parlamentares na Assembleia Legislativa e junto a autoridades do governo estadual e federal. Entretanto, essas esferas alegavam que não havia a existência de verbas para realizar as desapropriações<sup>252</sup>.

A partir da descrença de soluções do conflito pelas vias do Estado, através das resistências públicas como passeatas, tentativas judiciais e de diálogo com deputados e representantes políticos, percebemos, no decorrer dos anos 1950 e no início dos anos 1960, mudanças na forma de se organizar e resistir dos lavradores de Xerém. Com a recorrência dos despejos e o anseio dos camponeses pela desapropriação das terras, a partir dos anos 1960 os camponeses de Xerém optaram por resistir a partir de levantes armados aos despejos<sup>253</sup> que se anunciavam. Para tanto, realizaram reuniões e assembleias, onde a possibilidade da reação armada foi debatida e aceita pelo grupo e apoiaram-se em relações mutualistas, contando com o auxílio e a solidariedade dos companheiros de outras fazendas, que compareciam de forma a aumentar o número de camponeses, bem como de outras figuras políticas e setores urbanos, que garantiam alimentos e até mesmo armas<sup>254</sup>.

Pelo relato de Joaquim Antônio, que se mudou para São Lourenço por volta de 1958, a opção por resistir de forma aberta, com o uso de armas, se deu através das pequenas reuniões e assembleias que ocorriam entre os lavradores. Discutia-se a ameaça de despejo e daí surgiu o plano de reagir com armas. Joaquim Antônio relata ter contato com o Partido Comunista através dos setores da cidade, que, em seu caso, se dava através de setores sindicais da Petrobras. De acordo com ele, o partido apoiava o movimento, mas a decisão se dava pelos lavradores. Perguntado se a orientação para a luta armada teria partido do PC ou do pessoal que estava instruindo, ele responde que

[partiu] do próprio movimento. Porque se a gente não lutasse, ia pra rua. Então de sair pra rua, nós morre logo lutando, era a ideia do povo. Ou defendia ou morria. Com

---

<sup>252</sup> MEDEIROS, Leonilde S. de. (Coord.) *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro...* P.41.

<sup>253</sup> Como já ressaltado anteriormente, a opção pelo uso da violência militar não excluía a prática de outras formas de resistência, como a infrapolítica.

<sup>254</sup> A aceitação, por parte dos camponeses, em relação ao uso de violência militar para reivindicar a desapropriação das terras se fez presente em mais de uma fonte: nas entrevistas de Nilson Venâncio e Joaquim Antônio, no livro de memória de José Pureza e nas reportagens de jornais da grande e pequena imprensa, o que nos leva a crer, com segurança, que foi uma decisão autônoma do grupo.



aquilo nós tivemos sorte que os ataques contra a gente foram poucos e nós ficamos vitoriosos na luta armada<sup>255</sup>.

A insurgência camponesa em Xerém e nos sertões fluminenses teve como principais características o uso de violência civil não letal, através dos saques, tocaias, prisões com reféns, ocupações e também o uso da violência através de esquemas militares, sendo essa violência armada o principal meio encontrado para pressionar o governo do Estado e a presidência da República a desapropriar as terras, o que de fato se deu.

A partir do temor de que pudesse haver um despejo geral, os lavradores resolveram, pela primeira vez, se mobilizar em um movimento armado, se organizando em trincheiras construídas nas principais vias de acesso à fazenda, visando barrar o despejo das três famílias que restaram no local e que constavam no processo judicial. Camponeses de diversas regiões do sertão fluminense se dirigiram para São Lourenço, a fim de auxiliar os companheiros. Além disso, havia ainda uma reserva pronta em Magé, cidade vizinha, para que eles fugissem caso o movimento falhasse. É possível ter dimensão do tamanho da mobilização e a auto-organização dos camponeses a partir das reportagens nos jornais e também pelo relato de lavradores que participaram da insurgência:

Você acredita que com menos de 24 horas nós tínhamos 2.000 homens armados dentro da Fazenda São Lourenço? Gente de Pedra Lisa, gente de Tinguá, gente de Xerém, gente de Campos. Vinha caminhão cheio de homem rapaz! (Manoel Antônio da Costa em entrevista concedida a Ernandez em 27/12/2004)

Então nessas resistências a gente se organizava mesmo. E nós fomos aperfeiçoando. Fomos aperfeiçoando, para resistir de qualquer maneira, então a polícia sabia que para entrar lá era um risco porque nós estávamos dispostos a tudo. Mas a gente fazia assim, a gente se armava mesmo. Nós tínhamos lá essas dinamites. Nós tínhamos dinamite preparada por quem sabia. Nós preparávamos para arrebentar ponte, acabar com o carro, arrebentar o carro, coisa assim não é. A polícia ia lá para reprimir, porque ela não queria que a gente se organizasse. A gente ficava de prontidão. Então nós ficávamos em unidades estratégicas, então a gente podia pegar na emboscada. (Laerte Bastos em entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 16/12/2004)<sup>256</sup>.

A resistência armada, como mostra a entrevista realizada com Joaquim Antônio, foi uma estratégia decidida coletivamente pelos lavradores em reuniões, assembleias e apoiada, inclusive, por aqueles que preferiram não pegar em armas. Tais pessoas apoiavam a luta de outras formas, fosse fornecendo alimentos, cozinhando para os lavradores que se encontravam nas tocaias ou emprestando as armas que possuía em casa, como exemplifica o relato abaixo.

Ah, o pessoal é um pessoal de fibra. Com a situação de despejo...o maior temor que o pessoal tem no campo é de ser despejado, ir pra rua. Então o pessoal se reunia. Era sem arma, de foice, pequenas espingardas de carregar pela boca, até tipo de virapau a

---

<sup>255</sup> Idem.

<sup>256</sup> Trechos de entrevistas obtidos através de MEDEIROS (2015), p. 265.

gente tomava posição. Mas depois que chegava na luta sempre aparecia pessoas que queriam ajudar, dizia: “eu não vou lá, eu sou crente, mas lá tem meu primo que tem uma arma, vou emprestar uma arma pra lá.” E assim muitos emprestaram espingardas, uma garrucha. E a turma toda se prepararam com aquelas pequenas armas, que pra outros tipos de arma não valia quase nada, mas todo mundo animado, né<sup>257</sup>?

Pureza conta que, antes de se organizar, os camponeses o procuraram para conversar. Após as trincheiras cavadas, o plano era deixar os policiais acompanhados do oficial de justiça entrarem, derrubando a primeira e a segunda casa para que ficasse clara a arbitrariedade e a violência por parte deles. Quando avançaram para derrubar a terceira, os lavradores entrincheirados atiraram, derrubando um policial. O cabo da polícia mirou acima do barranco em que os lavradores se escondiam atirando neles com uma metralhadora, no entanto, acabou ferido pelos que estavam entrincheirados na parte de baixo. Em meio ao tiroteio, também foi atingido o oficial de justiça. Ao restante da tropa, não restou outra opção senão levantar os braços e pedir para retirar os feridos<sup>258</sup>.

Em relação ao ocorrido, o jornal *Última Hora* noticiava que

Posseiros em Guerra Receberam Fôrça Militar a Bala: 4 feridos em Caxias.

Sete posseiros da Fazenda São Lourenço, no 4º distrito de Duque de Caxias, próxima da Fábrica Nacional de Motores, receberam a bala, ontem, uma patrulha de seis soldados da Polícia Militar fluminense, um sargento e dois oficiais de Justiça de Caxias, que tentavam forçar o despejo das famílias, por sua própria conta e risco, de vez que o Juiz Helio Albernaz Alves, de Caxias, disse a UH que não havia solicitado, até então, qualquer diligência policial.

[...] Ao pressentirem a diligência policial, os posseiros da Fazenda São Lourenço carregaram as espingardas e entrincheiraram-se. Quando os soldados e oficiais de justiça estavam à vista, ergueram-se as armas em punho e ordenaram:

- Mãos para cima!

Os invasores hesitaram.

- Vamos, caiam fora daqui!

Ordem desobedecida – e a fuzilaria começou.<sup>259</sup>

Segundo a reportagem, ficaram internados os oficiais de Justiça Antônio Amaro Pinho, de 47 anos e Altamiro de Assunção Medeiros, de 65 anos, com ferimentos nas costas, causados por uma espingarda de chumbo. Além disso, ficou ferido também um policial, Mário dos Santos, com ferimento a bala no tórax, o que também aconteceu com o lavrador Ari Cordeiro, da São Lourenço.

---

<sup>257</sup>Entrevista com Joaquim Antônio realizada entre 1981 e 1982 por Joaquim Paulo Silveira, transcrita por Aline Borghoff Maia.

<sup>258</sup>PUREZA, José. Memória Camponesa, p. 54.

<sup>259</sup>Última Hora, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1961, p. 7.



**Figura 3 - Lavradoras armadas na Fazenda São Lourenço, em 1961.**

Fonte: Última Hora, 19 de agosto de 1961, p. 1.



**Figura 4 - Lavradores armados na Fazenda São Lourenço, em 1961.**

Fonte: Última Hora, 19 de agosto de 1961, p. 1.



**Figura 5 - Lavradores entrincheirados na Fazenda São Lourenço**

Fonte: Última Hora, 19 de agosto de 1961.

# LAVRADORES EM ARMAS CAVAM TRINCHEIRAS!



“Se aparecer algum policial, fôgo nêle!” — esta foi a deliberação tomada pelos 200 lavradores que desde quinta-feira, cavaram trincheiras na Fazenda São Lourenço (Caxias) e dali não saem (foto), nem para comer,

- 1** Os posseiros despejados pela Justiça organizam a defesa da Fazenda São Lourenço, em Caxias, de armas na mão.
- 2** Concentração semelhante a das Ligas Camponesas nordestinas recebe reforço dos lavradores de tôdas as redondezas.
- 3** Esperado contato de autoridades federais com os posseiros, para evitar derramamento de sangue. (Leia na página 7)

Figura 6 - Capa do jornal Última Hora, noticiando conflito armado na Fazenda São Lourenço

Fonte: Última Hora, 19 de agosto de 1961, p. 1.

As imagens apresentadas exemplificam diversos elementos da resistência camponesa em Xerém, desde ações infrapolíticas, até a resistência aberta. A tocaia, que tinha como objetivo avisar aos outros companheiros da chegada da polícia e a armadilha construída na ponte que havia na entrada da São Lourenço, com o objetivo de retardá-los, denotam formas claras de ações infrapolíticas, elementos, por sua vez, presentes num processo auto-organizativo. Além disso, o fato dos lavradores terem permitido a entrada de jornalistas e autorizarem que as suas fotografias, empunhando armas, fossem publicadas, também representa uma estratégia muito bem sucedida de criar uma ameaça, tanto para os policiais encarregados de fazer o despejo, quanto para o poder público, que, àquela altura, já reconhecia o medo dos levantes se espalharem por todo o Estado, acarretando sérias consequências do ponto de vista da segurança nacional, o que, muito provavelmente, pesou a favor para que as terras fossem desapropriadas. Quando Pureza, no seu livro de memórias, relata a sua ida à São Lourenço com Tenório Cavalcanti e repórteres de duas revistas, o mesmo conta que os lavradores só permitiram a passagem deles pela estrada por reconhecerem e terem confiança em Pureza. Quanto aos repórteres, Pureza relata que eles queriam tirar fotos das trincheiras, o que ele teve que impedir. Portanto, as fotos de lavradores armados que dias depois foi divulgada no jornal *Última Hora* representaram uma estratégia política solidamente pensada pelos camponeses e com um objetivo muito claro.

José Pureza, membro do Partido Comunista, por sua vez, discordava da opção armada de resolução do conflito e paralelamente recorreu à Prefeitura de Duque de Caxias, a Assembleia Legislativa e ao governo estadual para que houvesse uma resolução pacífica da situação. Foi possível perceber, sobretudo através dos relatos de lideranças camponesas envolvidas com o Partido Comunista, como Bráulio Rodrigues, Nilson Venâncio e José Pureza, que haviam discordâncias internas sobre a forma como esses acreditavam que devia ser conduzida a luta. Pureza, por exemplo, se posicionava contra a resistência armada, tentando sempre resolver os conflitos que surgiam através do Estado, por vias legalistas ou judiciais. Entretanto, essas discordâncias ou as deliberações do Partido Comunista não se sobrepunha as deliberações dos camponeses, que, considerando ser um movimento auto-organizado, eram colocadas e decididas em assembleias, a partir da vontade do grupo.

Em um de seus relatos, Nilson Venâncio explica que havia pessoas que possuíam certas responsabilidades, não podendo se envolver nos conflitos. Acreditamos que a memória que algumas lideranças camponesas apresentavam de si, sobretudo as que compunham quadros de direção em instituições camponesas, era constituída a partir de um silenciamento quanto ao

envolvimento ou apoio à táticas mais radicais de resistência. É possível perceber esse distanciamento ou silenciamento nos relatos de José Pureza e de Manoel Ferreira de Lima, ambos ocupantes de cargos de direção da FALERJ entre 1960 e 1964. José Pureza, em relação aos conflitos ocorridos em Xerém, narra em suas memórias o respeito à decisão dos camponeses e as orientações em prol da resolução do conflito por vias institucionais. Manoel Ferreira de Lima, em 1962, também relatou ao jornal *A Luta Democrática* não ter envolvimento na resistência armada que ocorreu na Fazenda Mato Grosso, em Magé. Não é possível precisar se tais lideranças participaram ou apoiaram o uso de violência militar por parte dos camponeses, entretanto, em seus discursos públicos, o que se tem é a preservação da imagem de líderes pacifistas.

Acreditamos ainda que o Partido Comunista, em si, não possuía um papel significativo na organização camponesa, não tendo, portanto, influência nas ações deliberadas pelos lavradores, que se davam de forma autônoma. Não se pode negar o fato de que a organização camponesa no sertão fluminense, fosse formal através das associações/ligas camponesas ou informal, se iniciou, pelo menos em Xerém, a partir de pessoas que eram filiadas ou possuíam relações com o Partido Comunista. Entretanto, não eram pessoas que estavam no campo a mando do Partido. José Pureza, por exemplo, conta que chegou em Xerém porque soube que havia facilidade de conseguir lotes de terra. Nilson Venâncio se mudou para São Lourenço quando ainda era criança, tendo crescido naquela região e se filiado ao Partido quando jovem. Bráulio Rodrigues, já envolvido com o partido, vem para a região de Nova Iguaçu para evitar uma prisão e acaba sabendo da distribuição de lotes em Pedra Lisa, quando iniciou seu contato com a luta no campo. Portanto, não era o Partido Comunista o organizador das lutas no campo e sim pessoas ligadas a ele, que já viviam nos sertões do Rio de Janeiro quando os despejos se iniciaram e que, por sua vez, tinham suas opiniões formadas a partir de deliberações do PCB, não podendo tais membros serem vistos como um fator externo que propiciou a organização dos lavradores.

Na tentativa de resolver o conflito através de medidas legais, Pureza decidiu procurar Tenório Cavalcanti<sup>260</sup> e levá-lo até São Lourenço, o que implicou na ida da imprensa ao local. Em seu livro de memórias, Pureza conta que chegou na fazenda com Tenório e com repórteres

---

<sup>260</sup>Tenório Cavalcanti, na época deputado e dono do jornal *A Luta Democrática*, é visto aqui como uma figura emblemática. Conhecido na região de Duque de Caxias por resolver seus problemas com o uso de violência, por muitas vezes se autointitulou como um defensor de camponeses, colocando-os como figuras vulneráveis e necessitadas de sua proteção. Mas, apesar das controversas em torno de sua imagem, vale destacar que Tenório muito ajudou o movimento dos camponeses, com auxílios jurídicos, auxiliando para que a luta ganhasse visibilidade na imprensa e, possivelmente, fornecendo armas nos levantes.

das revistas *Cruzeiro e Manchete*. Segundo ele, ao levar Tenório ao local argumentou com ele que os lavradores ali possuíam o seu próprio comando e que a presença do político visava apenas “evitar coisas piores”. De acordo com Pureza, a opção por pedir auxílio a ele se dava por ser um

[...] político temido na região, que se impunha aos adversários por valentia, Tenório, com certeza, tinha condições de convencer o juiz sobre a necessidade de suspender o despejo. Caxias era reduto dele e Tenório aproveitava-se dessas situações para bater no peito e dizer que ao seu lado haviam trinta mil camponeses fluminenses<sup>261</sup>.

O falecido Climério, que era o presidente da Petrobrás (sic), mais o Joaquim Antonio e o Pernambuco, nós fomos na casa do Tenório lá em Caxias. (...) Fomos lá, conversamos com ele e tal. Expomos a situação, que nós já estávamos com um pessoal assim assado, porque já tinha despejado uma casa lá, o cara já tinha feito covardia. Roubou tudo do cara e a gente ia resistir de ter mais um despejo. Aí o Tenório falou assim: bom, então nós vamos sair agora, uma hora da manhã. Entramos dentro de um carro, fomos embora com ele no Arsenal da Marinha, lá na Praça XV. Sabe aonde é a Ilha das Cobras? Nós fomos lá. [Chegamos de] jipe na Fazenda São Lourenço, cheio de fuzil, metralhadora, granada, baiúca, tudo quanto era troço de explodir estava ali dentro. Banana de dinamite tinham mais de 1.000 quilos de banana. Só que nós não chegamos nem usar esse material. Nós nos defendemos com o que nós tínhamos, porque na hora que a gente estava dentro da trincheira a arma pesada que nós tínhamos lá era rifle e bala amarela. Então a gente ganhou a guerra só com isso aí. O material pesado estava guardado num mato, num morro, numa lagoa que tem lá num cantão, num barraco (Manoel Antônio da Costa em entrevista concedida a Marcelo Hernandez em 2004)<sup>262</sup>.

O episódio ocorrido em São Lourenço rendeu sérios problemas para o Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, que enviou um destacamento de cinquenta policiais para a região, o que contribuiu para aumentar a tensão já existente. O conflito passou para a responsabilidade do DOPS e manteve os lavradores mobilizados sob a perspectiva de que novas investidas surgiriam. Entretanto, a reação armada, até então um recurso inédito de luta na região, foi fundamental para que o poder público tomasse providências de resolução do conflito. Preocupado que a luta se alastrasse por outras áreas de litígio, o juiz Hélio Albernaz, de Duque de Caxias, mandou suspender a ação de despejo. O governador Celso Peçanha, por sua vez, decretou a urgência da desapropriação de São Lourenço<sup>263</sup>.

A vitória dos lavradores de São Lourenço, segundo José Pureza, foi comemorada por todos os Núcleos de lavradores daquela região: em Piranema, Tabuleiro, na Fábrica Nacional de Motores, em Capitão Santa Cruz, Fazenda Mato Grosso, Ponte Coberta e Km 49, além da Associação de Pedra Lisa, tendo, todos esses núcleos, participado ou apoiado a resistência armada dos lavradores de São Lourenço, que, nos anos seguintes, também prestaria apoio em

---

<sup>261</sup> PUREZA, José. *Memória Camponesa...* p. 55.

<sup>262</sup> Trechos de entrevistas obtidos através de MEDEIROS (2015), p. 269.

<sup>263</sup> Não foi possível obter o decreto de desapropriação de São Lourenço.



conflitos como Capivari e Piranema, o que indica que a resistência armada era uma prática aceita e difundida entre o campesinato da região.



Figura 7- Anúncio da desapropriação da Fazenda São Lourenço, após o levante, em 1961.

Fonte: Última Hora, 21 de agosto de 1961, p. 1

Segundo um informe do Partido Comunista em relação ao município de Duque de Caxias, o movimento camponês da cidade era visto como um dos mais avançados do Estado e do país. Tratando sobre a organização no campo, o documento situa que outro acontecimento fundamental do início da década de 1960 foi a resistência dos lavradores frente ao despejo e pela desapropriação das terras da Fazenda Capivari, Piranema e de áreas vizinhas como Mato Grosso e Penha Caixão.

Nessa ocasião, os lavradores da região se mobilizaram, armando-se e cavando trincheiras nos morros locais para poder enfrentar os destacamentos policiais que seriam enviados para realizar o despejo<sup>264</sup>. Atendendo ao chamado dos companheiros, estiveram juntos mais de dois mil lavradores de diversas áreas do sertão fluminense, dispostos a enfrentar a força qualquer um que comparecesse para expulsá-los de suas terras. Paralelamente, os setores urbanos prestavam apoio a luta dos lavradores, organizando ações de solidariedade e arrecadando materiais necessários, bem como levando comissões ao campo.

Essas relações de ajuda mútua, um componente essencial dentro de processos auto-organizativos, representaram um elemento constante nos movimentos camponeses do sertão

<sup>264</sup> Através dos mapas presente nesse capítulo, que destacam a localização das Fazendas São Lourenço, Capivari e Piranema, é possível observar também a geografia local, utilizada a favor dos lavradores na hora de elaborar armadilhas para o levante. As três fazendas, que são interconectadas por estradas, são cercadas por morros, o que favoreceu o estabelecimento de tocaias e a criação de trincheiras.

fluminense, desde os despejos, durante a década de 1950. Em 1955, por exemplo, uma das estratégias adotadas pelos lavradores consistiu em pedir que diversos sindicatos operários do Rio de Janeiro prestassem solidariedade a sua causa. O apelo foi lançado através do jornal *Imprensa Popular*, a pedido dos camponeses, o que gerou resultados. Em maio o sindicato dos marceneiros declarou sua solidariedade aos camponeses de Xerém, elaborando listas para arrecadar auxílio financeiro para os lavradores<sup>265</sup>. Em seguida, foi a vez de outros lavradores de Barro Branco, também em Caxias, prestar a sua solidariedade, a pedido da Associação dos Lavradores Fluminenses, aos camponeses do ramal de Xerém. Enviaram a eles 23 dúzias de cana-de-açúcar, 23 caixas de banana e 200 quilos de aipim. A notícia relata ainda que lavradores de vários outros locais estavam fazendo o mesmo, inclusive os da Fazenda Santa Cruz, que já estavam se organizando em um núcleo da Associação de Lavradores Fluminense. O objetivo era que as mercadorias doadas fossem vendidas em benefício das famílias camponesas de Xerém<sup>266</sup>.

#### SOLIDARIEDADE AOS CAMPONESES DE XERÉM

Na sede do nosso Sindicato – disse-nos o operário naval Serafim de Souza – se encontram alojados dezenas de camponeses de Xerém, que foram despejados de suas terras e de suas casas. É preciso que nesse comício se levante o protesto e a solidariedade dos operários, repudiando essa violência praticada contra os trabalhadores do campo<sup>267</sup>.

#### ORGANIZA-SE A SOLIDARIEDADE AOS CAMPONESES DE XERÉM

[...] Pela primeira vez no Distrito Federal e nos vizinhos municípios fluminenses, trabalhadores das cidades e do campo se unem num movimento de solidariedade organizada, visando auxiliar, apoiar e amparar seus irmãos camponeses, vítimas da espoliação dos grileiros e latifundiários, e de arbítrio e das violências policiais. Assim, as vítimas de Xerém, dezenas de famílias camponesas, cujos direitos, confirmados e assegurados por decisão do Tribunal Superior do Judiciário, foram violentados com uso de força policial, são aquelas em torno das quais, neste momento, se organiza esse movimento unitário de solidariedade.

#### LISTAS E OUTRAS INICIATIVAS

Grande número de listas destinadas à arrecadação de contribuições entre os trabalhadores das fábricas e assalariados agrícolas estão sendo distribuídas pela Associação dos Lavradores Fluminenses e organizações que lhe são filiadas.

Na Fazenda Santa Cruz acaba de ser criado um Núcleo da Associação, que tomou como compromisso de solidariedade aos camponeses de Xerém, obter mercadorias para serem vendidas em benefício das famílias despejadas.

Os lavradores que integram o Núcleo de Barro Branco da ALF já obtiveram e estão vendendo, em benefício dessas famílias, 23 dúzias de cana, 23 caixas de banana, 200 quilos de aipim e outros gêneros<sup>268</sup>.

---

<sup>265</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1955, p. 6.

<sup>266</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1955, p. 6.

<sup>267</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1955, p. 5.

<sup>268</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 14 de maio de 1955, p. 6.

Na ausência do Estado para prestar algum auxílio financeiro ou social para os lavradores, tais elementos ficavam a cargo de outros grupos de lavradores e, como pudemos ver, também de outros setores, como lavradores assalariados, sindicatos e fábricas. Essas formas de mutualismo eram expressas não só em abrigo nos casos de despejo, mas também na arrecadação de dinheiro, de alimentos, participação em atos e também divulgação da realidade no campo. De acordo com Joaquim Antônio, para que os levantes acontecessem foi preciso muito apoio de diversos setores. Cita Tenório Cavalcanti, que fornecia armamentos e alimentos, assim como o auxílio que tiveram de membros da FNM e da Petrobras, sendo esses últimos importantes para repassar notícias em relação à repercussão que o movimento vinha tomando e por mandar itens necessários para as fazendas enquanto ocorriam os conflitos armados<sup>269</sup>. Sobre o apoio da FNM, Joaquim conta que a luta pela terra também envolvia eles, visto que as pessoas que trabalhavam na fábrica moravam nas terras em seu entorno. Então, mesmo que eles não se envolvessem diretamente nos conflitos, prestavam apoio.

Eles não participavam, esses davam apoio. Davam apoio por meio daqueles líderes sindicais que lá tinham. Não, eles não chegaram a ajudar com comida. O pessoal da fábrica que chegou a ajudar foi... talvez um deles, mas eu não sei. Agora ajudado direto, foi o pessoal da fábrica Petrobras. Esses é que tinham um conjunto lá que mandava caminhão de ajuda para o povo<sup>270</sup>.

Tais formas de ajuda mútua aconteceram diversas vezes e por vários setores sociais ao longo dos anos 1950. Além disso, nos anos 1960, quando os camponeses optaram pela resistência aberta, através dos conflitos armados, todos esses setores urbanos prestaram apoio, bem como as fazendas ao redor demonstraram a predisposição em se unir com os lavradores das áreas em conflito.

A posse das terras em Capivari era disputada entre os camponeses e a Companhia Enco, que tinha como objetivo elaborar um projeto de loteamento urbano na região, movendo diversos processos na justiça para que houvesse o despejo dos camponeses. Em 1955 já havia ocorrido um grande despejo em Capivari. No entanto, através da ALF, os lavradores organizaram uma grande mobilização, o que levou ao acampamento do Campo de São Bento em Niterói. Disso, derivou a alocação das famílias em Casimiro de Abreu, que posteriormente retornaram para as terras em Xerém. Em 1962 sofreram mais um violento despejo, entretanto, segundo Manoelão, lavrador da região de Capivari, “quando eles [os lavradores de Capivari] pediram reforço da

---

<sup>269</sup> Entrevista com Joaquim Antônio realizada entre 1981 e 1982 por Joaquim Paulo Silveira, transcrita por Aline Borghoff Maia.

<sup>270</sup> Idem.

São Lourenço, o estrago já estava feito, a polícia já tinha queimado 80 casas [e que] se eles tivessem pedido apoio antes, eles resistiriam à polícia”<sup>271</sup>.

Em junho de 1963, sem indícios de que de fato a desapropriação aconteceria, os lavradores começaram a organizar a resistência armada para barrar mais um iminente despejo. Joaquim Antônio conta que em Capivari formou-se um grupo de cerca de quatrocentas pessoas armadas. Considera que o movimento contou com uma organização bem preparada e, além do auxílio que eles recebiam de outros setores para se manter durante os períodos de luta, visto que nesses momentos os trabalhadores não cuidavam das lavouras ou saíam para vender os seus produtos, eles também se organizavam para realizar saques nos grandes armazéns que tinha na estrada a caminho de Caxias.

Era uma organização preparada. Conseguimos ali uma cozinha, nessa cozinha tinha de tudo. Esse tudo era conseguido. Nós tirava um grupo de 15, 20 homens armados e saía onde tinha um grande armazém nas margens da estrada indo pra Caxias. O povo chegava lá, enfrentava aquilo e pegava arroz, feijão, 10 sacos de uma coisa, 10 sacos de outra. Trazia pro acampamento. E o cara lá não reagia nada. Aquele bando de homem armado, né? E assim trazia aquilo pro acampamento. E lá cozinha, preparava, e o pessoal por etapa ia se alimentando. Assim nós passamos diversos dias lutando em defesa da terra. Qualquer reação que aparecesse, nosso intento era barrar mesmo. Tinha grupos preparados, no caminho, em diversos pontos antes do acampamento pra não deixar ninguém chegar lá<sup>272</sup>.

A reportagem do dia 21 de junho de 1963, do jornal *Imprensa Popular* também relata os saques ocorridos pelos camponeses de Capivari e Piranema:

Pela manhã o grupo rebelde assaltou a Casa de Armas São Paulo, de propriedade de Silvestre Pereira da Cruz, situada no Km 13 da Rodovia Washington Luis. O assalto à casa de armas foi comandado por um tal de Osmar e por uma mulher de nome Dalva. Portando espingardas e fuzis, fartamente municiados, os rebeldes se dividiram em piquetes de 15 homens e se entrincheiraram à beira das estradas. Correm notícias de saques em fazendas e armazéns e já começam a surgir feridos na Delegacia de Caxias<sup>273</sup>.

Assim como nos outros movimentos de resistência armada que ocorreram em Duque de Caxias, a organização se deu contra as orientações do Partido Comunista, que se fazia presente nos movimentos através de lideranças camponesas que eram filiadas ou mantinham alguma relação com o partido. Nas palavras de José Pureza, na época liderança da FALERJ,

[...] O movimento não era dirigido pelo PC. Se o movimento decidisse, era isto mesmo. Se os companheiros decidissem uma resolução mais forte, nós (a Federação) não recuávamos. Dávamos toda a força, procurávamos orientar da melhor forma. Não vamos escolher a forma de lutar. Se aparecer de uma forma nós a enfrentamos. A própria realidade é que vai dizer. (...) O PC tinha como tese lutas pacíficas, mas isto não queria dizer ‘dar a outra face’. Ação de jagunços se enfrentava. Nós obedecíamos

<sup>271</sup> Entrevista concedida a Marcelo Ernandez em dezembro de 2004, obtida através de MEDEIROS (2015), p. 273.

<sup>272</sup> Entrevista com Joaquim Antônio realizada entre 1981 e 1982 por Joaquim Paulo Silveira, transcrita por Aline Borghoff Maia.

<sup>273</sup> *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 21 de junho de 1963, pag. 2.

o que o camponês dissesse. Sempre fomos soldados dos camponeses, soldados da classe. Quando achávamos errado, discutíamos com os companheiros. (Apud ARAÚJO, 1982, p.38)<sup>274</sup>.

Para Nilson Venâncio, que participou dos movimentos pela terra em Caxias no pré-1964, o Partido Comunista, pelo menos até a década de 1950, em Duque de Caxias, não tinha deliberações voltadas para o campo, o que não excluía o fato de que pessoas ligadas ao partido fossem camponeses. Cita como exemplo José Correia, que morava e trabalhava como machadeiro em São Lourenço, quando Nilson ainda era criança e Eliseu Batista do Carmo, responsável por realizar cultos na casa de Nilson, onde debatia ideias do Partido Comunista e a necessidade de organização, o que, segundo Nilson, levou seu pai a participar do movimento. Tais reuniões, disfarçadas através de um culto religioso, representam um claro exemplo de discurso oculto, se dando de forma disfarçada justamente como meio de evitar possíveis prisões, que ocorriam caso a polícia local percebesse que os lavradores estavam fazendo reuniões.

Ainda sobre a participação do Partido Comunista, Nilson explica que as lideranças, envolvidas com o partido, não precisavam ser procuradas porque elas viviam nos locais de conflito. Além disso, destaca que aliadas às ideias do partido ou não, as pessoas possuíam base política e discutiam os problemas vividos politicamente, bem como as estratégias a serem adotados.

O pessoal não precisava de orientação do Partido. Era uma coisa natural. O partido se engajava pra encampar. E havia pessoas lá pra aprender com a massa. Que a massa tem no seu seio conhecimento e sabe como fazer certas horas. Aí o pessoal se organizava ... agora tinha, por exemplo, Alfredo Belo da Silva, era, foi militar. Tinha uma porção de pessoas ali que foram militar, sabia lidar com armas. Fora isso a pessoa não precisa ser militar pra saber lidar com arma. Pessoal era caçador, tinha arma em casa, a coisa toda e tinha espingarda em casa<sup>275</sup>.

[...] A reação armada era uma necessidade local. Se não tivesse orientação, 'nego' ia fazer de qualquer maneira. (...) Tinha um pessoal que era mais xucro, mais dado às coisas práticas, e tinha um pessoal que tinha outro tipo de responsabilidade e não podia se queimar participando das coisas. Havia dentro do partido gente simpática a isso, que deu apoio. Mas a linha central do partido era fazer pressão de massa (entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 1982)<sup>276</sup>.

Os dois trechos de entrevistas realizadas com Nilson Venâncio nos permitem perceber alguns elementos que caracterizam os movimentos de Xerém e do sertão fluminense, no pré-1964, como auto-organizados. Em primeiro lugar, fica claro que as decisões eram tomadas pelos lavradores, fosse através de reuniões escondidas ou através de assembleias, independente

---

<sup>274</sup> Trecho de entrevista obtido através de MEDEIROS (2015), p. 267.

<sup>275</sup> Entrevista realizada com Nilson Venâncio em janeiro de 2019.

<sup>276</sup> Idem.

do movimento ter sido iniciado pelas associações ou pelos lavradores organizados informalmente. Em segundo lugar, ao citar que havia militares no movimento, ao explicar o esquema militar que foi montado nas fazendas e o uso de armas, Nilson sugere que havia um compartilhamento de saberes especializados ou técnicos, que era colocado a serviço do grupo, sendo necessário, dentro de um processo auto-organizativo que exista essa cooperação entre as pessoas. Para que fosse possível uma resistência aberta de tal proporção, os lavradores também precisaram contar com o apoio mútuo dos camponeses das fazendas vizinhas e também de setores urbanos, fosse para auxiliar na divulgação, de forma a criar um temor nas autoridades públicas, fosse através da doação de bens e alimentos.

Com o clima de insurgência generalizada no Estado e o anúncio da resistência armada organizada na Fazenda Capivari e nas redondezas, o governador da época, Badger da Silveira, destacou tropas da Polícia Militar para a área e solicitou a presença do Exército, para ser acionado se preciso fosse. Já o responsável pela Supra, João Caruso, cuidou pessoalmente de ir até Niterói para depositar o dinheiro da ação de desapropriação no Juízo de Feitos da Fazenda, desapropriando assim a região de Capivari, Piranema e também áreas vizinhas como Penha e Caixão e Mato Grosso.

DECRETO Nº 51.905, DE 19 DE ABRIL DE 1963.

Declara de utilidade pública por interesse social, para fins de desapropriação, as Fazendas "Penha" e "Caixão", "Capivari", "Piranema" e "Mato Grosso", localizadas nos 2º e 3º Distritos do Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso I, do art. 87, da Constituição Federal, e incisos I e III do art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, decreta:

Art. 1º É declarada de utilidade pública por interesse social, para fins de desapropriação, as Fazendas "Penha" e "Caixão", "Capivari", "Piranema" e "Mato Grosso", incluindo seus revestimentos florestais, localizadas nos 2º e 3º Distritos do Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro [...]<sup>277</sup>

No entanto, apesar das tentativas governamentais de acalmar os ânimos dos lavradores, os dias que se seguiram foram marcados por novas tensões. Considerando o cerco realizado pela PM em 19 de junho de 1963, os lavradores resolveram reagir efetuando prisões e mantendo

---

<sup>277</sup> Decreto disponível em <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/80868-declara-de-utilidade-publica-por-interusse-social-para-fins-de-desapropriauuo-as-fazendas-penha-e-caixuo-capivari-piranema-e-mato-grosso-localizadas-nos-2u-e-3u-distritos-do-municipio-d.html> Acesso em 24/03/2020

como reféns trinta e seis jornalistas, líderes sindicais e vereadores, na promessa de condená-los e executá-los caso as forças policiais avançassem para as terras de Capivari.

Os rebeldes camponeses aprisionaram o Sargento Sebastião Vicente, o soldado Manoel Cunha e o vereador Tomás Siqueira Barreto, do PSB, declarando-os reféns; em seguida, bloquearam todas as estradas que levam a Capivari, ponto estratégico, pois ali se situam os mananciais de água da Guanabara.

Dois dias depois, o controverso Padre Anibal resolveu sair para conversar com o delegado do DOPS, sendo preso na ocasião. Esse fato acabou por contribuir para a desarticulação do movimento.

Em 22 de junho de 1963 o jornal *Correio da Manhã* trazia a seguinte reportagem:

[...] Tal como se assistíssemos ao lançamento de comunicados de operações de uma revolta em rotina, o mais recente noticiário vem publicar a invasão da Fazenda Capivari, em Caxias, por dois mil lavradores armados, que ali cavaram trincheiras e mantém reféns. Antes da invasão, assaltaram casas de armas e munições, levaram o que lhes interessava para resistir – mas não tocaram nos dinheiros existentes nas caixas registradoras.

Os novos ministros da Justiça e da Agricultura e o governador do Estado do Rio não mais podem omitir-se aguardando que tropas tentem sufocar tais movimentos a ferro e fogo. O **barril de pólvora** está localizado a trinta minutos da Praça Mauá, no caminho para Petrópolis<sup>278</sup>.

Preso, o Padre Aníbal atribuiu a membros da ALF e outros lavradores locais a articulação do levante armado, acusando também o deputado Tenório Cavalcanti de participar. O padre Anibal Magalhães Mendes foi uma das pessoas que migrou para a região de Capivari, com o intuito de prestar auxílio na resistência ao despejo que estava para acontecer. Apesar de os camponeses de Xerém estarem organizados através da ALF, Aníbal é colocado pela pequena e grande imprensa como líder do movimento armado ocorrido, o que nos sugere um conflito de interesses entre o que a ALF e sua direção desejava e a forma como a luta e resistência camponesa foi conduzida.

No entanto, apesar do papel extremamente controverso que o padre possuiu no processo, é um fato que centenas de lavradores se organizaram para enfrentar com armas mais um despejo, resistindo a possível investida policial de forma confrontativa. Portanto, se tornaria empobrecedor entender o movimento a partir da ênfase de uma liderança ou vendo os lavradores como massa de manobra de um grupo<sup>279</sup>.

Ainda em junho de 1963, o juiz Geraldo Toledo afirmou que o depósito que foi realizado por João Caruso era pouco, o que deixou os lavradores de prontidão e sobressaltados com a

---

<sup>278</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 de junho de 1963, p. 6. Grifo nosso.

<sup>279</sup> MEDEIROS, Leonilde S. de. (Coord.) *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro...* p. 276.

possível anulação do decreto de desapropriação das terras. No mês de agosto o governo federal declarou a urgência de ação para contenção das tensões sociais que vinham acontecendo na região de Xerém, mas até o golpe civil-militar nada se resolveu.



Figura 8 – Conflito armado em Piranema e Capivari (1963)

Fonte: Última Hora, 21 de junho de 1963, p. 1.

Em relação ao levante armado que ocorreu em Piranema, encontramos poucas fontes que pudessem revelar por completo a história desse processo insurgente. No entanto, o que se sabe é que Capivari e Piranema eram áreas vizinhas, havendo intenso trânsito de pessoas e de trabalhadores delas, de São Lourenço e das demais fazendas da região, que, apesar da falta de pesquisas ou de informações, também se sabe que foram áreas de intenso confronto com grileiros e com o aparato policial deles. Considerando que ambos conflitos armados aconteceram no ano de 1963 e que as duas fazendas foram desapropriadas pela Supra através



do mesmo decreto e tendo ambas permanecido em mobilização, dada a possibilidade do decreto ser suspenso, a nossa hipótese é que apesar de algumas particularidades tal movimento de resistência aconteceu de forma conjunta e contando com o total apoio dos companheiros das fazendas vizinhas, que também tiveram suas experiências de luta.

Piranema, por sua vez, representou uma insurgência armada dos lavradores contra os despejos e arbitrariedades do grileiro Augusto Ferreira Leitão. Ele já vinha despejando famílias da região desde a década de 1950. No entanto, através das notícias e apelos dos lavradores nos jornais, ao longo dos anos 1960 e 1961 os despejos, perseguições e violências com o uso de aparato militar particular do grileiro se intensificaram, levando a uma necessidade de resposta por parte dos lavradores.

Apesar do levante armado ter ocorrido em 1963, anos antes disso já se tinha notícias de lavradores usando armas como estratégia de autodefesa para poder valer seu direito de posse da terra. Em novembro de 1961, o grileiro Augusto Ferreira Leitão escrevia uma carta para o *Jornal do Brasil* afirmando que as terras da Fazenda Piranema, as quais alegava ser o proprietário, haviam sido invadidas por 600 homens armados, que teriam expulsado os seus trabalhadores das terras sob ameaças, pedindo assim providências do então governador do Estado, Celso Peçanha<sup>280</sup>. Nesse mesmo ano, também se tem notícias de lavradores armados na região resistindo a investidas da polícia local nas tentativas de expulsão a mando do grileiro, o que culminou em acidentes como policiais baleados.

Mesmo com a escassez de fontes sobre o conflito, o que se sabe é que os lavradores do local fecharam a ponte que ligava Tinguá à Piranema, montando um verdadeiro esquema militar com tocaias, trincheiras e homens armados, contando com o apoio dos companheiros de outras fazendas, prontos para resistir a qualquer investida policial que tivesse como objetivo despejá-los novamente. Assim como em Capivari, mesmo após a promessa de desapropriação, os lavradores permaneceram de prontidão acreditando que a qualquer momento o decreto poderia ser suspenso.

---

<sup>280</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1961, p. 8, 1º caderno.

**CAMPONESES** (— Niterói) — Dois choques da Polícia Militar do Estado do Rio teriam rumado para terras da fazenda "Piranema", em Caxias, a fim de evitar a revolta de 600 camponeses contra a ordem de despejo dada pelo grileiro Augusto Ferreira Leitão. A notícia não está, entretanto, confirmada, informando o advogado Rivadávia Maia que val pedir providências ao Governador.

Figura 9 - Jornal noticia que policiais estariam indo para Piranema conter o levante.

Fonte: Última Hora, 09 de fevereiro de 1962, p. 2.

Os movimentos ocorridos no campo construíram-se enquanto uma forma de resistência em relação ao contexto de violência imposto por grileiros com o auxílio do aparato judicial e policial do Estado. Através de sua consciência política, os lavradores estavam tentando desnaturalizar uma situação de opressão, humilhação e expropriação impostas há mais de uma década. Além disso, como todo o conjunto de fontes apontam, a ação insurrecional ocorrida nos sertões fluminenses representou um processo descentralizado, sem a existência de lideranças permanentes, pautado em formas de resistência infrapolítica e na resistência aberta, tendo como finalidade a desapropriação das terras que há tantos anos eram ocupadas por camponeses.

Quadro 19 - Desapropriações ocorridas no sertão fluminense, no pré-1964.

Nome da Fazenda	Cidade	Data da Lei	Forma de Ação	Grupo-Movimento social
Cachoeirinha e Campanha/Iriri	Magé	16/08/1963	Ocupação	Organização informal
Penha e Caixão, Capivari, Piranema e Mato Grosso	Duque de Caxias	23/04/1963	Resistência armada	Associação de Lavradores
Fazenda Tocaia e Caioba	Magé	02/03/1964	Ocupação	Organização informal

Fazenda São Lourenço	Duque de Caxias	21/08/1961	Resistencia Armada	Associação de Lavradores Fluminense
Fazenda São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	13/01/1964	Resistência Armada	Liga Camponesa
Fazenda Santa Alice	Itaguaí	19/04/1963	Resistência Armada	Associação de Lavradores Fluminense
Fazenda Floresta	Paracambi	11/06/1963	Manifestações públicas	Organização informal
Pedra Lisa	Nova Iguaçu	23/06/1958	Resistência Armada	Associação de Lavradores
Fazenda da Pedra e Fazenda Santa Clara	Rio de Janeiro (Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba)	18/09/1963	Manifestações públicas	Organização informal
Imbé	Campos dos Goytacazes	11/06/1963	Ocupação	Organização informal

Fonte: Senado Federal e Câmara dos Deputados

As desapropriações, conforme as justificativas presentes nos decretos, se deram para eliminar os focos de tensão causados pela insurgência camponesa em todo o Estado e, de forma complementar, garantir o abastecimento alimentar das cidades. Nas Fazendas Tocaia e Caiobaba, na Vila Inhomirim, em Magé, foram desapropriadas justamente com o discurso de aproveitamento das terras para o abastecimento dos mercados consumidores locais, bem como para impedir “grave perturbação da paz e da ordem”. Ambas, assim como a Fazenda

Cachoeirinha (ou Cachoeira Pequena) vinham sendo consideradas como áreas de litígio, devido aos despejos que vinham acontecendo na região. Apesar de sabermos que havia uma Associação de Lavradores em Magé, nas reportagens de jornal levantadas não foi possível encontrar menções à mesma, o que nos leva a crer que o movimento se deu através de formas informais de organização, tendo como estratégia de resistência a realização de manifestações públicas e sobretudo a ocupação da Fazenda Tocaia, realizada por centenas de lavradores despejados em Magé<sup>281</sup>.

Das dezesseis fazendas desapropriadas por decreto, entre 1961 e 1964, no período anterior ao golpe civil-militar, em oito delas (50%) a desapropriação se deu devido à resistência armada imposta pelos lavradores. Oito fazendas (50%), organizadas por meios informais e usando táticas de resistência diferentes, como a ocupação e manifestações públicas, também foram desapropriadas. Entre essas fazendas, podemos citar o caso do Imbé, onde, com o auxílio de José Pureza, realizou-se uma grande ocupação na região, que levou a desapropriação da mesma. Há também a fazenda da Pedra, em Guaratiba, cujos jornais noticiavam os despejos e as manifestações públicas, como idas à Assembleia Legislativa e reuniões de comissões de lavradores com o prefeito<sup>282</sup>, assim como a Fazenda Floresta, em Paracambi. No Imbé, apesar da presença de Pureza, não encontramos relatos de que havia uma associação de lavradores ou liga auxiliando na organização dos lavradores, bem como nas fazendas da Pedra (Guaratiba), de Santa Clara (Campo Grande) e Floresta (Paracambi), o que nos leva a crer que os lavradores se organizavam informalmente.

Entretanto, o que as notícias nos jornais, sobretudo em 1963, quando se tem ocorrendo, de forma conjunta, grandes conflitos, como Imbé, Santa Alice, Capivari e Piranema, nos mostram, é que havia um temor, em relação à segurança pública, devido ao clima de insurgência que se espalhava nas regiões do Estado. Além das fazendas mencionadas, que estavam resistindo de forma armada ou através de uma grande ocupação, como o Imbé, várias outras vinham sofrendo despejos e realizando manifestações públicas ou ocupações, como é possível perceber no trecho abaixo:

Novas Expulsões em Caxias, Paracambi e Iguaçú.

MAGÉ: CANPONESES DESPEJADOS ACAMPARAM NA FAZENDA TOCAIA

Com os despejos dos camponeses de Magé, Paracambi e o anúncio de um outro em Caxias, vai se agravando esta semana a situação no campo fluminense. As 450 famílias despejadas Juiz [ilegível] Júnior das fazendas Cachoeirinha Pequena e do General Carvalho estão acampados próximo a sede do município, na Fazenda Tocaia.

<sup>281</sup> Última Hora, Rio de Janeiro, 10 de junho de 1963, p. 2.

<sup>282</sup> Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1953, p. 2.

Os de Paracambi ficaram sem destino e os de Caxias não querem sair e contam agora com o pacto operário-camponês-estudantil, disposto a ajuda-los a ficar nas terras ocupada<sup>283</sup>.

O medo de que tal movimento se unisse, de forma a criar um cerco no Estado ou que viesse a causar uma revolução, como era cogitado pelos militares, levou a desapropriação das diversas fazendas mencionadas no quadro 19.

Com o golpe, todas as desapropriações ocorridas entre o fim da década de 1950 e início da década de 1960 foram revertidas, sendo muitas dessas áreas ocupadas pelo Exército e as terras devolvidas aos supostos donos. Em Xerém, por exemplo, Medeiros (2015) conta que o Exército invadiu casas, plantações, destruindo tudo o que podia e torturando pessoas para obter informações. “Um caso narrado é ilustrativo da concepção existente sobre as lutas na região: “um camponês, posseiro, foi amarrado de cabeça para baixo no sol quente, em frente da esposa e filhos, “pra dizer onde tinha arma escondida”<sup>284</sup>.

Percebendo a luta camponesa como um possível foco de guerrilha rural, a ação repressiva, durante muito tempo, pairou sobre os lavradores da região, como é possível perceber nos seguintes depoimentos:

Depois de Capivari aconteceu a guerra. Em 64. Engoliu aquilo tudo, passou o sarrafo, aí acabou, acabou de vez. Aí não tinha dinheiro, não tinha trabalhador, não tinha nada. Eles roubavam o que tinha. O exército entrou, roubou mais do que a polícia! Dizia que o cara era comunista e quebrava tudo. Se o cara não está aí, prende a família dele logo. E assim, um bocado de gente sumiu, um bocado de gente nessa história rapaz. Tem gente que sumiu que não tinha nada haver com o troço rapaz. (...) No dia 1º de abril de 64 estourou o golpe militar. E aí começaram... Chegaram lá procurando as lideranças. E sabe que tem gente que dá informação de tudo rapaz. Aperta um cá e fala, aperta outro cá, fala. Eles foram lá aonde eu trabalho, me levaram lá perto para depor. Quer dizer, eles tinham bem a informação. Então eu ainda saí antes da coisa. (...) Mas eles eram tudo terrorista mesmo, que estavam lá bancando, dizendo que os comunistas eram perigosos. Os perigosos eram eles que estavam lá entendeu? (Manoel Antônio da Costa, entrevista concedida a Hernandez em 2004).

Aí nesse ínterim estourou a revolução. E nós nessa coisa, nesse contato com o sindicato e tudo o mais. E a revolução estava assim: derruba o Jango ou não derruba. Derruba ou não derruba? Quando nós entramos nisso, nós já falamos “não fale no negócio da política, mas só na luta da terra.” Mas uma coisa liga a outra, nós estávamos mobilizados. A nossa proposta era uma proposta da reforma agrária, da posse da terra, aquela coisa toda. Estávamos engajados na luta. Então na noite de 31 nós estávamos lá numa mobilização. Formamos uma estratégia, combinamos assim entre nós: vamos mobilizar o pessoal, mas cada um vai para casa. Fica tranquilo com suas esposas e não tem como mexer. Isso que também nós colocávamos para essa coisa. Então as tropas do Mourão Filho já tinham descido. Quando eles chegaram ali na FNM, na serra, eles mandaram um pessoal do exército lá para dentro, motorizado e tudo, com aquele jipão do exército, aquela coisa toda. Quando nós desmobilizamos a gente saiu de onde estava, fomos para dentro da roça de arroz e ficamos lá esperando

<sup>283</sup> Última Hora, Rio de Janeiro, 10 de junho de 1963, p. 2.

<sup>284</sup> Fala de um operário entrevistado por José Ricardo Ramalho, obtido através de MEDEIROS (2015), p. 279.

clarear o dia e tal, querendo saber, aquela coisa toda. Aí a gente saiu para uma região que a gente sabia que tinha, conhecia à área não é, dentro de uma pequena mata. Estavam lá procurando onde era o foco da gente. Tem que sair, tem que sumir, tem que ficar longe (Laerte Bastos, entrevista concedida a Marcelo Hernandez em 2004)<sup>285</sup>.

Quando foi em 64 que estourou a revolução, eles foram nos prender. Eu saí de Xerém, entrei naquelas matas e fui parar lá em Tinguá. Fiquei lá comendo coco, bebendo água. Quando eu voltei, a minha esposa falou assim: 'o capitão tá aí te procurando, mais uns caras'. Seja o que Deus quiser, e foi indo aquela luta todinha. Eles foram lá, meteram as máquinas, derrubaram as casas todinhas. A casa onde eu morava foi derrubada. Aí foi aquele sofrimento, de maneira que eu fugi. Depois me prenderam. Eu fiquei preso determinado tempo, depois soltaram a gente, mas a gente tinha que ir todo dia lá assinar. Correndo aquele tempo todo. Aí eu pensei: "Meus Deus, o que eu vou fazer aqui?" Não tinha mais nada de sobrevivência. Tinha um caminhão que ia pro Paraná e eu pedi uma carona. Peguei minha mulher, mais dois filhos e um outro garoto que nós criamos e fomos naquele caminhão. Aí fomos pra Apucarana, no Paraná. Eu arranjei um trabalho num representante da FNM. De vez em quando chegavam umas pessoas e olhavam. Eles vendiam os caminhões, gente do Rio, da FNM, me conheciam. Aí eu pensei assim: "Não vai dar certo não, tenho que ir para frente." Aí fui trabalhar numa oficina de comissão perto de Maringá, Cambira. Aí apareceu um motorista e falou: "rapaz, vai lá para fronteira do Brasil que lá eles pagam bem e precisam de gente para trabalhar". (...) Minha senhora é crente. Eu era também. Infelizmente, na época da ditadura, o pessoal da Igreja quando me via... Discriminação. Nós estávamos passando por aquele problema, né? O pessoal da igreja cortava a bola da gente. (...) Foi uma pressão psicológica muito grande. Minha mulher herdou diabetes, deu problema nas pernas dela. Ficava muito tempo sozinha, amamentando. Ela amamentava minha filha e um sobrinho, um em cada peito, porque não tinha comida. (Entrevista concedida a Aline Borghoff Maia e a Elisandra Galvão em junho de 2015)<sup>286</sup>.

Como já ressaltado nesse trabalho, compreendemos que os trabalhadores rurais sempre lutaram pela terra. Entretanto, a partir dos anos 1950, podemos perceber que aconteceu não só no Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil, um estado de insurgência camponesa generalizada, originado, sobretudo, devido ao contexto de expropriação no qual a população do campo se viu submetida. Para tanto, surgiram formas de organizações formais e informais, que adotando distintos meios de resistência, como ações infrapolíticas e revoltas armadas, elaboraram respostas para as demandas e conflitos, conseguindo, na maior parte dos casos, a desapropriação das terras em litígio.

Com o golpe, cujo objetivo central era desmobilizar o processo de organização no campo, que vinha crescendo por todo o país, dado o perigo que ele representava do ponto de vista da segurança nacional, também se consolidou o processo de transformação que muitas dessas regiões passavam em relação à expansão urbana. Entretanto, contrariando as expectativas, algumas das áreas analisadas, como é o caso da região de Xerém, apesar de terem sido repartidas em loteamentos, ainda hoje guardam muitas características de zona rural.

---

<sup>285</sup> Trechos de entrevistas obtidos através de MEDEIROS (2015), p. 280 – 281.

<sup>286</sup> Depoimento de Nicodemos Alves Machado, trabalhador da FNM e membro do sindicato dos metalúrgicos obtido através de MEDEIROS (2015), p. 281.

Assim, se faz necessário reconhecer não só a consciência política da classe, a capacidade de resistir e de se organizar de forma autônoma dos trabalhadores rurais do sertão fluminense e do Brasil, bem como o papel que eles tiveram na transformação da sociedade brasileira. Apesar de reconhecer que não existe “se” na história, o que compreendemos é que foi preciso um golpe articulado entre os setores civis e militares para garantir que a insurgência no campo não prejudicasse os interesses latifundiários das classes dominantes, logrando seu principal objetivo: uma reforma agrária que se daria pela lei ou pela marra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho tentamos demonstrar de que forma se deu a auto-organização dos trabalhadores rurais do Rio de Janeiro, no período anterior ao golpe civil-militar de 1964, bem como perceber as formas de resistência por eles desenvolvidas. Tendo como base as ações insurrecionais ocorridas nesse período, foi possível reconhecer a existência de formas de organização formais e informais, o uso de violência civil não letal (através da resistência cotidiana e da infrapolítica) e o uso de violência militar (através dos levantes armados e formação de guerrilhas).

Foi fundamental compreender tais formas de resistência de maneira interligada, evitando assim recorrer a uma análise simplificada das revoltas camponesas no sertão fluminense. Através do levantamento das formas de resistência, abertas ou cotidianas, das formas de dominação e de expropriação, presentes no campo, foi possível estabelecer uma relação dialética entre a expropriação e a resistência camponesa. Se fez necessário compreender todo o contexto e não só as formas de resistência pública e institucionais, de forma a mostrar o processo de germinação do que se tornaria uma insurgência camponesa generalizada no sertão do Rio de Janeiro.

A produção intelectual, ao longo dos anos, veio incorporando o tema das revoltas e da agência do campesinato através de análises que se pautam nas vias institucionais de resolução dos conflitos, conferindo uma ênfase maior às formas abertas de resistência, como as passeatas, os apelos a figuras públicas/políticas e as manifestações. Entretanto, a sociologia das insurgências propicia que esse trabalho se insira em uma abordagem que perceba tais tentativas de resolução institucional enquanto um paradoxo da auto-organização camponesa e reconhecendo outras formas presentes na luta, como o uso de ações infrapolíticas, resistência cotidiana e o uso de violência militar para reivindicar a posse da terra ou impedir os despejos.

Através da análise das fontes, também foi possível perceber que quem se revolta no sertão fluminense é um campesinato pobre, formado por arrendatários, posseiros, parceiros, meeiros, colonos e lavradores. Ao contrário do que aponta Wolf (1969) e Alavi (1965), tal categoria se rebelou de forma autônoma, não sendo necessário um elemento externo para iniciar a mobilização camponesa. Foi possível perceber que os camponeses do sertão fluminense possuíam um código cultural próprio, suas próprias concepções de justiça e também de luta,



não havendo necessidade de agentes externos (igreja, instituições, partidos políticos) que lhe impelisse a lutar pela terra.

Apesar de não ser mais a capital do país, o Rio de Janeiro ainda possuía importância significativa, economicamente e politicamente. Portanto, o discurso de contrainsurgência é elaborado no meio militar a partir da perspectiva de segurança nacional, visto que era uma região cujos movimentos armados no campo se deram de forma proeminente e que havia a possibilidade e o temor de todos os movimentos se articularem, de forma a cercar e tomar o estado. Uma das hipóteses defendidas ao longo desse trabalho é a de que o golpe civil-militar foi articulado principalmente devido à insurgência camponesa no pré-1964, sendo necessário para desarticular as ações do campesinato, conservar a estrutura fundiária e impedir os avanços que os mesmos vinham conquistando. Corrobora para essa hipótese o fato de que, com o golpe, as terras desapropriadas em favor de conflitos armados terem sido devolvidas para os supostos donos.

O campesinato que se insurge era, em sua maioria, formado de ocupantes ou trabalhadores em terras que, até os anos 1950, se encontravam abandonadas pelos que se diziam donos. A partir dessa década os camponeses começam a desenvolver formas de resistência contra os incontáveis despejos, iniciados, na maior parte dos casos, devido à especulação imobiliária e a ganância dos grileiros. Quanto a esses últimos, a partir dos dados levantados na pesquisa, pudemos perceber que a categoria envolvia uma série de atores e instituições públicas e privadas, como bancos, figuras políticas ou pessoas relacionadas a essas, empresas ligadas ao ramo imobiliário, instituições filantrópicas, a igreja, a polícia e até mesmo prefeituras.

Em nossa opinião, a resistência camponesa surge desse contexto de expropriação e de dominação imposto pelos grileiros, que se impunha através da cobrança de taxas em terras que, muitas vezes, eram públicas, dos despejos, das violências usadas para coagir os trabalhadores a deixar as terras, na falsificação de escrituras, nos roubos, na extorsão, entre outras formas. Foi possível reconhecer a existência de formas cotidianas de resistência, como reuniões secretas, uso de espaços religiosos para se reunir ou tratar da necessidade de organização, construção de casas durante a noite, dissimulação, recusa no pagamento de taxas, uso do “boca-a-boca” para transmitir informações, ameaças veladas feitas através das denúncias em jornais, incêndios, depredações e criação de apelidos pejorativos para grileiros ou policiais. Como formas de resistência pública, foi possível perceber as denúncias feitas nas redações de jornais, as

ocupações de espaços públicos ou de fazendas, ações judiciais, saques em armazéns e o uso de violência militar, sobretudo nos levantes ocorridos nos anos 1960.

A insurgência camponesa se deu de forma generalizada em todo o sertão fluminense. Não sendo possível em um trabalho desse porte levantar e analisar de forma qualitativa todos os conflitos ocorridos, nos limitamos a utilizar três levantes camponeses como exemplo de auto-organização e resistência: São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu; Núcleo Colonial de Santa Alice, em Itaguaí e Pedra Lisa, em Nova Iguaçu. Apesar de serem geograficamente áreas afastadas, os três exemplos demonstram algumas singularidades percebidas na luta camponesa do pré-1964. Em primeiro lugar, tais conflitos representam expressões regionais de um contexto global de insurgências camponesas, iniciadas no Brasil com a guerrilha de Porecatu (1947) e encerrado com a desarticulação da guerrilha do Araguaia (1974). A partir de movimentos auto-organizados, alternaram entre formas de resistência cotidiana e resistência pública, fazendo também o uso de violência militar e de levantes camponeses para reivindicar a desapropriação das terras: Pedra Lisa foi desapropriada em 1957, Santa Alice em 1963 e São José da Boa Morte em janeiro de 1964. Tais expressões locais de luta tentaram ser silenciadas pela imprensa e por partidos políticos, o que torna difícil a sua presença em documentos oficiais, nos levando a ler nas entrelinhas das fontes as formas de resistência utilizadas.

Analisando de forma mais detalhada a insurgência camponesa em Duque de Caxias, considerada pela mídia um “barril de pólvora” devido ao número de fazendas na região com conflitos, foi possível perceber outros elementos a respeito da auto-organização camponesa. Essa auto-organização se fez expressa no mutualismo e nas relações de solidariedade estabelecidas com trabalhadores rurais das mais distintas regiões do estado e com sindicatos (algo que rompe com a dicotomia entre rural e urbano), bem como no fato das formas de resistência, que também alternaram entre ações infrapolíticas, resistências públicas e uso de violência militar, serem decididas pelo coletivo, independente da forma de organização ou orientações partidárias.

Sobretudo através das análises das entrevistas disponíveis, percebemos que o Partido Comunista, em si, teve pouca importância na organização do campo em Duque de Caxias e nas regiões analisadas, não podendo ser visto como um agente externo motivador da resistência e organização camponesa. Sabemos que diversas pessoas envolvidas nos conflitos possuíam relações com o partido e tinham suas opiniões formuladas a partir das orientações do mesmo. Entretanto, são pessoas que ou migraram para o campo antes da existência dos despejos, ou já

viviam ali, como filhos de camponeses, tendo experiências de trabalho e luta urbanas e retornando para as áreas em litígio, por exemplo. Através dos relatos de Joaquim Antônio, José Pureza, Nilson Venâncio e outros, foi possível confirmar nossa hipótese de que os lavradores possuíam total autonomia para deliberar sobre as formas de resistência e táticas que seriam usadas, independente da vontade de membros do Partido Comunista, que acatavam também a decisão do coletivo, fossem elas de acordo com a deliberação do PCB ou não.

Ao longo da pesquisa também nos deparamos com a existência de distintas formas de organização, sendo a forma mais comum as associações de lavradores. Havia também uma liga camponesa, em Cachoeiras de Macacu, na fazenda São José da Boa Morte e outras regiões que se organizaram de maneira informal para resistir aos despejos, como é o caso da Fazenda Mato Grosso, em Magé. Desapropriada em 1963, os lavradores da mesma se organizaram de maneira informal, fazendo uso das resistências públicas já citadas para reivindicar a posse da terra. Na fazenda Camarão e Rio Doce, no mesmo município, os camponeses optaram pelo uso da violência militar, mesmo não estando organizados de maneira formal, através de uma associação.

Tais exemplos comprovam o argumento presente ao longo do trabalho de que os trabalhadores rurais do Rio de Janeiro tiveram uma ampla margem de escolha em relação às formas de resistir (infrapolítica, resistência pública, violência militar) e também de se organizar (associações de lavradores, ligas camponesas, organizações informais), elemento que em um muito caracteriza a auto-organização demonstrada ao longo dessa dissertação.

Diversas lacunas ainda precisam ser preenchidas sobre o tema da auto-organização e da resistência camponesa durante o pré-1964. Um exemplo disso é a necessidade de estudos sobre as organizações femininas em locais de conflito, que vez ou outra eram mencionadas nas fontes. Além disso, também é necessária uma análise mais detalhada dos Inquéritos Policiais Militares, sobretudo do extenso IPM n.º 709, que fala sobre as atividades do Partido Comunista e conseqüentemente sobre a presença do mesmo no campo, cujas entrelinhas revelaram diversas formas de resistência cotidiana, que compunham a auto-organização dos trabalhadores rurais no sertão fluminense.

Por fim, desejamos com esse trabalho mostrar como a insurgência camponesa, durante o pré-1964, se deu enquanto um movimento autônomo e auto-organizado, utilizando formas de resistência cotidiana, abertas e o uso de violência militar, sendo essa última pouco abordada na produção acadêmica que versa sobre o tema. A partir das experiências de dominação,

sofrimento e de resistência, vividas pelos incontáveis trabalhadores rurais do sertão fluminense, esperamos ter lançado luz sob as formas de luta desses camponeses, que foram não apenas silenciados com o golpe civil-militar de 1964, mas também constantemente ignorados pela história oficial.